



GUSTAVO RICCIARDI FÁBREGAS DE AGUIAR

**OS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E
LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA E O ENSINO SUPERIOR
NO BRASIL DE 1995 A 2010**

**CAMPINAS
2014**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GUSTAVO RICCIARDI FÁBREGAS DE AGUIAR

**OS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUÍS INÁCIO LULA
DA SILVA E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL DE 1995 A 2010**

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração Filosofia e História da Educação.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO GUSTAVO RICCIARDI FÁBREGAS DE
AGUIAR E ORIENTADA PELO PROF. DR. JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI**

Assinatura do Orientador

**CAMPINAS
2014**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Gildenir Carolino Santos - CRB 8/5447

Ag93g Aguiar, Gustavo Ricciardi Fábregas de, 1983-
Os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva e o ensino superior no Brasil de 1995 a 2010 / Gustavo Ricciardi Fábregas de Aguiar. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: José Claudinei Lombardi.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Ensino superior. I. Lombardi, José Claudinei, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The governments of Fernando Henrique Cardoso and Luís Inácio Lula da Silva and higher education in Brazil from 1995 to 2010

Palavras-chave em inglês:

Higher education

Área de concentração: Filosofia e História da Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

José Claudinei Lombardi [Orientador]

José Luís Sanfelice

Lalo Watanabe Minto

Rita de Cássia Ribeiro Barbosa

Mara Regina Jacomeli

Data de defesa: 14-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**OS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUÍS INÁCIO LULA
DA SILVA E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL DE 1995 A 2010**

Autor: Gustavo Ricciardi Fábregas de Aguiar
Orientador: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Gustavo Ricciardi Fábregas de Aguiar e aprovada pela Comissão Julgadora

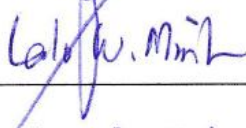
Data: 14/02/2014

Assinatura:.....

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:






2014

RESUMO

As transformações promovidas na educação superior brasileira entre 1995 e 2010 são inegáveis. Entretanto, há muitas dúvidas sobre a postura adotada pelos governantes neste período e o resultado obtido por meio delas. Utilizando o portal da CAPES como ferramenta de busca, apresentamos e sistematizamos as características gerais das teses e dissertações produzidas entre 1995 e 2012 que se propuseram a investigar a história da educação superior nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Dentre elas, analisamos e comentamos vinte trabalhos, destacando suas contribuições, referenciais utilizados e resultados alcançados. Alicerçados no materialismo histórico-dialético, realizamos um panorama da Ditadura Militar ao Governo Lula, dando ênfase às principais ações promovidas na educação superior. Através da pesquisa, notamos a existência de problemas na divulgação das produções científicas, bem como a inexistência de obras digitalizadas, o que reduz a possibilidade de debate, dificultando e atrasando a produção de conhecimento. Verificamos também, em alguns trabalhos, a ausência de comunicação entre seus autores e os conteúdos já existentes sobre o assunto, bem como em relação a outros campos do conhecimento. Constatamos o crescimento da oferta de vagas no segmento público e especialmente no privado em ambos os governos citados. No entanto, a qualidade de alguns cursos oferecidos é muito questionável, bem como o impacto sociocultural promovido na vida daqueles que os frequentam. Por fim, destacamos a difusão do vocabulário e ideologia empresariais na educação superior, bem como a insistência dos governos em apresentar dados meramente quantitativos a seu respeito.

Palavras-chave: Educação Superior, Governo Fernando Henrique Cardoso, Governo Luís Inácio Lula da Silva, História da educação, Teses e Dissertações.

ABSTRACT

The transformations made in Brazilian higher education between 1995 and 2010 are incontestable. However, there are many doubts about the postures adopted by governors during this period and the result achieved through them. Having the CAPES portal as a searching tool, we presented and systematized the general characteristics of the theses and dissertations produced between 1995 and 2012 that meant to investigate the history of college education during the periods of government of Fernando Henrique Cardoso and Luís Inácio Lula da Silva. Among them, we analyzed and commented twenty works, detaching their contributions, applied references and the results that were achieved. Based on the historic-dialectical materialism, we made a scenery from the Military Dictatorship to Lula government, emphasizing the main actions made in college education. Throughout the research, we noted problems in publishing the scientific productions as well as the inexistence of digitized works, which reduces the possibility of debates, hampering and delaying the production of knowledge. We also noted in some works the absence of communication between their authors and the already existing contents about the matter, as well as other fields of knowledge. We evidenced the growing offer of vacancies in the public and particularly in the private sector in both mentioned governments. However, the quality of some offered courses is very questionable and so is the sociocultural impact promoted in the lives of those who attended them. At last, we pointed out the diffusion of entrepreneurship vocabulary and ideology in college education, as well the insistence of the governments in presenting merely quantitative data about it.

Key words: College Education, Fernando Henrique Cardoso government, Luís Inácio Lula da Silva government, Education History, Theses, Dissertations.

À minha mãe, Denise, por sempre me cobrir de amor e ao meu pai, Alberto, por me fazer crescer. À minha “mãe-vó”, Nilce, por estar sempre presente com doçura e sabedoria.

Ao meu grande amor, Joseane, por ter voltado pra me fazer sonhar e me ajudar a ser um homem melhor, a cada dia.

Agradecimentos

Aos professores José Claudinei Lombardi, José Luís Sanfelice, Mara Regina Martins Jacomeli e Lalo Watanabe Minto pelas aulas, conselhos e todo o apoio oferecido. Vocês causaram enorme impacto em minha vida, formação e visão de mundo.

Aos meus colegas de profissão, Alexandre Fuchs, Donizete Rosa, Ciro Luiz Bertolucci Junior, Ricardo Andrade, Eduardo Baez Ojeda, Fábio Simon, Rogério Bonfá, João Eduardo, Lucas Sanches, Lorenzo Jungklaus, Raquel Leite, Sandra Dedeschi, Fernanda Carone e Edgard Bohn. Professores apaixonados, profissionais exemplares e amigos queridos. Obrigado por me ensinarem, diariamente, a ter mais amor pela educação.

Agradeço especialmente à professora e amiga Rita de Cássia Ribeiro Barbosa, por me servir de inspiração, acreditar em mim, e me ajudar a dar os primeiros passos na árdua tarefa da pesquisa.

Aos meus amigos queridos, sempre presentes e leais, Ricardo e Júlia, Eduardo, Junior, Alex, Thyago, Diego e Letícia, Henrique e Thaísa, Leandro e Ana, Henrique e Bárbara, Felipe, Guilherme e Thiago.

“Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contentes querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence”.

Bertold Brecht

Lista de Ilustrações

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Divisão dos trabalhos por Estado	Pg.12
Gráfico 2. Classificação das instituições.	Pg.13
Gráfico 3. Áreas do conhecimento	Pg. 15
Gráfico 4. Metodologia utilizada	Pg. 19
Gráfico 5. Temas pesquisados	Pg. 23

Lista de Tabelas

Tabela 1. Sistematização dos trabalhos encontrados no portal CAPES	Pg. 11
Tabela 2. Tema das pesquisas	Pg. 23
Tabela 3. Obras selecionadas para análise.	Pg. 25

Siglas Utilizadas

ABMES - Associação Brasileira dos Mantenedores do Ensino Superior
ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
ANACEU – Associação Nacional dos Centros Universitários
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD/BM - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF - Constituição Federal
CFE - Conselho Federal de Educação
CNC - Confederação Nacional do Comércio
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CREDUC - Crédito Educativo
CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DED/CAPES - Diretoria de Educação à Distância
EUA - Estados Unidos da América
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituições de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira"

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MARE - Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MEC - Ministério da Educação
MF – Ministério da Fazenda
MP – Ministério do Planejamento
ONGs - Organizações não governamentais
ORUS – Observatório Internacional de Reformas Universitárias
PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PFL - Partido da Frente Liberal
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PROEDUC - Programa de Educação para a Competitividade
PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
REUNI – Programas de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEED – Secretaria de Educação à Distância
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESU – Secretaria de Educação Superior
UnB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIREDE – Universidade Virtual Pública do Brasil
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID - *United States Agency for International Development*
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. EM BUSCA DO “ESTADO DA ARTE”	9
1.1. Seleção das teses e dissertações	9
1.2 Local das Produções	11
1.3 Classificação das instituições.....	13
1.4 Área do Conhecimento	14
1.5 Referencial Teórico.....	16
1.6 Temas Pesquisados	22
CAPÍTULO 2. EM BUSCA DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS FHC E LULA	25
2.1 Apresentação dos trabalhos selecionados por tema	25
2.2 Análises dos trabalhos.	29
2.2.1 Trabalho nº 1. Álvaro César Cattani.....	29
2.2.2 Trabalho nº 2. Angélica Karlla Marques Dias.....	33
2.2.3 Trabalho nº 3. Bruno Lima Patrício Santos	35
2.2.4 Trabalho nº 4. Cláudio Afonso Peres	41
2.2.5 Trabalho nº 5. Cristina Helena Almeida de Carvalho	44
2.2.6 Trabalho nº 6. Cristini Colleoni.....	50
2.2.7 Trabalho nº 7. Cristiane Pereira Melo de Oliveira	52
2.2.8 Trabalho nº8. Edson Rildo Penha de Alencar	55
2.2.9 Trabalho nº 9. Elaci Costa Ferreira de Carvalho	57
2.2.10 Trabalho nº 10. Janete Ilibrante	63
2.2.11 Trabalho nº 11. Kátia Regina de Souza Lima.....	66
2.2.12 Trabalho nº 12. Marcos José Valle	72
2.2.13 Trabalho nº 13. Maria Alice Aranda	74

2.2.14 Trabalho nº 14. Maria Inês Corrêa Marques	78
2.2.15 Trabalho nº 15. Maria Zoreide Britto Maia	83
2.2.16 Trabalho nº 16. Patrícia Vosgrau de Freitas	90
2.2.17 Trabalho nº 17. Priscilla Gama Cardoso	94
2.2.18 Trabalho nº 18. Rhoberta Santana de Araújo	102
2.2.19 Trabalho nº 19. Sueli de Fátima Ourique de Avila.....	108
2.2.20 Trabalho nº 20. Zuleide Simas da Silveira	112
2.3 Balanço dos trabalhos selecionados.....	116
 CAPÍTULO 3. A EDUCAÇÃO SUPERIOR APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO	123
3.1 Brasil na virada do século	123
3.2 A educação superior nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002)	130
3.2 A educação superior nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	140
3.4 Classes e frações de classe no Brasil contemporâneo.....	155
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
 REFERÊNCIAS	163
 SITES ACESSADOS.....	173
 TESES CONSULTADAS	174
 ANEXOS	177

INTRODUÇÃO

A “Nova República” está prestes a completar trinta anos. Fruto de um complexo processo que envolvia crises econômicas, transformações no cenário internacional e um profundo embate político interno, esta nova etapa da sociedade brasileira foi embalada pelas massas, que enchiam as ruas com pedidos de eleições diretas e os corações com expectativas de mudanças efetivas.

A educação superior no Brasil sofreu, nestas três décadas, uma série de reformas, e ganhou feições até então inimagináveis. Essas mudanças, no entanto, não são resultado deste curto período de tempo, mas correspondem a um longo processo histórico, permeado de conflitos e disputas. Para compreendê-las, portanto, devemos ampliar nossa visão e recuarmos um pouco mais no tempo.

Ao lançarmos nossos olhos sobre as reformas que marcaram a década de 1960 no Brasil, temos uma tendência quase natural em destacarmos a chamada “Reforma Universitária” de 1968. Um dos principais inimigos do regime militar, os estudantes, eram atingidos em cheio com essas mudanças. A reação aos Atos Institucionais de Castelo Branco e Costa e Silva seriam inclusive justificativas para a implantação do A.I 5, responsável pela fase mais repressora e violenta de toda a ditadura¹.

Inserida neste período conturbado, a lei 5.540/68 seria uma espécie de carta de intenções dos militares para a educação superior no país, fruto de todas as contradições e embates do período. Nem todas as suas resoluções, foram efetivamente aplicadas, e boa parte delas tornou-se “letra morta”.

Esta lei garantiu o crescimento das instituições privadas num movimento quase ininterrupto. Medidas combinadas, como a elaboração de mecanismos indiretos de transferência de recursos públicos seriam ampliadas por meio especialmente da renúncia fiscal. Esses aspectos, somados ao relaxamento dos critérios para o estabelecimento e funcionamento destas instituições garantiram um crescimento médio de 30% a.a. no setor entre 1968 e 1971.

¹ O A.I.5 foi aprovado pelo então presidente Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Este ato representava a

Intelectuais favoráveis ao regime e ligados ao empresariado promoveram então uma transformação a partir de um referencial tecnicista, onde termos como “racionalização”, “eficácia” e “eficiência” passaram a orientar as políticas para o ensino superior (MINTO, 2005).

A reforma de 1968, apesar de propiciar a construção da universidade no Brasil onde até então existiam apenas faculdades isoladas, gerou grandes questionamentos. Ao longo da década de 1970, professores e funcionários se mobilizaram para compreender seus efeitos e buscar alternativas. A essas críticas, somaram-se todos os demais problemas econômicos e políticos polêmicos da república militar. Como resposta, no início dos anos 80, o MEC lançava o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), após amplas discussões no Conselho Federal de Educação (CUNHA, 1997).

A crise da Ditadura Militar e o desenrolar da década de 1980 foram marcados pela enorme mobilização civil e o processo de elaboração da Constituição “Cidadã”. Vitórias sucessivas, como o retorno das eleições diretas, devolveram a muitos brasileiros a esperança de, finalmente, alcançar as tão sonhadas reformas sociais.

A consolidação da democracia no Brasil, no entanto, não trouxe a solução para os nossos problemas sociais, já que a real oposição a ser enfrentada não se resumia na disputa entre Estado e sociedade civil, mas sim entre capital e trabalho (COUTINHO, 2002). Essa leitura reduzida e equivocada teria estimulado muitos intelectuais, contrários à Ditadura Militar, a substituírem o conceito de “luta de classes” pela mera oposição ao “Estado”, como se este significasse o oposto da “sociedade civil”². Assim, logo após a derrubada da Ditadura, setores da direita nacional³ adotaram uma posição favorável à redução do Estado, encontrando refúgio no ideário neoliberal, onde depositaram suas esperanças, e através do qual prometiam ao povo brasileiro mais vantagens e desenvolvimento em todos os níveis.

Entretanto, o conceito de democracia construído no Brasil ao longo de toda sua história, nunca foi pleno. Isso se deve ao fato de que a igualdade entre os cidadãos manteve-se inexistente. Além disso, uma liberdade fictícia manteria nosso país acorrentado a uma posição periférica no capitalismo mundial, perpetuando a violência, a péssima distribuição de renda, o latifúndio e a

² Carlos Nelson Coutinho buscou demonstrar o equívoco cometido na leitura de Gramsci sobre o Estado e a Sociedade Civil, bem como garantir uma exata compreensão das rivalidades existentes no Brasil pós Ditadura. Em suas palavras: “*o grande antagonismo continua a ser aquele entre o capital e trabalho; Estado e sociedade civil são nada mais do que espaços onde se trava essa luta de classes*”. (COUTINHO, 2002, p.35).

³ Estas posturas foram identificadas na introdução com elementos da direita nacional, em especial o PRN de Fernando Collor e o PSDB de Fernando Henrique Cardoso.

exclusão social. Desta forma, enxergamos no Brasil, atualmente, mais uma simples transição política, incapaz de promover reais alterações nas bases econômico-sociais. É como se uma espécie de “modernização conservadora”, concentrada em questões políticas e não interessada em alterar as estruturas sociais, já observada em marcos anteriores como 1889, 1930, 1946 e 1964, nos atingisse mais uma vez. Assim, “*ao confundir democracia com revolução, seus campeões patrocinam a imobilidade da ordem e a contra-revolução permanente*” (FERNANDES, 1991, p.39).

A intensa mobilização popular, que levou milhões às ruas do Brasil no célebre movimento das “Diretas-Já”, não foi capaz de aprovar a emenda proposta pelo então senador Dante de Oliveira, e as eleições foram, mais uma vez, indiretas. A “Nova República” seria comandada, após a morte inesperada de Tancredo Neves, por um “velho” conhecido dos povo, José Sarney⁴, apoiador do regime ditatorial e ex-membro da ARENA.

José Sarney teve dois grandes desafios em seus cinco anos de mandato. Na economia, equilibrar as contas e vencer a inflação, o grande “fantasma” do período, e na política, garantir a transição democrática. Os planos “Cruzado”, “Verão” e “Cruzado II” não foram capazes de segurar a onda inflacionária que nos atingia, e crescia desde o fim do “Milagre Econômico” de Médici. Sem grandes rupturas ou transformações sociais, um modelo democrático conservador ganhou forma com a Constituição Cidadã, de 1988.

Em novembro de 1985, Sarney delegou ao então ministro Marco Maciel a tarefa de criar um grupo capaz de repensar a educação superior no Brasil, conhecido como GERES (Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior). A proposta de racionalização de recursos e reestruturação não agradou professores e funcionários, que reagiram e conseguiram bloquear o processo. As reformas deste período pouco acrescentaram à universidade brasileira, representando mais uma fase de “*continuidade com relação aos projetos da Ditadura Militar para o ensino superior*” (MINTO, 2005, p.160).

⁴ Nascido no Maranhão em 1930, formou-se em Direito e atuou como professor, oficial judiciário e diretor da Secretaria do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foi suplente de Deputado Federal em 1956 e 1957, presidiu a UDN/MA entre 1958-1965. Ingressou na ARENA durante o período militar, sendo Senador entre 1971 e 1983. Membro fundador do PDS, lançou-se como candidato a vice-presidência em coligação com a Frente Liberal, tendo Tancredo Neves como líder.

Após um longo período de eleições indiretas, o povo brasileiro contou uma grande quantidade de candidatos para as eleições de 1989⁵. A disputa levou para segundo turno dois nordestinos: o metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva, um líder sindical, o qual apresentava forte teor reformista; e Fernando Collor de Melo, ligado aos coronéis alagoanos e à grande mídia nacional, mantinha uma postura conservadora, um discurso nacionalista e muitas promessas de modernização.

A eleição de Collor representou uma das maiores decepções para a história recente do Brasil. Sua proposta, embasada no neoliberalismo, produziu cortes drásticos no aparato do Estado, extinguindo inclusive a CAPES e o INEP. O meio acadêmico mais uma vez mobilizou-se e impediu a concretização destas ações, e os órgãos foram recriados (CUNHA, 1997). Envolvido em um elaborado esquema de corrupção, Collor caiu em descrédito principalmente após o polêmico episódio do confisco às poupanças. Seu fracasso na tentativa de estabilizar a economia o tornou alvo fácil da mesma imprensa que o exaltara dois anos antes. As ruas foram ocupadas de novo pela população, mas desta vez o pedido era por *impeachment*. Collor renunciou pouco antes de ser condenado pelo Senado.

O então vice-presidente da República, Itamar Franco, conseguiu vencer a inflação através de um elaborado plano econômico, tendo como peça chave seu ministro da fazenda e futuro presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Apesar do curto período de governo, Itamar tomou duas decisões importantes em relação ao ensino superior. A primeira foi a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE) e sua substituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Tal ação foi justificada pelas denúncias de corrupção de membros do então extinto CFE, os quais recebiam propina para credenciarem instituições de ensino privadas. O novo órgão teria uma nova configuração, a fim de impedir tais atos. Metade dos seus membros seria indicado por entidades da sociedade civil. Itamar alterou também o formato dos exames vestibulares, além de tentar modificar a lógica de divisão dos recursos destinados às IFES. (CUNHA, 1997).

À frente do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso derrubou a inflação e consolidou aos brasileiros a imagem de que era capaz de governar o país com eficiência, vencendo Lula nas

⁵ Em 1989, mais de vinte candidatos batalharam pelo cargo de presidente no primeiro turno. A lista completa, de acordo com o número de votos é a seguinte: Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Mário Covas, Paulo Maluf, Guilherme Afif, Ulysses Guimarães, Roberto Freire, Aureliano Chaves, Ronaldo Caiado, Affonso Camargo Neto, Enéas Carneiro, José Alcides de Oliveira, Paulo Gontijo, Zamir Teixeira, Livia Maria, Eudes Mattar, Fernando Gabeira, Celso Brant, Antônio Pedreira, Manuel Horta, Armando Correia. Disponível em <<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Brazil/pres89.html>>. Acesso em janeiro de 2014.

eleições de 1994. Sua aliança partidária de centro-direita teria como articulador das novas propostas para a educação superior Paulo Renato Souza, então técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ele seria o ministro da educação durante os dois governos de FHC.

Percebemos que a decomposição da ditadura militar e a adesão do país ao projeto neoliberal significaram, em certa medida, a constituição de um governo ainda mais rígido e cruel do que o anterior, onde as cartilhas neoliberais encontraram governos obedientes e submissos a seus preceitos, prontos a estabelecer um novo tipo de totalitarismo: o do capital (FÁVERO; SEMERARO, 2002).

Neste complexo cenário, propomos como objeto do nosso estudo a análise das teses e dissertações que se propuseram a desvendar a concepção de educação superior no Brasil nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Percebida em seu tempo histórico, e em interação com os demais acontecimentos dentro deste processo, realizamos este trabalho mantendo o objeto dentro de seu contexto global, pois seria um absurdo erguer uma fronteira entre a “História da Educação” e a “História”, como se estas fizessem parte de dimensões separadas (SANFELICE, 2000). Desta forma, discussões pertinentes e atuais no campo da história também foram consideradas, a fim de que fosse possível a realização de uma análise coerente e bem contextualizada em história da educação.

Partimos do pressuposto que, ao lançar nossos olhos sobre o objeto “educação brasileira”, podemos contemplar uma visão privilegiada da sociedade, na medida em que esta não se encontra alheia à sua existência e manutenção. Não sendo neutra ou descolada do todo, mas sim um produto social, que traz consigo marcas e influências muito maiores e complexas, a educação é capaz de revelar as raízes dos diversos interesses que permeiam a nossa realidade (DALAROSA, 2000). Estudar este objeto garantiu-nos, desta forma, uma porta de entrada até os meandros de nossa estrutura político-social, favorecendo um diagnóstico mais crítico a respeito do Brasil como um todo.

Nossa pretensão inicial era analisar os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva a fim de compreender a concepção de cada um destes sobre a educação superior, quais decisões tomaram a respeito desta, e se houve de fato uma mudança de postura entre as duas gestões. Com isso, poderíamos verificar se as supostas diferenças entre as composições teóricas, bem como em relação às alianças político-partidárias, teriam de fato promovido mudanças concretas durante o período em que comandaram a nação.

Não compactuamos com a noção de que a concepção de educação destes governos seja fruto de uma proposta única ou a equação exata das políticas governamentais. A complexa relação entre determinantes políticos e econômicos não se faz de maneira estática, nem mesmo pode se reduzir a interesses econômicos, como muitos pressupõem erroneamente. Consideramos também o papel de todas as formas de resistência neste complexo jogo de contradições, já que a história se constrói a partir de uma lógica dialética, como sugeriu Lênin, ao comentar o pensamento de Engels:

A grande ideia fundamental - escreve Engels - segundo a qual o mundo não deve ser considerado como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos em que as coisas, aparentemente estáveis, bem como os seus reflexos mentais no nosso cérebro, os conceitos, passam por uma série ininterrupta de transformações, por um processo de gênese e de deperecimento, esta grande ideia fundamental penetrou, desde Hegel, tão profundamente na consciência corrente que, sob esta forma geral, quase já não encontra contraditores. Mas reconhecê-la em palavras e aplicá-la na realidade concreta, em cada domínio submetido à investigação, são duas coisas diferentes. Nada há de definitivo, de absoluto, de sagrado para a filosofia dialética. “Ela mostra a caducidade de todas as coisas e para ela nada mais existe senão o processo ininterrupto do surgir e do perecer, da ascensão sem fim do inferior para o superior, de que ela própria não é senão o simples reflexo no cérebro pensante.” Portanto, para Marx, a dialética é “a ciência das leis gerais do movimento tanto do mundo exterior como do pensamento humano (LÊNIN, 1980).

Alicerçados no materialismo histórico-dialético, levamos em conta inclusive os modismos teóricos, as influências ideológicas na percepção da realidade e a forte presença dos organismos internacionais na produção acadêmica brasileira, pois as políticas educacionais não são, mesmo que se pressuponham humanitárias e benfeitoras, isentas da influência do capital. Elas são, na verdade, o resultado de um intenso embate entre os anseios capitalistas e forças contrárias a estes (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2004).

A respeito destes cuidados, cabe retomar o alerta de José Paulo Netto sobre a metodologia em trabalhos de pesquisa. Assim, lutamos para não aplicar simplesmente o método marxista na análise do objeto em questão, mas sim em utilizá-lo a fim de aproximarmos da realidade,

percebida por sua vez em meio a diversas influências, sendo a síntese de suas múltiplas determinações (NETTO, 1998). Assim,

A referência teórico-metodológica só pode servir para abrir o objeto à investigação do pesquisador. Nesse sentido é preciso lembrar que os fenômenos são sempre mais ricos que as leis teóricas que se possam estabelecer sobre eles. A razão está sempre atrás da realidade, ela não esgota nunca a realidade. Isso lhe dá um sentido de claro conhecimento relativo e não é mesma coisa que uma perspectiva relativista de conhecimento. (NETTO, 1998, p.60).

Ao iniciarmos uma busca pela atual produção a respeito deste recorte temático e temporal, deparamo-nos com uma imensa quantidade de produções disponíveis no site da CAPES. Esta farta documentação, em forma de teses e dissertações, seria analisada a fim de estabelecermos uma síntese entre estes trabalhos e o conhecimento já produzido a seu respeito. Durante esse trajeto, todavia, percebemos que mapear essas produções, compará-las e contextualizá-las poderia trazer grandes contribuições ao campo da história da educação, e, portanto, adaptamos nossa proposta inicial.

Acreditamos que, ao analisarmos as produções que se propuseram a discutir este tema, realizando uma sistematização dos referenciais teóricos utilizados, dos recortes das conclusões, possamos também avançar em nossas pretensões iniciais.

Nosso ponto de partida está exposto no primeiro capítulo, onde sistematizaremos as teses e dissertações cuja proposta era estudar a educação superior nos governos Lula e FHC, produzidas entre 1995 e 2012, e que foram disponibilizadas pelo site da CAPES. Informações genéricas sobre esses trabalhos, bem como algumas conclusões prévias são realizadas ao final desta etapa. No segundo capítulo apresentaremos, dentre as centenas de teses e dissertações encontradas no capítulo primeiro, as selecionados para a leitura integral e análise detalhada. Tendo em vista as informações encontradas, confrontamos os resultados obtidos com as obras de autores consagrados sobre o período, a fim de apresentarmos um histórico a respeito da atual situação do Brasil na transição do século XX para o XXI, bem como o papel de suas universidades, o financiamento das pesquisas e a influência de organismos internacionais neste processo. Na quarta e última sessão teceremos algumas conclusões sobre as produções

acadêmicas, seu processo de divulgação, e as conclusões alcançadas a partir das leituras realizadas.

CAPÍTULO 1. EM BUSCA DO “ESTADO DA ARTE”

1.1. Seleção das teses e dissertações

O ponto de partida deste trabalho consistiu na busca das teses e dissertações com as quais dialogaríamos, a fim de montarmos um “estado da arte” sobre os governos em questão. Precisamos esclarecer que nosso olhar sobre estas produções não foi ingênuo e passivo, mas sempre buscamos a compreensão do real através de um olhar crítico sobre as ações dos homens, na medida em que:

As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida. (LOMBARDI, 2004, p.155).

Em nossa busca por produções acadêmicas com as quais dialogaríamos, utilizamos como ferramenta central o site de busca disponibilizado pela CAPES⁶. Esta instituição divulga resumos de teses e dissertações e permite-nos fazer uma busca de maneira eficiente e rápida. As perguntas que nos orientaram neste momento foram:

- (A) Onde se concentram as produções?
- (B) Essas instituições são públicas ou privadas?
- (C) Qual é o referencial teórico utilizado para as mesmas?
- (D) Quais áreas do conhecimento produzem essas pesquisas?
- (E) Quais são os temas trabalhados? Há comunicação entre eles?

Excluimos a busca por autor e instituição, focando-nos no campo “*assunto*”. Neste, realizamos buscas a partir de quatro temas gerais: “*Educação superior no Brasil*”; “*Ensino*

⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - <<http://capesdw.capes.gov.br>> Acesso entre outubro de 2012 e fevereiro de 2013.

Superior no Brasil”, “Educação FHC” e “Educação Lula”. Foram disponibilizados, a partir destes comandos, aproximadamente oitocentos trabalhos.

Dado o grande número de teses e dissertações, tivemos de fazer diversas escolhas. A primeira foi rejeitar os artigos e demais materiais que não se propunham a responder nossa questão central, a saber, desvendar as concepções de educação dos governos em questão.

Ao realizar a leitura de cada resumo, elaboramos um quadro geral a fim de termos uma dimensão das produções e suas principais características. Este quadro foi elaborado a partir dos seguintes critérios: “*Título*”, “*Nome do Autor*”, “*Local da Publicação*”, “*Data de Publicação*”, “*Instituição em que foi produzido*”, “*Objetivos*”, “*Referencial Teórico*”, “*Metodologia*”, “*Objeto(s) Analisado(s)*”, “*Procedimentos*”, “*Conclusão*”, “*Área do conhecimento*”, “*Abordagem teórico-metodológica*” e “*Tema pesquisado*”. Este farto material somou, ao final, duzentas e noventa e duas obras (Anexo 1).

Cabe lembrar que a nossa seleção foi realizada exclusivamente a partir dos resumos disponibilizados no site da CAPES. Realizar a leitura e análise integral de todas as obras seria inviável, devido à grande quantidade de material encontrado e à limitação de tempo disponível para a conclusão desta dissertação.

Antes de partirmos para a análise dos resultados obtidos, precisamos retomar a estrutura de cada resumo. Segundo a CAPES, estes teriam como objetivo “*Facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país. (CAPES, 2013)*”⁷ Sobre sua estrutura geral, a CAPES anuncia que os resumos são “*relativos a teses e dissertações defendidas a partir de 1987. As informações são fornecidos diretamente à CAPES pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados.*”(idem, 2013).

Sendo assim, não foi encontrado um padrão na exposição geral dos resumos, o que dificultou bastante a nossa formatação final. Muitos destes são apresentados sem a existência de referenciais teóricos, conclusões, metodologias e até mesmo de objetivos gerais. Acreditamos que essas lacunas ou inexistências não são vistas apenas como descuido daqueles que publicam os resumos, mas também como um elemento revelador da qualidade e dos interesses envolvidos nas produções acadêmicas das últimas décadas.

⁷ Disponível em <<http://www.capes.gov.br>> Acesso em março de 2013

A tabela a seguir sistematiza a busca realizada, bem como a quantidade de trabalhos encontrados em cada item:

Tabela 1. Sistematização dos trabalhos encontrados no portal CAPES

Item procurado e quantidades encontradas	“Educação FHC”	“Educação Lula”	“Educação Superior no Brasil”	“Ensino Superior no Brasil”
Encontradas	31	43	450	277
Aproveitadas	19	34	203	36
Descartadas	12	9	222	141
Repetidas	-	-	25	100
Selecionadas para leitura	4	8	12	2

1.2 Local das Produções

Nossa análise começou com a busca pelo local onde as produções foram realizadas, a fim de traçarmos um pequeno panorama das pesquisas em educação no Brasil.

No gráfico “1”, representado a seguir, temos o resultado geral:

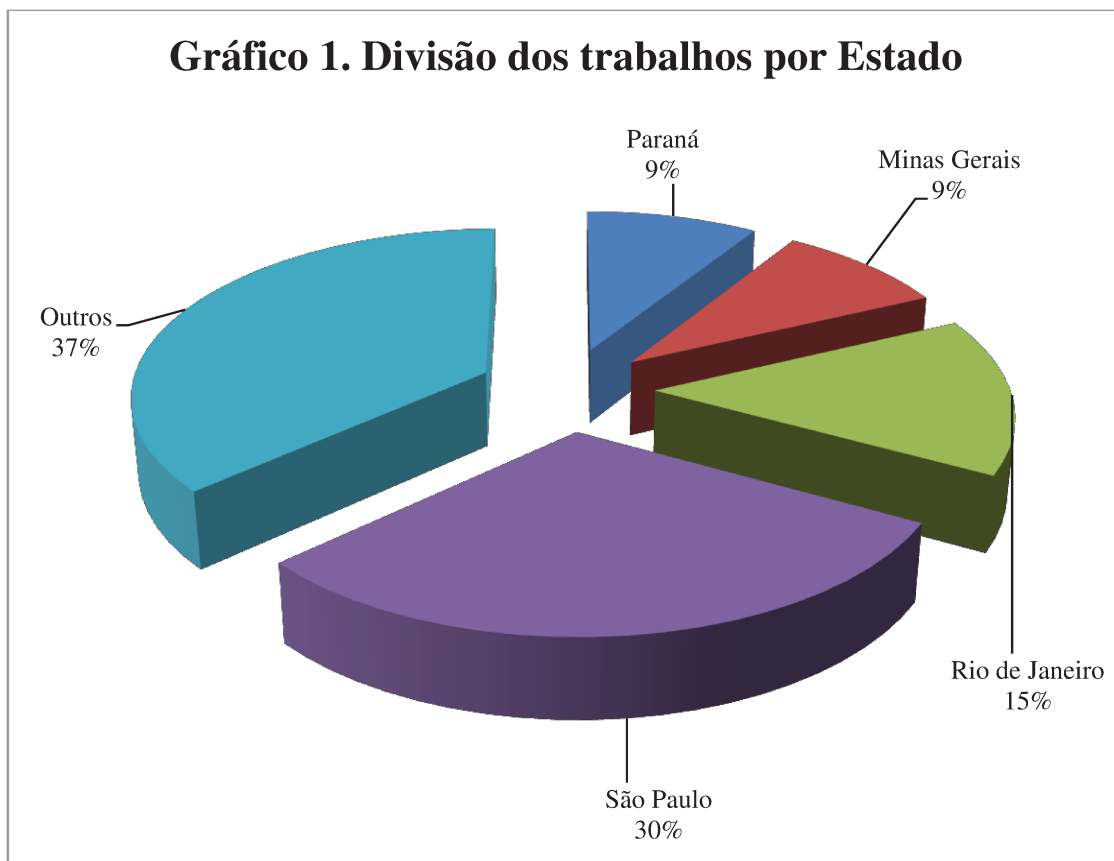


Gráfico 1. Trabalhos envolvendo o tema, produzidos por Estado entre 1994 e 2012, disponibilizados pelo site CAPES. Acesso em fevereiro de 2013.⁸

Como esperado, a região Sudeste e Sul concentra cerca de 50% de todos os estudos. A região Sul, em especial o Paraná e o Rio Grande do Sul destacam-se, somando aproximadamente 15% das produções. Sete Estados não apresentaram qualquer trabalho, dentro os quais cinco na região Norte (Acre, Amapá, Roraima e Rondônia e Tocantins), um na região Nordeste, um na região Centro-Oeste (Mato-Grosso) e um na região Sudeste (Espírito Santo).

⁸ Foram encontradas as seguintes quantidades, Em ordem alfabética de Estado: Alagoas (5); Amazonas (2); Bahia (5); Ceará (9); Distrito Federal (12); Goiânia (13); Maranhão (1); Minas Gerais (24); Mato Grosso do Sul (10); Pará (4); Paraíba (3); Paraná (24); Pernambuco (9); Piauí (2); Rio de Janeiro (40); Rio Grande do Norte (4); Rio Grande do Sul (25); Santa Catarina (18); Sergipe (1); São Paulo (81).

1.3 Classificação das instituições

Nossa segunda seleção voltou-se para o tipo de instituição em que as obras foram produzidas. Como ficou evidente na sessão anterior, há um grande desequilíbrio entre o crescimento das instituições públicas e privadas no Brasil. Desta forma, desejávamos compreender o formato das instituições que abrem espaço para discussão e elaboração de teses sobre este assunto. Vejamos o resultado:

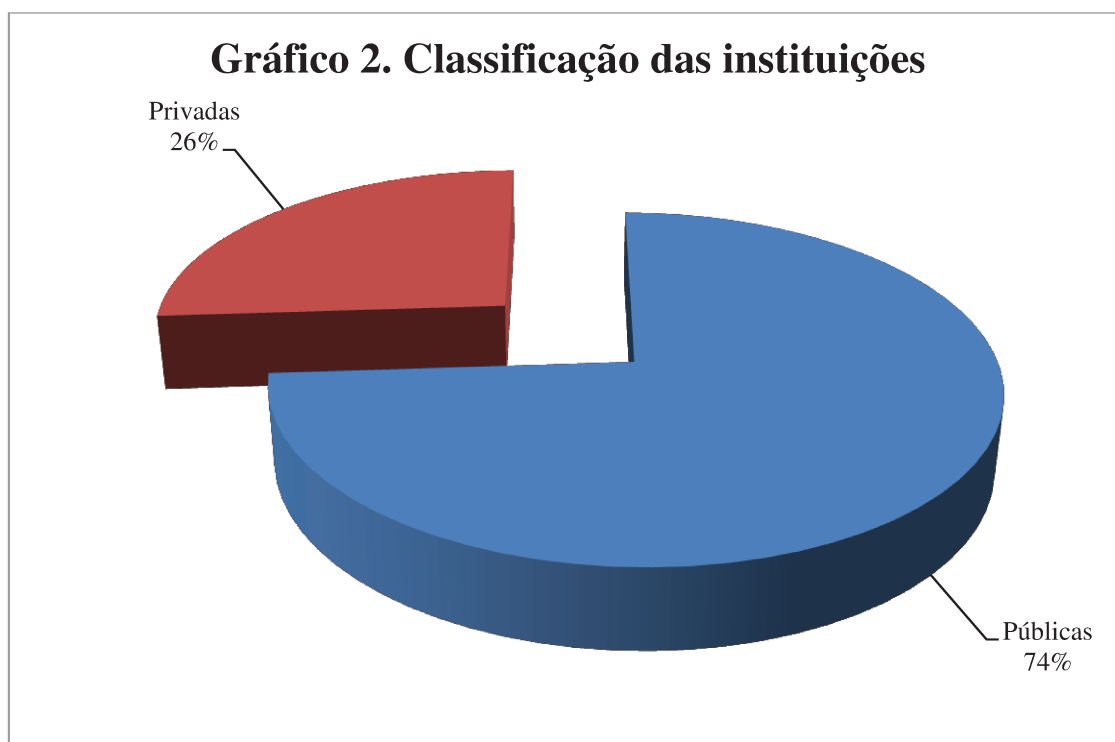


Gráfico 2. Tipos de instituição responsáveis pela produção dos trabalhos selecionados, disponibilizadas pela CAPES entre 1994 e 2012. Acesso em fevereiro de 2013.⁹

⁹ Lista completa das instituições e as respectivas quantidades de trabalho produzidas em cada uma delas: Públicas (217) - CEFETMG (1); UEM (2); UEPG (1); UERJ (1); UFAL (5); UFAM (2); UFBA (4); UFC (9); UFF (17); UFG (11); UFGD (1); UFJF (3); UFLA (1); UFMA (1); UFMG (6); UFPA (3); UFMS (4); UFPB (4); UFPE (9); UFPel (1); UFPI (2); UFPR (9); UFRJ (16); UFRN (4); UFRS (9); UFS (1); UFSC (17); UFSCar (7); UFSM (3); UFT (1); UFU (5); UFV (3); UnB (11); UNEB (1); UNESP (5); UNICAMP (11); UNIFEI (1); UNIOESTE (1); UNISC (1); UNOESTE (1); USP (21). Instituições Privadas (Total de 76 obras) – IUPERJ (2); PUC (33); UBC (1); UCB (1); UCDB (6); UCP (3); UNISC (1); UNESA (2); UNIJUÍ (1); UNIMEP (8); Uninove (1); Unisinos (4); UNISO (2); Univali (1); UPF (3); USM (2); UTP (5) e UNIFran (1).

Nossas expectativas foram mais uma vez escancaradas sem grandes surpresas. Do total de trabalhos praticamente três quartos são produzidos em instituições públicas, o que confirma o perfil de produção de conhecimento das instituições públicas, em detrimento das privadas, as quais voltam-se ao mercado e à preparação profissional.

A Universidade de São Paulo tem o maior número de produções no recorte aqui estabelecido, com 21 trabalhos. A Universidade Federal de Santa Catarina destacou-se totalizando 17 produções, superando assim instituições como as tradicionais UFRJ (com 16 produções) e a UNICAMP (11 produções).

Dentre as instituições privadas, destacam-se as produções das PUCs, espalhadas pelo Brasil, totalizando trinta e três obras. Sem dúvida, o modelo de instituição privada tradicional difere muito da expansão atual das instituições privadas, onde não há preocupação ou espaço para a produção científica, conforme já apresentamos anteriormente.

1.4 Área do Conhecimento

A fragmentação dos saberes, decorrente do positivismo francês do século XIX, mantém suas influências de maneira muito intensa nos dias atuais. Percebemos, ao longo da elaboração do quadro, disciplinas como Química e Odontologia em busca de respostas sobre as transformações na educação ao longo dos governos FHC e LULA. O grande problema desta fragmentação é a não associação entre elas, ou seja, seu isolamento e a consequente impossibilidade de construção de um saber ampliado, crítico e transformador.

Vejamos o resultado de nossa busca sobre este aspecto:

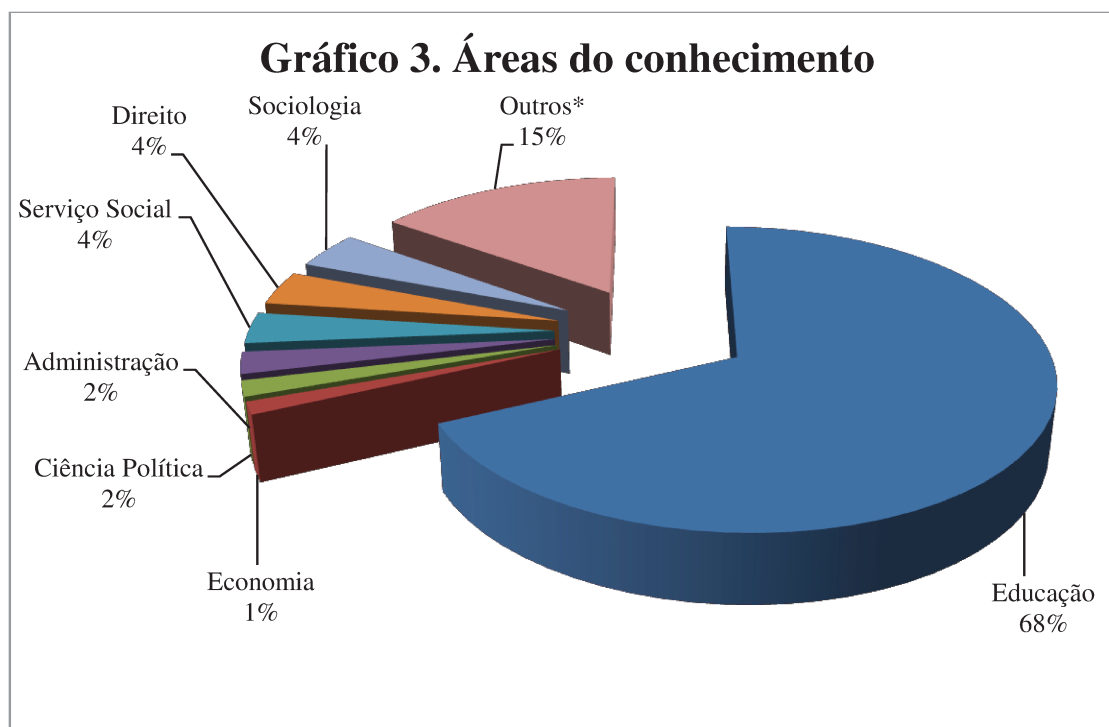


Gráfico 3. Áreas do conhecimento. Envolvidas na temática, publicadas pela CAPES entre 1994 e 2011. Acesso em fevereiro de 2013¹⁰ *Outros: Áreas que representaram 1% ou menos do total de trabalhos.

A área de educação somou 68% de produções, mostrando que ainda há uma busca pelas faculdades de educação na busca por informações a respeito das práticas envolvendo o ensino superior. No entanto, áreas como Direito, Ciências Sociais, Economia e Administração também apresentam um número significativo de obras.

O ponto mais interessante ao compararmos as obras com este critério foi o isolamento existente em cada área. Praticamente não há diálogo entre as produções, limitando as conclusões aos olhares específicos de cada área.

¹⁰ Lista geral de áreas e as respectivas quantidades de trabalhos produzidos: Administração (7); Ciência Política (5); Ciências da Comunicação (1); Ciências da Informação (1); Ciências Odontológicas (1); Ciências Sociais (7); Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (1); Comunicação Social (1); Desenvolvimento Econômico (1); Desenvolvimento Regional (2); Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (1); Direito (11); Economia (4); Educação (199); Educação Científica e Tecnológica (1); Educação Matemática (1); Educação nas Ciências (1); Educação, Administração e Comércio (2); Enfermagem (2); Engenharia de Produção (2); História (1); Integração da América Latina (3); Política Social (1); Políticas Públicas e Formação Humana (4); Psicologia (1); Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (1); Química (2); Semiótica, Tecnologias de informação e educação (1); Serviço Social (10); Sociologia (12); Sociologia e Ciência Política (1); Sociologia Política (3); Tecnologia (1).

1.5 Referencial Teórico

Nesta sessão apresentaremos um balanço dos referenciais disponibilizados pelos resumos das obras selecionadas. Consideramos este elemento absolutamente indispensável para a produção de um trabalho acadêmico, na medida em que esclarece os métodos de trabalho do pesquisador, seus pressupostos e categorias de análise. Defendemos a posição segundo a qual:

todo conhecimento produzido implica e pressupõe métodos e teorias que embasam o processo (método) e o resultado (teoria) da construção do conhecimento científico, sendo estes igualmente produtos sociais e históricos. Mesmo quando não se explicita o referencial metodológico e teórico utilizado, é evidente que, apesar dessa dimensão ficar subjacente ao texto, não se deixa de adotar *princípios* ontológicos e gnosiológicos, posto que estes permeiam toda produção de conhecimentos, todo processo e resultado do pensar do homem (LOMBARDI, 2010, p.93).

Desta forma, o contato com diferentes matrizes teórico-metodológicas pode gerar uma série de informações que dificilmente poderiam ser interpretadas sem a determinação de algumas balizas fundamentais. Assim, a fim de facilitar a exposição e análise destes dados, recorreremos à divisão sistematizada por LOMBARDI (2010), baseada em SEVERINO (1997), SCHAFF (1987) e CARDOSO (1986). As obras foram então divididas em seis grandes conjuntos. São eles:

1) Tradição Metafísica

Fundada no essencialismo, este conjunto de obras conecta-se às produções vinculadas a princípios religiosos, especialmente nas tendências neotomistas. Os grandes representantes deste grupo são Matteo Liberatore, Gaetano Sanseverino, Victor Cathrein, Désiré Mercier, Antonin Sertillanges, Réginal Garrigou-Lagrange, Agostini Gemelli, Jacques Maritan e, no Brasil, Alceu Amoroso Lima.

2) Tradição Positivista (Empírico-Analíticas)

Decorrente das propostas científicas e naturalistas, os membros deste grupo buscariam retratar a realidade por meio de fatos e evidências consideradas neutras, organizadas por um

interlocutor que não exerceria influência sobre tais objetos. Suas referências centrais seriam Auguste Comte, Émile Durkheim e Leopold Von Ranke.

3) Tradição Hermenêutica

Inspiradas no subjetivismo, dariam origem à fenomenologia, ao culturalismo, essencialismo e arqueogenealogia. O ponto de conexão destes múltiplos autores seria a ênfase na subjetividade. Suas referências principais seriam: Husserl, Scheler, Merleau-Ponty, Heidegger, Paul Ricoeur, Michel Foucault, Lacan, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Michel Maffesoli, Jean Baudrillard, Cornelius Castoriadis, Maurice Godelier, Roland Barthes, entre outros.

4) Tradição Dialética

Buscando conhecer o ser humano a partir de sua realidade histórico-social, os autores aqui elencados teriam como ponto de conexão o *“práxisismo, ou seja, o homem é visto como produzido pela sua história da qual é também o agente construtor”* (SEVERINO, 1997, p.32). A imensa lista de intelectuais seria constituída principalmente por Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Kautsky, Bernstein, Rosa Luxemburgo, Mao Tse-Tung, Lukács, Adam Schaff, Doldmann, Althusser e Gramsci.

5) A Escola dos Annales

Esta classificação aparece apenas na classificação proposta por CARDOSO (1986), o qual destaca especialmente as chamadas primeira e segunda gerações, constituída por nomes de peso como Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel. Apesar da grande heterogeneidade de autores e estilos, seriam pontos fundamentais de ligação neste grupo: (A) a construção de uma “história problema” ao invés de uma “história narração”; (B) o câmbio constante com outras disciplinas; (C) a busca pela realização de uma síntese histórica; (D) o reconhecimento da ligação entre o presente e o passado na construção da história; (E) a utilização de um amplo conjunto de documentos e fontes históricas.

6) Ecletismo

Por fim, sua preocupação em classificar a base teórica das produções acadêmicas defrontaria-se com o chamado *ecletismo*, a saber, a justaposição, junções ou conexões formadas

por diferentes concepções, autores e tradições. Desta forma, seria *“ecclética toda e qualquer teoria, prática ou disposição intelectual que se caracteriza pela escolha do que parece melhor entre várias doutrinas, métodos ou estilos.* (LOMBARDI, 2010).

Devemos atentar ainda para o fato de que nem sempre as atividades de pesquisa possuem *“pressuposições paradigmáticas que possibilitem a sua clara identificação”* (idem, 2010), bem como existem os irracionalistas ou céticos, os quais recusam qualquer embasamento metodológico. Além disso, existem as produções que devem ser enquadradas em “ondas” teóricas, as quais se constroem e se desfazem rapidamente, os “movimentos”. Estes “movimentos” seriam, portanto, *“modismos, característicos dos grupos sociais ao longo de toda a história e que também impregnam grupos profissionalmente dedicados à atividade filosófica e científica.”* (idem, 2010, p.95).

Vejamos a divisão das obras consultadas a partir desta proposta:

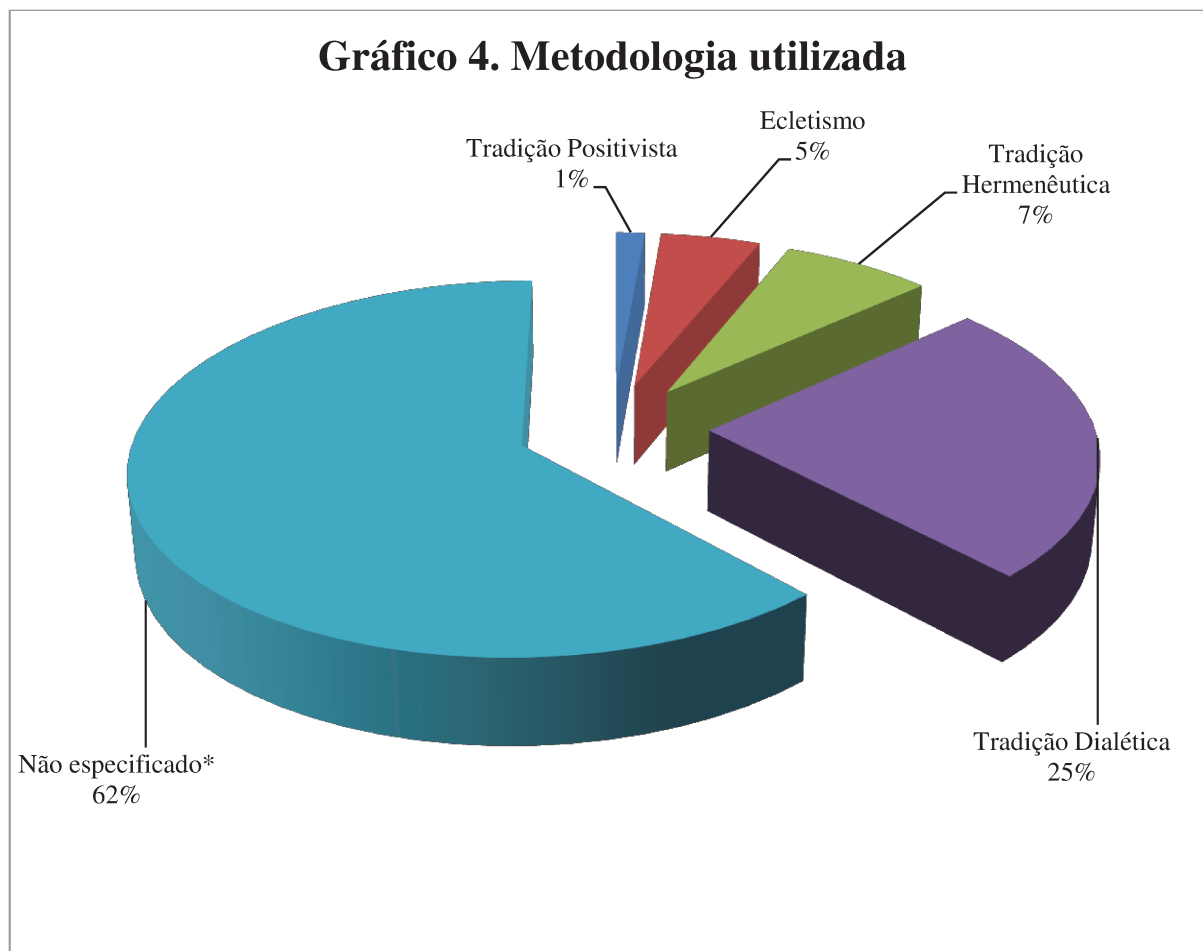


Gráfico 4. Referenciais teóricos divulgados pela CAPES entre 1994 e 2010¹¹

¹¹ Foram preservadas as denominações dos autores. Lista completa em ordem alfabética: Abordagem Qualitativa (12); Análise Crítico-reflexiva (1); Análise de Conteúdo (4); Análise do Discurso (1); Análise do Discurso e Análise de Conteúdo (1); Análise do Discurso e Materialismo Histórico (1); Análise Tridimensional da Política (1); Boaventura de Sousa Santos (Sociologia das Ausências/Emergências) (1); Carl Rogers (1); Catani, Cunha, Dias Sobrinho, Gisi, Michelotto, Minto, Otranto, Sguissard, Trindade, Zainko (1); Clark; Drèze & Debelle, Kerr (1); Cornelius Castoriadis e Hannah Arendt (1); Dedutiva – Popperiana (1); Deluiz, Gonzalez, Frigotto, Kuenzer, Campos, Zeichner, Schön, Giroux, Alarcão, Tardif, Fonseca, Corsetti (1); Escola de Frankfurt (1); Esquizoanálise (Deleuze e Guattari) e da analítica do poder (Foucault) (1); Exame de Documentos (1); Gramsci (2); História Oral (1); Histórico Crítica (3); Jürgen Habermas (1); Martin Carnoy (1); Marx e Bourdieu (1); Materialismo Histórico-Dialético (43); Max Weber (2); Método Popperiano e TCH (1); Metodologia das Redes Sistêmicas (Pesquisa Qualitativa) (1); Metodologia hipotético-dedutiva (1); Michel Foucault (1); Nina Beatriz Ranieri (1); Nova História Cultural (1); Philippe Perrenoud (1); Pierre Bourdieu (7); Pierre Bourdieu e Neil Fligstein (1); Pierre Bourdieu, Lahire e Michel de Certeau (1); Norman Fairclough (1); Sociologia Comparada de Bendix (1); Teoria da Complexidade de Edgard Morin (1); Teoria neo-institucionalista (1); Pablo Gentili e Codo (1); Paulo Freire (1); Triangulação de Métodos (1); Walter Benjamin (1); José Honório Rodrigues, Rui Martinho Rodrigues e de Jacques Le Gof, Peter Burke, Franco Cambi e Antonio Nóvoa (1); Medina, Silva Jr. e Sguissardi, Catani, Dourado, Oliveira, Chauf (1); Saviani, Freire, Deluiz, Zeichner (1); Jean-Jacques Rousseau, Carlos Coutinho, Wanderlei dos Santos, Dermeval Saviani, Luiz Cunha, Luiz Dourado e Jamil Cury (1); Santos, Trigueiro, Dourado, Fialho, Freitas, Yu e Façanha, Lima, Souza e Shibata (1); Sousa Santos, Bourdieu, Tardif, Lucarelli, Cunha (1); Teoria Crítica da educação (1); Teoria Crítica da Sociedade (2); Abordagem Quanti-Qualitativa (1); Readings, Sobrinho, Paim, Morosini, Chauf, Cunha, Oliven, Freire, Szymanski, Silveira (1). Sem referência – 171. Dentre as teses e dissertações

Ao atentarmos para as produções na pós-graduação com o tema “professores” perceberemos a grande incidência de pesquisas que supostamente utilizaram-se do método qualitativo. Ao deparar-se com esta situação, Mirian Warde sinalizou algo bastante interessante e adequado à nossa discussão, pois também percebemos dezenas de obras que seguiam as mesmas características em relação ao nosso tema de pesquisa:

Desse quadro de avaliação qualitativa constato que, tendencialmente, as dissertações não são produto de pesquisa. Passados onze anos, penso que se afirma a pressuposição de Cunha (1979); lamentavelmente, a grande maioria das dissertações não consiste em trabalho de pesquisa (...) Constato um duplo movimento: o estreitamento dos temas e a lassidão do método. Por isso, só aparentemente, estar-se-ia aproximando da realização de um alvo bastante almejado: ruptura com a maléfica divisão do conhecimento, tão a gosto do positivismo, e o encontro da especificidade da educação como objeto do conhecimento. (WARDE, 1990, p.73-74).

E ainda sobre este tema, podemos acrescentar:

Ainda é surpreendente encontrar nos projetos, por exemplo, nos processos de seleção para ingresso na pós-graduação, no item relativo à caracterização da pesquisa, simplesmente sendo definida como “qualitativa”. E no item relativo à metodologia, anunciar simplesmente, a utilização de entrevistas ou questionários, apontando uma técnica de coleta de informações, sem se referirem ou justificarem as fontes, outros procedimentos, ou fases da construção das respostas. Nesse caso, vemos a influência do reducionismo tecnicista, do instrumentalismo e a falta da compreensão teórica da pesquisa. (GAMBOA, 2011, p.80).

pesquisadas, 15 apresentaram autores de referência, mas não foi possível, a partir das informações fornecidas no resumo, identificar sua referência teórico metodológica. Assim, elas foram classificadas no gráfico como “Não especificada”, mas nesta descrição geral aparecem com a referência criada pelo autor.

Uma reflexão honesta sobre o tema, portanto, demonstraria que nas pesquisas em educação o abandono de métodos, como forma de construir autonomia dos sujeitos, tem sido uma marca característica de muitos trabalhos (WARDE, 1990).

Outro elemento bastante significativo expresso pelo gráfico 3 reside no fato da maioria esmagadora dos resumos publicados no site da CAPES não apresentar o referencial teórico de maneira clara. Acreditamos que este elemento revela-nos, ao menos, duas grandes características da produção acadêmica no Brasil. Primeiramente, notamos que ignora-se em grande medida a necessidade de um referencial teórico claro, reduzindo produções em nível de mestrado e doutorado a “achismos” e opiniões pessoais, incapazes de realizar sínteses ou de responder perguntas complexas. Sobre este aspecto, DUARTE (2006) destaca que:

se por um lado, há uma carência de discussões sobre esse tema, por outro lado, o processo de avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES, somado ao universo ideológico pós-moderno e neoliberal, não se fazem de rogados e subordinam a formação dos mestres e doutores em educação às demandas do mercado ou do estilo acadêmico que esteja na moda, o que acaba sendo a mesma coisa, pois os estilos acadêmicos também significam fatias de mercado na venda de livros, de cursos, de palestras e de tantas outras mercadorias consumidas pelos educadores e pelas instituições educacionais. (DUARTE, 2006, p.90).

A partir de suas contribuições, podemos concluir que muitas produções preocupadas em compreender a educação superior no Brasil, na tentativa de definir a concepção de educação dos governos selecionados para esta pesquisa, não desenvolvem, efetivamente, uma pesquisa crítica. Newton Duarte, preocupado com estas questões, buscou definir as características daquilo que poderia ser considerado um intelectual crítico. Em primeiro lugar, eles devem estar comprometidos com a elevação do nível cultural de toda a população, e para tanto, o pesquisador em questão deve se apropriar de um método definido, e a partir deste propôr sua pesquisa. Assim, *“a formação do intelectual crítico não dispensa o auxílio de uma teoria crítica. Não existe nenhum tipo de pensamento crítico em abstrato, isto é, desprovido de conteúdo.”* (DUARTE, 2006, p.94). A produção intelectual deveria ser, portanto, estruturada a partir de conhecimentos adquiridos e incorporados, e existir com a finalidade de contribuir ainda mais com a crítica social

no campo da educação. Além disso, os pesquisadores não poderiam limitar os resultados de sua produção a um grupo específico, mas sim deve permitir que todos os indivíduos tenham acesso aos conhecimentos por ele produzidos.

Em segundo lugar, podemos perceber a influência da pós-modernidade nas produções acadêmicas quando se trata do campo “educação brasileira”. A pós-modernidade, carregada de irracionalismo, fragmentaria não só a realidade social, mas também o sujeito, seu pensamento e a sua ação política. A proposta de superação do positivismo (diante da recusa de sua neutralidade científica e preferência pelos estudos quantitativos), bem como da teoria marxista (acusada de ser incapaz de lidar com micro-realidades do ambiente escolar) abriria espaço para o uso de outros tipos de concepção, conectadas à fenomenologia, etnografia ou antropologia (DUARTE, 2006, p.99).

A lista de referenciais teóricos revelou também a grande utilização do materialismo histórico-dialético. Algumas das produções chegam a citar autores específicos, em especial Gramsci, bem como o uso de suas categorias de análise específicas. É necessário, no entanto, reforçar que não nos preocupamos em distinguir as várias tradições marxistas, mantendo-as no mesmo grupo.

1.6 Temas Pesquisados

Dentre as centenas de trabalhos que se dispuseram a pesquisar a Educação Superior no recorte selecionado, foi possível observar uma grande quantidade de temas. Procuramos organizar estes temas a partir de pontos em comum, apesar de termos ciência dos limites dessa proposta.

A tabela e o gráfico a seguir nos ajudam a observar o resultado:

Tabela 2. Tema das pesquisas

Temas	Legenda	Nº Trabalhos
Formação de Profissionais	1	21
Políticas Educacionais*	2	201
Crescimento das IES Públicas e/ou Privadas	3	31
Projetos/Experiências de Gestão	4	3
PROUNI	5	17
Trajetória de Instituições	6	4
EAD	7	6
ESTADO DA ARTE	8	4
OUTROS	9	5

* (Avaliação, Inclusão, Práticas, Diretrizes, Acesso, REUNI, Financiamentos, Diversidade, Autonomia, Organismos Internacionais, Neoliberalismo e Pós Modernidade).

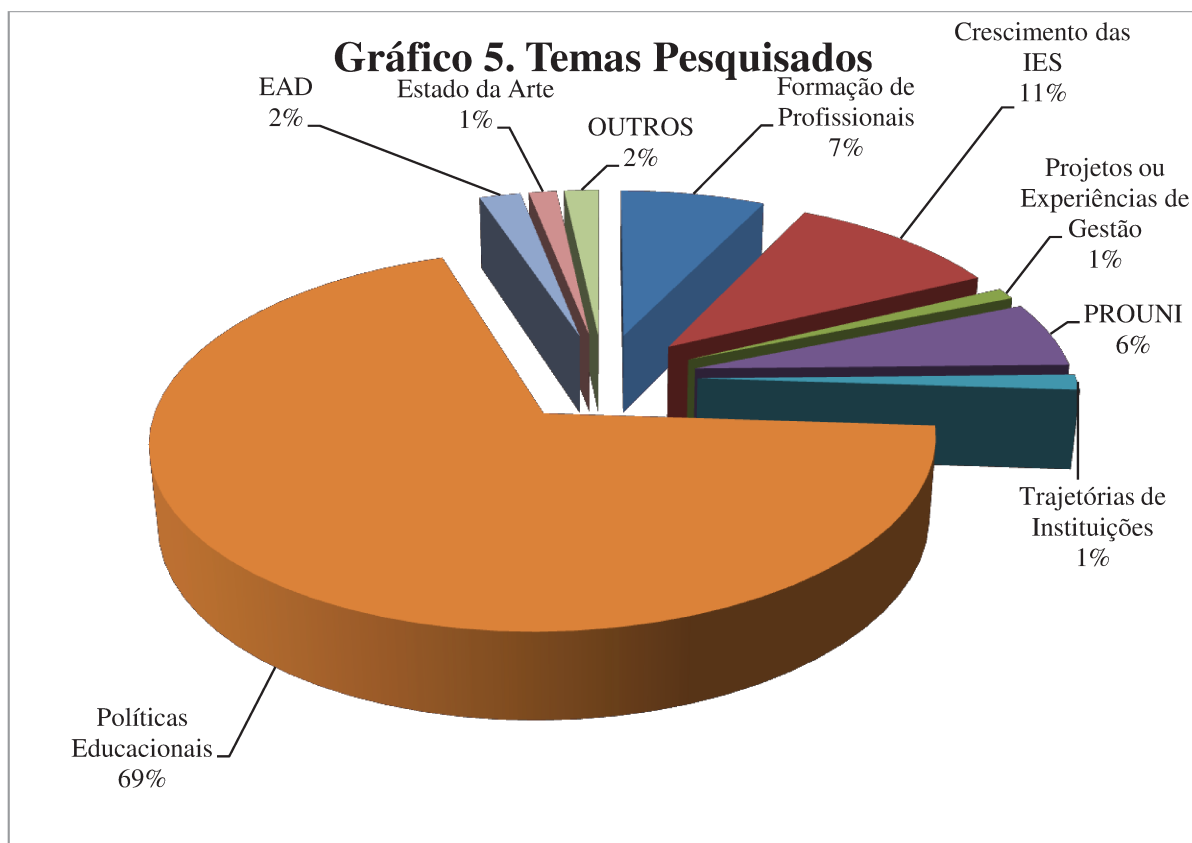


Gráfico 5. Temas presentes nos trabalhos entre 1994 e 2011, divulgados pela CAPES em fevereiro de 2013.¹²

*Temas que representam menos de 3% ou menos do total de trabalhos.

¹² Lista completa dos temas: Formação de Profissionais (21); Políticas Educacionais - Avaliação, Inclusão, Práticas, Diretrizes, Acesso, REUNI, Financiamentos, Diversidade, Autonomia, Organismos Internacionais, Neoliberalismo e

A elaboração deste gráfico permitiu analisar, tema a tema, todos os trabalhos e desta forma perceber que, muitas vezes, a mesma pergunta é feita em inúmeros deles, bem como a utilização de documentos semelhantes, ou idênticos.

O diálogo entre essas obras mostrou-se praticamente inexistente nos resumos publicados pela CAPES, o que empobreceria e diminuiria a possibilidade de produzir um conhecimento amplo e relevante. Na próxima sessão analisaremos as obras selecionadas de maneira integral, especialmente quanto às suas conclusões, e então conseguiremos apontar traços de permanência ou rupturas entre elas.

É importante dizer que a grande incidência do tema “políticas educacionais” revela o interesse dos pesquisadores em entender as transformações ocorridas no ensino superior brasileiro, e quem de fato se beneficia neste completo jogo. Agrupar essas obras, e promover um diálogo entre as mesmas, contribuirá para o campo de pesquisa e permitirá a outros pesquisadores referências para a elaboração de críticas profundas, além da busca por novos desafios.

CAPÍTULO 2. EM BUSCA DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS FHC E LULA

2.1 Apresentação dos trabalhos selecionados por tema

Neste segundo capítulo realizaremos a análise dos trabalhos selecionados a partir dos resumos publicados pela CAPES, de acordo a temática desenvolvida. Diante do grande número de produções que tratavam da educação superior, selecionamos para leitura integral apenas os trabalhos que apresentaram objetivos semelhantes aos propostos iniciais, a saber, desvendar a concepção de educação superior nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010).

Dentre o montante de quase trezentas produções sobre a educação superior neste recorte temporal, foram selecionadas vinte e seis trabalhos, dentre os quais, apenas vinte estavam disponíveis em formato digital. A seguir, apresentamos uma lista organizada pelo nome dos autores em ordem alfabética:

Tabela 3. Obras selecionadas para análise.

Título	Autor
A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	ALVARO CESAR CATTANI
ATUONOMIA UNIVERSITÁRIA OU LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO? A POLÍTICA EDUCACIONAL DE FHC *	ANDRÉIA DA SILVA QUINTANILLA DE SOUZA
A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO, NO AMAZONAS, NO PERÍODO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)	ANGELICA KARLLA MARQUES DIAS

A RELAÇÃO ENTRE DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS POLÍTICAS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS ANOS DE 1995 a 2006*	APARECIDA CARNEIRO PIRES
AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA: TENUIDADE ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO E A PRIVATIZAÇÃO.	BRUNO LIMA PATRÍCIO DOS SANTOS
O IMPACTO DO PENSAMENTO NEOLIBERAL SOBRE A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (1995-1997)*	CÉSAR CANDIOTTO
O PÚBLICO E O PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: DO REGIME MILITAR (1964-1984) AO GOVERNO FHC (1995-2002)	CLÁUDIO AFONSO PERES
A POLÍTICA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (1995-2008): RUPTURA E/OU CONTINUIDADE?	CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO PROUNI	CRISTINI COLLEONI
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	CRISTINA PEREIRA MELO DE OLIVEIRA
ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE O ESTADO E O MERCADO	EDSON RILDO PENHA DE ALENCAR

A PRIVATIZAÇÃO/MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO CONTEXTO DO SISTEMA DO CAPITAL E DA SUA CRISE ESTRUTURAL	ELACI FERREIRA DA COSTA
A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS FHC E LULA E A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA	JANETE ILIBRANTE
REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS ANOS DE CONTRA-REVOLUÇÃO NEOLIBERAL: DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO A LUIS INÁCIO LULA DA SILVA	KATIA REGINA DE SOUZA LIMA
PROUNI: POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR OU PRIVATIZAÇÃO?	MARCOS JOSÉ VALLE
EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL: O CASO DA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS	MARIA ZOREIDE BRITTO MAIA
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1998-2007: PROPOSTAS, METAS E DIRETRIZES, OUTRO OLHAR SOBRE OS MESMOS PROBLEMAS	PATRÍCIA LUCIAS VOSGRAU DE FREITAS
PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA HOMEOPÁTICA CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL (1995-2010)	PRISCILLA GAMA CARDOSO
O SIGNIFICADO DO PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XXI: O DECLARADO NO PPA “BRASIL DE TODOS” (2004-2007)	MARIA ALICE DE MIRANDA ARANDA

UFBA NA MEMÓRIA	MARIA INÊS CORRÊA MARQUES
A IMPLANTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE DO PARÁ: UM ESTUDO DE CASO DO CAMPUS DE ALTAMIRA	RHOBERTA SANTANA DE ARAÚJO
AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: PROGRAMAS E AÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO GOVERNO LULA DA SILVA (2003-2010)*	SIMONE MEDEIROS
A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÓS LDBEN: TERRITÓRIOS DISPUTADOS*	SINTIA SAID COELHO
MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS PRODUTIVAS PARA OS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR	SUELI DE FÁTIMA OURIQUE DE AVILA
O REUNI COMO ESTRATÉGIA DA CONTRA- REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR*	VIVIANE DE SOUZA RODRIGUES
CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NA REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: FINALIDADES, CONTINUIDADES E RUPTURAS (1995-2010). ESTUDO COMPARADO BRASIL E PORTUGAL.	ZULEIDE SIMAS DA SILVEIRA

*As obras de Aparecida Carneiro Pires, Andréia Quintanilha de Souza, César Candiottto, Simone Medeiros, Sintia Said e Viviane Rodrigues, apesar de selecionadas, não foram encontradas em formato digital, o que inviabilizou a sua leitura e incorporação a esta pesquisa.

2.2 Análises dos trabalhos.

Após a seleção dos trabalhos a partir da temática, desenvolvemos nesta seção uma breve análise de cada um deles¹³, destacando os seguintes aspectos: Título, Ano de Conclusão, Autor, Tema, Argumentos Centrais, Referencial Teórico, Conclusão.

Ao final desta seção, compilamos e confrontamos as ideias principais desenvolvidas pelos autores, bem como as contribuições mais relevantes de cada obra.

2.2.1 Trabalho nº 1. Álvaro César Cattani

A. Título.

“A influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais para a educação superior no Brasil”. Dissertação (Mestrado). Curitiba.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2006

C. Autor (a).

Álvaro César Cattani

D. Tema.

A pesquisa buscou desvendar o papel dos organismos internacionais (CEPAL, OMC, BM, BID, UNESCO) e o impacto destes na educação superior brasileira, na segunda metade do século XX e no início do século XXI.

E. Argumentos Centrais.

Álvaro Cattani procurou, através da análise de documentos e pesquisa bibliográfica, compreender o impacto dos organismos internacionais supracitados no ensino superior brasileiro, e constatou que práticas benéficas para a população passaram a ser substituídas por atividades lucrativas ao capital.

¹³ Nosso critério de apresentação das obras obedeceu à ordem alfabética a partir do nome dos autores.

Como seu foco está nos efeitos dessa transformação para a educação superior, o pesquisador discute o fenômeno do crescimento das instituições privadas de ensino superior em relação às públicas, em especial durante o governo Lula, o qual foi comparado a seus opositores no trato com os organismos internacionais.

Os acordos com essas instituições, desta forma, não se fariam de maneira neutra e desinteressada, mas estariam sempre de acordo com regras e condições. Assim:

Todos os países que assinam empréstimos do Banco automaticamente recebem um requerimento de que aceitam cada condicionalidade vinculada àquele acordo, tanto pelo Banco quanto pelo FMI. (...) apesar de o Banco e o Fundo desempenharem papéis diferentes, não se pode ter um sem ter o outro. (...) estudos já estipularam que os projetos financiados pelo Banco Mundial trazem uma média de condicionalidades, se forem computadas as do FMI que são automaticamente vinculadas a eles. (SILVA, 2005, p.11-12).

Ao seguir as orientações, a partir da década de 1970, os governos brasileiros teriam priorizado o ensino fundamental em detrimento do superior. A falta de investimentos teria sido, portanto, um dos fatores mais importantes na privatização do setor.

O autor faz questão de ressaltar que o Banco Mundial é ligado a outros organismos, como o “Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento” (BIRD), a “Associação Internacional de Desenvolvimento” (IDA), a “Cooperação Financeira Internacional” (IFC), o “Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos” (ICSID), a “Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais” (MIGA) e o “Fundo Mundial para o Meio Ambiente” (GEF). Todos estes foram criados no contexto do pós Segunda Guerra, em meio às tensões existentes entre o bloco socialista, liderado pela URSS, e capitalista, tendo os EUA como cabeça.

O autor destaca então a importante ação das assessorias propostas pelo BM, mais significativas, segundo ele, até mesmo do que os empréstimos oferecidos. A concepção de educação dos governos brasileiros seria então fortemente influenciada pelas propostas e recomendações produzida nas sedes destes organismos¹⁴.

¹⁴ Os programas sugeridos pelo BM são apresentados sempre como submissos aos interesses mercadológicos, tais como sugerem os documentos “*Supporting Reform in the Delivery of Social Services*”, de 1996, e “*Social*

A educação foi apresentada por estes grupos como “antídoto da pobreza”, e elemento chave na resolução dos conflitos sociais, devendo o ensino básico ser universal e gratuito, enquanto os demais setores não seriam prioritários. Outros benefícios decorrentes da educação seriam a contenção demográfica e a melhoria da condição de renda das camadas mais pobres da população. Assim, “*o Banco mostra que não propicia um volume de recursos injetados, mas sim sua influência nas políticas sociais porque seu aval condiciona a liberação de empréstimos aos ajustes estruturais*” (CATTANI, 2006, P.41).

Outra instituição em destaque na pesquisa é a OMC. Possuindo personalidade jurídica, ela buscaria regular as relações internacionais e, a partir da década de 1990, teria lutado para romper as barreiras existentes no campo da educação. Se fosse vista apenas como um “serviço”, a educação superior poderia ser oferecida pelo setor público ou privado e, portanto, deveria sujeitar-se às regras de funcionamento estabelecidas pela instituição para todos os países membros. Sua aprovação facilitaria a expansão do setor privado, na medida em que as novas regras gerariam uma série de mudanças no interior desses países, tais como a aceitação simples de títulos obtidos no exterior, a abertura comercial ou a isenção de impostos para instituições privadas nacionais e internacionais.

Álvaro Cattani também discute as consequências da “Comissão Econômica para a América Latina” (CEPAL), criada pela ONU em 1948, e suas consequências para o Brasil. Respondendo aos interesses norte-americanos durante a Guerra Fria, a comissão proclamou ter como propósito central o desenvolvimento econômico da região da América Latina, sendo incorporados posteriormente os países do Caribe. Na década de 1990, a CEPAL teria incentivado, em consonância com o “Consenso de Washington”, a ampliação das fontes de financiamento para a educação, buscando garantir o aumento da educação superior privada, e enfatizando a formação de profissionais que atendessem às necessidades do mercado.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), vinculada à ONU, seria outro exemplo de organização criada no mesmo contexto, cuja função seria garantir a paz e a solidariedade intelectual e moral da humanidade. O contato entre a UNESCO e o MEC teria se intensificado a partir da década de 1990, tendo sido assinado em 1993, durante o governo Itamar Franco, o primeiro plano de trabalho em conjunto.

Development Strategy”, de 2003. Disponíveis em <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>>. Acesso em janeiro de 2014.

Muitos documentos sobre a educação superior foram produzidos por esta instituição, tais como: “*Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educacion Superior*” (1996), visando a expansão quantitativa e a diversificação das formas de avaliações das IES; “*Um tesouro a descobrir*” (1996), o qual trata a educação de maneira pragmática e a conecta às necessidades econômicas e sociais; a “*Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*” e “*Marco Referencial de Ação Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior*” (ambos de 1998), os quais têm uma ação de complementação e caminham na linha dos demais ao tratar a educação como antídoto para crises econômicas e sociais.

Em 2006, no “*Manifesto do México*”, a UNESCO reagiu à ofensiva da OMC, a qual buscava incorporar a educação ao “Acordo Geral para o Comércio de Serviços” (ACGS). O resultado foi surpreendente, na medida em que freou o processo de mercantilização da educação. O teor do documento pode ser resumido no seguinte trecho:

A redução da educação em mera mercadoria degrada sua qualidade e não assegura seu caráter formativo, simplificando-a a um treinamento para competências limitado. O grupo repudia sua inclusão entre os serviços da ACGS, apoiando a posição do Brasil (citado anteriormente na fala do ministro Cristóvão Buarque) e outros países que manifestaram sua posição contrária. Isto não é só uma posição contrária, mas também a convicção de que a educação é e deve ser uma formação de qualidade e que só é possível assegurar seu caráter mediante sistemas rigorosos de controle da qualidade das instituições de educação superior (UNESCO, 2005).

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

O referencial teórico metodológico apresentado foi o materialismo histórico-dialético, tendo o autor a preocupação de demonstrar os caminhos e interesses que envolvem a construção de uma política pública.

Para Cattani, uma política pública, longe de ser apenas a expressão de um ou outro grupo social, constrói-se a partir de uma ampla disputa e troca de favores.

G. Conclusões

Sua conclusão aponta na continuidade do comportamento em relação aos organismos internacionais no Brasil, seja nos governos da chamada “direita”, bem como os considerados da “esquerda”. Assim, não haveria diferenças claras entre as propostas de FHC e Lula para a educação.

Sobre o Banco Mundial, Álvaro Cattani acredita que sua posição não pode ser simplificada em excesso, não sendo:

monolítica nem fixa: nos próprios documentos e estudos promovidos pelo BM existem importantes diferenças de enfoque, conclusões divergentes e até contraditórias, como também críticas aos arcabouços conceituais, às metodologias e aos resultados de outros estudos publicados ou citados pelo BM (CATTANI, 2006, p.69).

Finalizando, após analisar todos os documentos e suas dinâmicas, o que se observa no Brasil seria a construção de uma política neoliberal na prática, disfarçada de Social-Democracia (CATTANI, 2006).

2.2.2 Trabalho nº 2. Angélica Karlla Marques Dias

A. Título.

“A expansão do Ensino Superior privado, no Amazonas, no período de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).” Dissertação (Mestrado em Educação). Manaus, AM.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2006

C. Autor (a).

Angélica Karlla Marques Dias

D. Tema.

Ao afirmar que as reformas de FHC no campo educacional foram realizadas de acordo com as diretrizes da “Conferência Mundial sobre a Educação para Todos”, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1991, a pesquisadora buscou compreender a políticas públicas deste governo para o ensino superior, bem como as ações do Banco Mundial neste processo, e quais foram os reflexos destas para a educação superior do Amazonas. Seu trabalho intentou, desta forma, *“conhecer, compreender e explicar a trajetória do ensino superior, desde sua implantação no Brasil, dando ênfase ao período de 1995 a 2002.”* (DIAS, 2006, p.17).

E. Argumentos Centrais.

Para Angélica Dias, a década de 1990 representou um período de substituição do investimento no setor público para o privado, sendo o governo submisso ao lobismo dos empresários da educação. Ela atribui ao Banco Mundial a criação das diretrizes para as reformas no Brasil, alterando a lógica da esfera pública.

A Constituição de 1988 foi apontada pelos governos da década de 1990 como a grande responsável pelo encarecimento da máquina pública, sendo necessária sua urgente transformação. Talvez essa seja a explicação do imenso número de medidas provisórias de FHC, muito acima dos seus antecessores. O Estado teria então, em busca desses objetivos, reduzido sua atuação em diversos setores, tendo na privatização a sua grande marca.

O Ensino Superior também foi alvo de uma forte reestruturação neste momento, e a facilitação para o setor privado de ensino superior teria gerado consequências também em Manaus, havendo resistência por parte dos docentes.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

A dissertação procurou analisar documentos como o “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (1995), “Ensino Superior Brasileiro: Características e Desafios”, “A Educação do Ensino Superior no Brasil” (1998), “Brasil do Setor de Ensino Superior” (2000), “Ensino Superior desafios e Opções” (2002), e *“Declaracion Mundial sobre La educacional em el siglo XXI: Vision y Acción da Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura – UNESCO”* (1995). Os pressupostos são inspirados no materialismo histórico dialético,

tendo a pesquisadora manifestado a preocupação de relacionar os documentos em destaque ao contexto mais amplo que os envolveu.

G. Conclusões

Angélica Dias concluiu que as transformações seriam fruto da expansão capitalista no setor. Submisso às políticas orientadas por organismos internacionais, o governo brasileiro teria reduzido suas responsabilidades e garantido mais espaço para a ação de agências reguladoras. A UNESCO e o Banco Mundial enviariam então inúmeras propostas favoráveis ao acúmulo de capitais.

A responsabilidade da educação estaria, ao longo deste processo, transferindo-se do Estado para a iniciativa privada, e conseqüentemente, seu incessante interesse pelo lucro. FHC não seria o responsável por tais mudanças, mas teria respondido positivamente a elas, facilitando a implantação de diversas ações neste sentido.

2.2.3 Trabalho nº 3. Bruno Lima Patrício Santos

A. Título.

“Ampliação do Acesso ao Ensino Superior no Governo Lula: tenuidade entre a democratização e a privatização”. Dissertação (Mestrado em Política Social). Niterói, RJ.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2010

C. Autor(a).

Bruno Lima Patrício Santos

D. Tema

Bruno Santos pesquisou o governo Lula (2003-2010), dando ênfase às diversas ações realizadas ao longo dos dois mandatos no sentido de ampliar o acesso ao ensino superior, tais como a UAB, o PROUNI, o REUNI e outras.

E. Argumentos Centrais.

O pesquisador revelou através de uma minuciosa análise de cada um dos “pilares” relativos à política de inclusão petista, o vínculo mantido entre o projeto do PT para a educação superior e os interesses da burguesia nacional e do capital internacional. Os supostamente “maiores beneficiados” por este processo, os grupos populares, contariam na verdade com uma atividade de qualidade questionável, e a essência de todas as ações estaria sujeita ao desejo do Banco Mundial para o nosso país.

Um exemplo disso estaria no fato de que, ao longo deste período, surgiram 29 instituições públicas de ensino superior, contra 364 privadas. Além disso, aproximadamente 60% dos estudantes não estariam se graduando em universidades, o que, na opinião do autor, atentaria contra a concepção de educação como direito do cidadão.

As parcerias público-privadas demonstrariam que os benefícios ao setor privatista também teriam alcançado a universidade pública, as quais passariam a se expressar por meio de vocábulos empresariais e quantitativos. Os projetos de acesso, como o PROUNI, FIES E PNAES, vincular-se-iam mais à lógica de alívio à pobreza, propagada pelo Banco Mundial, do que ao ideal de igualdade social, sonhado por muitos daqueles que depositaram suas esperanças no PT.

Para explicar a origem desta política, o pesquisador retoma a lógica do “Consenso de Washington”, organizado em 1989, o qual teve como idealizador o economista estadunidense John Williamson. De acordo com seu pensamento, a América Latina deveria, urgentemente, aplicar as reformas neoliberais. Williamson apresentou uma lista com dez regras básicas a serem seguidas, as quais teriam como essência a diminuição do papel do Estado, a busca pelo equilíbrio orçamentário, a abertura comercial, incentivos à concorrência bem como um profundo programa de privatizações e o afrouxamento da legislação trabalhista.

Praticamente no mesmo período, ocorreu na Tailândia a “Conferência Mundial de Educação para Todos”, realizada em 1990, em Jomtien, sinalizando a interferência da UNESCO e do Banco Mundial na educação, e contando ainda com apoio do “Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (PNUD). (SANTOS, 2010, p.43).

A UNESCO, no entanto, teria apresentado propostas que se confrontavam com as sugestões do Banco Mundial. Enquanto a primeira defenderia um posicionamento central e

estratégico do Estado no ensino superior, o segundo proporia a radicalização dos princípios neoliberais. Isso explicaria por que países como Alemanha, a despeito do que foi propagado como “receita para o sucesso”, manteriam um sistema universitário gratuito e público (TRINDADE, 1999).

O Banco Mundial, interessado em aplicar as chamadas medidas do chamado “alívio à pobreza”, construiu um aparato ideológico no intuito de reforçar o modelo capitalista e assim, garantir, segundo o Bruno Santos, lucros estratosféricos. A instituição seria capaz, em meados de 2004, de levantar algo em torno de 20 bilhões de dólares por ano.

A proposta do BM de privatização do ensino superior levaria em conta argumentos relativos à otimização dos custos dos Estados, os quais deveriam direcionar seus investimentos apenas sobre o ensino básico, delegando ao indivíduo a possibilidade de cursar ou não o ensino superior.

Ao analisar o Plano Diretor de FHC, de 1994, poderíamos perceber sua subordinação às recomendações do “Consenso de Washington”. Sob a promessa de ampliação de autonomia das instituições superiores, foram tomadas uma série de medidas que acabaram por ampliar o controle do governo federal sobre as instituições, sempre justificadas como “avaliações de desempenho”. Os problemas das universidades eram atribuídos às supostas falhas administrativas e gerenciais. Os diagnósticos e as propostas mantinham forte tendência quantitativa, bem como as metas estabelecidas. Desta forma, ao invés de pensar-se no que se produz e na qualidade do trabalho realizado, o foco residiria na quantidade e velocidade da pesquisa (CHAUÍ, 1999, p.218-219).

O governo FHC teria sido também responsável por um gritante arrocho nos investimentos sociais, especialmente sobre as universidades federais, o que gerou problemas gravíssimos para a manutenção das mesmas. Essas questões passariam a ser utilizadas posteriormente para acusar as instituições de ineficiência, bem como no intuito de reforçar a proposta de substituí-las pelas privadas, tidas como mais eficientes e vantajosas (SANTOS, 2010, p.57).

O Governo Lula, por sua vez, teria criado uma série de leis, programas e medidas sobre a educação superior. Os principais elementos de sua política sobre neste segmento: O “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (SINAES), criado através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; a “Lei de Inovação Tecnológica” (LIT), nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; a “Lei de parceria público-privada” (PPP), nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; o “Projeto

Universidade para Todos” (ProUni), nº 11.096, de 13 de dezembro de 2005; a “Universidade Aberta do Brasil” (UAB), instituída pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006; e o “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades” (REUNI), criado através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

O posicionamento inicial do governo Lula sobre a educação superior ganhou voz a partir de seu ministro da educação, Cristovam Buarque, responsável por tecer duras críticas ao modelo posto em prática por FHC (classificado de neoliberal), denunciou a submissão das IES aos interesses econômicos. No entanto, Bruno Santos acredita que a proposta apresentada como alternativa possuía semelhante tendência privatizante, ao reforçar o caráter público não-estatal das instituições privadas de ensino superior, as quais, segundo o próprio ministro, *“podem ser privadas (...) mas sua organização tem de ser controlada pela comunidade acadêmica”*. (BUARQUE, 2003, p.03).

Uma das rupturas percebidas por Bruno Santos entre os dois governos encontra-se na análise feita pelo GTI (Grupo de Trabalho Interministerial), criado pelo governo Lula para avaliar a situação da educação superior no Brasil. Este grupo diagnosticou problemas diferentes dos apontados pela equipe do governo anterior, na medida em que o primeiro atribuía os problemas à incompetência gerencial, o segundo apontava raízes mais profundas, de ordem econômica e social. (SANTOS, 2010, p.133).

No ano seguinte, Tarso Genro assumiu o comando do Ministério da Educação e deu prioridade ao processo de reforma do ensino superior, tendo como marco a elaboração de outro documento, intitulado “Reforma da Educação Superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior”. O centro das propostas estaria consolidado nos princípios de autonomia universitária, financiamento, avaliação e política de acesso e permanência. Ao tratar de autonomia, o documento abordaria principalmente a questão da autonomia financeira, ampliando as fontes de obtenção de recursos pelas IES.

Assim, o governo Lula estaria mantendo uma postura de continuidade em relação ao governo anterior, aprofundando o que havia sido apenas iniciado. Sobre o financiamento para a educação, notou-se uma incompatibilidade entre a promessa feita em campanha, explicitados no documento “Uma escola do tamanho do Brasil” e as projeções após a vitória nas urnas (DAVIES, 2003). Surgiram, concomitante a estas mudanças, propostas na Câmara dos Deputados, elaboradas por membros do PT, incentivando o pagamento pelo curso após a

conclusão do mesmo. A deputada Selma Schons, por exemplo, enviou a proposta de Emenda Constitucional nº 217¹⁵, buscando alterar o artigo 212 da Constituição Federal. A autora classifica a sua proposta como criativa e ousada, mas na verdade, haveria a intenção de responsabilizar os indivíduos por problemas estruturais e conjunturais do capitalismo (SANTOS, 2010, p.28). Esse seria apenas um exemplo do posicionamento do PT, em total consonância com as propostas apresentadas na década anterior pelo Banco Mundial. (MANCEBO, 2004, p.33).

Quanto à questão da avaliação, haveria uma divergência no interior do primeiro governo Lula. Enquanto o ministro da educação Cristovam Buarque defendia uma política de permanência dos princípios aplicado no governo de FHC, uma comissão criada pelo governo denominada CEA (Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior) propunha a avaliação como um elemento formativo e emancipatório. A conclusão do SINAES, no entanto, só teria ocorrido após a saída de Cristovam Buarque do MEC, ao longo de 2004. Lula sancionaria então, em abril de 2004, a Lei 10.861, criando o SINAES e também a “Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior” (CONAES), no intuito de supervisionar e acompanhar seu funcionamento. O então presidente do CONAES, o professor Héglio Trindade, teceu duras críticas ao sistema de financiamento e avaliação colocados em prática, tentando romper com os padrões semelhantes aos governos de FHC e à lógica proposta pelo Banco Mundial. Entretanto, permaneceram no governo do PT o sistema de ranqueamento das universidades, bem como a centralização excessiva dos processos regulatórios e da aplicação de verbas por parte do Ministério da Educação.

Sobre a política de acesso e permanência no ensino superior, o desafio era gigantesco. Lula havia prometido em campanha ampliar, em médio prazo, para 30% o índice de jovens entre 18 e 24 anos cursando cursos superiores no país, o que significava praticamente quadruplicar o número de matrículas. Deste grupo, 40% deveriam estar no ensino público¹⁶. As ações tomadas pelo governo justificar-se-iam a partir de críticas feitas ao modelo universitário, classificado como elitista, e passaram a ser denominadas pelo governo como democráticas.

Desta forma, Bruno Santos demonstra que os projetos de acesso ao ensino superior do governo centravam-se em três pilares: educação à distância, as parcerias-público-privadas e o

¹⁵ Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=148603>>. Acesso em janeiro de 2014.

¹⁶ Disponível em <<http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.doc>>. Acesso em janeiro de 2014.

crescimento do setor privado. A EAD seria vista como uma saída para o que o governo classificou como incapacidade de ampliação de vagas em curto e médio prazo por parte das instituições federais. Esse avanço corresponderia, de acordo com Bruno Santos, a um movimento global, estimulado pela atual fase do capitalismo. A equação capaz de justificar essa modalidade levaria em conta os baixos custos para implantação do sistema, a velocidade e facilidade de acesso, bem como a criação de um rico mercado educacional para diversos setores. O grande prejuízo estaria no fato de pensar-se a educação mais como um treinamento, uma dispersão de informação, do que uma prática social propriamente dita. (SILVA JÚNIOR, 2003).

Devemos ressaltar que o pacote de transformações propostas durante o governo Lula teria gerado facilidades para a entrada do capital estrangeiro no país, na medida em que 30% dos investimentos para as instituições poderiam ser estrangeiros, e as mesmas ganhariam o direito de validar diplomas obtidos em outros países. (BRASIL/MEC, 2006). Desta forma, o pesquisador percebeu, durante o governo petista, um arranjo legislativo que permitiu e facilitou o desenvolvimento de uma burguesia nacional de serviços, bem como do grande capital internacional. (SANTOS, 2010, p.39).

F. Pressupostos teóricos e metodológicos

Seu referencial teórico foi o materialismo histórico dialético. O pesquisador reuniu documentos oficiais produzidos pelo governo, e os relacionou à conjuntura brasileira e internacional. O histórico das reformas universitárias abraçou também o período dos governos FHC, garantindo uma base de comparação entre as propostas aparentemente antagônicas para a educação superior.

G. Conclusões

Bruno Santos acredita, a partir de suas pesquisas, que o governo Lula falhou na promessa de democratizar o ensino superior no Brasil, e, além disso, garantiu a continuidade das privatizações, já em curso no governo FHC. Isso teria ocorrido através do crescimento das instituições privadas e da “privatização interna” das universidades públicas. Portanto, conclui o pesquisador:

Embora o Ministério da Educação apresente com constância dados que visam exaltar com magnitude a condução da política de democratização do acesso ao ensino superior, existem alguns fatores palpáveis que demonstram que a realidade da política educacional brasileira não é tão próspera quanto se tenta fazer enxergar (SANTOS, 2010, p.135).

2.2.4 Trabalho nº 4. Cláudio Afonso Peres

A. Título

“O público e o privado no ensino superior brasileiro: do Regime Militar (1964-1985) ao governo FHC (1995-2002)”. Dissertação (Mestrado) Cascavel, PR.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2009

C. Autor (a).

Cláudio Afonso Peres

D. Tema.

A proposta do pesquisador Claudio Afonso Peres foi analisar a expansão do setor privado no ensino superior brasileiro, em especial nos períodos da Ditadura Militar (1964-1985) e do Governo FHC (1995-2002). Seu objeto de pesquisa são as reformas na educação superior, bem como a legislação produzida nos períodos selecionados e os documentos oficiais, levando em conta as obras de autores clássicos e contemporâneos sobre o tema.

E. Argumentos Centrais.

Um dado impressionante teria motivado o autor a realizar sua pesquisa. Segundo Claudio Peres, as instituições privadas de ensino superior ofereceram em 1985, final do período militar, 73% das vagas do ensino superior no Brasil e, surpreendentemente, esta marca chegou a 89% em 2006.

A obra teria relevância, segundo o pesquisador, dado o vazio de produções que tratem da questão do público e do privado no Brasil durante o período militar. A comparação com o governo FHC traria também novas contribuições na medida em que permitiria a discussão de temas inéditos. O autor conseguiria provar que as formas de governo, sejam elas democráticas ou autoritárias, não interferem nas práticas que interessam ao capital.

No primeiro capítulo o pesquisador Claudio Peres discute o conceito de público e privado, retomando a teoria de John Locke e contrapondo-a a perspectiva marxiana. O conceito de Estado também é colocado em pauta, a partir de diferentes eixos interpretativos.

Na sequência, um longo histórico sobre a educação superior no Brasil, desde o período colonial, é apresentado. No período militar, o autor destaca o impacto dos acordos MEC-USAID, a partir dos quais empréstimos e assistências eram elaborados seguindo a visão de tecnocratas, e posteriormente implantadas na educação superior do Brasil. A reforma do ensino superior, estabelecida pela Lei 5540/68 também ganhou espaço na pesquisa.

Ao tratar do governo FHC, o autor discutiu as reformas estabelecidas pelo MARE, demonstrando as novas influências decorrentes de toda a transformação no panorama internacional. A formulação da LDB/1996 também é discutida, e diversos autores são citados a fim de elaborar uma crítica consistente sobre as diretrizes criadas. Para o pesquisador, os organismos internacionais tiveram forte influência sobre o governo de FHC, o qual teria atendido basicamente aos interesses do mercado.

No segundo capítulo o autor passa a estabelecer uma comparação entre o período militar e o governo de FHC. Alicerçado na teoria marxiana, Claudio Peres delinea as características da Constituição de 1967, revelando a hipertrofia do executivo e sua estratégia econômica, responsável pelo “milagre econômico”. Enquanto a economia nacional sofria, na década de 1980, as nefastas consequências das medidas tomadas durante a ditadura, a burguesia nacional comemorava ganhos cada vez maiores. A desigualdade social crescera, colocando o Brasil na lista dos países mais desiguais do mundo. A grande diferença, no entanto, é que não teria ocorrido a política de privatizações, as quais marcariam o governo FHC. Outro ponto de dissonância a ser destacado é que setores estratégicos, como telefonia, petróleo, água e luz, mantiveram-se sob o comando do Estado.

A inflação e todos os problemas decorrentes da década de 1980 geraram a expectativa de grandes reformas modernizantes, prontamente assumidas por FHC. O Estado abriria mão de ser a

“locomotiva do crescimento”, ampliando a participação direta do empresariado nacional e internacional.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

O pesquisador calçou-se na perspectiva materialista histórico-dialética, propondo organizar um histórico do processo em questão. Sua análise da Ditadura Militar parte do conceito marxista de Estado, segundo o qual este agiria como um “comitê da burguesia” a serviço de seus interesses. Submisso às interferências que lhe são externas, o Estado brasileiro, seja no período ditatorial, ou na chamada “Nova República”, obedeceria aos detentores do capital financeiro internacional.

Claudio Peres apresenta também uma proposta de comparação dos dois recortes selecionados, estratégia justificada a partir das reflexões de Marcela Pronko, especialmente em seu artigo intitulado “A Comparação Histórica e a História do que não foi: desafios para a pesquisa histórica em América Latina” (PRONKO, 2003, p.3). A autora, ao refletir sobre a prática da comparação, acredita que *“A riqueza da comparação está mais no processo de pesquisa do que na forma de redação, está nas perguntas que nos permitem colocar e nas relações que nos permitem enxergar, antes que na enumeração tediosa de semelhanças e diferenças”* (idem, 2003, p.3).

G. Conclusões

O autor chega a concluir, a despeito do crescimento apresentado nas IES durante a Ditadura Militar, que o grupo beneficiado ao longo do processo foi aquele vinculado ao capital, na medida em que toda a lógica do Estado a ele se submetia. Assim, apesar do papel do Estado alterar-se no mandato de FHC, podemos concluir que ele continuou ocupando a posição central. Na década de 1990, no entanto, ele assume a postura de regulador e fiscalizador das IES, e não mais de responsável por seu desenvolvimento.

O autor reconhece que, numa sociedade capitalista, o acesso de todos os saberes historicamente acumulados pela humanidade seria impossível. Assim, ele vê nas propostas da Ditadura Militar e do governo Fernando Henrique Cardoso elementos claros de privatização e submissão das IES à lógica do capital. A dicotomia ditadura-democracia, para ele, é apenas um

engodo, na medida em que ambas seriam apenas fases de mesmo modelo econômico (PERES, 2009).

2.2.5 Trabalho nº 5. Cristina Helena Almeida de Carvalho

A. Título.

“A Política Pública para a Educação Superior no Brasil: Ruptura e/ou Continuidade?”
Tese (Doutorado em Economia). UNICAMP – Campinas, SP.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2011

C. Autor(a).

Cristina Helena Almeida de Carvalho

D. Tema.

A tese de doutorado de Cristina Carvalho buscou analisar os investimentos do governo federal na educação superior, nos seus âmbitos público e privado. O recorte, como o próprio nome esclareceu, teve como foco os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2008), divulgados os dados até a elaboração da pesquisa. O fio condutor da pesquisa residiria em duas perguntas: (a) Existiu semelhança entre os governos? (b) É possível verificar rupturas ou continuidades entre eles?

E. Argumentos Centrais.

As fontes consultadas foram programas, projetos de lei e legislação sobre o tema, tais como documentos impressos, relatórios, estudos, pareceres, manifestações públicas, conteúdos de seminários, e também análises estatísticas e descritivas, censos da Educação superior (INEP), Execuções Orçamentárias da União, relatórios da Receita Federal e as informações obtidas junto aos órgãos competentes.

Foram selecionados os atores considerados efetivos para a construção de uma política educacional para o nível superior, a saber: o “Ministério do Planejamento” (MP), o “Ministério da Educação” (MEC) e o “Ministério da Fazenda” (MF), bem como atores sociais defensores do setor privado, como a “Associação Brasileira dos Mantenedores do Ensino superior” (ABMES) e a “Associação Brasileira das Universidades Comunitárias” (ABRUC); federais, como a “Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior” (ANDIFES) e o “Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior” (ANDES-SN), bem como híbridos, como o “Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), além de organismos multilaterais, como o “Banco Mundial” (BIRD) e a “Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura” (UNESCO), bem como atores sociais defensores do setor privado, como a “Associação Brasileira dos Mantenedores do Ensino superior” (ABMES) e a “Associação Brasileira das Universidades Comunitárias” (ABRUC); federais, como a “Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior” (ANDIFES) e o “Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior” (ANDES-SN), bem como híbridos, como o “Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), além de organismos multilaterais, como o “Banco Mundial” (BIRD) e a “Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura” (UNESCO).

Compreender a política pública seria possível, na concepção da pesquisadora, a partir da definição de:

sete pilares, a saber: autonomia, centralização do poder decisório, avaliação, formação de professores, flexibilização curricular, expansão e financiamento. Neste sentido, a análise a respeito dos rumos da política pública requer o entendimento de que esses sete elementos são multifacetados e, ao mesmo tempo, estão imbricados entre si de modo a contribuírem para intervenção do Poder Público em prol da expansão da educação superior (CARVALHO, 2011, p.xi).

Assim, os principais atores políticos envolvidos nas políticas públicas para a educação seriam o Ministério da Educação, do Planejamento e da Fazenda, enquanto que os principais atores sociais seriam identificados no ANDES-SN, ANDIFES e UNE. Os representantes da comunidade acadêmica teriam no ABMES e na ABRUC seus atores fundamentais, além do

CRUB que seria teoricamente neutro. A UNESCO e o BIRD entrariam no palco de disputas como organismos internacionais. Partindo deste pressuposto, a pesquisa apontou que todos os atores identificaram uma crise na educação superior e a urgente necessidade de ampliação do setor.

Cristina Carvalho buscou, portanto, através da análise das instituições e dos chamados “atores políticos”, analisar os processos e as políticas públicas para a educação. Assim,

O estímulo concedido à oferta privada no que se refere às mudanças na legislação, com o intuito de flexibilizar as modalidades de cursos e institucionais, bem como o frouxidão nos critérios de credenciamento e de autorização do CNE foram os condicionantes fundamentais do boom de matrículas particulares na era FHC. Ainda que tenha perdido força no governo de seu sucessor, o principal elemento de continuidade residiu na manutenção da supremacia do segmento privado cuja dimensão impressiona: 75% das matrículas, 73% dos cursos e 90% das instituições em 2008. (...) A mudança reside no protagonista dessas inovações. Se o governo FHC endereçou a diversificação ao segmento privado, o governo Lula passou a incentivar a adoção desses modelos não tradicionais também no segmento federal (CARVALHO, 2011, p.3-4, grifos nossos).

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

A proposta do estudo está alicerçada na concepção denominada “*neo-institucionalismo histórico*. (...) *a relação entre Estado e Sociedade é mediada por instituições e alicerçada na figura do Estado, ao mesmo tempo, instituição e ator central da política pública.*” (idem, 2011, p. xii). Segundo a pesquisadora, esta opção interpretativa coloca o “*Estado no lugar central para a compreensão do fazer político e da mudança social*” (idem, 2011, p.xii), o que a faz romper com pressupostos deterministas, existentes entre o que ela classificou como “neo-marxistas” ou os “estrutural-funcionalistas”. Em defesa de seu método, ela atribuiu a este a possibilidade de, através dele, equilibrar e combinar as diferentes variáveis envolvidas nos processos históricos.

Um pressuposto importante da pesquisadora reside sobre sua visão sobre o Estado. Este não seria um aparelho “puro” de regulação social, nem mesmo o instrumento de uma classe

dominante. Ela defende que o Estado seria uma instituição/ator fundamental dos processos políticos e, para estudá-lo, deveríamos compreender as relações entre o este e a Sociedade Civil.

Entre as várias ressalvas em defesa de seu método, destaca-se a afirmação de que “*Se por um lado, as instituições são produto do conflito político e das escolhas, por outro, estas modelam e restringem as estratégias políticas*” (CARVALHO, 2011), sendo muitas vezes uma política apenas a consequência de decisões tomadas em governos anteriores. Assim:

O fio condutor da pesquisa é entender os atores e as instituições políticas (polity) como essenciais para a compreensão do processo político (politics), bem como para o desenho e a conformação das políticas públicas (policies). A participação de indivíduos, de grupos, de classes e do Estado no processo político, a maneira pela qual eles interpretam (ideias) e perseguem seus interesses e os resultados de seus esforços são moldados pelo arcabouço institucional, assim como a trajetória do fazer político (politics) molda e, simultaneamente, é moldada pela dimensão material da política (policy) (CARVALHO, 2011, p.xi).

G. Conclusões

Após realizar um breve histórico da educação superior no Brasil, a partir da reforma da educação de 1968 (Lei nº 5540/68), Cristina Carvalho demonstra que o crescimento das instituições privadas desde então tem se dado de maneira quase ininterrupta. A participação governamental em relação aos investimentos nas IES públicas já apresentaria uma redução durante o Governo Militar, e mecanismos indiretos de transferência de recursos públicos seriam ampliados, por meio especialmente da renúncia fiscal. Esses aspectos, somados ao relaxamento dos critérios para o estabelecimento e funcionamento destas instituições teriam garantido um crescimento médio de 30% a.a. no setor privado entre 1968 e 1971.

A constituição de 88 garantiria a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, e também ampliaria a porcentagem dos impostos arrecadados pela União, destinados para a educação, de 13% para 18%. A autora desenvolveu sua pesquisa a partir de dois pressupostos. O primeiro é o de que a ação dos governos não foi exclusivamente resultado de intervenções externas, como muitos atores insistem em afirmar. Seu segundo pressuposto seria o de que, aparentemente, existem traços de continuidade entre os dois governos, tanto na formulação de políticas, como na expansão do financiamento à educação.

Lula teria incorporado estratégias estabelecidas por FHC e as aperfeiçoado, elaborando um sistema de ampliação de vagas e políticas de apoio à permanência dos alunos muito mais complexas do que o governo anterior. A autora acredita ainda que o grande desafio seria reverter a mentalidade segundo a qual a desigualdade nas propostas educativas é inerente ao sistema capitalista, segundo ela, profundamente disseminada no Brasil.

Ao analisar os investimentos federais diretos e indiretos, Cristina Carvalho concluiu que os governos de Fernando Henrique Cardoso não ampliaram investimentos na educação superior, demonstrando um posicionamento claro do governo no sentido de não valorizar tais instituições. A sobrevivência das instituições públicas deveu-se à busca de recursos extra orçamentários, como a parceria com fundações de apoio à pesquisa. Seu governo teria deixado a tarefa da expansão para o próprio mercado, sendo que “*O benefício fiscal e o financiamento público conferiram a chancela de credibilidade e de solidez financeira, necessárias para o acesso privilegiado ao mercado bancário e de capitais.*” (CARVALHO, 2011, p.398).

No governo seguinte, Lula teria alterado essa política ao criar o PROUNI. As expectativas dos empresários da educação seriam supridas com o novo programa, que foi ampliado com o passar dos anos. O programa, apesar de atender uma parcela pequena dos estudantes de ensino superior, complementou de maneira bem sucedida o já conhecido FIES.

Cristina identificou e avaliou o uso de recursos a partir da ótica das diversas instituições envolvidas, e concluiu o óbvio:

Como era de se esperar, os atores como ABMES e ABRUC são favoráveis à ampliação dos mecanismos existentes, com o aval do Banco Mundial e a aceitação, com ressalvas, da UNESCO, porém sob a desaprovação do ANDES-SN, da ANDIFES e da UNE. Estes últimos são unânimes em afirmar que o Poder Público destina recursos em demasia às IES particulares que têm como objetivo central o lucro em detrimento da qualidade do ensino ofertado (CARVALHO, 2011, p.90).

Retornando ao governo FHC, a pesquisadora conseguiu identificar também uma queda nos investimentos na educação, especialmente no segundo mandato. Para compreender a conexão entre as propostas políticas e as ações concretas, ela acompanhou os registros dos embates

realizados no Congresso, em especial quanto à LDB/96 e ao PNE. O resultado teria sido um consenso entre as duas propostas, de modo que as recomendações “radicais” foram recusadas.

Dois objetivos de FHC não teriam sido concretizados em seus oito anos de mandato, a saber: a autonomia plena das IES e o fim da gratuidade no setor, refletindo os inúmeros debates existentes entre os envolvidos. O governo Lula, por sua vez, teria conseguido, graças a uma situação econômica mais confortável, condições de aplicar volumes maiores nos projetos educacionais de ensino superior. Isso teria sido resultado, segundo a pesquisadora, mais do cenário econômico do que de propostas políticas realmente diferenciadas. Assim, gastou-se mais no social não porque acreditava-se que este era o caminho correto, mas porque a condição econômica mais abastada permitia também investir neste setor, que a própria autora identifica como “gastos sociais”.

O crescimento de vagas não foi, no entanto, acompanhado do crescimento de matrículas, durante o governo Lula, o que gerou uma série de vagas ociosas. A enorme reação popular aos planos apresentados pelo MEC para a educação superior foi um diferencial entre os governos LULA e FHC, talvez porque as expectativas vinculadas ao PT fossem mais ligadas aos grupos populares. Sobre esta postura, ela acredita na materialização das propostas, na medida em que:

A concepção saiu do plano da retórica por meio do Programa Expansão Fase I e do REUNI no intuito de contemplar não só o aumento de vagas e de instituições federais para melhoria do acesso e da permanência, mas também a redução das desigualdades regionais e a ocupação de vagas ociosas nos cursos noturnos, dois outros aspectos da política de expansão que vinham sendo relegados ao segundo plano (CARVALHO, 2011, p.407).

A quantidade de matrículas no ensino superior, entre a população com idade de 18 a 24 anos, era de 7% em 1995. As ações de FHC teriam elevado o índice para 10%, enquanto os mecanismos de Lula promoveram uma expansão na ordem dos 14%, ainda muito distantes dos 30% previstos no PNE. A constante disputa para a aprovação das políticas públicas estaria vinculada aos conflitos envolvendo inerentes aos grupos de interesse. Assim, as decisões não poderiam ser interpretadas como expressão exclusiva da vontade de um ou outro grupo.

2.2.6 Trabalho nº 6. Cristini Colleoni

A. Título.

“A Educação Superior no Contexto do PROUNI”. Dissertação (Mestrado). Cascavel, PR.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2012

C. Autor(a).

Cristini Colleoni

D. Tema.

A questão central no trabalho de Cristini Colleoni vincula-se às razões que originaram as políticas de inclusão ao ensino superior, denominadas pelo governo Lula de “democráticas”, bem como o seu contexto, contradições e consequências.

E. Argumentos Centrais.

A autora propôs a elaboração de um histórico sobre a criação da universidade no Brasil, dando ênfase especial àqueles que conseguiram, neste tempo, acessar o ensino superior em nosso país.

O trabalho parte da hipótese que a crise econômica da década de 1990, no Brasil, foi combatida através de reformas diversas, orientadas nas propostas de organismos internacionais, as quais direcionaram o país no rumo das reformas neoliberais (especialmente a redução do papel do Estado e a política de privatizações). O resultado dessas ações, em especial durante o governo Lula, seria a grande ampliação do número de estudantes em instituições superiores de ensino.

O histórico por ela realizado parte das transformações sofridas pelas universidades ao longo do século XIX, onde profundas influências nacionalistas e liberais ganharam corpo. A criação das universidades no Brasil, já no século XX, teria sido marcada pelo elitismo e o desejo de formação das elites nacionais. Durante a Era Vargas, esta assumiria um caráter profissionalizante, o qual se aprofundaria ao longo das décadas seguintes.

Após o período democrático, a Ditadura Militar manteria o rumo do processo, tendo como um dos marcos a Lei Nº 5.962/68, a qual, embora tivesse impedido ações radicais e transformadoras no campo educacional, promoveria a ampliação das vagas, garantiria a gratuidade e facilitaria o ingresso no ensino superior. Os militares optavam, naquele momento, por uma universidade orientada pelos interesses do capital, a partir do modelo tecnocrático-empresarial.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

A pesquisa teve como referência o materialismo histórico-dialético, percebendo a educação em meio às disputas, confrontos e conflitos de classe na formação do Brasil. Enxergando a história como resultado de um longo processo, a autora se vê na obrigação de realizar um histórico das mudanças econômico sociais no Brasil, construindo assim uma mesma base explicativa para os dois governos em questão.

A existência dos organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, é levada em conta, e a estes é atribuída toda uma ideologia que teria encontrado no Brasil um terreno absolutamente fértil para se desenvolver.

Na lógica de aproximação entre o público e o privado, Cristini Colleoni demonstra a estratégia do grupo dominante no capitalismo, a burguesia, de impor seus valores e tentar convencer que os seus interesses, na realidade, corresponderiam exatamente aos interesses de toda a sociedade.

G. Conclusões

Ao analisar especificamente o Estado do Paraná, Cristini Colleoni demonstra que o governo comandado por Jaime Lerner (1995-1998) apresentou supostas ações que seriam responsáveis pela “expansão da autonomia universitária”, mas, no fundo, buscou retirar a responsabilidade do Estado na condução deste setor.

Os argumentos na condução do Estado do Paraná eram muito semelhantes aos utilizados pelo governo Federal, a saber: era necessário priorizar o ensino básico, não havia recursos e os cursos superiores estavam elitizados. A ação, no entanto, parecia ser mais radical no Paraná, onde o governador apresentou a proposta de cobrança de mensalidades imediata nos cursos da

educação superior no Estado, interessantemente justificada como medida garantidora da “democratização do acesso”. Portanto:

Como se viu (...) a expansão da educação superior ocorreu tanto por pressão social como pelas exigências do setor produtivo e de negócios. Com isso, por um lado, ampliou-se o número de matrículas e, por outro, o Estado repassou responsabilidades à iniciativa privada. E esta, com sua insaciável sede de lucro, acabou por transformá-la em causa de crise, suscitando a intervenção do Estado para resolvê-la. (COLLEONI, 2012, p.86).

Cristini Colleoni concluiu então que o PROUNI foi criado como uma medida dupla: isentar o governo da responsabilidade sobre a gratuidade do ensino superior, e garantir um apoio sólido às IES privadas que se viam em condições difíceis diante do grande número de vagas ociosas. Assim, a formação acadêmica no Brasil priorizaria o ensino para o mercado, e não a produção de conhecimento, sendo a educação condizente com a organização econômica e social vigente. Subordinado às recomendações dos organismos internacionais, o Estado brasileiro lançaria sobre o indivíduo a responsabilidade sobre seu sucesso ou fracasso, e ainda garantiria a imagem de defensor da democracia.

2.2.7 Trabalho nº 7. Cristiane Pereira Melo de Oliveira

A. Título.

“Programa Universidade para todos: a percepção dos estudantes de uma universidade privada de São Paulo”. Mestrado (Dissertação). São Paulo, SP.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2012

C. Autor(a).

Cristiane Pereira Melo de Oliveira

D. Tema.

O objetivo de seu trabalho foi verificar como o PROUNI é visto pelos alunos contemplados pelo programa, e desvendar a opinião destes, não apenas sobre o programa, mas também a respeito dos desafios e dificuldades por eles enfrentadas. A pesquisa foi realizada em São Paulo, com alunos de uma única universidade privada com aproximadamente 18 mil alunos, dentre os quais 5% são contemplados com bolsas do PROUNI.

E. Argumentos Centrais.

A partir dos dados fornecidos pelo governo sobre os programas de “democratização” do ensino superior, a pesquisadora buscou esquadrihar o perfil dos alunos beneficiados pelas bolsas em uma universidade paulista a fim de compará-los às metas e discursos proclamados a respeito do PROUNI.

Criado para democratizar o acesso ao ensino superior, o programa de bolsas seria justificado pelo governo petista a partir do conceito de isonomia, presente na Constituição de 1988. A Carta Magna teria vários artigos que levantariam a questão da igualdade. Em seus artigos 3º e 5º, encontramos as seguintes afirmações:

Artigo 3º.

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Artigo 5º.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Para este governo, garantir aos brasileiros a igualdade nas condições de acesso e permanência ao ensino superior seria possível apenas através das chamadas “ações afirmativas”, ou seja, por meio de medidas jurídicas. Leis e medidas foram criadas neste sentido como forma

de apoiar deficientes, negros e outros grupos prejudicados historicamente no processo de integração e ascensão social.

Para a pesquisadora, o programa é incompleto, pois ao garantir a entrada de grupos menos favorecidos no ensino superior, ainda seria necessário um conjunto de ações que garantissem a permanência destes na instituição. Diversos alunos entrevistados manifestaram o desejo de uma “Bolsa Permanência”, na medida em que as dificuldades econômicas criariam enormes barreiras, as quais muitas vezes impediriam a conclusão do curso.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

O trabalho é descrito como tendo natureza “descritivo-exploratória”, sendo a coleta de informações realizada através de entrevistas com aproximadamente 200 alunos. Dezenas de perguntas, bem como um relatório completo sobre a ficha do aluno (Trabalho, salário, família, cor, renda etc) foram elaborados. As respostas dos concluintes foram confrontadas com a dos ingressantes, e lhes foi fornecida a possibilidade de manifestarem-se livremente.

Cristiane Oliveira confrontou os dados obtidos com a pesquisa empírica com a Constituição Federal de 1988, considerada “direito fundamental aos brasileiros” (BRASIL, 1988). O balanço dos trabalhos realizados neste sentido foi feito a partir de uma busca no sistema CAPES, a partir dos comandos “PROUNI” e “AÇÕES AFIRMATIVAS”, onde houve a seleção de 38 trabalhos.

Ao buscar orientar o leitor sobre seu posicionamento e categorias de análise previamente estabelecidos, a autora afirma: “*A pesquisa apresenta como referencial teórico os direitos fundamentais e o princípio da igualdade como direito posto essencial para que se efetive por meio das políticas de ações afirmativas*” (OLIVEIRA, 2012, p.19). Esta classificação deixou-nos com dúvidas quanto ao referencial teórico por ela estabelecidas por esta pesquisa, não sendo possível identificá-lo.

G. Conclusões

Cristiane Pereira Melo concluiu que o programa não foi capaz de resolver o problema envolvendo a defasagem de vagas no ensino superior do Brasil, mas ela reconhece que houve melhorias com sua implantação.

Para a autora, a falta de políticas de permanência no Ensino Superior, somadas à quantidade insuficiente de bolsas de estudo, impedem que o programa seja mais impactante. Por outro lado, o mérito do programa seria garantir que mais jovens entre 18 e 24 anos cursem o ensino superior.

A pesquisa definiu ainda que os alunos ingressantes escolheram a instituição prioritariamente devido à qualidade do ensino, depois pela localização e finalmente pela obtenção de bolsa integral. Os concluintes, no entanto, estabeleceriam como elemento mais importante para a escolha, a bolsa integral oferecida pelo governo.

Sua sugestão ao processo em curso seria a criação de uma “Bolsa Permanência”, a qual garantiria aos alunos a possibilidade de equacionarem suas dificuldades financeiras a fim de concluírem o curso iniciado.

2.2.8 Trabalho nº8. Edson Rildo Penha de Alencar

A. Título.

“Ensino Superior no Brasil: Entre o Estado e o Mercado”. Teses (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo, SP.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2011

C. Autor (a).

Edson Rildo Penha de Alencar

D. Tema.

Edson Alencar defende que a educação brasileira sofreu duas grandes reformas em sua história. A primeira teria ocorrido em 1968, com a lei 5.540/68. A segunda, por sua vez, teria ocorrido sob o comando do ex-ministro da educação, Paulo Renato Souza, durante os dois

governos de FHC. Sendo assim, ele demonstra sua preocupação em relação ao crescimento das instituições superiores privadas, pois estas teriam compromisso prioritário com o lucro, oferecendo “*uma qualidade de ensino superficial condizentes com as suas próprias estruturas pedagógicas e de finalidades*” (ALENCAR, 2011, p.10).

A redução da formação universitária a uma mera capacitação para o mercado também foi objeto de preocupação do pesquisador, condição sobre a qual se refere repetidas vezes. A expansão quantitativa seria inegável, mas isso não teria significado, como propagaram Lula e FHC, uma “democratização da educação”, na medida em que há “*incompatibilidades entre a finalidade da educação e as condições de negócios que geralmente regem essas IES*”. (ALENCAR, 2011, p.14).

Sua pesquisa priorizou o governo FHC, mas estendeu-se até 2008, ou seja, também incorporou o primeiro governo Lula.

E. Argumentos Centrais.

Para Edson Alencar, houve uma transferência do legado da democratização para o setor privado, a partir de políticas de subsídio e isenção fiscal. A pesquisa constatou um crescimento mais acentuado nas universidades isoladas, fruto da menor necessidade de investimentos, e também do atendimento às regiões específicas, na medida em que grande parte do público que as compõe trabalha e não pode deslocar-se grandes distâncias para estudar. Os cursos, predominantemente noturnos, teriam pouca concorrência no processo seletivo, e nestas faculdades isoladas estariam também o maior número de vagas ociosas.

O modelo do ensino superior brasileiro seria resultado de um longo processo de disputas entre setores políticos-empresariais. Deveriam ser pontuados como marcos de transformação neste setor as reformas empreendidas durante a Ditadura Militar, a partir da reforma de 1968, e no governo FHC, por meio da adoção dos princípios neoliberais na educação.

Em tom de crítica aos programas estabelecidos, o autor levanta então algumas questões importantes: Será que ampliar o número de vagas nas instituições públicas ampliaria ou garantiria essa democratização? Até que ponto as instituições públicas manteriam uma perspectiva de formação humanística-cidadã, de um indivíduo autônomo e emancipado, preocupado com a coletividade?

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

O pesquisador realizou a análise bibliográfica, a partir das produções já existentes, mas também utilizou-se de documentos produzidos pelo INEP e pelo MEC. A tese está repleta de referências dos mais diversos grupos teóricos, e não há uma declaração explícita do seu referencial teórico em momento algum. Entretanto, há uma predominância nas categorias de análise estabelecidas por Emile Durkheim, e deste referencial são extraídos o conceito de educação e sociedade utilizados durante a pesquisa.

G. Conclusões

A conclusão do autor é que a opção de democratizar o ensino superior no Brasil através do setor privado produziu uma falsa impressão de modernização no setor. Partindo do pressuposto que o Estado brasileiro seria totalmente incapaz de suprir a demanda na educação superior, a decisão teria sido delegar este papel ao setor privado. A desregulamentação, bem como a ampliação dos financiamentos e incentivos teria garantido o sucesso desta proposta. Alimentando a necessidade de reprodução do capital, a educação superior no Brasil cresceria sob a égide do liberalismo, da competição e do mercado. Ou seja, estaria orientada pelo individualismo, pela disputa e por ações egoístas, próprias da dinâmica do capital.

Isso revelaria que não houve democratização no setor, na medida em que a sobrevivência destas instituições e também dos estudantes nelas graduados estaria sujeita a uma intensa disputa e, obviamente, a um processo competição, seleção e derrota inevitável de alguns. A conquista numérica poderia ser facilmente constatada, mas a formação de indivíduos competentes, ou de cidadãos conscientes, ficaria no âmbito das intenções. Seria necessário, para uma real democratização, romper com a lógica do capital na educação superior brasileira.

2.2.9 Trabalho nº 9. Elaci Costa Ferreira de Carvalho

A. Título.

“A privatização/mercantilização da educação superior brasileira no contexto do sistema do capital e da sua crise estrutural”. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Maceió, AL.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2010

C. Autor(a).

Elaci Costa Ferreira de Carvalho

D. Tema.

A autora buscou, através de sua pesquisa, elaborar um histórico da privatização do ensino superior no Brasil, partindo do período militar e atingindo o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Seu interesse foi desvendar como o capitalismo, em suas contradições e crises, afetou a educação superior.

E. Argumentos Centrais.

A autora não reduziu o processo de privatização à simples venda dos bens públicos ao capital, mas incluiu questões e argumentos aparentemente inofensivos, como a existência de instituições de apoio às universidades públicas e o discurso do Estado que transfere a responsabilidade pela educação aos indivíduos.

O pressuposto inicial do trabalho é que há no Brasil um movimento lento, mas constante, de transformação no setor universitário, orientado por organismos internacionais, e executado pelo Estado nacional. O papel do BM e do FMI neste processo, em especial a partir dos anos 1990 com a expansão dos ideais proclamados pelo “Consenso de Washington”, teriam gerado no país uma série de “ajustes estruturais”.

No século XXI, ser industrializado teria, portanto, mudado de significado. Enquanto no período pós-guerra (a partir de 1945) possuir indústrias era sinal de riqueza evidente, perceberia-se hoje que o processo de industrialização nos países pobres, obedecendo ao interesse das nações ricas, produziu uma mão de obra pobre e superexplorada, mantendo o acúmulo de capitais nos países centrais.

A crise de 1973, no entanto, motivou as nações ricas a se organizarem para novas reformas. No plano econômico, a solução estava na proposta neoliberal, enquanto que no ideológico, apontavam utopias a respeito da globalização. Para Elaci Costa, este processo era

“uma forma de dominação das potências capitalistas sobre os países periféricos, representando desse modo o problema maior, que é a existência do capital, não tem como ser administrada de forma a beneficiar todo o globo” (COSTA, 2010, p.60).

Os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, alicerçados nesta ideologia, propuseram a reforma do Estado, impactando inclusive a educação superior. A autora discute então as propostas do governo para eximir-se de suas responsabilidades, demonstrando que o princípio do “Estado Mínimo” nunca existiu, mas serviu apenas como justificativa para as opções feitas pelo Estado. E conclui: *“a estratégia de enfrentamento da crise do capital, viabilizada por meio do projeto neoliberal, revelou-se um fracasso.”* (COSTA, 2010, p.69).

O sistema produtivo também sofreu um processo de reforma, passando a ser denominado de “produção flexível” ou “toyotismo”. A novidade apresentada, em dissonância com as tradicionais interpretações sobre o assunto, é que esta reforma não significou uma mudança radical no sistema produtivo, mas sim a continuidade do mesmo modelo. Assim, acreditar que o mercado do século XXI necessita de um trabalhador novo, flexível e qualificado, seria ingenuidade, e até mesmo ignorância em relação a quem, de fato, são os trabalhadores. O saldo disso seria a ampliação do número de desempregados, o crescimento do controle sobre o trabalhador e a manipulação das relações de trabalho, escamoteando o processo de exploração do trabalhador, o qual deixa de reagir à exploração e passa a se enxergar como um “colaborador” da empresa.

Elaci Costa destaca que, desde os acordos MEC-USAID, estabelecidos entre a Ditadura Militar brasileira e o governo dos EUA, a tendência privatizante do ensino teria ganhado corpo, sendo, gradualmente, absorvida pela população.

A democratização, a partir da década de 1980, não teria trazido grandes transformações sociais, na medida em que o país continuou sobre orientação de organismos internacionais, sendo inclusive signatário do “Consenso de Washington”. A autora cita também a criação do “Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior” (GERES), responsável por condenar o então vigente sistema de ensino público superior, classificando-o como ineficiente e caro. Neste período fortalece-se também o papel do Estado como regulador dos cursos superiores, o qual estaria *“calcada nas exigências dos organismos internacionais, que visa criar uma cultura quantitativa e competitiva no meio acadêmico”* (idem, p.87).

O Banco Mundial, órgão criado no contexto da Segunda Guerra Mundial, teve seus objetivos políticos alterados ao longo das décadas seguintes, e, sob o comando de McNamara, passou a focar o combate à pobreza. Obviamente, aponta a pesquisadora, a culpa do fracasso no combate à pobreza é depositada sobre os indivíduos, sendo o papel do Estado reduzido, e barreiras para a expansão da iniciativa privada, totalmente derrubadas. Assim, o “*Banco Mundial considera a educação, especialmente a superior, como um bem privado e não público, ou seja, como uma mercadoria, enquadrando a universidade em moldes empresariais*” (idem, p.94).

O resultado prático destas políticas, em lugar de combater a pobreza, foi de ampliá-la, conforme percebido em diversos países da América do Sul. O governo FHC, no entanto, manteve a crença nestas medidas e as concretizou em suas ações políticas. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, serve de símbolo desta postura. Outros decretos, aprovados nos anos seguintes, reforçariam esta tendência.

Quanto ao governo Lula (2003-2010), não restariam dúvidas para a pesquisadora de que este também poderia ser caracterizado como neoliberal, representando meramente uma continuidade das práticas realizadas pelos governos anteriores. Os primeiros atos do governo foram constantemente justificados como medidas necessárias para resolver os problemas herdados de gestões anteriores, classificados como uma “herança maldita”. Sobre a educação superior, Elaci Costa retoma documentos oficiais do MEC para identificar a prioridade de trabalho do governo, e demonstra como esta manteve o padrão das ações e premissas já existentes no governo FHC.

Compreender o fenômeno ocorrido nos governos entre 1995 e 2010 levaria-nos, segundo a autora, ao conceito de “Terceira Via”, formulado por Antony Giddens na década de 1990. O ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair defendia uma posição diferente, tanto do neoliberalismo quanto da social-democracia, acreditando em um Estado cujo papel seria estimular parcerias entre os setores público e privado. Não mais o responsável pelas políticas públicas, o Estado seria apenas o avaliador e coordenador das mesmas.

Entretanto, a chamada “terceira via” teria mantido os pilares fundamentais do neoliberalismo, servindo, portanto, como disfarce para seus efeitos catastróficos (ANTUNES, 1999). Assim:

As Parcerias Público-Privadas, defendidas pela Terceira Via, que foram regulamentadas no governo Lula, conforme veremos, como também o Decreto de 2004, que regulamentou a Lei de 1994, que dispõe sobre as relações entre as IES federais e as fundações de apoio, são apenas alguns exemplos da adesão (idem, p.126)

Ao analisarmos este assunto, é importante levarmos em conta que a crise ocorrida na década de 1970, produziu um impacto imenso, quando comparada às ocorridas em período anteriores. Isso ocorreria na medida em que seus efeitos foram mais agudos e o capital teria atingido o limite absoluto de sua existência. Os trabalhadores, desde então, estariam perdendo direitos trabalhistas historicamente conquistados (MÉSZÁROS, 2002). Portanto, todos os ajustes no campo da educação foram percebidos pela autora como conectados a um ambiente de crise permanente, não podendo ser justificados, como temos percebido há décadas, como resultado de uma mera falha administrativa e gerencial, pela existência de corrupção ou da falta de investimentos.

A crise do final do século XX deveria ser tratada de maneira diferente em relação às demais por quatro fatores essenciais:

- (1) seu *caráter* seria *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho [...]);
- (2) seu *alcance* seria verdadeiramente *global* [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- (3) sua *escala de tempo* seria extensa, contínua (...) em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: [...] quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “*administração da crise*” e no “*deslocamento*” mais ou menos temporário das crescentes contradições *perder sua energia*” (CARVALHO apud MÉSZÁROS, 2002).

Em resposta à crise, no Brasil, a pesquisadora identificou o processo de privatização do ensino superior no incentivo às instituições privadas e na precarização do ensino público. Sendo anterior ao próprio capitalismo, devemos nos lembrar que o capital transformou-se em um potente elemento de controle social, podendo sobreviver inclusive ao próprio sistema capitalista. Qualquer tentativa de olhar o futuro, neste contexto e sob essas premissas, traria resultados bastante desanimadores.

A saída para enfrentar uma crise de tamanha dimensão, de acordo com as conclusões de Elaci Costa, residiria numa série de estratégias propagadas pelos países de capitalismo avançado, com forte apoio das grandes corporações. Esses planos mirabolantes contemplaria a perspectiva burguesa do termo “globalização”, propagado por escritores como Marshall McLuhan, segundo o qual o mundo adentrava num processo de integração incrível, sustentado pela derrota do socialismo real e pelo avanço extraordinário dos meios de comunicação e transporte.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

O referencial teórico deste trabalho é o materialismo histórico-dialético. Segundo a pesquisadora através das categorias marxistas seria possível buscar a essência dos fenômenos sociais. Percebemos que a autora recorre muitas vezes à produção de Istvan Mészáros, segundo o qual todas as dimensões da sociedade contemporânea permaneceriam subordinadas à lógica do capital. Este, em busca de sua autorreprodução, ampliaria a desigualdade social e atingiria campos como a educação, pensados anteriormente como direitos sociais, e tratados a partir de então como simples mercadorias.

A pesquisa analisou documentos sob a forma de artigos e notícias relativas ao tema, e também levou em conta a produção bibliográfica sobre o assunto.

G. Conclusões

As conclusões de Elaci Costa não são muito animadoras. A autora afirma que se esgotaram todas as possibilidades civilizatórias do capitalismo, e que este sistema manterá o processo de desigualdade e permanente diferenciação social em níveis cada vez mais assustadores. Em busca de alternativas para a crise, as classes beneficiadas com a lógica do capital procuram transformar setores, outrora vistos como direitos sociais, em serviços. O

processo de privatização das IES, que estava em curso desde a segunda metade do século XX, teria se intensificado e ganhado novos formatos na virada do século. E conclui:

Pensar em uma educação superior realmente pública e de qualidade, só superando o sistema do capital com tudo que ele pressupõe: capital, Estado, e trabalho assalariado, em direção a uma nova forma social de produção e reprodução em que não haja a exploração do homem pelo próprio homem. (idem, p.41).

Superar a situação exigiria algo muito mais profundo do que simplesmente reformar algumas estruturas políticas ou educacionais. O modelo regido pelo capital deveria ser derrubado, e não o capitalismo. Assim, seria mais importante combater essa lógica das relações de trabalho do que golpear o Estado capitalista (MÉSZÁROS, 1997).

A prova cabal da expansão da crise e da ineficiência das medidas propagadas pelas instituições internacionais estaria, segundo a autora, no aumento do número de pobres e excluídos no mundo todo. A desigualdade, a pobreza e a miséria cresceram em todos os continentes.

2.2.10 Trabalho nº 10. Janete Ilibrante

A. Título.

“A reforma da educação superior nos governos FHC e LULA e a formação para a cidadania”. Dissertação (Mestrado em Educação), Curitiba, PR.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2008

C. Autor (a).

Janete Ilibrante

D. Tema.

A proposta da pesquisa vincula-se a uma investigação sobre a questão da cidadania nos governos FHC e LULA, sempre tendo como fio condutor as políticas públicas para a educação superior. Essa busca pela concepção de cidadania aproxima-se da nossa proposta para esta dissertação, conforme mencionada na introdução.

Assim, o tema central do trabalho é a chamada “Educação para a cidadania”, promovida pelos governos FHC e LULA entre os períodos de 1995 e 2007, partindo do pressuposto que a formação cidadã dos alunos depende, segundo a autora, prioritariamente da formação do profissional da Educação Superior. Ela destaca ainda que o diferencial na sua pesquisa reside em sua compreensão da justiça social como um direito, reconhecido e protegido pela democracia, o que no Brasil teria ocorrido a partir da Constituição de 1988.

E. Argumentos Centrais.

O acesso à educação seria um dos direitos fundamentais dos brasileiros, de acordo com a Constituição de 1988. Vejamos o seu artigo 3º:

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (...) Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

No entanto, a desigualdade social, gritante em nosso país, seria, de acordo com Janete Ilbrante, um bloqueio à cidadania, responsável por excluir grande parte da população do acesso a direitos. Isso faria a expressão “cidadania social” transformar-se numa frase vazia e sem sentido.

Enquanto alguns autores interpretam a educação como um elemento capaz de promover o equilíbrio entre os diferentes grupos sociais no Brasil (SILVA, 2007), a autora posiciona-se ao

lado daqueles que propõem uma visão crítica à proposta de cidadania defendida no país, nesta passagem do século XX para o XXI. Portanto:

No que diz respeito à reconfiguração ou ressignificação das cidadanias, há que ter em conta que a Escola e as políticas educacionais nacionais foram muitas vezes instrumentos para ajudar a nivelar ou a unificar os indivíduos enquanto sujeitos jurídicos, criando uma igualdade meramente formal que serviu (e ainda continua a servir) para ocultar e legitimar a permanência de outras desigualdades (de classe, de raça, de gênero), revelando assim que a cidadania é historicamente um atributo político e cultural que pouco ou nada tem a ver com uma democracia substantiva ou com a democracia comprometida com a transformação social. (AFONSO, 2001, p.20).

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

A autora defende o papel da educação no sentido de atingir a omnilateralidade, ou seja, ela deveria ser capaz de promover no homem o desenvolvimento de todas as dimensões, garantindo sua formação integral (GRAMSCI, 1991). Ela recorre também a Dermeval Saviani e Marx, estando, portanto, fundamentada no materialismo histórico-dialético.

A partir deste pressuposto, foi analisado o tratamento dado ao conceito de cidadania nos dois governos, bem como os documentos produzidos nestes sobre o assunto, tendo como fio condutor a busca por respostas para esta questão. Documentos oficiais também foram objeto de análise, tais como a Constituição da República, a LDB, o Plano Nacional de Educação, o SINAES, o PROUNI e REUNI.

G. Conclusões

Para a autora, a virada para o século XXI fez o discurso de “bem comum”, associado à “solidariedade social” fortalecer-se. Mas a prática política os tem rejeitado, na medida em que as ações acabam sendo seu oposto. Neste contexto, o Estado brasileiro deve, de acordo com sua constituição de 1988, promover “*A educação nacional para o exercício da cidadania*”:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A conclusão da pesquisa leva-nos a perceber a construção de uma perspectiva burguesa de cidadania, fundada em valores liberais nos quais apenas os proprietários podem usufruir plenamente dos “direitos políticos”.

A proposta dos governos estaria, portanto, submissa a uma ordem que privilegia os lucros e o acúmulo de capital, subvertendo os princípios de cidadania propostos por Gramsci e defendidos pela perspectiva marxiana.

2.2.11 Trabalho nº 11. Kátia Regina de Souza Lima

A. Título.

“A Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva”. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, RJ.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2005

C. Autor(a).

Kátia Regina de Souza Lima

D. Tema.

Em sua tese, Kátia Lima se propõe a discutir a promessa integradora da educação superior no Brasil em seus três pressupostos básicos: (a) a ampliação do acesso à educação, concebida como uma política de “inclusão social”, focalizada nos segmentos populacionais mais pobres; (b) a diversificação das instituições e dos cursos de ensino superior e (c) a diversificação das fontes de financiamento da educação superior.

Na sequência, a pesquisadora buscou investigar a reformulação da educação superior a partir de 1995, em especial nos governos Lula e FHC a partir dos pressupostos colocados.

E. Argumentos Centrais.

Ao utilizar-se do conceito marxista de imperialismo, a autora realizou uma crítica da ação de organismos internacionais no Brasil. Segundo ela, estes serviriam como peças-chaves no direcionamento da periferia do capitalismo para as novas exigências políticas e econômicas em relação à educação superior.

Kátia Lima aponta uma importante mudança no discurso destes organismos internacionais ao longo da década de 1990. Se na primeira metade desta década eles estavam orientados pelo “Consenso de Washington”, a partir de 1995 seu posicionamento parece questionar o que eles chamam de “neoliberalismo radical”, e a educação então emerge como um elemento fundamental de “alívio à pobreza”.

Esta proposta, que estaria localizada entre o socialismo e o neoliberalismo, seria identificada como a “Terceira Via”, tendo fundamentação teórica no pensamento de Anthony Giddens. A proposta procuraria reforçar o conceito de “cooperação de classes”, associando-o a uma política econômica de tipo misto, ou seja, garantiria as parcerias entre o “público” e o “privado”. Assim, a “Teoria do Capital Humano”, defensora da conexão entre capacidade individual e igualdade de oportunidades, conectaria-se à “Teoria do Capital Social”, ou seja, de que é possível a construção de um capitalismo humanizado.

A formação cada vez mais “aligeirada”, associada a uma certificação massiva e muitas vezes esvaziada seriam os resultados daquilo que é anunciado, por vezes, como “democratização do ensino”.

Destarte, durante os governos FHC e LULA, a educação teria servido de lócus para a aplicação de capitais estrangeiros, bem como para a difusão dos ideais burgueses de sociedade. A propaganda produzida por estes governos, entretanto, manteria a divulgação de suas ações como medida de “alívio à pobreza”.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos

Kátia Lima utilizou como referencial teórico o materialismo histórico-dialético. Sua preocupação em analisar o objeto no período determinado, para além da simples aparência, destacou-se durante a pesquisa. A autora retoma o princípio segundo o qual a aparência de um objeto não revela, em si, sua essência, mas ao atentarmos para ela, entramos em contato com elementos desta essência em questão. Entretanto, devemos nos lembrar que ela está repleta de

representações ideológicas construídas pelos grupos dominantes, ou seja, pela concepção de mundo burguesa.

A sua estratégia de pesquisa seria então compreender o objeto mergulhado em sua totalidade, e também decompô-lo através de categorias teóricas. Portanto, o trabalho girou em torno das seguintes questões:

Qual o papel da educação escolar na atual configuração do capitalismo? (...) Quais são os princípios e diretrizes da reformulação da educação escolar - e mais especificamente da educação superior - que estão em curso na periferia do capitalismo? De que forma e com que conteúdo as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC's) estão inscritas nesta reformulação? (LIMA, 2005, p.12).

Uma ampla discussão teórica e metodológica serviu de escopo teórico para suas discussões, com destaque para a categoria “Imperialismo”, no intuito de combater noções ideológicas da burguesia que percebem a globalização econômica como um processo possível de ser humanizado, e com resultados benéficos para a população mundial. Ela propõe então um debate com os seguintes termos: “*Sociedade pós-capitalista*” (DRUCKER, 2002); “*Sociedade em rede*” (CASTELLS, 1999); “*Revolução informacional*” (LOJKINE, 2002); “*Sociedade informática*” (SCHAFF, 1995); “*Império*” (HARDT e NEGRI, 2001).

A fim de problematizar essas construções teóricas, a autora se baseou em Marx e Engels (especialmente no “*Manifesto do Partido Comunista*”), bem como em Lênin (Com destaque para a obra “*Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*”), além de Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky. A contribuição de Trotsky e sua formulação teórica também são contempladas na tese, em especial por três de suas premissas: (a) a inserção de cada formação econômico-social na dinâmica mais ampla do sistema capitalista ocorre a partir da divisão internacional do trabalho; (b) a subordinação de cada país periférico expressa a luta de classes no cenário mundial e em cada cenário nacional, e (c) os países periféricos têm necessidade de realizar saltos históricos sob a pressão das condições de avanço mundial do sistema capitalista, absorvendo valores e projetos elaborados nos países centrais (LIMA, 2005, p.16).

G. Conclusões

O governo Collor teria classificado a educação superior como desatualizada, o que impediria a modernização da classe trabalhadora. Segundo os “especialistas” de seu governo, a educação superior precisava atender às demandas do mercado, com especial atenção para as ciências exatas. Além disso, era necessário iniciar um movimento de privatização no setor superior, para que a educação básica recebesse então mais investimentos governamentais.

A vitória de FHC consagraria a chamada “contra revolução neoliberal” do Brasil, aprovando a LDB ainda no seu primeiro mandato. A essência das ações sobre a educação nos dois governos de Fernando Henrique estaria, segundo Kátia Lima, na percepção do papel da educação vista como o elemento responsável pela inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, compreendida como um “serviço público não estatal”.

O maestro destas reformas, o então ministro da educação, Paulo Renato Souza, anunciou diversas vezes a realização de uma “revolução administrativa” na educação superior, de acordo com as premissas disseminadas por organismos internacionais e também por associações privatistas, como a CRUB, ABMES, ABRUC, ANUP e ANACEU. Assim, por meio da LDB/96, do “Plano Nacional de Educação” e de diversas medidas provisórias, ocorreu um processo de privatização o ensino superior no Brasil, sob a máscara de uma “democratização do acesso”.

O estímulo à ação empresarial no setor ganharia força com o governo de Lula, especialmente através do estabelecimento de parcerias público-privadas. Isso se tornou possível na medida em que se percebe a educação como um serviço público não exclusivo do Estado. Assim, o Estado poderia inclusive redirecionar verbas para a execução deste “serviço”, aproximando e, por vezes, confundindo o público e o privado.

Estes pressupostos podem ser encontrados no Programa de Governo denominado “*Uma escola do tamanho do Brasil*”, no documento “*Metas para a Educação Brasileira*”, e também em “*Bases para o enfrentamento da crise emergencial das Universidades Federais*” e “*Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira*” (LIMA, 2005, p. 27).

Recorrendo a teóricos clássicos do marxismo, um debate sobre a expansão do imperialismo e as diversas interpretações a seu respeito é estabelecido. Assim,

A necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. A burguesia imprime um caráter cosmopolita

à produção e ao consumo, em todos os países, por meio da exploração do mercado mundial. E para desespero dos reacionários, ela retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo dia-a-dia. Em seu lugar surgem novas indústrias, como necessidade imperativa para a sobrevivência das nações civilizadas, cujas matérias-primas já não são mais as próprias dos referidos países, mas, provêm das mais longínquas regiões (...) É um fenômeno que abarca a produção tanto material quanto intelectual (...) Graças ao vertiginoso desenvolvimento dos meios de comunicação, a burguesia consegue atrair irreversivelmente todas as nações, mesmo as mais atrasadas, para seu modelo de civilização (...) Em suma, visa formar o mundo à sua imagem e semelhança (MARX; ENGELS, 1984, p.22).

Lênin, já no século XX, perceberia o movimento do capital e afirmaria:

O imperialismo, como uma fase particular do capitalismo, articula a livre-concorrência e a existência dos monopólios, “como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. O que há de fundamental neste processo – do ponto de vista econômico – é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. Ao mesmo tempo, os monopólios que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. Se fosse necessária uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo (LÊNIN, 2003, p.42).

A partir das propostas estabelecidas por Lênin na obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, outro participante da Revolução Russa, Leon Trotsky, teria se inspirado e proposto o conceito de “Desenvolvimento combinado”, ou seja:

Sob o açoitamento de necessidades exteriores, a vida retardatária é constrangida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamamos de lei do desenvolvimento combinado, no sentido de reaproximação de diversas etapas,

da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1980, p.21).

Assim, a ação dos países avançados sobre os “atrasados” poderia ser melhor compreendida. Ela se daria através de propostas, bem como por meio das empresas e do capital estrangeiro.

O imperialismo também foi objeto de estudo de István Meszáros. Para ele, este processo se daria por meio de três momentos: (1) imperialismo colonial moderno (Séculos XVI – XVIII); (2) ação das empresas monopolistas (Séculos XIX – XX); (3) imperialismo global hegemônico EUA (Séculos XX). Este pensamento estaria, segundo a autora, atualizado e portanto, seria de grande utilidade na compreensão dos fenômenos atuais.

A pesquisa se propõe então a questionar a existência e atuação dos organismos internacionais, os quais seriam responsáveis por disseminar um projeto burguês de sociabilidade, onde todos poderiam ser integrados a partir da educação, desde que esta se submetesse à lógica mercadológica.

A busca por novos mercados estaria no cerne da questão, assim como a formação dos grandes blocos econômicos no final do século XX. Compreender a realidade educacional brasileira só seria possível, segundo seu estudo, a partir da compreensão de suas múltiplas determinações, as quais revelariam que “*a ofensiva internacional do capital tem sufocado o uso crítico-emancipatório das NTIC’s, através de uma lógica pautada na busca de lucratividade pelos empresários nacionais e internacionais*” (LIMA, 2005, p.438).

A despeito dos anúncios de “revolução” na educação, tudo teria ocorrido de maneira absolutamente subordinada à lógica do capital e, portanto, atendendo aos interesses da grande burguesia internacional, intensificando nossa dependência em relação aos grandes capitalistas internacionais e segregando as pessoas. Concluindo,

Essa conversão neocolonial é resultado do fato de que com a mundialização financeira, assentada na privatização, na liberalização do comércio exterior, na desregulamentação financeira e do mercado de trabalho, configura-se uma profunda alteração nas relações entre a burguesia brasileira e o capital internacional. Se, historicamente, a burguesia brasileira possuía um relativo poder de barganha para negociar sua inserção na economia-mundo, com a

mundialização financeira e a crise do “socialismo realmente existente”, este poder diminui, na medida em que a lógica da mundialização financeira e sua materialização através da contra-revolução neoliberal, restauram o poder de classe burguês via “acumulação por desapropriação”, segundo expressão de Harvey (2004), ampliando, por um lado, a taxa de lucros da burguesia internacional, especialmente do capital financeiro, e por outro, as desigualdades econômicas e sociais e a hierarquização planetária entre países e regiões. (LIMA, 2005, p.441).

2.2.12 Trabalho nº 12. Marcos José Valle

A. Título.

“PROUNI: Política pública de acesso ao ensino superior ou privatização?”. Dissertação (Mestrado) Curitiba, PR.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2009

C. Autor (a).

Marcos José Valle

D. Tema.

O propósito desta pesquisa foi compreender se as ações governamentais, na virada do século XX para o XXI, representariam de fato a democratização do acesso à IES, ou estariam permeados de outros interesses, intensificando inclusive o tão criticado processo de privatização.

A pesquisa de Marcos Valle focou suas análises no “Programa Universidade Para Todos”, o PROUNI, criado em 2004, durante o primeiro mandato do presidente Lula.

E. Argumentos Centrais.

Através de análise documental, bem como de pesquisa bibliográfica, o autor promoveu uma crítica ao PROUNI, percebendo-o como um programa criado a partir de recomendações do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. Dados relacionados ao programa são analisados, bem como os mecanismos de renúncia fiscal oferecidos às IES que a ele aderiram.

Um ponto importante e inovador em sua pesquisa é analisar o PROUNI e suas metamorfoses ao longo de alguns anos, percebendo continuidades e variações na proposta inicial. O pesquisador acredita que o programa ganhou novas feições com o passar do tempo, na medida em que não era sua proposta inicial a ampliação das vagas no setor privado, mas sim o preenchimento das ociosas.

Sua investigação detectou ainda que as condições oferecidas pelo governo federal mostraram-se muito atraentes para o “mercado educacional”, a ponto de os empresários da educação alterarem a oferta de vagas nestas instituições. Caberia então levantarmos questionamentos a respeito dos verdadeiros beneficiados com todo esse processo.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

O trabalho propôs-se a estudar o tema a partir da perspectiva materialista histórico-dialética. Para Marcos Valle, o PROUNI nada mais é do que uma política neoliberal, o qual, através de uma complexa engrenagem, utiliza subsídios indiretos para financiar bolsas de estudos parciais e integrais a alunos de baixa renda.

Avaliado por organismos internacionais como eficiente, o programa reforçaria a noção de serviço conferida à educação, estabelecida através das PPPs (Parcerias Público-Privadas). Assim, o pesquisador procura compreender o programa inserindo-o em seu contexto nacional e internacional, com todos os interesses e determinações que o envolvem.

G. Conclusões.

A proposta do PROUNI, segundo o autor, contribuiu para reduzir as fronteiras entre o público e o privado, sendo o Estado responsável por alimentar e manter as instituições privadas através do investimento de grandes montantes de capital. Além disso, a concepção de educação seria a de um serviço, e não de um direito universal. Esta seria meramente um “*elemento provedor de condições de comércio e de atendimento do mercado*” (VALLE, 2009, p.44).

Marcos Valle destaca ainda a preocupação dos organismos internacionais com uma suposta “qualidade” da educação. Esta, no entanto, não se verifica numa posição crítica, transformadora e emancipatória do homem. Toda a qualidade estaria sujeita aos interesses do mercado, ou seja, uma boa educação seria aquela que prepara adequadamente o homem para os desafios do mercado de trabalho.

Democracia também teria, segundo o autor, um sentido restrito na medida em que a perspectiva dos governos em questão as trataria como um direito, e não como um benefício. O processo de privatização estaria maquiado nesta política, pois, apesar de não haver a venda direta das instituições, o investimento no ensino superior se daria de maneira bastante polêmica.

A educação ganharia, desta forma, uma roupagem mercadológica, tendo como preocupação central a ampliação das vagas oferecidas em IES, ou seja, seu aspecto meramente quantitativo. A manutenção dos estudantes nos cursos, ou a qualidade destes, não seria a preocupação central. As instituições privadas seriam ainda tratadas como as grandes responsáveis pelo que a propaganda oficial denominou de “democratização do acesso”, sendo apresentadas como a “solução do problema do acesso”.

2.2.13 Trabalho nº 13. Maria Alice Aranda

A. Título.

“O significado do princípio da participação na política educacional brasileira nos anos iniciais do século XXI: O declarado no PPA “Brasil de Todos” (2004-2007)”. Tese (Doutorado). Campo Grande, MS.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2009

C. Autor(a).

Maria Alice Aranda

D. Tema.

O objetivo da tese de Maria Alice Aranda foi desvendar o significado daquilo que o governo Lula nomeou como “princípio da participação” na política educacional. As fontes pesquisadas foram o “Plano Plurianual (2004-2007): Brasil de Todos: inclusão e participação”, a partir do qual a autora buscou “*Apreender o significado do princípio da participação na política educacional brasileira nos anos iniciais do século XXI*” (ARANDA, 2009).

E. Argumentos Centrais.

A fim de desvendar o significado da participação política, a pesquisadora realizou um histórico sobre a construção da democracia ao longo dos séculos, abordando elementos da Grécia antiga aos iluministas, com destaque para as teorias de “democracia participativa” defendida por Rousseau, e “democracia representativa”, idealizada por Montesquieu.

A busca pelo que seria, de fato, a democracia contemporânea, revelou elementos importantes para a compreensão do mundo atual e o conceito de “participação política” existente. A premissa defendida pela autora é a de que, no início do século XXI, a “participação política” existiria apenas como meio de fortalecimento dos grupos hegemônicos, não representando quaisquer riscos para a estrutura social.

Entretanto, no que se refere à política educacional, Maria Aranda conclui que houve uma transformação no governo Lula em relação a FHC, na medida em que os discentes deixaram de ser percebidos como “clientes”, e passaram a ser tratados como “cidadãos”.

Esta nova concepção, inspirada no conceito de “cidadania ampliada”, corresponderia, no entanto, às ideias liberais, e não representariam, portanto, alternativas reais ao capitalismo ou à busca de superação das desigualdades sociais. Assim, o governo Lula, a despeito das críticas feitas a FHC, também se encaixaria no que denominou de “cidadania ampliada”:

no PPA 2004-2007 do Governo Lula para a política social/educacional estão presentes os pressupostos da cidadania ampliada, confirmando a presença de ideologias que resultam de tentativas de convencimento que o capitalismo é a melhor garantia para todos (ARANDA, 2009, p.193)

A autora demonstra, recorrendo à teoria de grandes nomes do liberalismo, que seria impossível alcançar, dentro desta perspetiva, uma legítima igualdade entre os seres humanos. Portanto,

é nesse ponto que muitas das proposições defendidas pelos governos que se denominam populares, são apresentadas como igualitárias, mas não a são na essência. Pode até ser que a justiça social se realize nessa forma de sociedade, tirando de uns para dar a outros, a base de migalhas, mas serão apenas medidas paliativas, portanto, liberais. (idem, p.195).

Após problematizar e diferenciar os vários modelos e opiniões a respeito do que seria, de fato, a sociedade democrática atual, a autora esclarece que o modelo vigente é individualista, e responderia apenas aos interesses do capital, na medida em que “*Essa prática de democracia nem cogita conceber o homem como sujeito da história, não faz referência a todos, diz respeito a vários indivíduos ou a grupos de indivíduos.*” (idem, p.71).

A ideia de uma “cidadania ampliada” representaria também os interesses do capital na medida em que atenuaria as lutas de classes, desenvolvendo em seu lugar a ideia de uma convivência harmônica entre elas. Negar o conflito existente entre as classes impediria, na concepção da pesquisadora, qualquer possibilidade de combater a real oposição existente entre o capital e o trabalho, o que cristalizaria as desigualdades.

Apenas amenizar o gigantesco abismo social no Brasil do século XXI não seria suficiente, na opinião de Maria Aranda. Não poderíamos, portanto, contentar-nos com essa proposta de cidadania, na medida em que:

a mesma não oferece as condições sociais, econômicas e educacionais necessárias para ir além da conquista de alguns poucos espaços de participação que nos interstícios do capitalismo estão prescritas apenas como formas de resistências locais e particulares. Insuficientes em relação ao projeto de sociedade, de educação e de homem que se tem em vista. (idem, p.193).

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

O “Plano Plurianual 2004-2007”, apresentado por Lula, foi o objeto de investigação principal. Documentos produzidos em governos anteriores, bem como aqueles elaborados por organismos internacionais foram comparados ao plano petista em busca de continuidades e rupturas.

Maria Alice Aranda baseou-se no materialismo histórico-dialético para compreender estas produções e definir o significado do conceito contemporâneo de cidadania. A base material da sociedade e suas determinações sobre as questões políticas e culturais são consideradas, em especial a partir das análises de Ellen Wood sobre o tema, segundo a qual *“a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade econômica, mas a deixa fundamentalmente intacta”* (WOOD, 2006, p.184).

G. Conclusões.

A pesquisadora concluiu a existência de uma alteração nos termos que fazem referência aos estudantes universitário entre o governo Lula e os seus antecessores (Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique). O discurso teria, ao se referir aos estudantes, abandonado as expressões “clientes” e “consumidores”, passando a referenciá-los como “cidadãos”.

O conceito de cidadania utilizado, no entanto, não teria condições de alterar significativamente o cenário social, pois todas as mudanças estariam subordinadas a uma visão liberal e conservadora de mundo. Desta forma, a participação política estaria totalmente comprometida e limitada, a despeito de todos os conceitos e promessas dos governantes.

A “cidadania ampliada” seria, segundo as referências da pesquisadora, fruto de uma luta que se iniciou no final da Ditadura Militar, sendo concomitante ao processo de redemocratização. Seu efeito sobre a sociedade brasileira seria o de impedir a compreensão, por parte da população em geral, da existência da luta de classes, o que tornaria qualquer processo revolucionário um objetivo praticamente inalcançável. Mais do que isso, ela construiria sujeitos submissos à ordem capitalista, dando a impressão de que estes serão cidadãos apenas quando se integrarem ao mercado. (DAGNINO, 2004, p.181).

2.2.14 Trabalho nº 14. Maria Inês Corrêa Marques

A. Título.

“UFBA na memória: 1946-2006”. Tese (Doutorado) Salvador, Bahia.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2005

C. Autor (a).

Maria Inês Corrêa Marques

D. Tema.

A tese teve como foco a configuração atual da universidade no Brasil, sendo utilizados como elementos de referência e mediação as reformas do ensino superior desenvolvidas ao longo dos séculos XX e XXI. Foram analisadas fontes documentais e bibliográficas, além de entrevistas com três reitores da instituição em destaque: Roberto Santos (1967-71), Rogério Vargens (1988-1991) e Felipe Serpa (1993-1998).

Em busca daquilo que chamou de “teia de relações”, a autora interpretou as narrativas apresentadas pelos ex-reitores, conforme a subjetividade dos mesmos e as circunstâncias históricas dos períodos em que administraram a instituição. A narrativa foi considerada o centro do trabalho, a partir das quais foram procurados nexos que revelassem a forma e as tendências das universidades brasileiras. Para a autora, a narrativa “*não pertence apenas à subjetividade do narrador, é reveladora do real. Ele narra como testemunha e protagonista. Nesta perspectiva, buscaríamos reflexões e memória.*” (MARQUES, 2005, p.16).

Maria Marques se propõe, então, a realizar um amplo histórico sobre a educação superior brasileira, desde o período colonial, até o governo Lula. Seu foco está na Universidade Federal da Bahia, conforme anunciado. Grandes pensadores do Brasil são citados e relacionados a este processo, com destaque para Anísio Teixeira e Florestan Fernandes.

E. Argumentos Centrais.

A pesquisa destaca a presença de técnicos estrangeiros na universidade brasileira desde a década de 1950, bem como de investimentos que visavam diminuir a influência comunista no Brasil. Os acordos MEC-USAID (1965) também são apresentados, não como uma imposição dos EUA, mas como uma resposta para o que já era desejado por uma série de educadores, administradores e até mesmo estudantes brasileiros.

Milhares de bolsas de estudo foram fornecidas para brasileiros, visando a formação de professores nos EUA. O propósito seria consolidar uma estratégia de aproximação e disseminar valores norte-americanos. Por outro lado, enquanto o mundo universitário latino americano organizava-se para construir uma universidade mais democrática e popular, uma forte repressão, estabelecida por diversas ditaduras militares do período, calava o pedido de transformação através da tortura, do exílio e da censura.

A polêmica Lei 5.540/68 determinava um novo formato para a universidade, exigindo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Procurando evitar uma análise histórica unilateral e determinista, a pesquisadora reforça a ideia de que a ação de brasileiros, para consolidar ou combater o novo modelo, deveria sempre ser levada em conta.

Neste momento, os governos militares haviam identificado a necessidade de novas vagas para o Ensino Superior, dado o aumento de formandos do Ensino Médio e as novas demandas do mercado. Na década de 1980, motivada pela democratização, a sociedade civil organizava-se e buscava uma transformação no modelo estabelecido durante a Ditadura.

Sobre este período, a autora chega a conclusões interessantes: *“Ideologicamente afirmava-se que a educação pública era dever do Estado, na realidade o sistema privado saía fortalecido com as ações governamentais. A concepção privatista dominou o Ministério da Educação”* (idem, p.276).

O posicionamento dos governos, mesmo após a redemocratização, teria favorecido o setor privado. Portanto, seria necessário levar em conta que a diminuição dos investimentos públicos nas IFES gerou uma crise no sistema, garantindo assim um campo para o desenvolvimento do setor privado. Em paralelo a isso, o governo passou a estimular medidas de amparo aos empresários da educação, tais como a ampliação dos financiamentos estudantis, isenção de impostos às instituições, realização de empréstimos com juros atraentes etc.

A autora aponta então a redução do quadro docente da UFBA em 23,7% de 1981 até 1995 (MARQUES, 2005). A resistência do então reitor Felipe Serpa quanto às políticas federais, e sua busca por renovar e ampliar a universidade também receberam destaque na tese. A autora afirma ainda que

Todos os reitores da UFBA do século XX: Edgard Santos (1946-1961), Albérico Fraga (1961-1964); Miguel Calmon (1964-1967), Adriano Pondé pró-tempore (1967), Roberto Figueira Santos (1967-1971); Lafayette de Azevedo Pondé (1971-1975); Augusto da Silveira Mascarenhas (1975-1979); Luís Fernando Seixas de Macedo da Costa (1979-1983); Germano Tabacoff (1984-1988); José Rogério da Costa Vargens (1988-1992); Eliane Elisa de Souza e Azevedo (1992-1993); Luiz Felipe Serpa (1993-1994) e (1994-1998); consolidaram a UFBA para o século XXI, dirigida por Heonir de Jesus Pereira da Rocha (1998-2002) e Naomar Monteiro de Almeida Filho (2002-2006).(...) A UFBA chegou ao século XXI como um a instituição pública, gratuita, de qualidade produtora de conhecimento socialmente referenciado, fazendo ensino, pesquisa e extensão (idem, p.321-322, grifos nossos).

A instituição, embora tenha sofrido interferências do governo federal na escolha dos reitores, tanto na década de 80 como na de 90, apresentou resistência quanto à implantação de diversas alterações sugeridas (como a implantação do vestibular seriado), e também em relação às orientações propostas por organismos internacionais.

O cenário brasileiro buscava consolidar uma política para a educação superior que estimulasse a iniciativa privada e reduzisse o quadro de investimentos nas instituições públicas. A proposta de avaliação, implantada durante o governo FHC, sob os cuidados de Paulo Renato Souza, foram criticadas na UFBA, sendo Felipe Serpa indicado para a comissão que organizaria uma crítica ao programa. Ainda:

A reforma educacional pretendida pelos organismos internacionais e o governo, aconteceu fracionadamente. Por meio de diferentes mecanismos legais foram instauradas mudanças no modelo educacional. A LDB (BRASIL, 1996), parâmetros curriculares, diretrizes curriculares para nível técnico, médio e

graduação, processo de avaliação da educação brasileira, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental foram algumas das inovações introduzidas. Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso asseguraram as realizações do capital internacional, suas intenções globalizantes e privatistas para a educação. (idem, p.336, grifos nossos).

A universidade, durante o governo FHC, passou então a assumir o formato “*Universidade Corporation*”. O governo petista, na sequência, embora tenha apresentado diversas propostas transformadoras, já as teria abandonado, segundo a autora, ainda na disputa eleitoral. Bastava perceber as alianças concretizadas entre o PT e seus adversários históricos, bem como o tom conciliador dos seus discursos.

Maria Marques entende que o ex-presidente Lula, além de manter a política de arrocho salarial, reformou a Previdência Social punindo servidores públicos e estimulando fundos privados de pensão. Esta postura seria caracterizada como a prática do “transformismo”, segundo o qual, um candidato é eleito através de um discurso permeado de transformações e promessas de justiça social, mas após a vitória, as mudanças são negadas em nome da “racionalidade” antes condenada.

Quanto à educação superior, o governo teria apostado na solução via PROUNI e FIES, reforçando as instituições privadas. E ainda:

Em suma, a PPP flexibiliza as relações de trabalho e coloca a Universidade Pública a serviço da empresa e da ideia de empreendedorismo. Na *Universidade Corporation*, na Universidade Pró-Ativa, o docente deve ser um empreendedor, a PPP viabilizaria a implantação desta vertente empresarial, no âmago da Universidade do Conhecimento. (idem, p.344).

O formato “*Universidade Corporation*” exigiria do professor a postura de um “empreendedor”, promoveria o individualismo e impediria a integração entre os estudantes. Não haveria, nesta estrutura acadêmica, espaço de convivência para discentes ou docentes.

As narrativas dos ex-reitores foi levada em consideração na elaboração de um histórico da instituição. A autora defende ainda que a manutenção da história da UFBA sempre viva na memória seria uma das principais estratégias na luta contra reformas, as quais ameaçavam

destruir o papel da Universidade como centro de produção e difusão de conhecimento no século XXI.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

A autora sugere que seu trabalho é balizado pelo materialismo histórico-dialético, em conexão com as categorias desenvolvidas por Walter Benjamin. Ela reconhece que todas as instituições da vida social se erguem sobre as relações sociais da produção material, e que as transformações são resultado dos conflitos e contradições inerentes a este sistema.

Ao recorrer a Walter Benjamin para analisar as narrativas dos reitores, ela admite que “*o importante não seria reconhecer o passado como ele realmente foi, mas, diante do não ocorrido, alimentar a utopia da construção*”. (idem, p.37). Benjamin teria a preocupação de recontar os eventos de modo a impedir a cristalização da memória ou do esquecimento em favor das classes dominantes. A visão de memória adotada é a de que o passado da UFBA deve ser lembrado e revirado, de modo a desvendar sua identidade e o importante papel exercido pela instituição ao longo de sua história.

G. Conclusões

Maria Marques conclui que a “*forma de apreensão institucional das políticas públicas é singular em cada Universidade Pública Federal*” (idem, p.353). No caso da UFBA, ela faz questão de exaltar seus feitos ao longo das décadas, onde sua identidade teria sido construída a partir da aplicação das políticas públicas.

O mecanismo de esquadrihar a memória garantiria a resistência aos modelos universitários apresentados nos dias atuais, os quais buscariam reduzir a instituição a um mecanismo utilitarista e orientado a partir de pressupostos mercadológicos.

Assim, o grande desafio para o século XXI seria resistir ao modelo “universidade corporation”, bem como às reformas autoritárias e pragmáticas, mantendo um projeto de nação e uma universidade pública e produtora de conhecimento, como teria sido feito na administração dos vários reitores citados.

2.2.15 Trabalho nº 15. Maria Zoreide Britto Maia

A. Título.

“Expansão da Educação Superior a Distância no Brasil: O Caso da Universidade do Tocantins - UNITINS”. Tese (Doutorado). Goiânia, GO.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2011

C. Autor (a).

Maria Zoreide Britto Maia

D. Tema.

A pesquisadora apresentou como objetivo da pesquisa a realização de um histórico da educação à distância no Brasil, entre 1995 e 2010. Seu olhar voltou-se, como o título da tese já enunciou, para a Universidade do Tocantins, mas percebida em seu contexto mais amplo, imersa no capitalismo globalizado e sujeita a todas às suas determinações.

A UNITINS foi fundada em 1990 e credenciada em 2004 para oferecer 6.000 vagas de graduação. No entanto, seu crescimento vertiginoso a levou a bater a marca de 100.000 estudantes em 2007. Após ser descredenciada, em 2009, pelo Ministério da Educação, o ritmo de crescimento obviamente foi interrompido. Para a autora, as transformações ocorridas nesta instituição, “*evidenciavam, em grande parte, o atrelamento das políticas da educação superior, no estado do Tocantins, às políticas do governo federal para a educação superior*” (MAIA, 2011, p.17).

Assim, a fim de compreender melhor este processo, a pesquisa propôs-se a investigar não só a UNITINS, sua expansão, credenciamento e descredenciamento, mas também o papel da EAD a partir dos anos 1990, seus marcos regulatórios, programas e ações do governo federal que contribuíram para sua expansão.

E. Argumentos Centrais.

Maria Maia defende a posição segundo a qual a reforma do Estado na década de 1990, influenciada pelo neoliberalismo, adotou um modelo de gestão capaz de conciliar organizações públicas e privadas. Assim, o Estado assumiria o papel de criar medidas regulatórias, entre as quais, a que definiria as regras da EAD no país.

Uma das peças chaves deste processo foi, sem dúvida, a LDB/96, segundo a qual o ensino a distância recebia diretrizes de funcionamento, marcadas pela flexibilidade, além de incentivos à expansão do segmento, mas também a submetia a padrões e elementos regulatórios.

Este processo teria sido responsável, de acordo com a autora, pelo profundo processo de privatização do setor, cada vez mais engolido pelos interesses do mercado, bem como pela visível precarização da qualidade e padrões de ensino.

O então ministro da educação nos governos FHC (1995-2002), Paulo Renato Souza, teria atuado neste processo de maneira a materializar as propostas de organismos internacionais como o Banco Mundial, segundo os quais a expansão do acesso, somado à ampliação das possibilidades de financiamento, seriam a fórmula de sucesso para a educação superior. As ações se concentrariam na certificação e treinamento de professores em atividade. No governo Lula (2003-2010), o tom do discurso se alteraria para promessas de inclusão social, associadas à formação continuada de professores. Com FHC, o setor teria atingido a marca de aproximadamente 25.000 vagas, enquanto que com Lula, as IES deste setor se tornariam responsáveis por 14,3% das matrículas de graduação no Brasil, algo em torno de 1.700.000 vagas (BRASIL, 2009).

A autora acredita que o primeiro mandato do governo Lula, tendo como ministro da educação Cristovam Buarque, apenas houve continuidade dos projetos centrais de FHC nesta área. Com a posse de Tarso Genro em seu lugar, em 2004, e depois por Fernando Haddad, o projeto teria se ampliado a partir de um conjunto de leis, medidas provisórias e decretos. Dentre esse conjunto de ações, destacam-se: “Programa Universidade para Todos” (PROUNI), o “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação” (FUNDEB) e a criação e expansão das Escolas Técnicas Federais e de novas Universidades Federais.

Este crescimento assustador deve também levar em conta o grande impulso tecnológico experimentado ao longo destes anos. A velocidade das comunicações e a expansão do acesso à

internet são somadas às políticas públicas, compondo assim a fórmula capaz de explicar a expansão do setor.

Muitos estudantes optariam pela EAD em virtude da facilidade de acesso, garantia de flexibilidade de horários para o cumprimento das atividades e também pelos preços convidativos. No entanto, muitas pesquisas têm buscado questionar até que ponto a qualidade dos serviços oferecidos é satisfatória, bem como se a ampliação deste setor não é apenas uma resposta aos Organismos Internacionais sedentos pela ampliação dos mercados.

A diluição das fronteiras entre o público e privado também aparecem em destaque na tese de Maria Maia. Para a pesquisadora, isso ocorre a partir da noção de que a educação é um bem público, mas não exclusivamente estatal, o que permitiria a aplicação de recursos públicos em setores privados, os quais seriam capazes de sanar os déficits de serviço oferecidos pelas instituições públicas.

A fim de provar a expansão das políticas públicas ao longo do segundo mandato de Lula, a autora usou como pilar de argumentação o aprimoramento dos mecanismos de avaliação e classificação das instituições superiores desta modalidade. Para avaliá-la, ela debruçou-se sobre o caso da UNITINS, classificada como “estudo de caso”, e tendo como base metodológica análises qualitativas. Após uma extensa discussão bibliográfica sobre o tema, a pesquisa analisou dados disponibilizados pelo INEP e MEC: leis, decretos, portarias do MEC, resoluções, pareceres do “Conselho Nacional de Educação” (CNE), bem como diversos outros documentos da “Secretaria de Educação Superior” (SESU) e da “Secretaria de Educação à Distância” (SEED). Por fim, foram contactados vinte e cinco professores da instituição para a realização de entrevistas, mas nenhum deles aceitou participar da pesquisa.

No capítulo seguinte, encontramos um histórico das políticas para a educação superior nos governos de FHC e LULA (1995-2010). Para a pesquisadora, há uma grande quantidade de trabalhos preocupados em perceber as mudanças em andamento na educação superior do Brasil, a saber, ADRIÃO, PERONI (2005); BITTAR, OLIVEIRA, MOROSINI (2008); CUNHA (2003); LEHER (2004); LIMA (2007A); MINTO (2006); NEVES (2004); OLIVEIRA, DOURADO (2005); PEREIRA, SPINK (1998); REVISTA TEMPO BRASILEIRO (2009); SIQUEIRA, NEVES (2006); SILVA, SILVA (2006); SILVA JR, OLIVEIRA, MANCEBO (2006); SILVA JR. (2002); SILVA JR., SGUISSARDI (2001).

Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Spink teriam justificado as ações de FHC, com o propósito de inserir o Brasil na “Nova Ordem Mundial”, a fim de preparar o país para os novos desafios que emergiam. Este plano teria sido colocado em prática pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), quando os serviços educacionais foram reafirmados como “não exclusivos” do Estado.

Tais ações teriam representado o desejo de transformar as universidades públicas em “fundações públicas”, o que na prática facilitaria o processo de privatização das mesmas. Este processo, segundo Maia, não foi totalmente implementado, mas os elementos neoliberais do governo FHC poderiam ser percebidos através do arrocho salarial de professores e funcionários as IFES, das contratações sempre em número inferior à necessidade, bem como à cobrança de inúmeros serviços acadêmicos.

Maria Maia demonstra ainda que o Brasil enfrentava um processo de publicização, ou seja, de transferência de serviços sociais e científicos, até então exclusivos do Estado, para o setor público não estatal (MINTO, 2006). O Estado conseguiria, desta forma, eximir-se de responsabilidades e obrigações previstas pela Constituição.

O governo FHC, ao classificar o Ensino Superior como um antídoto à pobreza e ao atraso, previa a necessidade de expansão do setor, uma vez que as políticas públicas não conseguiam suprir a imensa demanda existente. Sobre as criações de FHC, a pesquisa destaca a criação da Secretaria de Educação à Distância, a Seed/MEC, pelo Decreto nº. 1917/1996; do Programa *TV escola*, criado em 1996, um canal de TV via satélite; do PROINFO, em 1997, também voltado para a formação continuada de professores; e da regulamentação da EAD em 1998, a partir do Decreto nº 2.494/1998.

A pesquisa constatou ainda que o governo Lula teria se assemelhado ao de FHC quanto às mudanças na estrutura das IFES, orientada pelo desejo de ampliar vagas, aumentar a relação professor/aluno, diminuir a evasão e reprovação, flexibilizar currículos, a fim de adequar os cursos às necessidades práticas e aperfeiçoar mecanismos de avaliação e gestão. Lula, entretanto, teria buscado atingir tais objetivos através de outros métodos, como:

A criação de novas universidades; contratação de professores e funcionários; criação da Universidade Aberta do Brasil; Programa Universidade para Todos; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais (Reuni); Plano de Desenvolvimento da Educação; expansão dos Institutos Federais e implementação de políticas de ações afirmativas (FERREIRA, 2010, p.11).

Embora existissem semelhanças, a autora defende ainda que entre estes dois governos existiriam concepções e projetos de universidade diferentes, perceptíveis nas políticas de “*parcerias público-privadas, TICs, políticas de acesso ao ensino superior, regulação, avaliação e qualidade de cursos e programas de graduação e pós-graduação, fontes de financiamento*” (MAIA, 2011).

A Reforma proposta por Lula neste setor teve início com a criação de um GTI (Grupo de Trabalho Interministerial), em 2003, enquanto Cristovam Buarque era o Ministro da Educação. A partir dos problemas destacados, o grupo propunha uma ação no sentido de ampliar as universidades federais do país, bem como o número de professores e ampliar a oferta de vagas. Num segundo bloco, o documento garantiria a flexibilização das IES e ampliação do ensino à distância. Assim:

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implementado pelo governo Lula em 2007, tem como objetivo: criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Em 2008, o crescimento das matrículas foi de 715.185, com a criação de 2.506 cursos de graduação presenciais, atingindo a média entre as relações das universidades de 17,8 alunos por professor; foram disponibilizados 1.560 cargos docentes (BRASIL, 2007).

O segundo mandato de Lula contou com um crescimento econômico e também com uma melhor distribuição de renda. O acesso ao ensino superior foi facilitado a partir da criação do PROUNI, da ampliação das federais e da criação de novas vagas.

Ao reestruturar a SEED/MEC, oito anos após ser fundada por seu rival, Lula buscou ampliar a interatividade dos ambientes virtuais, inserida na lógica de que a educação estaria entre as prioridades do governo federal. O decreto n.º5773/2006 teria então ampliado o poder do

Estado sobre os IES, facilitando inclusive o credenciamento e descredenciamento destas junto ao MEC.

Neste ínterim, o governo criou a UAB através do Decreto nº 5800/2006, com a proposta de, através do ensino à distância, oferecer educação a futuros professores, visando suprir a carência de vagas no setor. Através de parcerias com instituições municipais, estaduais e federais, esta poderia expandir as licenciaturas, em especial para a educação básica, além de outros cursos.

A pesquisadora ressalta ainda as transformações na CAPES, a partir de da Lei nº.11.502 de 2007. Segundo ela, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior foi rearticulada a fim de servir como suporte à SEED/MEC. A respeito da adesão ao projeto, o ANDES-SN denunciou:

[...] um pecado original está, adicionalmente, colado à UAB, possivelmente também associado à pressa mencionada: as IFES e, provavelmente também as IEES já envolvidas com o curso-piloto, foram, e continuam sendo, pressionadas, por fora de seus mecanismos institucionais a aderirem à UAB. Na verdade, cooptam-se as Pró-Reitorias de Graduação, com o aceno de novos docentes, além de grupos específicos de pesquisa, esses, primordialmente, com vantagens pecuniárias. Os Conselhos são apenas chamados em estágios adiantados das negociações para chancelar o que praticamente já fora decidido, informalmente, segundo interesses específicos de setores das IES, sem um aprofundamento da discussão e, principalmente, sem uma análise das consequências mais amplas das decisões tomadas (ANDES-SN, 2007, p.2).

A parceria entre a UAB tem se ampliado desde então, servindo a mais de vinte Estados. O acesso teria, explicitamente, sido ampliado. No entanto, ainda discute-se a qualidade dos cursos oferecidos.

Na comparação das ações sobre a Educação a Distância, Zoreide apontou FHC como o responsável pela implantação do modelo no Brasil, sendo Lula o continuador destas propostas.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

Embora não tenha explicitamente declarado seu alicerce teórico metodológico, os diversos autores citados e referenciados ao longo da produção apresentam uma visão de Estado e

Sociedade baseados no materialismo histórico-dialético. Em suas conclusões, a autora não sugere qualquer tipo de ruptura com a lógica do capital, mas apresenta tão somente uma crítica bem fundamentada à incoerência entre o que foi propagado pelo governo e o que, de fato, aconteceu na educação superior brasileira nos últimos vinte anos.

G. Conclusões.

A autora defende a posição segundo a qual a EAD representa um mecanismo eficiente na ampliação de oportunidades de acesso ao ensino superior, capaz de vencer limites geográficos e sociais.

O sistema, citado no texto constitucional, ampliou-se na era FHC, a partir da LDB/96. Naquele contexto, a criação do SEED/MEC passou a implementar políticas de atualização e “treinamento” de professores. Os “entraves” legais, por ela citados, foram sumariamente “equacionados” por meio de decretos, os quais viabilizaram o projeto neoliberal de FHC para a educação superior, ampliando a privatização do setor.

O governo ainda buscou a criação de uma rede entre as IES na busca de convênios e parceria que viabilizassem a modalidade EAD, com destaque para a “UNIREDE”. A falta de investimentos, todavia, acabou por inviabilizar tal proposta.

Inserida neste forte processo de privatização, encontrava-se a UNITINS. Esta instituição, segundo a pesquisadora, foi alvo de uma proposta até então inovadora: a transformação da universidade numa “organização social”. Cobrando mensalidades e recebendo uma nova definição, a de “entidade de direito privado, com caráter público”, sendo, portanto, a expressão do desejo de privatização do governo FHC. A proposta foi revertida a partir de um forte movimento discente, o que resultou em sua federalização no ano 2000.

A proposta de “democratização” trazida por Lula teria lançado, a partir de 2003, um novo olhar sobre a modalidade à distância. Seu crescimento teria sido vertiginoso, aproximando-se de 650 cursos e 1.700.000 alunos. O referencial de qualidade destes cursos tornou-se, desta forma, o grande problema para o governo.

Uma diferença entre os governos, no entanto, merece atenção. A autora afirma que, ao longo dos governos de FHC, houve uma redução do papel do Estado, promovendo privatizações e abertura econômica. Lula, inversamente, teria proposto uma maior intervenção do Estado,

especialmente no financiamento da educação superior e básica. (DANTAS e SOUSA JUNIOR, 2009).

Em suas considerações finais, a autora questiona a propaganda segundo a qual houve uma “democratização” do ensino a partir da expansão da rede privada, e chama-nos a atenção para o fato de que os cursos oferecidos não podem obedecer a uma lógica puramente mercadológica.

Por fim, as dificuldades internas, somadas à falta de coerência e descontinuidades nas políticas do ensino superior no Estado do Tocantins teriam afetado gravemente a oferta de vagas e a real democratização do acesso e permanência de estudantes desta região no ensino superior.

2.2.16 Trabalho nº 16. Patrícia Vosgrau de Freitas

A. Título.

“Educação Superior brasileira no período de 1998 a 2007: Propostas, metas e diretrizes. Outro olhar sobre os mesmos problemas”. Dissertação (Mestrado). Curitiba – PR.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2010

C. Autor(a).

Patrícia Vosgrau de Freitas

D. Tema.

Partindo do pressuposto de que as políticas públicas para a educação criaram um cenário onde apenas uma minoria dos brasileiros conseguiria frequentar o Ensino Superior em nosso país e, dentre estes, aproximadamente três quartos o fazem em instituições privadas, a pesquisadora manifestou o desejo de analisar as políticas para a educação superior, e desvendar por que as opções governamentais resultaram neste cenário, bem como quais são as consequências deste processo para o país.

A pesquisa utilizou-se de dados fornecidos pelo INEP e promoveu uma comparação entre os governos FHC e LULA, apontando paralelos entre as duas propostas. Um histórico das reformas universitárias foi realizado a fim de perceber o movimento construído no Ensino Superior neste período.

E. Argumentos Centrais.

Para Patrícia Freitas, as propostas apresentadas por FHC refletiriam os interesses das organizações internacionais (como o Banco Mundial) e, a fim de reforçar seu discurso, o ex-presidente teria insistido na caracterização da universidade pública como ineficiente e incapaz de atender às demandas da sociedade brasileira.

Através de um detalhado processo de avaliação do Ensino Superior, o governo exerceria seu poder. Esta se faria através do credenciamento ou descredenciamento das IES; bem como a partir da atuação da instituição no Exame Nacional de Cursos.

Astutamente, a pesquisadora revela como o plano de governo de Lula, publicado em 2002¹⁷, denunciava o tenebroso processo em curso nas IES brasileiras. A equipe do PT sinalizava a ampliação do setor privado como elemento definidor da diminuição das pesquisas acadêmicas, a destruição da carreira de docente, a precarização do trabalho, além da redução de gastos, estrutura e profissionais técnico administrativos. A situação se agravaria ainda mais em 2003, quando a equipe de Lula teria constatado, logo no início de seu mandato, a ampliação gigantesca no número de concluintes do Ensino Médio pelo país e a inexistência de vagas suficientes no ensino superior.

No intuito de explicar esta situação, a análise da pesquisadora parte da Era Vargas, na década de 1930, onde haveria a primeira grande expansão do setor privado. O segundo momento teria ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980, ou seja, ao longo da Ditadura Militar. A novidade seria o terceiro movimento, registrado por ela entre 1998 e 2004.

As reformas da década de 1960 teriam deixado como legado uma característica que se manteria nas décadas posteriores: a universidade, juntamente com a estrutura econômica nacional, estariam fadadas à dependência externa. Ela cresceria e se desenvolveria, portanto, marcada pela subordinação e a falta de autonomia.

¹⁷ “Programa de Governo 2002: Um Brasil para Todos”. Disponível em <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.doc>. Acesso em janeiro de 2014.

O governo Lula, que deveria ter revertido esta lógica pelas promessas que fez em campanha, bem como por sua trajetória política, acabou por ceder às propostas sugeridas pelo Banco Mundial e por uma ONG francesa, conhecida como ORUS (Observatório Internacional de Reformas Universitárias). Em parceria com a UNESCO, esta organização defendia a ampliação de vagas por meio do ensino à distância, o estabelecimento de cotas raciais e sociais, bem como uma total reorganização dos currículos, avaliações e contratação de professores.

Para Patrícia Freitas, o governo Lula:

de forma sutil, avança na mesma direção que o governo FHC caminhou, onde a flexibilidade e a empregabilidade ditam as regras para o Ensino Superior e pautam o movimento de reforma universitária de forma unilateral, reforçando uma concepção de formação servil. (FREITAS, 2010, p.50).

Em 2005, diante de um novo diagnóstico sobre a educação superior, o MEC teria sugerido novas reformas na educação superior. E, portanto,

O PROUNI representa para os críticos a continuidade das políticas neoliberais postas para a Educação Superior no octênio do FHC, representando uma infidelidade ao compromisso assumido em campanha, legitimando o descrédito de alguns setores da sociedade para com o governo Lula e a ininterrupção da obediência aos ditames dos organismos internacionais. (idem, p.71).

F. Pressupostos teóricos e metodológicos

Patrícia Freitas demonstrou a preocupação de construir um histórico e contextualizar o problema diante de todos os seus determinantes, recorrendo a autores marxistas para sua fundamentação.

Seu referencial teórico e metodológico é influenciado também pela obra de DYE (1976), segundo o qual a formulação de políticas públicas seria reveladora, e o pesquisador deveria sempre atentar-se para este processo.

A obra “O processo político no moderno Estado capitalista”, escrita por HAM e HILL (1993), também exerce forte influência sobre a pesquisadora. Para estes autores,

os analistas não se deveriam restringir a examinar como políticas podem ser melhoradas, dentro das relações sociais e políticas já existentes: essas próprias relações deveriam ser parte do campo de investigação. Se a análise política está localizada na estrutura existente de relações sociais e se o escopo é limitado a questões já postas na agenda para discussão, então questões significativas podem ser ignoradas e as necessidades de grupos particulares podem ser negligenciadas (HAM e HILL, 1993, p.4).

Assim, eles defendem a posição segundo a qual a “teia de decisões” deve ser compreendida, o que a motivou a buscar, em todo o processo de formulação de políticas públicas na área da educação, o que teria sido aprovado, rejeitado ou até mesmo ocultado.

G. Conclusões

A conclusão da pesquisadora é que o caráter público das universidades está se esfacelando frente às ações das políticas públicas para a educação superior empreendidas nas últimas duas décadas. Assim:

Suas discussões são cíclicas, pois, os governantes mudam, as políticas mudam, porém a ideologia continua a mesma, as Universidades estão envolvidas na malha da sociedade, no entanto, permanecem às margens, indiferentes, travando lutas partidárias, com medo de se envolver numa luta maior pela democratização da Educação Superior (FREITAS, 2010, p.129).

Apesar de o governo Lula ter estruturado seu plano para o ensino superior com foco na ampliação da oferta da Educação Superior, cabe discutir o modelo de universidade adotado nesta expansão.

O aumento de vagas no setor privado ainda não se encontra num patamar satisfatório, e, pior do que isso, o PROUNI teria respondido à necessidade de milhares de brasileiros com vagas em universidade de qualidade questionável.

2.2.17 Trabalho nº 17. Priscilla Gama Cardoso

A. Título.

“O público e o privado na Educação Superior: Uma análise da homeopática contrarreforma universitária no Brasil (1995-2010)”. Rio Claro, SP.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2011

C. Autor (a).

Priscilla Gama Cardoso

D. Tema.

Priscila Cardoso parte do princípio que o governo FHC foi alvo de diversas investigações, as quais propuseram uma crítica sobre o “empresariamento” da educação. Entretanto, o estudo sobre o governo Lula ainda apresentaria brechas não analisadas, apesar das contribuições trazidas por LEHER (2003), LIMA (2007), SILVA JUNIOR, SGUISSARDI (2005).

A autora propõe, então, contribuir com o entendimento do movimento exercido, ao longo do governo Lula, sobre as políticas públicas para o ensino superior. Para isso, ela estabelece a missão de discutir não apenas as reformas, mas também os conceitos utilizados em seu governo, e os redimensionamentos destes, bem como as estratégias para implementação das reformas.

Compreender a educação superior neste contexto seria, na opinião da autora, discutir o redimensionamento do “público” e do “privado”. As reformas aplicadas apresentaram de maneira geral uma lógica gerencial e capitalista, sempre em consonância com a ordem neoliberal que se estabelecia.

E. Argumentos Centrais.

A Constituição Federal de 1988 garante a gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, mas deixa claro que o ensino pago pode se estabelecer, sendo oferecido por instituições privadas. A Carta Constitucional ainda garante que instituições que comprovem sua finalidade não lucrativa podem receber recursos do Poder Público. O conceito de “não lucrativo”

apresentaria-se de maneira muito polêmica e aberta, abrindo inclusive brechas para o estabelecimento de instituições dotadas de natureza lucrativa.

A prioridade dos governos, então, para as IES, as limitaria à preparação para o mundo do trabalho e à disseminação das novas regras do universo capitalista, trazendo conformismo sobre o mundo em que vivemos, adaptação às duras regras do mercado, preparação para a competição e o individualismo, além de naturalizar a existência do um abismo social que compõe a sociedade.

Um aliado na aplicação destes objetivos seria a “Teoria do Capital Humano”, segundo a qual a educação é um investimento que, ao ser aplicado, pode gerar aumento de renda e consequentemente, elevar a condição social das pessoas. A função da educação, a partir desta interpretação, seria a capacitação prática (preparação para o trabalho e a instrumentalização de habilidades) e ideológica (conformação com os nefastos resultados do capitalismo).

A autora considera que o BM, a UNESCO e a CEPAL têm trabalhado no sentido de inculcar nos brasileiros as novas propostas educacionais, sempre aliadas do capital e sedentas por sua expansão em setores ainda não explorados. Nesta fase do trabalho, uma série de documentos e conferências são apresentados no intuito de revelar essa condição, bem como quais instituições teriam sido criadas com a finalidade de garantir a disseminação destas propostas.

As recomendações do Banco Mundial quanto à existência das IES foi analisada a partir do documento “*La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*”¹⁸ (BM, 1995), o qual questionou a condição da universidade pública e apresentou o setor privado como mais eficiente e produtivo, ou seja, com maior potencial para reverter o aspecto “não democrático” do ensino superior. Desta forma, caberia ao Estado Nacional facilitar a entrada e o crescimento da ação privada neste campo, bem como ampliar a oferta de créditos e programas de transferência de recursos públicos para estas instituições.

Todas as orientações acabariam vinculando-se a aspectos puramente econômicos, submetendo todas as reformas à lógica do mercado. Cinco anos depois, outro documento foi publicado pelos mesmos grupos: “*La educación superior en los países en desarrollo: peligros e promesas*”¹⁹ (BM, 2000). Documentos oficiais, como o elaborado para grupos de países

¹⁸ Disponível em < http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSCContentServer/WDSP/IB/2005/06/14/000090341_20050614161209/Rendred/PDF/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

¹⁹ Disponível em < <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/2000/12/6203545/higher-education-developing-countries-peril-promie-la-educacion-superior-en-los-paises-en-desarrollo-peligros-y-promesas>>. Acesso em janeiro de 2014.

subdesenvolvidos, denominado de “Grupo Especial”, convocado pela UNESCO, afirmariam que a educação nestes locais teria como função:

proveer a un creciente número de estudiantes (especialmente entre los que pertenecen a los sectores menos aventajados) conocimiento y habilidades especializadas, porque los especialistas son cada vez más necesarios en todos los sectores de la economía mundial; dotar de educación general a una cantidad importante de estudiantes, lo que facilita la flexibilidad y la innovación, permitiendo la renovación permanente de estructuras económicas y sociales que son muy pertinentes para un mundo en proceso de cambio acelerado; enseñar a los estudiantes no sólo lo que ya es conocido, sino también la manera en que a futuro pueden actualizarse, de modo de hacerlos capaces de readaptar sus potencialidades y conocimientos a medida que se producen los cambios en el entorno económico, y aumentar la cantidad y calidad de las investigaciones de cada país, permitiendo así que el mundo en desarrollo pueda elegir, absorber y crear nuevo conocimiento, de manera más eficiente y rápida que hasta a hora (GRUPO ESPECIAL, 2000, p.12)²⁰.

Acusando as instituições de pesquisa e investigação de serem extremamente seletivas no processo de admissão de alunos, bem como de exigirem investimentos muito altos, o setor privado foi sinalizado como o grande caminho para as reformas no setor. As universidades virtuais e o ensino à distância deveriam receber atenção especial, assim como os institutos técnicos e profissionais, tratados como a “pedra de salvação” de países como o Brasil.

A supremacia do mercado deveria ser garantida pelo Estado, a fim de que a modernização e o desenvolvimento do Brasil de fato ocorressem. A autora mostra como as reformas promovidas por FHC buscaram aumentar a eficiência das instituições, ou seja, a quantidade de

²⁰ “providenciar a um número crescente de estudantes (especialmente entre os que pertencem aos setores menos favorecidos) conhecimento e habilidades específicas, porque os especialistas são cada vez mais necessárias em todos os setores da economia mundial, proporcionar uma educação geral para um grande número de estudantes, facilitando a flexibilidade e a inovação, permitindo a renovação permanente das estruturas econômicas e sociais que são muito relevantes para um mundo em processo de rápida transformação, ensinar aos estudantes não apenas o que já é conhecido, mas também como poderão aprender no futuro, de modo a garantir sua atualização e fazê-los capazes de utilizar seu potencial e conhecimentos na medida em que ocorrem mudanças no contexto econômico, e aumentar a quantidade e qualidade da pesquisa em cada país, garantindo assim que o mundo em desenvolvimento possa escolher, absorver e criar novos conhecimentos, de maneira mais eficiente e rápida”. (Tradução nossa).

pessoas atingidas pelo ensino superior. Com isso, o ensino subordinava-se às demandas do mercado.

As reformas, inspiradas nos documentos produzidos pelos organismos internacionais citados, dariam ênfase ao ensino fundamental, sugerindo como solução para o Ensino Superior a alternativa privatista. O planejamento político estratégico de FHC (1995/1998) tinha como estratégias uma compilação de todas essas propostas: estabelecimento de avaliações, criação de modelos alternativos de formação, estímulo ao ensino à distância, e reorganização do sistema de crédito educativo. Analisando o texto, Priscila Cardoso afirmou:

como é possível observar, ao longo da análise desses dois documentos (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e Planejamento Político Estratégico – 1995/1998), as políticas para a educação superior, na década de 1990, visaram, em essência, promover a reforma do aparelho do Estado, com a adequação das políticas sociais, tratando-se, nesse caso, da Educação Superior em relação à hegemonia neoliberal. (CARDOSO, 2011, p.67, grifos nossos).

Muitas são as conclusões da autora em relação a todas essas leis.²¹ Sucintamente, o ministro da educação nos oito anos do governo FHC teria expressado seus interesses: “*a expansão, a diversificação, a avaliação, a supervisão, a qualificação e a modernização* (SOUZA, 2000).

A demora de oito anos na aprovação da nova LDB/96, a partir da Constituição, refletiria a estratégia do Estado em legislar a partir de doses homeopáticas. Além disso, ao julgar a educação superior do período como sendo elitista, ela propunha reformas ancoradas nas mesmas propostas

²¹ A autora apresenta uma interessante compilação das leis e alterações propostas pelo governo FHC: “*Serão destacados neste item a Lei nº 9.131/1995, que altera dispositivos da Lei nº 4.204/1961; a Lei 9.192/1995, que altera dispositivos da Lei nº 5.540/1968, as quais regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. Tem-se também o Decreto nº 2.026/1996, que estabelece procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior; a LDB nº 9.394/1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Decreto nº 2.207/1997, que regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos Arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, Parágrafo Único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; o Decreto nº 2.306/1997, que regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no Art. 10º da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos Arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; o Decreto nº 3.860/2001, que dispõe sobre a organização do Ensino Superior, a avaliação de cursos e instituições; e a Lei nº 10.172/2001, que Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*” (CARDOSO, 2011, p.68).

disseminadas pelo Banco Mundial, segundo as quais a diversificação das instituições e a facilitação para o estabelecimento de instituições privadas no setor.

A autora percebe a estratégia do governo FHC no artigo 19 da LDB/96:

O artigo 19, da LDB, define duas categorias administrativas, a saber: instituições públicas e privadas. Em seguida, pelo artigo 20, torna-se clara a existência de quatro tipos de instituições educacionais privadas: as particulares, em sentido estrito, as comunitárias, as confessionais e as filantrópicas. Essas subdivisões, tratadas na lei, criam nova configuração no âmbito do público e do privado, isto porque, ao ocorrer a diferenciação das instituições lucrativas, das confessionais, filantrópicas e comunitárias, estas últimas se aproximaram das ideias consolidadas no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de proximidade ao setor público. Logo, por meio da justificativa do caráter não lucrativo de tais instituições, estas passaram a se denominar públicas não estatais, conforme diretrizes desse documento, buscando o acesso a verbas públicas. (CARDOSO, 2011, p.74).

Priscila Cardoso analisa toda a regulamentação de cursos e os processos de avaliação instituídos pela LDB/96. A ideia de substituição dos vestibulares pelos processos seletivos, a quantidade de mestres e doutores nas instituições, e a autonomia universitária, já apareceriam no texto da LDB/96. No entanto, as lacunas ali existentes só seriam preenchidas nos anos seguintes.

Quanto às fronteiras entre o público e o privado, o grande impacto viria com o Decreto nº 2.207²², de 1997. A partir das inúmeras reações contrárias, ele seria revogado, sendo um novo decreto escrito quatro meses depois, de nº 2.306²³, em agosto de 1997. A proposta era regulamentar as instituições de ensino superior, distinguindo as públicas (criadas ou

²² BRASIL. *Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997*. Regulamenta para o Sistema Federal de Ensino as disposições contidas nos Arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, Parágrafo Único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, 1997a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm. Acesso em: 20 ago. 2010

²³ BRASIL. *Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997*. Regulamenta para o Sistema Federal de Ensino as disposições contidas no Art. 10º da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos Arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, Parágrafo Único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, 1997b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm. Acesso em: 20 ago. 2010.

incorporadas, mantidas e administradas pela União) das privadas (criadas ou incorporadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado).

Em 2001, FHC editaria um novo Decreto, revogando o de 1997. A estrutura geral mantinha-se, revelando que a concepção de educação superior do governo não tinha se alterado ao longo dos dois mandatos. A última ação deste governo viria em seguida, com a Lei nº 10.172, a qual aprovava o Plano Nacional de Educação. O plano apresenta aproximadamente 300 metas, sendo que destas 35 estariam voltadas ao ensino superior. As propostas que visavam transformações radicais, como a ampliação do número de professores, vagas e financiamento público foram vetadas pelo governo, o que levou muitos a denominarem o plano mais como uma “carta de intenções” do que como um plano propriamente dito (SAVIANI, 2008).

Absolutamente influenciado pelo ideário neoliberal, o governo teria então disseminado a ideia de incapacidade do setor público de atender à demanda nacional pela expansão do setor, garantindo que a via privada seria o melhor caminho. Os diversos mecanismos avaliativos implementados seriam mais uma prova da essência neoliberal desse governo, na medida em que este tipo de ação:

viabiliza as novas funções de controle, planejamento e avaliação da educação superior pelo Estado, desviando-o de sua função de promoção direta do ensino, ou seja, ele delega tal atividade a organizações sociais, credenciadas para o exercício desse fim, por meio do estabelecimento de metas estipuladas em contratos de gestão. (CARDOSO, 2011, p.88).

O censo da educação superior, realizado em 2002, demonstrou o grande crescimento do setor no período, totalizando cerca de 800 instituições superiores a mais do que as existentes em 1995. A legislação facilitava a instalação de IES não universitárias, centradas no ensino e possuidoras da chamada “autonomia” estabelecida no setor, bem como a possibilidade de não realizarem trabalhos de pesquisa e extensão, por não serem classificadas como “universitárias”.

Ao assumir a presidência da República em 2003, *“Lula concentrou o discurso de sua propaganda política na consolidação de um pacto social, que pudesse garantir o crescimento e a estabilidade econômica, bem como promover a justiça social e o alívio à pobreza.”* (CARDOSO, 2011, p.111). O documento “Carta ao povo brasileiro”, divulgado por Lula em 2002, prometia

uma série de transformações e trazia muita esperança aos que aguardavam transformações de impacto:

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. (SILVA, 2002, p.2).

Outro documento importante no início de seu governo foi, sem dúvida, o “Programa de Governo 2002 - Coligação Lula Presidente”, o qual defendia a manutenção dos compromissos brasileiros com o FMI, apesar das inúmeras críticas ao modelo de FHC e à chamada “herança maldita” por ele deixada no país. Um caderno que fazia parte deste documento dedicava-se especialmente à educação e foi denominado de “Uma escola do tamanho do Brasil”.

Cristovam Buarque, então ministro da educação, divulgou outro importante documento, denominado “Metas para a educação brasileira”, onde apareciam diversas propostas, inclusive contrárias à gratuidade do ensino superior, visto como elitista. O ministro da educação defendia que a universidade como instituição estava em crise. Segundo ele:

o conhecimento, que antes representava capital acumulado, passa a ser algo que flutua e que é permanentemente renovado ou ultrapassado por obsolescência; o ensino, que antes se dava por meio de canais bilaterais diretos, entre aluno e professor, e em locais definidos, como a universidade, agora acontece por outros métodos reconhecidos, como um espriamento em todas as direções, em meio ao oceano das comunicações; a formação profissional, que antes representava uma base firme na luta pelo sucesso, é agora, na melhor das hipóteses, um colete salva-vidas a ser usado no conturbado mar em que se chocam as ondas do neoliberalismo, da revolução científico-tecnológica e da globalização. (BUARQUE, 2003, p.26).

O documento esclarece ainda o papel das instituições segundo o ministro da educação, sendo revelador de sua concepção educacional, qual seja, “*criar as bases científicas e*

tecnológicas necessárias para enfrentar o futuro; compreender as relações internacionais (...) compreender a realidade de um mundo globalizado, onde há exclusão e divisão”. (idem, p.60).

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

A pesquisa foi elaborada a partir da análise bibliográfica, bem como dos documentos oficiais produzidos, em especial os projetos de lei, as emendas, os pareceres e as atas das comissões especiais a respeito da reforma universitária.

As categorias de análise apresentadas pertencem ao materialismo histórico-dialético, utilizando o pressuposto de que as decisões governamentais só poderiam ser compreendidas diante da contextualização histórica ampla, bem como de todos os seus determinantes.

G. Conclusões

A autora percebe que os documentos produzidos pelos organismos internacionais correspondem à “Teoria do Capital Humano” na medida em que o objetivo das reformas de ensino passa a ser o conhecimento e as habilidades, e não o direito público à educação. Para atingir seus propósitos, seria fundamental integrar o público e o privado no ensino superior.

As leis criadas por Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 2002 demonstram uma visão de ensino superior detentora de forte viés empresarial, percebendo e tratando a educação como simples mercadoria. A possibilidade de organização acadêmica em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, ou institutos superiores seria uma forma de flexibilização do sistema, o qual facilitaria a expansão do ensino superior. Não houve, entretanto, a devida preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos. Assim, *“as políticas públicas para a educação superior enfatizaram o caráter privado para este nível de ensino, propondo ações que determinaram, em essência, promover a interpenetração entre as esferas do público e do privado.”* (CARDOSO, 2011, p.156).

O governo reconhecia a necessidade de ampliação de vagas no setor de ensino superior e apresentava a concepção de educação como “bem público”, o que consolidaria a noção de que existem instituições públicas estatais e não estatais (as universidades privadas), naturalizando a destinação de verbas públicas para o setor privado, que alcançaria proporções gigantescas ao longo dos oito anos do governo Lula.

Com a ascensão do PT ao poder federal, muitos esperaram grandes alterações no cenário político, especialmente na educação. A proposta petista, no entanto, não era de ruptura com o modelo capitalista, mas de humanização desse sistema a partir do estabelecimento de um novo pacto social, onde o crescimento econômico era necessário, bem como uma nova política educacional, capaz de incluir os segmentos mais pobres e garantindo a “coesão social”. Os documentos oficiais e as propostas políticas de 2002 já revelavam uma alteração significativa na posição política do então candidato petista. Portanto:

Conclui-se, dessa maneira, que o governo Lula teve como marca a continuidade e não a ruptura, com a aprovação esparsa, de instrumentos jurídicos normativos, ao longo de seus dois mandatos, que, a partir, da articulação com a reforma do Estado, manteve e aprofundou a contrarreforma homeopática, bem como as principais diretrizes políticas e econômicas do governo FHC. (CARDOSO, 2011, p.238).

2.2.18 Trabalho nº 18. Rhoberta Santana de Araújo

A. Título.

“Implantação do Reuni na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do Campus Universitário de Altamira”. Dissertação (Mestrado) Belém- PA.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2011

C. Autor (a).

Rhoberta Santana de Araújo

D. Tema.

O objetivo de estudo de Rhoberta Araújo, como o título deixa bem claro, foi o de analisar o impacto do “Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Públicas”, chamado de REUNI, no campus de Altamira, ligado à Universidade Federal do Pará. Para tanto, ela se propõe a verificar o financiamento oferecido ao este campus, investigar a criação dos novos cursos, bem como os índices de aprovação e conclusão de curso.

Ela parte do pressuposto que os indicadores oficiais do programa estariam limitados a índices quantitativos, não sendo capazes, portanto, de avaliar verdadeiramente o impacto do programa sobre as instituições federais.

E. Argumentos Centrais.

O REUNI, estabelecido pelo governo Lula, teria como prioridade ações no sentido de ampliar o acesso à graduação nas IES federais, bem como melhorar os índices do programa (Taxa de Sucesso da Graduação e Relação Aluno Professor). Ao estabelecer metas que previam o crescimento do número de estudantes por professor, e ampliariam a taxa de conclusão da graduação, o governo obviamente estaria enfatizando o ensino, em detrimento da pesquisa.

Dentro da nova concepção de universidade, adotada pelo REUNI, algumas medidas ganharam destaque. A graduação deveria ser priorizada no ensino superior, o acesso às universidades precisaria ser facilitado, o currículo reestruturado e novas metodologias de ensino incorporadas.

Interessado em atingir sua meta de ampliação, o *“conceito de ‘público não-estatal’, idealizado ainda no governo FHC, é sistematicamente aprofundado no governo de Lula da Silva”* (ARAÚJO, 2011, p.21). A reforma da educação, desta forma, teria transformado esse setor, classificado anteriormente como um “direito social”, em mais um “serviço”, o qual, portanto, estaria sujeito às leis do mercado, do consumo e especialmente, do lucro.

A tese deixa evidente o impressionante crescimento das instituições privadas durante o governo de FHC. Em 1995, existiam 432.210 vagas, e em 2002, o número tinha crescido para 1.477.733, o que significa 341,9% de crescimento. As vagas públicas do ensino superior avançaram, no mesmo período, de 178.145 para 295.354, atingindo um crescimento na ordem de 165,7%.

O governo Lula da Silva, por sua vez, manteve uma política de continuidade em relação ao governo anterior, anunciando ao povo e especialmente aos organismos internacionais, por meio de diversos documentos, sua fidelidade aos compromissos financeiros estabelecidos no governo anterior.

Assim, tal governo poderia ser classificado como neoliberal por três motivos essenciais. O primeiro seria a sua busca por uma valorização do país em relação ao mercado financeiro internacional. Em segundo, estaria o fato da presidência assumir uma única possibilidade para a questão econômica: a da continuidade do que já estava sendo feito. Por fim, seu governo seria neoliberal por criar políticas assistencialistas, propagadas como ‘políticas sociais’, as quais não seriam capazes de solucionar os graves problemas sociais do país, mas apenas de amenizá-los.

O Estado brasileiro teria desta forma, assumido o papel de estimular e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior, ao mesmo tempo que garantiria o crescimento da educação à distância, a qual passou a ser equiparada à formação presencial. Portanto, seria possível perceber em seu governo um “*caráter contraditório, que une, a um só tempo, marcas de permanência e mudança: a expansão do acesso das classes trabalhadoras ao ensino superior é coetânea da desqualificação desse nível de ensino*” (idem, p.74).

Em busca da “Universidade Nova”, uma série de transformações deveriam ser realizadas. Segundo Naomar Filho e Boaventura de Souza Santos, a antiga universidade deveria ser substituída, pois apresentaria os seguintes problemas:

Excessiva precocidade nas escolhas das carreiras profissionais; Seleção limitada, pontual e - traumática - para ingresso na graduação; Viés monodisciplinar na graduação, com currículos estreitos e bitolados; Enorme fosso entre graduação e pós-graduação; Submissão ao mercado, perda de autonomia; Incompatibilidade quase completa com modelos de arquitetura acadêmica vigente em outras realidades universitárias, especialmente de países desenvolvidos; Incultura: formação tecnológico-profissional, quando eficiente, culturalmente empobrecida; Anacronismo: dissonância da formação universitária com a conjuntura contemporânea. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.113-114).²⁴

Aparece então a proposta dos Bacharelados Interdisciplinares (BI), como uma forma de flexibilização dos currículos. A fim de evitar a evasão, seria estabelecida uma “pré-graduação”, no intuito de garantir os pré-requisitos fundamentais à carreira escolhida pelo aluno. Esta proposta carrega elementos da universidade americana, mas também da europeia. Há, por um

²⁴ O texto completo está disponível em <https://ape.unesp.br/pdi/execucao/artigos/universidade/AUniversidadenoSeculoXXI.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

lado, uma mescla entre a formação voltada para o mercado profissional e a interessada na consolidação acadêmica do estudante. A União Europeia teria, nos últimos 20 anos, contribuído para a busca de um modelo único de universidade, que congregasse em especial características do modelo alemão, francês e inglês. O novo modelo, surgido como uma mescla de todos estes, nasceria com a missão de garantir a integração dos países, privilegiando os mais grupos mais competitivos, merecedores, portanto de maiores fatias do “mercado” educacional.

A Declaração de Bolonha²⁵, assinada em 1999, tentaria garantir um padrão único para as universidades europeias. O ensino superior ficaria dividido em três ciclos. No primeiro, o aluno teria a formação em licenciatura ou bacharelado, de acordo com a nomenclatura de cada país, numa duração mínima de três anos. O segundo ciclo corresponderia ao mestrado (acadêmico ou profissional) e por fim, o terceiro, ao doutorado, com duração de três ou quatro anos.

As propostas apresentadas foram amplamente divulgadas das IFES do país, e deram origem ao REUNI, criado pelo Decreto nº 6.096/2007. Rhoberta Santana chama atenção para o fato de que, sendo um decreto, o ato dispensou a opinião do Congresso Nacional (ARAÚJO, 2011). Não houve também qualquer tipo de consulta da comunidade acadêmica, seja por parte de reitores e docentes, ou mesmo do movimento estudantil. Os diversos protestos ocorridos pelo país foram ignorados, e o programa colocado em prática.

Os contrários ao REUNI afirmam que o programa prioriza o ensino no lugar da pesquisa ao exigir que metas sejam cumpridas. Sabemos também que as metas estabelecidas para as pesquisas acadêmicas forçam muitos pesquisadores a produzirem artigos que pouco ou nada contribuem com o saber acadêmico, na medida em que são apenas respostas às exigências quantitativas das agências de fomento.

Em 2008, apesar de todas as críticas, a necessidade por recursos levou todas as 54 universidades federais então existentes a aderirem ao programa. A verba seria liberada de acordo com o cumprimento das metas, o que nos leva a perceber a continuidade do modelo gerencial estabelecido por FHC. Assim, “*O desempenho gerencial das universidades é tomado como objeto de avaliação e serve de subsidio para definição de ações regulatórias, bem como de instrumento para alocação orçamentária.*” (idem, 2011). Cabe afirmar que as instituições que passassem a utilizar o ENEM como porta de entrada, no lugar dos vestibulares, receberiam 100%

²⁵ Disponível em http://paco.ua.pt/common/bin/Bolonha/Bolonha_Declaracao%20de%20Bolonha.pdf. Acesso em janeiro de 2014.

de acréscimo ao valor, o que é, no mínimo, um ponto de questionamento a respeito da autonomia das instituições.

Em 2010, o Governo Federal baixou a Medida Provisória 435/2010 em conjunto com outros três decretos (nº 7.232, nº 7.233 e nº 7.234). Esse conjunto de ações teria gerado uma série de medidas conhecidas por “Pacote da Autonomia Universitária”. Através destes mecanismos, o Estado brasileiro diluiu ainda mais as fronteiras entre o público e privado, reforçando a necessidade das instituições buscarem fontes próprias de receita financeira e apontando para a proposta de auto-financiamento das instituições, na medida em que subordinaria o envio de novas quantias ao cumprimento das metas estabelecidas.

Para a pesquisadora, a estrutura universitária sugerida não foi acatada pelas universidades, sendo que a maioria delas sequer apresentou qualquer proposta de inovação curricular. Houve ainda um problema na oferta dos cursos, na medida em que a área da saúde obteve índices bem inferiores às demais, o que *“repercute na formação de quadros profissionais para atendimento das demandas sociais de certas regiões, reforçando indicadores de desigualdades regionais”* (idem, p.128).

Ela acredita ainda que o REUNI não trata-se apenas do estabelecimento de metas para as universidades. Este programa na verdade comporia um novo modelo de gestão das IFES, baseados na lógica gerencial, pela busca de resultados quantitativos.

Quanto aos resultados das entrevistas com docentes do campus de Altamira, Rhoberta Araújo teve a seguinte opinião sobre a implantação do REUNI na região, ela destaca que: *“não houve planejamento, espaços coletivos de participação e discussão dos desdobramentos do Programa, no campus investigado”* (idem, p.177).

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

Alicerçada no materialismo histórico dialético, a pesquisadora buscou estudar o tema a partir de documentos oficiais e produções acadêmicas. A investigação teve como base os condicionantes que influenciam as práticas políticas e também sociais.

Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas no campus de Altamira com dirigentes, professores e coordenadores ligado à UFPA.

G. Conclusões

A conclusão do trabalho aponta para o fato de que a expansão das universidades públicas conecta-se a novos valores, os quais aproximariam as fronteiras do público e privado, diminuiriam a autonomia universitária e não garantiriam, aos estudantes, um padrão de excelência nos cursos universitários. Não houve, segundo a pesquisadora, uma ruptura na concepção estrutural de educação entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Pelo contrário, ela afirma ter ocorrido inclusive uma “*intensificação do processo de reformas*” (idem, p.19).

Sobre as diversas ações no campo da educação superior, Rhoberta Santana conclui que FHC buscou novas fontes de financiamento para as IES, aproximando-as das empresas. Além disso, criou um estímulo extra para os investimentos em pesquisas relacionadas aos interesses mercadológicos e facilitou a expansão do setor privado, como foco no ensino. A partir de uma lógica produtivista e quantitativa, foram exigidos resultados das universidades para que mais investimentos fossem realizados, sempre mediados pelo novo sistema de avaliação dos cursos.

Essas reformas teriam atingido o ensino superior através da flexibilização na busca por recursos destinados às universidades, e também pelo fortalecimento do setor privado, percebido como local com maior capacidade de atender à demanda da sociedade.

O REUNI foi apresentado como uma das principais ações do governo Lula, tendo como foco a recuperação das universidades federais e a expansão das mesmas por todo o país. A meta era de ultrapassar um milhão de matrículas na rede Federal de Educação superior até 2012, e, para ser atingida, foram necessários o investimento de recursos em infraestrutura, a contratação de técnicos e docentes, além do estabelecimento de novos indicadores na relação Aluno-Professor e Taxa de conclusão de graduação.

O programa teria, segundo a pesquisa, uma feição privatista, na medida em que os recursos seriam destinados de acordo com o cumprimento de metas. Quanto à UFPA:

Os estudos demonstraram que o Programa, na Universidade Federal do Pará, se apresentou como um marco na reconfiguração institucional, com metas expressivas de expansão; entretanto, o volume de recursos executados, até o momento em que encerrávamos o trabalho de pesquisa, não representou impacto

significativo na matriz orçamentária da Universidade, como apresentado na análise dos indicadores financeiros. (idem, p.40).

Outros problemas apontados seriam a falta de capacitação dos gestores, as dificuldades operacionais, a pouca disponibilidade de docentes para contratação, a inexistência de salas de aula e o ambiente de competição entre os docentes.

O número de professores contratados cresceu, mas a maioria seria inexperiente e não criaria vínculos duradouros com o campus em questão. Por fim, a pesquisadora percebeu que a ampliação dos recursos não tem ocorrido de maneira a respeitar o crescimento das matrículas, gerando distorções e problemas. Assim,

Esses dados revelam um aspecto preocupante do Programa. Os recursos necessários à manutenção do campus e dos cursos não vêm sendo ampliados na proporção do aumento da capacidade instalada, o que, certamente, trará transtornos para a comunidade acadêmica. As matrículas, no período, ampliaram, aproximadamente, 60%, e o recurso de custeio não aumentou mais do que 30%. Os gestores da unidade enfrentarão dificuldades para gerenciamento das atividades acadêmicas e administrativas (idem, p.40).

2.2.19 Trabalho nº 19. Sueli de Fátima Ourique de Avila

A. Título.

“Mercantilização do Ensino Superior: as consequências das mudanças produtivas para os docentes de ensino superior”. Tese (Doutorado) Rio de Janeiro, RJ.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2010.

C. Autor (a).

Sueli de Fátima Ourique de Avila

D. Tema.

Sueli Avila buscou esquadrinhar, em sua tese de doutorado, as consequências das transformações estruturais e conjunturais na virada para o século XXI para os professores do ensino superior. Sua análise levou em conta o contexto histórico brasileiro e mundial, a partir da referência de vários teóricos e da análise dos fatos históricos mais relevantes.

E. Argumentos Centrais.

Para a pesquisadora, a formação de novos profissionais no Brasil do século XXI criou trabalhadores dóceis e disciplinados, os quais já entram no mercado de trabalho com os valores benéficos para a lógica do capital assimilados, e prontos para reproduzi-los.

O contexto das reformas no ensino superior seria marcado pela hegemonia do capital financeiro, segundo o qual a maior parte dos investimentos econômicos do planeta estaria subordinado. Propostas de governo alternativas ao neoliberalismo teriam surgido, a partir da Inglaterra, e se disseminado pelo mundo conhecidas como “Terceira Via”, a partir da nomenclatura estabelecida por Giddens (1999). Para os críticos,

a Terceira Via desresponsabiliza o capital, desresponsabiliza a história e responsabiliza os sujeitos e suas associações pela garantia da estabilidade social, política e psicológica profundamente abalada pela eliminação de um horizonte de transformação (LIMA; MARTINS, 2005, p.62).

Ao questionar essas transformações e o que chamou de “disfarces”, a pesquisadora revelou a estratégia do capital em eximir-se de responsabilidades naquilo que denominou de “Estado Mínimo”:

Neste quadro, o Estado assume um papel importante no processo de dominação: tem como função manter a estrutura de classes e as relações de produção, controlar através da repressão as ameaças de insatisfação das classes dominadas e também das frações burguesas dominantes não contempladas com o processo; tem que integrar, através de sua ideologia, as classes dominantes e controlar o conjunto da sociedade. (AVILA, 2010, p.45)

Mantendo a postura crítica e reflexiva, ela questiona a visão dualista de mundo, a qual contrapõe o subdesenvolvimento ao desenvolvimento, como se tratassem de estágios diferenciados (OLIVEIRA, 2003). Na realidade, o que ocorreria seria a coexistência de ambos, onde o grupo favorecido se utiliza dos países pobres para enriquecer. Portanto:

o termo subdesenvolvimento não é imparcial, pois seu prefixo —sub revela uma posição inferior que os países da América Latina possuíam com relação aos países centrais. Não é um estágio anterior, mas uma condição menor na hierarquia da —divisão internacional do trabalho *capitalista* (OLIVEIRA, 2003, p.128).

Através desta estratégia o Estado brasileiro estaria, ao longo das últimas décadas, abrindo espaço ao desenvolvimento dos interesses do capital, independente do tipo de partido ou orientação que tenha se estabelecido.

Após perceber o processo de precarização do trabalho docente, bem como o incentivo à competição e ao individualismo, a autora conclui categoricamente que a produção em série de trabalhadores submissos e competitivos “*só é possível através da divisão, do aniquilamento dos vínculos, da competitividade, do isolamento, e como consequências, do adoecimento psíquico e da alienação dos trabalhadores.*” (ÁVILA, 2010, p.160).

Todas as transformações no cenário educacional, não poderiam, portanto, produzir um resultado diferente. O produto da exploração do capital sobre o trabalho seria a desigualdade, na medida em que toda a vez que a força de trabalho é vendida para alguém, ocorre a exploração.

Recorrendo à teoria de David Harvey, ela critica o modelo conhecido popularmente como toyotismo, denominando-o então de ‘acumulação flexível’ (HARVEY, 2005). Este processo, longe de aprimorar o trabalho, teria gerado uma condição ainda mais dramática para os trabalhadores menos qualificados, os quais teriam de trabalhar mais, com menos garantias de emprego e sob uma constante competição.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

O objeto de estudo de Sueli Avila foram os trabalhos aprovados para apresentações na ANPED entre 1996 e 2008 que se encaixavam nesta temática. Para compreendê-los, ela recorreu

à contextualização histórica, a fim de compreender os elementos determinantes de tais pensamentos. Esta retomada apresentou forte influência do materialismo histórico-dialético, especialmente a partir do pensamento do geógrafo David Harvey.

Para a análise das entrevistas, sua metodologia seguiu a linha da Teoria da Análise do Discurso, alicerçada no pressuposto segundo o qual *“a análise crítica do discurso tem como preocupação explorar a tensão que se estabelece entre os dois lados do uso da linguagem: o que é formado socialmente e o que constitui socialmente”* (FAIRCLOUGH, 2001, p.92).

A pesquisadora também apoiou-se na análise de conteúdo, a partir do qual *“procurou-se fazer uma correspondência entre as estruturas semânticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados”* (AVILA, 2011, p.171).

G. Conclusões

A despeito dos governantes terem proclamado, ao longo da década de 1990, a diminuição do papel do Estado, o que de fato ocorreu foi o aprofundamento de regras benéficas aos grandes membros do capital financeiro e a ampliação do mercado através das privatizações. Dinheiro público teria então sido usado para fortalecer empreendimentos privados, e o papel do Estado foi transformando elementos até então percebidos como direitos sociais em “serviços não exclusivos do Estado”, podendo inclusive receber verbas públicas para serem executados.

No processo de convencimento da população, e difusão dos ideais interessantes ao capital, propagou-se então nas mais diversas instituições de ensino uma *“concepção de qualificação, que enfatizava os aspectos técnico-operacionais, definindo numa sequência lógica e objetiva as habilidades e tarefas condizentes com cada profissão”*. (ÁVILA, 2010). Esta crença levaria ainda ao abandono das crenças num emprego estável e pleno. A noção de “empregabilidade” substituiria a crença no “pleno emprego”, sendo o trabalhador convencido, desde o início de sua formação, que qualquer tipo de fracasso em sua trajetória deveria ser creditado única e exclusivamente à sua pessoa.

O grande problema desta estrutura seria o fato de que a atribuição individual sobre o sucesso ou o fracasso conduziria o ser humano a uma competitividade ainda mais acirrada, a ponto do projeto coletivo ficar completamente inviável.

Portanto, um triste cenário se estabeleceria, sendo a educação uma máquina de destruição dos vínculos humanos, incentivadora da competição e do isolamento, levando os trabalhadores a adoecerem e sofrerem um contínuo processo de alienação.

2.2.20 Trabalho nº 20. Zuleide Simas da Silveira

A. Título.

“Concepção de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades e rupturas (1995-2010) – Estudo comparado Brasil e Portugal”. Tese (Doutorado em Educação) Rio de Janeiro, RJ.

B. Ano de conclusão do Trabalho.

2011

C. Autor (a).

Zuleide Simas da Silveira

D. Tema.

O trabalho buscou analisar o desenvolvimento das políticas de ciência e tecnologia nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, procurando compará-las à reforma do ensino superior em Portugal, norteadas pelo Processo de Bolonha.

Para tanto, a autora elaborou um histórico que contemplasse os dois países e revelasse suas posturas em relação às políticas de inovação tecnológica e científica, tanto nacional como internacionalmente. A própria concepção de universidade nos dois países é reconstruída neste processo, sendo seu objeto percebido na totalidade de relações de caráter social, econômico, cultural, político e ideológico.

E. Argumentos Centrais.

A comparação entre os dois países revelou a conexão do ensino superior aos processos econômicos e tecnológicos em curso no planeta nesta virada do século, de maneira que a política educacional se subsumiria à política e diretrizes internacionais.

As reformas da educação no capitalismo estão sempre associadas, por se tratarem de um Estado burguês, aos interesses deste grupo dominante. Em momentos de anseios por “reformas”, a articulação dos grupos dominantes poderia gerar “contrarreformas”, ou seja, processos de transformação em que características do modelo antigo e do novo passariam a coexistir, prevalecendo elementos do primeiro (GRAMSCI, 2002). A partir destes pressupostos, Zuleide Silveira percebe que:

o período de hegemonia das políticas neoliberais, em curso, pode ser compreendido como um processo de contrarreforma, tendo em vista que suas “reformas”, a exemplo da “reforma universitária”, não são mais que engodo e instrumento de destruição das conquistas dos trabalhadores, trazendo em seu bojo a precarização e a flexibilização do trabalho, a formação aligeirada e fragmentada, a desorganização da classe trabalhadora e o enfraquecimento dos sindicatos combativos. (SILVEIRA, 2010, p.10)

Assim, seria possível classificar como “partido único” uma série de organismos internacionais a serviço de uma classe social, defendendo uma visão de mundo unitária, e exigindo uma postura semelhante perante os problemas e transformações do mundo (GRAMSCI, 2007)²⁶. Na lista destes organismos apareceriam o BM, o BID, a OCDE, a UNESCO, o CEPAL, o MERCOSUL, além da UE.

F. Pressupostos teóricos e metodológicos.

²⁶ De acordo com Gramsci, “*O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume*” (GRAMSCI, 2007).

O referencial teórico a pesquisa parte do princípio estabelecido por Michel Lowy de que o saber científico sempre responde a um interesse pré-existente (LOWY, 2003). No entanto, o esforço pela construção do conhecimento objetivo não pode ser abandonado, e a pesquisa deve buscar a objetividade do conhecimento mesmo sabendo que sempre haverá uma dose de subjetividade neste processo (SCHAFF, 1987),

Sua pesquisa, portanto, tem no materialismo histórico-dialético a referência teórica, rejeitando análises fragmentadas, as quais desconsideram o contexto histórico e total dos fenômenos sociais.

Assim, a construção da pesquisa levou em conta que as:

reformas educativas são produzidas a partir de relações de poder e de classe, geradoras de embates de concepções de sociedade, de trabalho e de cultura, buscamos captar as contradições do desenvolvimento histórico das políticas de formação da força de trabalho na universidade (...) pela mediação da concepção de universidade, no Brasil e em Portugal, partindo das origens do Estado moderno, quando a universidade é submetida, ao mesmo tempo, ao ideal de formação dos sujeitos e aos interesses do Estado-Nação. (idem, p.6)

A formulação das políticas de ciência, tecnologia, e inovação também aparece como uma das mediações do trabalho em pauta. A autora considerou a construção destas da década de 1960 até o início do século XXI.

Sobre a proposta de comparar Brasil e Portugal, Zuleide Silveira entende que a comparação permite o estudo dos projetos semelhantes nos dois países, desvelando conceitos de universidade e produção de conhecimentos ligados à conjuntura do capitalismo, além de revelar, igualmente, as características específicas de cada país em questão.

G. Conclusões

Tendo como premissa o movimento do capital em busca de expandir-se cada vez mais, a pesquisadora sugere a subordinação da ciência e da técnica aos seus anseios. Assim, o Estado burguês utilizaria-se do argumento de que a inovação seria indispensável para a humanidade, mas direcionaria os frutos deste processo para expansão de seus anseios mercadológicos.

Divulgaria-se assim, por todo o mundo, uma infinidade de teorias a respeito da “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento”, dando a entender que o saber deveria substituir o trabalho naquele momento específico da “evolução” humana.

O Estado, representante dos anseios burgueses, também deveria harmonizar os atritos existentes entre o capital e o trabalho através de variadas ações políticas, ganhando em poder, controle de capitais e implementação de regras e diretrizes. Assim, o século XXI assistiria, ao contrário daquilo que foi propagado pelos defensores do neoliberalismo, a uma ampliação do papel do Estado e dos blocos econômicos, sempre sujeitos à lógica imperialista.

Ao pesquisar a posição dos organismos internacionais (OCDE, UNESCO e BM), Zuleide Silveira entende que uma série de programas foram criados para incentivar a formação de um capital humano voltado para a pesquisa a partir de parcerias público-privadas. A concepção de educação neste contexto, assim, “*compreende a política educacional como um instrumento ao seu serviço*” (idem, 176), sendo a política científico-tecnológico a mediadora destas ações. Desta forma, a educação superior teria assumido um caráter internacionalizado e seria “*com base nesta concepção instrumental e utilitarista da política de ciência, tecnologia e inovação, em geral, e do conhecimento, em particular, que se pretende um novo modelo de universidade.*” (idem, p.176).

A contrarreforma, em ambos os países, teria então se somado ao transformismo, atingindo, desta forma, os propósitos estabelecidos pelos organismos internacionais, referentes aos interesses do capital. Esses “partidos políticos” teriam disseminado a noção de “sociedade do conhecimento”, e criado um mito ao associar desenvolvimento social e econômico à inovação científica e tecnológica.

Essas perspectivas trouxeram grande impacto ao formato e visão das IES, na medida em que, historicamente, esperava-se delas que transmitissem o conhecimento humano produzido ao longo da história a todas as pessoas, e propiciassem espaço para o pensar crítico. A incorporação de uma nova expectativa a respeito da educação superior, por parte da população, bem como sua adequação aos interesses do capital e à formação de quadros profissionais, seria feita através da “modernização” da universidade, defendida especialmente a partir da década de 1990, com a execução das políticas neoliberais nos dois países.

Essa prática governamental “neodesenvolvimentista” teria como peça-chave para o sucesso a educação superior. Disciplinadora, ela disseminaria a ideologia burguesa, promoveria a inovação tecnológica e garantiria, ao menos em tese, a competitividade e a soberania dos países.

A universidade ganharia também uma feição democrática e humanizadora, aparentemente atendendo ao “interesse geral”, e ainda harmonizaria as tensões envolvendo o capital e o trabalho. As reformas ocorridas no Brasil e em Portugal, nos últimos 20 anos, teriam claramente reforçado duas instituições superiores: as de “ensino” e as de “pesquisa”. Portanto, para Zuleide Silveira, o modelo universitário só pode ser alterado mediante a ruptura entre este e a lógica do capital.

2.3 Balanço dos trabalhos selecionados

Como percebemos na descrição das obras, os pesquisadores selecionados que se propuseram a desvendar a concepção de educação nos governos Lula e FHC estavam amparados pelo materialismo histórico-dialético²⁷. A despeito das críticas feitas ao marxismo após o fim do chamado “Socialismo Real”, com o fim da ex-URSS, percebemos a atualidade do pensamento marxista no século XXI e como suas categorias de análise garantem a percepção e crítica dos diversos determinantes que permeiam a educação superior no Brasil.

Em apenas uma das produções²⁸ não foi possível identificar o referencial teórico do pesquisador. As quatro demais utilizaram-se, cada uma, de um referencial teórico específico, a saber, o neo-institucionalismo histórico²⁹, o ecletismo³⁰, o positivismo³¹ e o enfoque de análises políticas (EaN)³².

As produções analisadas apresentaram muita semelhança na avaliação dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Suas características neoliberais seriam evidentes, bem como a subordinação das políticas públicas às recomendações elaboradas pelos diversos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial.

²⁷ Cerca de três quartos das obras selecionadas para leitura e análise eram amparadas pelo materialismo histórico-dialético, a saber: CATTANI (2006), SOUZA (2007), DIAS (2006), SANTOS (2010), PERES (2009), COLLEONI (2012), CARVALHO (2010), ILIBRANTE (2011), LIMA (2011), VALLE (2011), ARANDA (2011), MAIA (2011), CARDOSO (2011), ARAÚJO (2011), AVILA (2011), SILVEIRA (2011).

²⁸ OLIVEIRA (2012)

²⁹ CARVALHO (2011)

³⁰ O trabalho de Maria Inês Corrêa Marques baseou-se em Walter Benjamin, Florestan Fernandes e Nova História, (MARQUES, 2005).

³¹ ALENCAR (2011)

³² FREITAS (2010). Para mais informações sobre a EaN, consulte CAVALCANTI, Paula Arcoverde. “O Estudo da Política Pública de Educação”: alguns aportes teóricos” IN *V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís*: UFMA, 2011. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/>>. Acesso em janeiro de 2014.

Portanto, o governo FHC, ao incentivar a privatização, a publicização e a terceirização, estaria em total consonância com os interesses do capital financeiro internacional. Ao classificar o equilíbrio orçamentário como ação prioritária, o governo teria iniciado um programa intenso de privatizações, símbolo da proposta de um “estado mínimo”. O aumento das terceirizações seria a prova da precarização do trabalho e da perda de direitos historicamente estabelecidos, também característica essencial do neoliberalismo. A “publicização”, por sua vez, consistiria no processo de aplicação de recursos públicos nas instituições privadas, submetendo o Estado aos interesses do capital (AVILA, 2010).

A instituição superior pública foi avaliada pela equipe de FHC, comandada pelo então ministro da educação, Paulo Renato Souza, como elitista e cara. Diante disso, toda uma legislação foi gradualmente construída com o intuito de garantir a expansão do setor privado. A ênfase estaria na quantidade de alunos atendidos, e não na qualidade dos cursos oferecidos, ou mesmo na possibilidade de produção de conhecimento nas IES. Argumentos deste tipo teriam servidos para convencer a população de que as instituições privadas de ensino superior eram as únicas capazes de suprir a imensa demanda por vagas (SANTOS, 2010, p.130).

No pacote de reformas oferecidas, as vítimas dos cortes orçamentários não foram apenas as instituições superiores de ensino público. Sob a ótica neoliberal, o Estado reduziu investimentos sociais, e priorizou o equilíbrio das contas públicas e da inflação, além de promover um amplo movimento de privatização. O projeto neoliberal não teria se concretizado, todavia, no governo Fernando Henrique Cardoso. O fim da gratuidade nas IFES não foi implantado em seu governo, e as IES não alcançaram a chamada “autonomia plena”, marcando a resistência dos setores contrários ao ideário neoliberal (CARVALHO, 2011).

A noção de educação como direito social daria lugar para uma nova concepção, segundo a qual a educação seria vista como um serviço, e, portanto, deveria estar sujeito às leis mercadológicas e à lógica do capital. (ARAÚJO, 2011).

Outro ponto de consenso entre as teses se refere ao grande crescimento de alunos matriculados no ensino superior do Brasil durante o governo de FHC e Lula. Os pesquisadores manifestaram sempre dúvidas em relação ao resultado prático deste crescimento na vida dos estudantes. Não podemos ter certeza, portanto, de que todos os milhões de graduados no Brasil tiveram acesso a um ensino de qualidade e conseguirão, de fato, ascender econômica e culturalmente.

Percebemos ainda diversas ações do governo Lula na criação de políticas de ampliação do acesso e da manutenção de estudantes no ensino superior. Cristina Carvalho acredita, no entanto, que essas transformações seriam mais fruto da condição econômica favorável ao Brasil no período Lula, do que de fato a práticas políticas diferenciadas. Assim, Lula teria feito mais porque teria governado a nação durante um período economicamente mais favorável. (CARVALHO, 2011).

Elaci Carvalho, ao analisar o processo de privatização ocorrido no país durante os dois governos em discussão, não hesitou em classificar ambos como neoliberais. Lula, embora tenha feito duras críticas a FHC e o acusado de deixar uma “herança maldita” ao governo petista, manteve a mesma orientação política do seu rival, apesar de optar por práticas aparentemente inofensivas, como a criação de instituições de apoio às IES e a propagação de um discurso que delega aos indivíduos a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso na formação superior. A autora destaca ainda que manter esta postura inviabilizaria qualquer possibilidade de acabar com a pobreza, a violência ou a exclusão social. (CARVALHO, 2010).

Na mesma linha de raciocínio, porém com uma estratégia de investigação diferente, destacamos a colaboração de Patrícia Freitas. A autora focou sua pesquisa nos documentos oficiais publicados pelo PT, antes e depois da vitória nas urnas. Foi possível verificar, então, a mudança de postura do “candidato Lula”, o qual manifestava críticas profundas em relação às práticas de FHC quanto à educação superior; para o então “presidente Lula”, cuja opção seria investir em programas que incentivariam o crescimento das instituições privadas, em absoluta consonância com as propostas do seu antigo adversário. O “transformismo”, disfarçado de democratização de acesso, estava consolidado, e as possibilidades de superação das desigualdades, mais uma vez, impossibilitadas. (FREITAS, 2010).

Seguindo uma linha de argumentação e trajetória de pesquisa diferentes, mas construindo conclusões muito semelhantes a estas, encontramos o trabalho de Rhoberta Araújo. Ela acredita que o governo de Lula poderia ser classificado como neoliberal por três motivos essenciais: sua política econômica teria priorizado a valorização do país em relação ao mercado financeiro internacional, seu programa de ações optou pela continuidade em relação ao governo FHC, e as práticas por ele criadas seriam meramente assistencialistas, pois ao manter a lógica do capital, o melhor resultado seria o de amenização das desigualdades, mas nunca de superação das mesmas (ARAÚJO, 2011, p.125).

Para Priscila Cardoso, a ruptura tão esperada entre os dois governos não ocorreu. A proposta de Lula era de conciliação entre os interesses do capital e as necessidades sociais, e o caminho para isso seria o crescimento econômico. Os frutos colhidos seriam, além da coesão social, o aprofundamento da “contrarreforma homeopática” da educação superior, iniciada no governo FHC (CARDOSO, 2011, p.172).

Sobre a postura dos organismos internacionais, Kátia Lima acredita que o discurso do Banco Mundial alterou-se do início da década de 1990, quando a orientação aos países era de uma radicalização das práticas neoliberais, para o início do século XXI, onde o foco transferiu-se para políticas de “alívio à pobreza” (LIMA, 2005). Bruno Santos, por sua vez, inova ao alertar para a necessidade de percebermos as particularidades de cada organismo internacional, ao menos no que se refere aos seus discursos. A postura da UNESCO seria a de garantir um papel estratégico e central do Estado na condução das políticas para o ensino superior, enquanto o BM apoiaria sua diminuição, em consonância com os ideais neoliberais. (SANTOS, 2010, p.105).

Sueli Ávila, ao investigar a orientação das reformas governamentais na virada do século, constatou a enorme distância entre os discursos humanistas e as expectativas de emancipação da humanidade por meio da educação e o que, de fato, era praticado. Deveríamos assim perceber a completa submissão da educação aos interesses do capital, bem como sua função de capacitação para o trabalho e convencimento ideológico a respeito das desigualdades e efeitos nefastos do capitalismo (AVILA, 2010, p.36).

Os programas em destaque no governo Lula foram alvo de pesquisa e debate. Sobre o REUNI, não há dúvidas que os investimentos geraram um resultado numérico impressionante, mas os pesquisadores retornam às dúvidas quanto aos benefícios para os alunos, em termos culturais, sociais e econômicos. O formato deste programa beneficiaria ainda o ensino no lugar da pesquisa, facilitando a superação das metas, mas limitando a produção de conhecimento (idem, p.146).

A respeito do PROUNI, há consenso em perceber a implantação do programa como uma prática vinculada às premissas do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio, os quais previam a implantação de mecanismos favoráveis à expansão do setor privado de ensino. No entanto, ao avaliar o PROUNI ao longo de seus primeiros anos de funcionamento, Marcos Valle percebeu uma transformação interessante em sua proposta. Inicialmente, o programa teria sido elaborado a fim de preencher as vagas ociosas no setor privado, mas as condições criadas

pelo governo foram tão favoráveis aos empresários da educação superior, que estes investiram pesado na criação de novas instituições (VALLE, 2006).

Patrícia Freitas classificou a postura do presidente Lula, ao implantar o PROUNI, como “infel às promessas de campanha” (FREITAS, 2010, p.138), e Cristini Colleoni chama-nos a atenção, mais uma vez, para uma prática no ensino superior que prioriza o ensino e a formação voltada para o mercado, abandonando o ideal de educação libertária e crítica. (OLIVEIRA, 2012, p.125).

Assim, nos dois governos em questão, a contrarreforma da educação estaria ocorrendo, e os interesses envolvidos em programas como o PROUNI iriam muito além da supostas democratização do acesso, atendendo prioritariamente aos empresários da educação (COLLEONI, 2012, p.125; CARDOSO, 2011, p.216).

A diluição das fronteiras entre o público e o privado também foi apontado por muitos pesquisadores ao tratar dos programas criados pelo governo FHC e Lula. Estes manteriam a promessa de democratização quando estariam, de fato, garantindo grandes fatias de investimento público na manutenção dos lucros empresariais (VALLE, 2006, p.81).

Quanto às soluções propostas pelos trabalhos, vários pesquisadores alertaram para o risco de sermos ingênuos quanto aos processos em curso na educação superior brasileira, bem como aos interesses envolvidos em cada ação (CATTANI, 2006, p.80). Falar em democratização do acesso seria um exagero, embora medidas tenham sido tomadas em relação a esta questão (SANTOS, 2010, p.141).

Não deveríamos, tampouco, acreditar que a mudança do regime ditatorial para a democracia pudesse, por si só, ser capaz de romper com a lógica do capital e todas as suas mazelas (PERES, 2009, p.221).

Sem negar o avanço conquistado através de programas como o REUNI e o PROUNI, dentro do governo Lula, alguns pesquisadores apontaram importantes ações a serem implantadas no intuito de dar suporte e corrigir erros existentes. Quanto ao REUNI, seria importante levar em conta a opinião de docentes, discentes e funcionários no programa, sem negar as especificidades regionais de cada instituição. Fundamental ainda seria manter os investimentos na proporção do crescimento de alunos atendidos, o que não tem ocorrido. Novos mecanismos que garantissem treinamento aos gestores, bem como o desenvolvimento de vínculos entre professores e suas instituições também seriam essenciais. (ARAÚJO, 2011, p.219).

A expansão do ensino à distância (EAD) foi lembrada pelos pesquisadores, e a sua capacidade de vencer barreiras geográficas e sociais exaltada. Porém, o profundo senso mercadológico que envolve esta modalidade de ensino, bem como a qualidade dos cursos oferecidos, ainda desperta dúvidas e precisariam ser frutos de debates (MAIA, 2011, p.247). A preocupação com a qualidade dos cursos envolve também a modalidade presencial, a qual apresentou taxas de crescimento semelhantes nos últimos anos (FREITAS, 2010, p.29).

A maior parte das teses e dissertações, no entanto, aponta como solução definitiva uma medida muito mais radical. A alternativa ao processo de mercantilização do setor, à diferença de qualidade oferecida pelas IES no Brasil, e à nefasta desigualdade no acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, seria a ruptura com a lógica do capital nas instituições de ensino. Buscar a conciliação entre humanização e expansão do capital produziria, no máximo, algumas reformas, cristalizando assim as desigualdades sob uma maquiagem de democratização do acesso (CARVALHO, 2010, p.391).

Há ainda destaque para a necessidade de recusarmos os valores disseminados no modelo burguês de universidade. A lógica de “empregabilidade”, “competição” e “individualismo” romperia laços humanos de integração. e geraria conformismo nos indivíduos que não ascendessem socialmente (AVILA, 2010, p.156).

As universidades deveriam, diante de todo esse quadro de mudanças, reforçar no ensino as contradições existentes entre o capital e trabalho. Caso contrário, perderia-se o conceito de luta de classes e, em seu lugar, seria incorporado o conceito burguês de “cidadania”, impedindo a compreensão dos motivos causadores das desigualdades (SILVEIRA, 2011, p.386; ARANDA, 2009, p.197; ILIBRANTE, 2008, p.144).

O imperialismo, outro conceito bastante rejeitado nos dias de hoje, em especial pelos defensores do processo de “globalização”, deveria ser retomado e incorporado por todos, na medida em que este seria indispensável para a compreensão do processo de expansão da lógica burguesa pelas IES, as quais tratariam, cada vez mais, a educação como mercadoria (VALLE, 2009, p.22; LIMA, 2005, p.424).

Maria Marques, fugindo propostas de combate ao capital e suas contradições, defendeu na manutenção da memória das instituições públicas de qualidade, como a UFBA, a possibilidade de resistir à lógica privatista das IES no século XXI. Retomar os embates no processo de construção e reformas do ensino seria fundamental para manter o modelo institucional que desafie o padrão

“Universidad Corporation”, bem como um projeto de nação e uma universidade pública de qualidade, gratuita e produtora de conhecimento crítico (MARQUES, 2005, p.353).

CAPÍTULO 3. A EDUCAÇÃO SUPERIOR APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO

3.1 Brasil na virada do século

“a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX e ENGELS, 1998, p.8).

Neste momento, buscamos construir um panorama da educação superior no Brasil no período posterior ao Governo Militar. Em busca da concepção de educação superior proposta pelos diversos governantes deste período, procuramos realizar uma síntese entre a produção de pesquisadores renomados no assunto, no Brasil e no mundo, e as conclusões alcançadas através das pesquisas divulgadas na seção anterior.

Ao lançar os olhos sobre o chamado processo de “globalização”, devemos rejeitar as propostas simplistas e encantadoras. Nosso olhar deve levar em conta três mundos existentes em um só: o mundo “perverso”; o mundo em formato de “fábula”, e uma terceira hipótese, a ser construída de maneira justa e equilibrada (SANTOS, 2000)³³.

Existe ainda a proposta de percebermos o atual momento como uma “maré da globalização”, pertencente a um processo muito maior e que teria, no mínimo, quinhentos anos (CASTANHO, 2003). Assim, a história do capitalismo confundir-se-ia com a própria noção de globalização e as suas diversas manifestações.

³³ Milton Santos propõe um olhar crítico ao processo de globalização. Segundo ele: “De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.” SANTOS, Milton - *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro, Record, 2000.

A primeira “maré” estaria vinculada à transição do feudalismo para o capitalismo, em meados do século XII. Naquele momento, Estado Nacional seria fundado, e a ideia de nação gerida a partir deste. A segunda “maré” ocorreria no decorrer deste processo, onde as nações recém-fundadas ampliariam sua influência através da expansão marítimo colonial, seguida por uma terceira “maré”, provocada por sua vez pela indústria, ao longo dos séculos XVIII e XIX. O colonialismo seria então percebido como um entrave aos avanços do capitalismo industrial, sendo o primeiro desarticulado a fim de garantir a expansão do segundo. A quarta “maré” por ele apontada seria a do imperialismo, termo cunhado por Lênin no início do século a fim de demonstrar o processo de expansão dos monopólios em escala mundial (LÊNIN, 2011). O penúltimo movimento em nossa escala seria a substituição do modelo imperialista inglês pelo padrão associacionista proposto pelos EUA a partir da grande crise de 1929. Neste momento, os estados nacionais seriam fortalecidos, bem como as suas ações em prol da economia, conforme vislumbrava John Keynes. Finalmente, a sexta e última fase, para a qual tomaremos emprestado o termo criado por Castanho, e a denominaremos de “maré da globalização contemporânea”. Inspirada nas obras de Milton Friedmann, Friedrich Hayek, Karl Popper e Salvador de Mandariaga, essa maré propunha a partir da década de 1940 a reintrodução de princípios liberais no jogo político global. Como consequência destes princípios, os movimentos trabalhistas deveriam ser contidos duramente, e as ações governamentais em prol das questões sociais, reduzidas. Os investimentos estatais na economia precisariam ser enxugados, e a abertura aos capitais internacionais, prontamente estabelecida. O Estado *neoliberal*, como passou a ser chamado, deveria concentrar-se na busca pela estabilidade monetária, disciplina orçamentária, reestabelecimento das taxas “naturais” de desemprego e do chamado “exército de reserva”.

Cabe ressaltar, todavia, que este neoliberalismo, elaborado e proposto na primeira metade do século XX, ganharia espaço de fato apenas a partir da crise do capitalismo de 1973, servindo de referência aos governos de Margareth Thatcher³⁴ (Inglaterra), Ronald Reagan³⁵ (EUA), e também Fernando Collor de Mello, presidente do Brasil entre 1990 e 1992, período sobre o qual trataremos a seguir.

³⁴ Margareth Thatcher foi primeira ministra britânica de 1979 a 1990. Conservadora, enfrentou os sindicatos ingleses, manteve decisões rígidas e inflexíveis, postura que lhe garantiu o título de “Dama de Ferro”.

³⁵ Ronald Reagan atuou em mais de 50 filmes antes de se envolver definitivamente na política. Como presidente, governou os EUA durante os anos de 1981 e 1988, período no qual cortou impostos, estimulou o crescimento econômico e esforçou-se para manter o abastecimento do petróleo, afetado pela Guerra Irã-Iraque (1980-8).

Muitos teóricos buscaram construir uma imagem deste processo a partir de perspectivas e nomenclaturas positivas, sempre de acordo com os interesses do capital. Dentre este arcabouço, poderíamos citar as seguintes variações: “sociedade pós-capitalista” (DRUCKER, 2002), “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999) e “revolução informacional” (LOJKINE, 2002). Essas definições tendem a construir uma visão humana do capitalismo, tentando atribuir ao processo de ampliação das grandes empresas e do capital financeira uma aparência democrática e positiva para todos.

Se confrontarmos esta visão com a perspectiva marxista, no entanto, chegaremos a outras conclusões. Marx e Engels anunciaram no “Manifesto Comunista de 1848”, muito antes do poderoso avanço tecnológico vivido na virada do século XX para o XXI, que o capitalismo possui uma intensa e contínua necessidade de expandir-se para superar suas constantes crises:

A necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. A burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo, em todos os países, por meio da exploração do mercado mundial. E para desespero dos reacionários, ela retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo dia-a-dia. Em seu lugar surgem novas indústrias, como necessidade imperativa para a sobrevivência das nações civilizadas, cujas matérias-primas já não são mais as próprias dos referidos países, mas, provêm das mais longínquas regiões (...) É um fenômeno que abarca a produção tanto material quanto intelectual (...) Graças ao vertiginoso desenvolvimento dos meios de comunicação, a burguesia consegue atrair irreversivelmente todas as nações, mesmo as mais atrasadas, para seu modelo de civilização (...) Em suma, visa formar o mundo à sua imagem e semelhança (MARX E ENGELS, 1998, p.22)

Diversos autores marxistas, como Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky estudaram e produziram novos conhecimentos sobre a expansão do capital, debatendo então o conceito de “imperialismo”. Apesar das diferentes conclusões alcançadas, destacamos dois elementos em comum nestas interpretações, a saber:

a) a internacionalização como fundamento do capitalismo, na medida em que o sistema do capital move-se, inexoravelmente, em direção à “globalização” desde seu início, ou seja, ele não pode considerar-se completamente realizado, a não ser como um sistema global abrangente; e, b) a internacionalização do capitalismo como um movimento combinado de unificação – do mercado mundial - e diversificação em um duplo sentido: a partir das relações estabelecidas entre os países centrais e a periferia do sistema e o caráter desigual e combinado do desenvolvimento em cada país periférico. (LIMA, 2005, p.39, grifos nossos).

Pretendemos, com essas ressalvas, resgatar a atualidade da categoria imperialismo, e confrontá-la com a proposta de naturalização do termo “globalização”. Esse amplo contexto revela que as transformações na educação superior no Brasil não ocorreram exclusivamente por aqui. O contexto mundial em fins do século XX estimulou a mudança na estrutura estatal em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, nas mais diversas partes do planeta. Iniciadas com as transformações na Europa Ocidental, diante da desmontagem do Estado de “Bem Estar Social” e a substituição do modelo fordista para um novo modelo de acumulação, e atingiram a América Latina especialmente a partir da década de 1980. (SILVA JR; SGUISSARDI, 1997). Ainda,

[...] o “monetarismo” e o “neoliberalismo” deixaram Keynes de lado e cederam à fantasia de eliminar integralmente a intervenção estatal, visando o “recuo das fronteiras do Estado” da maneira mais absurda. [...] Na verdade, o papel do Estado no sistema capitalista contemporâneo é maior do que jamais foi, e isso inclui as duas décadas e meia do pós-guerra em que houve desenvolvimentos keynesianos nos países capitalisticamente mais avançados. (MÉSZÁROS, 2007)

Analisar o comportamento do Estado torna-se fundamental na medida em que este assumiu, nas sociedades capitalistas modernas, um papel de destaque na manutenção do próprio sistema. Compreendê-lo, no entanto, exige mais do que lançar os olhos apenas aos seus aparelhos repressivos e ideológicos, sendo necessário levarmos em conta todo o processo de construção de uma legislação para o campo educacional. Devemos levar em conta que o papel do Estado, bem como sua concepção de educação superior, estão intimamente ligados à posição que este ocupa

na divisão internacional do trabalho, e com os compromissos assumidos na transformação de suas estruturas.

É necessário também evitar a separação entre as fronteiras econômicas e políticas de um Estado. A dissociação entre os dois elementos acaba por encobrir as ações políticas nas relações de produção (POULANTZAS, 2000). Da mesma forma, não podemos adotar uma visão simplista que trate o político apenas como reflexo da economia, como muitos críticos do marxismo pressupõe erroneamente.

Qualquer análise deste período deve levar em conta que, no intuito de conduzir as reformas de Estado nos países subdesenvolvidos, organismos como o FMI e o BM publicaram um documento conhecido como “Consenso de Washington”, em 1989. O encontro não tinha como proposta discutir o tema “educação” exclusivamente, mas suas definições influenciariam profundamente este setor, e reforçariam sua submissão à lógica econômica do capital. A obediência às suas premissas era apresentada como a garantia para o desenvolvimento e a modernização geral dos países, os quais deveriam adaptar-se para a redução dos gastos públicos; a ampla abertura comercial (facilitando a entrada de produtos internacionais através da redução de tarifas alfandegárias e da eliminação de entraves legais para a importação); a transformação nas regras que impediam a entrada de capital estrangeiro; a eliminação das medidas estatais de controle dos preços, incentivos e subsídios e a privatização de empresas e serviços públicos.

Enquanto este complicado cenário internacional se estabelecia, os brasileiros recuperavam o direito de votar diretamente para presidente³⁶ e, em 1989, elegiam Fernando Collor de Mello para posto máximo do Poder Executivo. Filho de um ex-senador, ele não obteve sólidas alianças partidárias, mas contou com grande apoio da mídia, seja por parte da revista *Veja*, ou mesmo da *TV Globo*, a gigante das comunicações no Brasil (COLLING; RUBBIM, 2004)³⁷.

Em seu discurso de posse, no dia 15 de março de 1990, Collor revelaria a profunda influência do neoliberalismo em suas diretrizes governamentais. Vejamos:

³⁶ As eleições indiretas para presidente foram estabelecidas em 1965 por Castelo Branco, mediante o Ato Institucional nº2. Após uma intensa participação popular, expressa na campanha denominada de “*Diretas Já*”, o direito foi reconquistado e garantido pela Constituição de 1988.

³⁷ Antonio Albino Canelas Rubim e Leandro Colling organizaram uma grande lista das produções a esse respeito. COLLING, Leandro ; RUBIM, A. A. C. . *Mídia e Eleições Presidenciais no Brasil Pós-Ditadura. Dia-Logos de la Comunicación*, Lima, v. 1, n.69, p. 75 nota 15, 2004. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/16874_Cached.pdf> Acesso em 31 de março de 2013.

Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo. Não nos anima a ideia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil. Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica (COLLOR, 1990, p. 15-16, grifos nossos)³⁸.

Ao estudarmos as práticas neoliberais propostas na primeira metade do século XX, especialmente por Hayek e Friedman³⁹, e colocadas em prática no Brasil com intensidade presidente Collor, acreditamos que elas não compunham uma simples retomada das sugestões elaboradas por Smith e Ricardo, mas sim a radicalização destas. O correto, portanto, seria compreendê-las como “ultraliberares”, na medida em que rompiam com o liberalismo clássico e com o intervencionismo até então praticado (ORSO, 1997).

Em meio a todas estas transformações estruturais, o posicionamento dos Estados em relação à educação também sofreu alterações:

A educação escolar passa a ter, na perspectiva da burguesia brasileira, como finalidades principais: contribuir para aumentar a produtividade e a competitividade empresariais, em especial dos setores monopolistas da economia, principais difusores, em âmbito nacional, do novo paradigma

³⁸ Para ter acesso ao discurso completo de Collor: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor/discurso-de-posse/posse-collor.pdf/view>>. Acesso em 31 de março de 2013.

³⁹ Friedrich August Von Hayek e Milton Friedman eram contrários ao papel autoritário e centralizador do Estado. Eles defendiam que as liberdades individuais, a concorrência e o desligamento do Estado em relação ao mercado como medidas garantidoras do desenvolvimento econômico. As grandes marcas deste processo, quando colocado em prática pelos Estados, foram a privatização, a redução dos direitos trabalhistas e a diminuição do papel do Estado como regulador ou desenvolvedor de políticas públicas.

produtivo e, concomitantemente, conformar a força de trabalho potencial e/ou efetiva à sociabilidade neoliberal. (NEVES, 1997, p.212).

Inserida em seu momento histórico, a educação, em tempos de neoliberalismo, estaria totalmente vinculada às transformações materiais da sociedade, bem como a todo o ideário pós-moderno no campo da cultura. Os três elementos: educação, cultura pós-moderna e globalização conectar-se-iam pela lógica de mercado. (SANFELICE, 2003, p.11).

O sonho iluminista de uma educação laica, de qualidade, gratuita e pública perderia espaço para um projeto educacional visto como um serviço, disponível apenas para uma minoria. A teoria do capital humano seria reforçada pelo processo de mundialização do capital, bem como pelo o imaginário popular, crente na educação como “antídoto da pobreza” e garantidora de crescimento econômico. No século XXI, entretanto, uma diferença ficaria bastante clara. Enquanto os iluministas atribuíam ao Estado a culpa por muitos problemas, no mundo neoliberal a responsabilidade seria exclusivamente dos indivíduos (LUCENA, 2006).

Em meio ao processo de avanço neoliberal, o setor educacional despontou como um dos principais campos para a atuação de uma “nova burguesia de serviços”. Para que este grupo se consolidasse a conquistasse cada vez mais espaço, aquilo que era visto tratado como direito social passou a ser compreendido como um benefício, algo a ser oferecido apenas aos que podem pagar por ele (BOITO JR, 1999).

Antes de analisarmos a trajetória da educação superior brasileira a partir de 1995, cabe lembrar que os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, os quais assumiriam o comando da nação entre 1995 e 2010, possuíam trajetórias de vida muito particulares⁴⁰, mas lutaram, cada um à sua maneira, contra o regime ditatorial que governou o

⁴⁰ Fernando Henrique Cardoso nasceu em 1931 na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em sociologia na Universidade de São Paulo, em 1952, especializando-se em seguida e conquistando o título de doutor em 1961 pelo *Laboratoire de Sociologie Industrielle* da Universidade de Paris. Aos vinte e um anos já era professor da USP, e no mesmo período contribuiu com a edição da revista “Fundamentos”, do PCB. Exilou-se no período da Ditadura, período em que trabalhou na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e lecionou no Chile, Argentina, México, França e Estados Unidos. Obteve o título de doutor *honoris causa* em mais de vinte universidades espalhadas pelo mundo. Participou da fundação do PMDB, sendo eleito senador por este partido em 1986. Em 1988 fundou o PSDB, através do qual foi líder do Senado, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Fazenda e, finalmente, presidente da República em 1994, sendo reeleito em 1998.

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu na cidade pernambucana de Garanhuns, em outubro de 1945. Com sete anos, viajou durante treze dias num caminhão “pau de arara” para o Estado de São Paulo, onde foi alfabetizado e trabalhou a partir dos doze anos de idade como tintureiro, engraxate e *office-boy*. Estudou no SENAI durante três anos e passou a trabalhar como metalúrgico. Envolveu-se no movimento sindical em 1972 e três anos depois tornou-se presidente do

Brasil entre 1964 e 1985. Com o fim do bipartidarismo, estabelecido em dezembro de 1979⁴¹, ARENA e MDB foram dissolvidos e novos partidos puderam se estabelecer. A partir de então, estes líderes ocuparam posições distintas, e aparentemente opostas, no complexo jogo político que se estabelecia.

3.2 A educação superior nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002)

Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil de 1995 a 2002, mantendo uma postura de centro-direita. Inúmeras transformações foram realizadas ao longo deste período, ao final do qual o Brasil apresentava-se mais “seguro ao capital” (PETRAS; VELMEYER, 2001).

As propostas de “modernização” e adequação do Brasil à “Nova Ordem Mundial”, propostas por Cardoso, intensificaram as ações inspiradas no neoliberalismo, inicialmente adotadas por Collor. Assim, este período passava a representar a perda das conquistas trabalhistas do pós Guerra, e o desmonte do “Estado de Bem Estar Social”, construído naquele momento.

Estas reformas estavam intimamente ligadas às diretrizes traçadas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial (BIRD) e até mesmo a Organização Mundial do Comércio (OMC). Estas instituições, portanto, influenciaram profundamente as políticas públicas do Brasil e do mundo nas últimas décadas do século XX, bem como na virada para o século XXI (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Uma das ramificações locais destes organismos, a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) publicou uma série de documentos na década de 1990 incitando os governos destas regiões à elaboração de reformas que os adequassem às novas características dos setores produtivos. A estes documentos podemos somar ainda a influência da “Conferência

sindicato dos metalúrgicos, período em que já representava cerca de cem mil pessoas. Passou trinta e um dias na cadeia após a realização de uma greve nos anos de 1980, e quatro anos mais tarde era uma das principais lideranças na campanha das “Diretas-Já”, que buscava a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Fundou o Partido dos Trabalhadores no início dos anos 80 e candidatou-se cinco vezes à presidência do Brasil. Perdeu a disputa eleitoral para Collor (1989) e Fernando Henrique (1994 e 1998), até ser finalmente eleito na em 2002 e reeleito em 2006.

Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso em 28 de março de 2013.

⁴¹ O pluripartidarismo foi reestabelecido com a Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em 28 de março de 2013.

Mundial sobre Educação para Todos”⁴², realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e também do “Relatório Delors”⁴³, em 1996.

Em 2000, outro documento importante seria elaborado, desta vez pelo Banco Mundial. Estamos nos referindo ao relatório intitulado “*La educación Superior en Los países en desarrollo*”⁴⁴. A grande sugestão deste texto reside na proposta do Banco Mundial em que sejam aplicadas grandes somas de dinheiro na capacitação das pessoas, as quais seriam a chave do sucesso para o avanço econômico das nações. As pessoas reduziriam-se, desta forma, às peças que compõe uma engrenagem gigantesca.

Esta é uma pequena amostra da grande lista de documentos e manuais de educação orientados pelos organismos supracitados e, portanto, incitava os governos nacionais a utilizarem a educação como veículo de combate ao desemprego, pobreza e todas as demais formas cruéis de exclusão agravadas a partir da implantação dos princípios neoliberais. A educação transformava-se, portanto, num mecanismo de capacitação técnica e conformação ideológica, e a escola seria a responsável por implantar conceitos como o de cidadania e competitividade, evitando lutas de classe e reforçando ainda mais o individualismo, tão característico do capitalismo. Desta forma,

Reafirmam-se, pela via do pragmatismo, das visões positivistas e neopositivistas, e neo-racionalistas e do pós-modernismo, uma visão fragmentária da realidade e uma afirmação patológica da competição e do individualismo. A crise do pensamento comprometido com mudanças profundas na atual (des)ordem mundial é, também, a crise do pensamento utópico e da acuidade da teoria social. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.96).

A proposta de Fernando Henrique teria como elemento base o destaque para o elemento econômico da educação. A instituição superior deveria estar em contato com os avanços tecnológicos e científicos e, a partir dela, seriam também atingidos os setores médio e básico da educação. Alcançar essas novidades só seria possível mediante uma “parceria” entre setor

⁴² Disponível em < <http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em janeiro de 2014.

⁴³ O relatório ficou conhecido desta forma por ter sido organizado pelo político francês Jacques Delors. Disponível em < <http://www.comitepaz.org.br/dellors.htm>>. Acesso em janeiro de 2014.

⁴⁴ Disponível em < <http://www.tfhe.net/report/downloads/report/bm.pdf>>. Acesso em janeiro de 2014.

privado, governo, indústria e universidade. A qualidade das instituições federais foi colocada em xeque, enquanto o setor privado era exaltado como modelo de eficiência e produtividade.

Paulo Renato Souza, Ministro da Educação no período, criticava o fato de que os investimentos em educação eram consumidos por uma parcela reduzida da população. A proposta, resumidamente, “*seria a administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, visando generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais.*” (CUNHA, 1997).

O então presidente, ao comentar essas reformas numa obra intitulada “*A Arte da Política: a história que vivi*”, afirma:

No MEC as prioridades eram óbvias: ampliar o ensino fundamental, melhorar a qualificação dos professores, tentar pagar-lhes melhor, sobretudo nas zonas mais pobres do país e, ao mesmo tempo, revitalizar o ensino profissional e racionalizar os gastos com o ensino superior. Além disso, tínhamos que incutir a necessidade de avaliação de desempenho. (...) Tivemos grandes dificuldades para por em prática políticas que invertiam as prioridades, passando-as do ensino superior para o fundamental e, ainda por cima, com medidas de descentralização administrativa, que incluíam, sempre que possível, critérios de mérito, com sucessivas avaliações. (CARDOSO, 2006, p.514-515).

Ao referir-se à educação, Fernando Henrique Cardoso afirmou ter a certeza de que “*se houve área da qual se possa dizer que nela a ação do governo fez diferença foi a educação. E isso se deve muito à capacidade do ministro Paulo Renato*” (CARDOSO, 2006). Ainda, sobre o ensino superior, o ex-presidente declarou que as reformas desejadas não foram aprovadas devido à oposição de professores e estudantes, detentores de uma visão “passadista” e “desinformada”. Com ironia, ele nega ter colaborado para a privatização das universidades, afirmando que essas instituições são custosas e nunca dariam lucro, o que não despertaria em qualquer capitalista o interesse de adquiri-las.

O livro, escrito pelo ex-presidente, celebra ainda o número de produções acadêmicas do seu governo, e faz um levantamento geral de números e resultados, os quais demonstrariam o avanço na formação de profissionais, mestres e doutores. O baixo número de patentes ainda seria

um problema, mas a solução, segundo ele, poderia ser alcançada a partir da “Lei de Inovação”⁴⁵, criada no último ano de seu mandato.

Há ainda referências ao aumento nos montantes investidos, à valorização do salário dos professores (embora não na proporção desejada) e ao sistema de avaliação e remuneração por mérito, os quais, segundo ele, corresponderiam ao “redirecionamento dos recursos públicos”, pois, na medida em que estes eram escassos, deveriam ser melhor aplicados.

Após esse período inicial de reformas, o Congresso produziu ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, a respeito da qual comentaremos a seguir. Somada às outras ações políticas daquele momento, percebemos que a estratégia do governo para a educação caminhava no sentido de redução dos gastos públicos com o setor e na transferência de responsabilidade do Estado para empresas e cidadãos, através de programas como “*Acorda Brasil. Está na hora da escola*”. Evidenciava-se também que a ação governamental a favor dos bancos estaria sempre ativa, enquanto que propostas de ampliação dos investimentos na educação eram rejeitadas por serem classificadas como utópicas e exageradas⁴⁶ (SAVIANI, 1998).

As propostas de modernização e adaptação do Brasil à chamada “Nova Ordem Mundial” demonstravam ter um custo social muito alto. Em entrevista concedida à Folha de São Paulo, Perry Anderson fez um balanço bastante negativo daquele momento histórico:

A característica que define o governo FHC tem sido o neoliberalismo "light" do tipo que predominou nos anos 90 (...). A dinâmica fundamental do neoliberalismo se ergue sobre dois princípios: a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços. (...) FHC leiloou a maior parte do setor estatal e abriu a economia completamente, apostando na entrada de um fluxo maciço de capital externo para modernizar o país. Após oito anos, os resultados estão aí evidentes: estagnação crescente, salário reais em queda, desemprego em nível nunca antes visto e uma dívida estrondosa. O regime foi condenado aos

⁴⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em janeiro de 2014.

⁴⁶ Astutamente o professor Saviani demonstrou como a quantia proposta por educadores de todo o país para a ampliação dos investimentos na educação, em fins da década de 1990, era semelhante à utilizada para socorrer bancos estaduais. Segundo o professor: “*Em 21 de janeiro de 1998, manchete de primeira página da Folha de São Paulo anunciava: 'Bancos estaduais terão socorro de R\$37,6 bi'. Ora, para um PIB em 1997 de 862 bilhões, conforme divulgado pelo IBGE em fevereiro de 1998, os 4% de acréscimo previstos na proposta do Plano Nacional de Educação apresentada neste livro correspondem a 34,48 bilhões*”. (SAVIANI, 1998).

seus próprios termos. (ANDERSON, 2004, p.2).

Assim, embora não tenha se rendido completamente ao ideário neoliberal⁴⁷, o qual propunha um pacote de ações em conjunto (privatizações, redução do papel do Estado, abertura econômica, entre outros), o governo FHC realizou reformas alicerçadas em conceitos mercadológicos e advindos das propostas neoliberais, tais como “empregabilidade” e “competitividade”, percebendo a educação em seu potencial econômico e mercadológico.

A respeito do formato do ensino superior no período, alguns apontamentos devem ser feitos. O Decreto nº 2.306/97 determinou, dentre vários pontos, que as instituições privadas empregassem 60% da receita advinda de mensalidades para o pagamento de professores e funcionários, caso contrário, pagariam os mesmos impostos de uma sociedade civil qualquer. Outra atribuição do decreto estava vinculada ao formato das instituições, sendo o aparecimento dos “centros universitários” a grande novidade do período, onde as *“instituições de ensino pluricurriculares, que abrangem uma ou mais áreas do conhecimento (...) podem receber o privilégio da autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior”* (CUNHA, 2003, p.18).

Podemos afirmar que o elemento definidor destas políticas não foi, como muitos gostam de definir, o processo de privatização (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Este processo não se limitaria a um único aspecto, como a venda das empresas estatais, mas seria na prática muito mais profundo. O que ocorreria, na verdade, seria a construção de um Estado incapaz de agir política e socialmente, subordinando todas as decisões, direitos e regulações ao mercado, ou seja, aos interesses do capital. Assim, *“não é casual que a ideologia das competências e da empregabilidade esteja no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação”* (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.108), o que reforçaria ainda mais a ideia da subordinação da educação aos anseios mercadológicos.

Quando nos referimos aos governos FHC, portanto, poderíamos destacar como os pontos principais de mudanças ações quanto ao acesso às universidades, à redução das despesas com as universidades federais e à grande expansão do setor privado. As decisões seriam tomadas ao

⁴⁷ Armando Boito Jr., ao analisar o modelo estabelecido por FHC em seu primeiro mandato, afirmou: “Diante das dificuldades econômicas no setor externo – a crise cambial – e da pressão política interna, FHC demitiu Gustavo Franco da presidência do Banco Central e desvalorizou o Real. Tal desenlace representou um movimento de moderação da abertura neoliberal, mas não significou um rompimento com o modelo” (BOITO JR, 2013).

longo dos dois mandatos de FHC através de leis, permissões, complacências e até mesmo, de “silêncios”, como o percebido na construção da LDB/96⁴⁸ (CUNHA, 2003, p.57-58).

O governo em questão promoveu uma ampla mercantilização do ensino, sendo as práticas voltadas à autonomia e ampliação do acesso à universidade, indicativos da entrada “livre” do capital em instituições públicas e o desprezo em relação à qualidade oferecida em instituições privadas (LEHER, 2004). A definição, segundo a OMC, é de que o Brasil deve transferir a educação da esfera do direito para a esfera do comércio, e importar conhecimento como já tem feito, há longa data, com as patentes.

As já citadas reformas propostas pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, comandante do “Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado” (MARE), tinham como elementos centrais a “flexibilização” e a “descentralização”, a fim de:

Tornar a administração pública mais flexível e eficiente; reduzir seu custo; garantir ao serviço público, particularmente aos serviços sociais do Estado, melhorar a qualidade; e levar o servidor público a ser mais valorizado pela sociedade ao mesmo tempo que ele valorize mais seu próprio trabalho, executando-o com mais motivação. (BRESSER PEREIRA, 1995, p.8).

Desta forma, seria através desta reforma que o Estado brasileiro corrigiria as desigualdades sociais regionais, estabilizaria a inflação e garantiria a melhoria dos serviços oferecidos. A lógica gerencial passaria a conduzir toda e qualquer ação do Estado no campo educacional.

Ainda segundo esta linha de reformas, o Estado deveria transferir sua atuação como prestador de serviços diretos, assumindo então a postura de regulador, provedor e promotor destas atividades. (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999). Além disso, surgiria um conceito

⁴⁸ Luiz Antonio Cunha compreendeu a LDB/1996 como um projeto audacioso e que só pode ser entendido ao longo dos governos do PSDB. Segundo o professor: “Assim, a LDB minimalista, finalmente aprovada, não contém, propriamente, todas as diretrizes nem todas as bases da educação nacional. Elas terão de ser procuradas dentro, mas, também, fora dela. Com efeito, a LDB diz pouco ou quase nada sobre questões tão importantes quanto o Conselho Nacional de Educação (composição, atribuições etc.) ou a avaliação universitária.”. CUNHA, Luiz Antonio. “O Ensino Superior no Octênio FHC” IN *Educação e Sociedade*, Campinas, volume 24, n.82, p.37-61, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

importante no plano diretor do MARE, a saber, a ideia de “publicização”. Segundo ela, caberia ao Estado:

Transferir para o setor público não estatal estes serviços, através de um programa de ‘publicização’, transformando setores estatais nos chamados “públicos não-estatais”, reconfigurando então as fundações públicas, as quais passariam a ser organizações sociais. Em outras palavras, em entidades de direito privado que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária. Lograr, assim, uma maior autonomia e uma consequente maior responsabilidade para os dirigentes desses serviços (...) Lograr, finalmente, uma maior parceria entre o Estado, que continuará a financiar a instituição, a própria organização social, e a sociedade a que serve e que deverá também participar minoritariamente de seu financiamento via compra de serviços e doações. Aumentar assim, a eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor. (BRASIL/MARE, 1995).

Assim, as instituições estatais de educação superior, no governo FHC, adquiriam uma nova face, passando a ser consideradas “entidades públicas de natureza privada”, ou ainda, “semipúblicas”. Em paralelo a essas iniciativas, o MEC teria ainda, através de uma série de medidas legais (LDB, emendas provisórias, portarias e decretos) conduzido o ensino superior a uma condição precária através redução das vagas de docentes, do congelamento de salários, da não realização de novos concursos, entre outras medidas. (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999).

Com o auxílio de organismos internacionais, como o Banco Mundial⁴⁹, o governo FHC teria identificado uma série de elementos que explicariam a crise das IES no Brasil. Eram apontados, dentre os fatores supostamente responsáveis por esta crise: (a) um plano de carreiras incompatível com as possibilidades do governo; (b) o mau uso do dinheiro pelas instituições, (c) o excesso de conservadorismo por parte das universidades; (d) o baixo número de alunos por docente; (e) a incapacidade do governo em oferecer novas vagas, (f) a baixa qualidade e falta de equidade; dentre outros.

⁴⁹ Neste caso, destaca-se o documento: *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia – El desarrollo en la practica*. Washington, D.C: BIRD/Banco Mundial, 1994.

As reformas apresentadas pelo MARE durante o governo de Fernando Henrique Cardoso parecem “*apontar para um gradativo afastamento do Estado das responsabilidades constitucionais de manutenção desse serviço público estatal*” (SILVA JR; SGUISSARDI, 1997) e o MEC, por sua vez, complementaria a reforma na Educação Superior a partir de diversos documentos por ele produzidos, em especial, a LDB, aprovada em 1996. As reformas conduzidas pelo ministro Bresser Pereira, desta forma, teriam como essência:

introduzir, na educação superior, a racionalidade gerencial capitalista e privada, que se traduz na redução da esfera pública ou na expansão do capital, com sua racionalidade organizativa, para setores outrora organizados segundo o interesse público(...) Isso faz parte de um movimento mais amplo de expansão do capital para espaços onde, em estágio anteriores, não existia uma organização predominantemente capitalista (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999, p.77-78).

As redefinições entre aquilo que constitui o “público” e o “privado” estariam, portanto, submissas a um movimento muito mais amplo. A despeito da justificativa segundo a qual haveria uma “ampliação” do conceito de público, o que ocorre de fato é uma resposta na educação diante de uma necessidade de expansão do capital. Embora os discursos dos responsáveis por estas alterações apresentem elaboradas estratégias e justificativas, estava em curso um processo de privatização das IFES, sujeitas à lógica de administração empresarial. (SILVA JR e SGUISSARDI, 1997, p.81)

Ainda sobre as decisões do governo neste período, destaca-se a não obrigatoriedade dos exames vestibulares para o ingresso nos cursos superiores. Esta medida atendia imediatamente a duas questões: garantia (ao menos em tese) a qualidade dos cursos de ensino médio, e reduziria os custos das seleções para as instituições privadas. Enquanto as instituições particulares, algumas de qualidade questionável, recebiam todo o tipo de apoio e cresciam aceleradamente no período, as instituições públicas tiveram seus orçamentos enxugados e as promessas de reforma e autonomia não materializadas (CUNHA, 2003).

A fim de manter total controle sobre a legislação educacional, o governo FHC suprimiu propostas democráticas e utilizou-se de diferentes estratégias e manobras políticas. Neste ínterim, “*Paulo Renato Souza nomeou os conselheiros em número mais que suficiente para que nada, que fosse fundamental ao projeto educativo preconcebido, escapasse do seu controle.*”

(FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Um exemplo disto encontra-se na proposta de um Conselho Nacional de Educação, em 1998, gerida por diversos educadores e substituída pela LDB de Darcy Ribeiro. Este conselho seria um órgão autônomo e democrático capaz de ampliar o debate, a consulta pública e inclusive, de barrar ações polêmicas e puramente mercadológicas no campo da educação. Obviamente esta proposta inicial foi rejeitada, sendo o tal órgão reduzido a um caráter consultivo.

Quanto ao “Plano Nacional de Educação”⁵⁰, devemos fazer algumas observações. O projeto não partiu de uma iniciativa governamental, mas teve como estímulo uma forte pressão popular, organizada por diversas instituições. A disputa de então gerou ao menos dois projetos para discussão:

De um lado, tínhamos o projeto democrático e popular, expresso na proposta da sociedade. De outro, enfrentávamos um plano que expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia das classes dominantes, devidamente refletido nas diretrizes e metas do governo. (VALENTE; ROMANO, 2002, p.99).

O interesse mercadológico sagrou-se vitorioso também nesta disputa, onde estaria recusada a proposta de um “Sistema Nacional de Educação”, e em seu lugar, estabelecer-se-ia um “Sistema Nacional de Avaliação” (VALENTE; ROMANO, 2002, p.99). Dos nove vetos impostos ao projeto popular para o Plano Nacional, quatro faziam referência ao Ensino Superior⁵¹, e a participação popular restringir-se-ia ao voluntariado e a supostas ações de “cidadania”.

As reformas na Constituição brasileira, no entanto, não colocaram fim ao autoritarismo na política nacional (MINTO, 2006) O que houve, na realidade, foi uma substituição do modelo explícito da Ditadura Militar por um complexo jogo político, onde as decisões do Executivo

⁵⁰ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em Julho de 2013.

⁵¹ Segundo Romano e Valente: “*Os quatro outros seguintes incidiram sobre o ensino superior, especificamente na meta que determinava que o número de vagas no ensino superior público não poderia ser inferior a 40% do total deste nível de ensino; na que subvindicava 75% dos recursos da União voltados para manutenção e desenvolvimento do ensino à manutenção e expansão da rede federal de ensino superior; na que determinava a ampliação do programa de crédito educativo a 30% dos alunos da rede privada; e na que determinava a implantação de planos gerais de carreira para os funcionários das universidades federais. Outro veto incidiu sobre a meta que mandava ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica.*” (ROMANO; VALENTE, 2002).

colocavam-se sempre submissas aos interesses do capital internacional e das burguesias locais. E, a respeito das reformas na educação superior, pode-se dizer que:

As reformas educacionais, tanto no plano prático, como no ideológico, expressam as necessidades de o capital ampliar sua participação no campo educacional (em suma, nos setores que não se constituíam como espaços próprios da acumulação), adequando-o aos seus desígnios (...) Essa ‘nova’ roupagem, que (re) funcionaliza conceitos, muitos deles indevidamente expropriados dos movimentos sociais em defesa da escola pública, esconde velhos paradigmas, escamoteando, com isso, as reais relações sociais das quais se constitui não só o modo capitalista de produção, mas também a forma específica de educação a ele relacionada. (MINTO, 2006, p.280)

O ministro Bresser Pereira realizou um grande esforço para dar coerência ao processo de transformação da educação, de direito social, em um privilégio, acessível apenas aos consumidores mais poderosos. O Estado se isentaria das grandes responsabilidades, mas não abriria mão de controlar o processo e garantir a expansão do capital. Nas palavras do ministro:

A ideia de opor a orientação para o consumidor (gerencialismo puro), à orientação para o cidadão (gerencialismo reformado), não faz sentido algum (...) O cidadão também é um consumidor. Qualquer administração pública gerencial tem de considerar o indivíduo, em termos econômicos, como consumidor (ou usuário) e, em termos políticos, como cidadão (...) O objetivo é construir um Estado que responda às necessidades de seus cidadãos. Um Estado democrático no qual os burocratas prestem contas aos políticos e estes aos cidadãos de uma forma responsável (*accountable*). Para isto, são mudanças essenciais: a reforma política, que dê maior legitimidade aos governos; o ajuste fiscal, a privatização, a desregulamentação, que reduzam o tamanho do Estado e recuperem sua saúde financeira; e uma reforma administrativa que, combinada com a financeira, dote o Estado de meios para alcançar uma boa governança (PEREIRA, 1996).

Embora FHC tenha se negado a admitir o processo de privatização do ensino superior, em curso durante sua gestão, poderíamos percebê-lo através das seguintes características: (1)

Redução dos investimentos para a educação superior pública; (2) Transferência direta de recursos públicos a organizações privadas a partir da proposta de *Organizações Sociais* (3) Transferência de responsabilidades do setor Estatal para o Privado na gestão dos recursos; (4) Permissão da existência de instituições de ensino superior com fins lucrativos na Constituição de 88; (5) Isenções Fiscais; (6) Precarização das relações de trabalho, no que tange a contratação e os direitos trabalhistas dos professores; (7) Recursos provenientes do setor privado sob o caráter de fontes adicionais; (8) Cobrança de taxas e serviços; (9) A aplicação de verbas públicas em setores privados, a partir dos *Fundos Setoriais*; (10) Programas de bolsas como o crédito educativo (CREDUC) e o Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) (MINTO, 2006).

Alguns números ilustram muito bem esta realidade. O resumo técnico divulgado em 2002 pelo MEC/INEP, sobre o Ensino Superior, constatava que das 1.391 instituições de ensino superior, apenas 183 eram públicas (13,2%), enquanto que 1208 eram privadas (86,8%). É evidente o imenso crescimento do setor privado no governo Cardoso, o qual apresentou uma média de crescimento na ordem de 11% a.a, pode ser atribuído, entre outros aspectos, pela versatilidade na criação dos até então inexistentes “centros universitários”.

Desta forma, nota-se efetivamente que não há oposição direta entre Estado e setor privado. Estes grupos entram em sintonia e trabalham em conjunto. A distância se coloca, na realidade, entre aquilo que é Estatal e o interesse público efetivo (MINTO, 2006). Portanto, a respeito das transformações do período, podemos dizer que:

baseando-se na tese de mercado livre, o que a burguesia vem fazendo, na prática, no contexto neoliberal, é garantir os mecanismos reguladores da economia, sem reduzir a intervenção do Estado segundo seus próprios interesses, mas destruindo sistematicamente mecanismos democráticos de controle destas práticas. Contraditoriamente, o Estado mínimo, sem democracia, é o Estado máximo para o Capital (SANFELICE, 2000, p.153).

3.2 A educação superior nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

A eleição de Lula representou um momento de grande expectativa por parte daqueles que buscavam uma mudança de rumos na política nacional. Símbolo da luta trabalhista e da

construção de um Brasil popular, Lula construiu sua carreira política a partir de promessas radicais e da participação ativa nos sindicatos. Após a derrota nas três primeiras tentativas, sagrou-se finalmente vitorioso na disputa eleitoral de 2002.

Em outubro de 2003, o então presidente autorizou a organização de um grupo interministerial que teria como missão analisar a educação superior no país e apresentar um plano de ação para este setor. O documento responsabilizava a crise fiscal do Estado pelos problemas existentes, classificando a situação do setor como problemática e urgente. Como solução, eram propostas uma reforma universitária profunda e um programa de apoio emergencial às instituições federais.

Os principais pontos desta proposta seriam: (1) Ampliação de vagas para professores e estudantes; (2) Elevação da carga horária dos professores; (3) Ampla utilização da Educação a Distância, vista pelo ministro Cristovam Buarque como o caminho para revolucionar o ensino superior no Brasil; (3) Garantia da Autonomia Universitária (restrita à captação de recursos complementares); (4) Desenvolvimento de financiamentos alternativos que garantam a ampliação dos investimentos nas universidades (OTRANTO, 2006). Este último ponto teria como grandes símbolos programas como o PROUNI e o SINAES, além da chamada “Lei de Inovação Tecnológica” e das “Parcerias Público-Privadas”.

O PROUNI tem se constituído, desde então, num dos principais elementos da propaganda petista em relação à educação. Sua aprovação deu-se ainda em 2004, sendo transformado em lei (nº 11.096/05) já no ano seguinte. Famílias que possuíssem um salário mínimo e meio de renda teriam direito ao benefício, que oferece bolsas integrais ou parciais em troca de isenção de impostos e contribuições diversas para as instituições. O projeto de lei enviado, ao Congresso em 28 de abril de 2004 destaca os propósitos do programa, em seu artigo 1º:

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) visa democratizar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior, pois, enquanto os alunos do ensino fundamental e médio estão majoritariamente matriculados em instituições públicas de ensino, o mesmo não acontece com os alunos matriculados no ensino superior, em que apenas 30% dos jovens universitários têm acesso ao ensino gratuito” (BRASIL/MEC, 2004, grifos nossos).

O governo federal oferece também, como medida complementar ao programa, a possibilidade do aluno que recebe bolsa parcial utilizar o FIES como forma de complementar os valores e assim, frequentar a universidade privada. Para usufruírem dos benefícios oferecidos pelo PROUNI, os candidatos devem obrigatoriamente se inscrever no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e obterem nota mínima de 450 pontos na média das cinco provas⁵².

O PROUNI destina-se exclusivamente a brasileiros não portadores de diploma de Ensino Superior, tendo estudado na rede pública de ensino, ou na particular (sendo bolsista integral), bem como a estudantes portadores de deficiência. Professores da rede pública que estiverem em busca de diplomas de licenciatura para lecionarem na educação básica também podem usufruir do programa, independente da renda.

O programa reserva vagas para cidadãos brasileiros que se autodeclararem pretos, indígenas ou pardos, num percentual semelhante ao do número de cidadãos declarados desta forma pelo último censo do IBGE. Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo, em outubro de 2013, o crescimento do PROUNI é impressionantes, sendo que “*De 2005 a 2013, o total de bolsas anuais - concedidas para alunos pobres em instituições particulares - saltou de cerca de 112 mil para mais de 252 mil.*”⁵³ O PROUNI exige que as IES sem fins lucrativos ofereçam uma bolsa integral para cada 9 estudantes pagantes, enquanto que aquelas com fins lucrativos precisam oferecer 1 para cada 10,7 estudantes pagantes. O benefício concedido aos estudantes se dá por meio de isenção fiscal às instituições, em impostos como o IRPJ (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas), a CSLL (Contribuição sobre o Lucro Líquido), o COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) e o PIS (Programa de Integração Social).

A justificativa central do PROUNI, a saber, a ausência de vagas nos cursos superiores para os estudantes interessados, é respondida apenas parcialmente pelo programa. O mero acesso a um curso superior, muitas vezes de qualidade questionável, não é capaz, por si só, de garantir transformações econômicas, sociais e, muitas vezes, nem mesmo culturais do beneficiado. Assim,

⁵² Segundo o MEC, o ENEM tem como “*principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio*”. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> > Acesso em outubro de 2013.

⁵³ Reportagem do jornal O Estado de São Paulo: “*Total de bolsas concedidas pelo ProUni cresce 125% em 8 anos*”. Disponível em < <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,total-de-bolsas-concedidas-pelo-prouni-cresce-125-em-8-anos,1090705,0.htm> >. Acesso em outubro de 2013.

Entretanto, “*O mais grave é que o Programa não prevê mecanismos de controle sobre a qualidade dos cursos*” (OTRANTO, 2006). Ainda,

é importante lembrar que a questão do acesso à educação superior permanece em aberto. Considerando-se sua legitimidade social, o programa pode trazer o benefício simbólico do diploma àqueles que conseguirem permanecer no sistema e, talvez, uma chance real de ascensão social para poucos que estudaram no seleto grupo de instituições privadas de qualidade. Mas, para a maioria, cuja porta de entrada encontra-se em estabelecimentos lucrativos e com pouca tradição no setor educacional, o programa pode ser apenas uma ilusão e/ou uma promessa não cumprida. Ademais, a gratuidade integral ou parcial para estudar não é suficiente para seus beneficiários, os quais necessitam de assistência estudantil que apenas as instituições públicas ainda podem oferecer. (CARVALHO, 2006, p.995).

Complementando este projeto, foram elaboradas as chamadas “bolsas permanência”, sugeridas por Tarso Genro em 2004 e criadas em 2005. Elas atingiam, então, o valor de 300 reais, mas estavam disponíveis apenas para alguns cursos superiores. Oito anos após a sua elaboração, o valor do benefício gira em torno de 400 reais⁵⁴, o equivalente a 55%⁵⁵ do salário mínimo.

Outro problema decorrente deste programa seria a sua estrutura assistencialista, voltada mais à lógica de “benefícios” a “consumidores” do que a “direitos” dos “cidadãos”. A democratização por ele criada seria falsa, pois a condição social dos estudantes acabaria sujeitando-os aos serviços oferecidos por instituições precárias, cristalizando ainda mais as divisões sociais. (CATANI, HEY; GILIOLI, 2006).

Muitos estudiosos apontam que o PROUNI localiza-se imerso em interesses amplos, os quais visam inserir o Brasil na lista dos ambientes seguros para investimentos do mercado global. Isso só poderia ser alcançado mediante taxas de superávit primário, o que basicamente é conquistado por duas vias: redução de gastos e aumentos dos impostos. Assim: “*O Prouni seria um exemplo, dentre outros, do esforço em gastar menos para vender a imagem aos investidores*

⁵⁴ Disponível em: < <http://permanencia.mec.gov.br/>>. Acesso em julho de 2013.

⁵⁵ O Salário Mínimo em janeiro de 2014 era de R\$ 724,00. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8166.htm>. Acesso em janeiro de 2014.

externos de que a dívida do país é sustentável e de que não haverá calote”. (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006).

O slogan que definia o plano para a educação superior, denominado “*Universidade para todos*”, seria menos um projeto democrático, e mais um projeto neoliberal. Isso se comprova através de dois pontos. Primeiramente, tal programa não universalizaria a educação, apenas focalizaria o atendimento supostamente no grupo mais carente da população. Segundo e mais grave, o programa reduziria a educação à condição de um serviço, a ser oferecido por instituições privadas e sujeito às oscilações e humores do mercado, limitando o papel do Estado neste processo (DAVIES, 2004).

Outra política importante no cenário do governo petista é o “Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior” (SINAES). Este programa foi reforçado no período supracitado, mantendo a tônica da avaliação Estatal sobre as IES e, principalmente, o seu papel regulador sobre estas instituições. Licenças e recursos seriam liberados somente quando as orientações dos organismos internacionais fossem cumpridas, o que colocava o governo petista em sintonia com as propostas regulatórias do octênio anterior, controlado pelo PSDB.

O governo Lula, ao propor a divulgação dos dados colhidos a partir do SINAES, estaria rendendo-se à classificação e hierarquização de cursos propostas nos governos do seu antigo rival, Fernando Henrique Cardoso. A concepção de uma educação transformadora e emancipatória, como seria esperado de um governo inicialmente visto como “popular”, daria então lugar a um sistema voltado para a competição, a individualidade e o mercado.

A polêmica fica ainda maior quanto levamos em conta a “Lei de Inovação Tecnológica”, aprovada em 2 de dezembro de 2004. Vejamos o artigo primeiro desta lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos arts. 218 e 219 da Constituição (BRASIL, 2004)⁵⁶.

Como percebemos, a Lei direciona recursos para os professores que trouxerem inovação, ou seja, que alimentarem as empresas com novas propostas e tecnologias. A universidade tem,

⁵⁶ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em Julho de 2013.

desta forma, seu princípio maior completamente distorcido, e subordina-se mais uma vez à lógica do mercado. Enquanto alguns institutos garantem fluxos significativos de investimentos, outros, considerados não importantes por não serem lucrativos, definham gradativamente.

O contraste entre essas críticas e o discurso oficial é facilmente perceptível. Tomemos como exemplo, o documento produzido pelo MEC, em 2005, intitulado “Cinco razões para a reforma da educação superior”. A longa citação abaixo permite identificar alguns dos importantes referenciais do governo petista para a educação superior. Vejamos:

a) Reformar para fortalecer a Universidade pública: A liberalização do ensino superior, a partir da metade da década de 90, levou a uma expansão desenfreada das universidades privadas no Brasil. Isto fez com que, hoje, 70% das vagas sejam não estatais e apenas 30% estatais. Com esse índice, o Brasil transformou-se no país com maior participação privada no ensino superior no mundo. O governo quer reverter este processo e ampliar a participação do setor público na educação superior. A meta é criar novas universidades públicas, expandir novos pólos e criar 400.000 novas vagas em 4 anos nas instituições federais. Fortalecer a Universidade Pública, significa também mais recursos e investimentos em pesquisa e extensão.

b) Reformar para impedir a mercantilização do ensino superior: O ensino não é mercadoria, é um bem público. A constituição federal prevê a educação como dever do Estado, mas garante também a participação da iniciativa privada. No entanto, ao exercer uma função pública delegada, o setor privado deve buscar a qualidade como centro de sua ação. O Estado, amparado no seu papel regulador, deve garantir esse princípio, orientando a expansão de forma ordenada, evitando a proliferação de instituições caça-níveis, cujo único objetivo é a obtenção de lucros exorbitantes. As instituições estatais e privadas devem integrar um sistema público de Ensino Superior.

c) Reformar para democratizar o acesso: Hoje, apenas 9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos está cursando o ensino superior, número bem abaixo da Argentina, que tem 32%, dos Estados Unidos, com 50%, e do Canadá, com 62%. O Plano Nacional de Educação (2001/2010) prevê uma taxa de escolarização de 30% da população. O Estado brasileiro precisa promover políticas efetivas que garantam o acesso de jovens de baixa renda ao ensino

superior expandindo as IFES para regiões que careçam de escolas superiores, criando vagas públicas nas universidades não estatais e privadas e ampliando os cursos noturnos nas universidades públicas já instaladas. O desafio da inclusão social é um dos temas centrais da reforma.

d) Reformar para garantir qualidade: A qualidade é indispensável para a garantia do papel social e político da Educação e a Universidade pública devem constituir-se em elemento de referência. A abertura de faculdades, centros e universidades no Brasil nos últimos anos, nem sempre veio acompanhada da devida avaliação e preocupação com a qualidade do ensino, evidenciando uma fragilidade da capacidade de supervisão e regulação do Estado. O governo acredita que não basta abrir vagas, mas que é necessário que se garanta um processo de ensino-aprendizado condizente com as necessidades e expectativas da Nação, preservando a qualidade e promovendo a inclusão social.

e) Reformar para construir uma Gestão democrática: Democratizar é construir de maneira participativa um projeto de educação de qualidade social, que promova o exercício pleno da cidadania. Profundamente inseridas na sociedade civil e com uma gestão democrática e participativa, as universidades e as instituições públicas e privadas devem produzir, de forma concertada, uma nova estrutura organizativa que dê sustentação para os desafios presentes e futuros do ensino superior em nosso país. (BRASIL, 2005, grifos nossos)⁵⁷.

Fica evidente, portanto, qual seria a visão do governo naquele momento: (1) Cabe ao governo ampliar sua participação no setor; (2) Instituições privadas e particulares são percebidas como integrantes de um “sistema público de ensino”, estreitando as fronteiras entre o público e o privado; (3) a “democratização do ensino” é vista meramente como uma política de facilitação do acesso ao ensino superior.

Portanto, nem todas as propostas educacionais prometidas na Constituição de 1988 se cumpriram no governo Lula. O governo petista mantinha-se, a exemplo do governo anterior, submisso à divisão internacional do trabalho, quebrando qualquer esperança de autonomia ou superação desta ordem (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.1088).

⁵⁷ Disponível em >www.mec.gov.br/reforma/cinco.asp>. Acesso em dezembro de 2013.

A postura do presidente Lula no início do seu primeiro mandato incomodou muitos brasileiros, especialmente aqueles que aguardavam por reformas mais profundas. Em busca da política para a educação superior em curso naquele momento, não podemos nos ater às manifestações jurídicas ou mesmo os discursos. Estes por si só, seriam apenas a aparência do real. Compreender esses processos deveria levar em conta as suas determinações profundas, a luta de classes, o grau de organização das classes e o lugar da educação em meio a tudo isso (LEHER, 2004, p.870).

Caminhando neste sentido, acreditamos que a resposta estaria exatamente numa completa transformação das relações entre o público e o privado na educação, sendo as “Parcerias-Público-Privadas” (PPPs) seu exemplo concreto. Estimuladas pelos acordos propostos através de instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), tais medidas iriam além daquilo que havia sido proposto até mesmo por Fernando Henrique Cardoso. A construção destas parcerias seria mais um passo da privatização deste setor.

Os defensores destes projetos afirmam que o governo não tem verbas suficientes para aplicar na educação. Em contrapartida, este mantém as taxas de juros para pagamento da dívida pública entre as mais altas do planeta, o que lhe gera gastos estratosféricos. Assim, percebe-se que todo o esforço é válido para a construção de um ambiente “seguro” aos investidores internacionais.

Outro argumento muito utilizado na defesa das PPPs é o da (suposta) superioridade da eficiência do setor privado sobre o estatal. E, mais uma vez, percebemos a manutenção dos argumentos já utilizados no governo FHC, além da falácia destas suposições, na medida em que a qualidade é medida por meio de indicadores quantitativos, e a qualidade do setor privado é superestimada.

Devemos ainda atentar para a inconstitucionalidade desta e de outras ações, como o “Projeto de Inovação Tecnológica”, o qual direciona verbas públicas para fins privados e tenta transformar o professor num “empreendedor” (LEHER, 2004). Neste sentido:

Essa orientação colide não só com o preceito constitucional da autonomia didático-científica das universidades, como agride os princípios constitucionais de liberdade de produção, expressão e circulação de conhecimentos e saberes. O

cerceamento da liberdade de produção de conhecimento é magnificado pelas radicais transformações da política de financiamento de C&T. Com a inovação tecnológica, a universidade deixa de ser o espaço público de produção de conhecimento. Todo o exercício da crítica terá de ser um gesto de rebeldia intelectual. (LEHER, 2004, p.886, grifos nossos).

Ainda durante o primeiro mandato do governo Lula, foi criada a Lei 10.861/2004, a qual instituía a criação do “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (SINAES). Seu objetivo principal era, segundo o discurso governista, garantir a qualidade das instituições privadas de educação superior, a partir de uma análise de três eixos: (1) avaliações realizadas por estudantes deste setor, (2) avaliação dos cursos de graduação e (3) avaliação das instituições (BRASIL, 2004). O Estado manteria o papel, também proposto no mandato de FHC, de mero regulador do sistema privado, sem, no entanto, responsabilizar-se por ele.

A prova aplicada por este programa foi chamada de “Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes” (ENADE), sendo obrigatório e indispensável para emissão dos diplomas. Cursos mal avaliados seriam divulgados na imprensa, podendo ser descredenciados junto ao MEC.

O governo Lula também é responsável por um amplo programa chamado “Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (REUNI). Ele foi instituído em 2007 por meio do Decreto nº. 6096, visando melhor aproveitamento dos recursos, vagas e estrutura das universidades federais. As faculdades que desejassem poderiam se inscrever no programa através da apresentação de um plano de reestruturação. Se aprovadas, receberiam recursos financeiros. O programa também incentiva a criação de novas IES, na intenção de ampliar o acesso e a permanência no ensino superior.

Integrantes da oposição acusam Lula de, mais uma vez, ter copiado um programa de Paulo Renato Souza, ex-ministro de FHC. A questão, entretanto, vai muito além da simples disputa política. Ao estimular-se a ampliação das atividades docentes, com ênfase nas aulas, a pesquisa e a extensão ficarão, inevitavelmente, abaladas (OTRANTO, 2006).

As implementações do REUNI estão diretamente vinculadas às propostas trazidas pelo Banco Mundial para os países pobres. Segundo este organismo, pesquisas são muito caras para serem realizadas nestes locais, e, portanto, tal atividade deveria ser abandonada. Em outras palavras, este programa pode representar uma total incapacidade de renovação científica e

cultural, tornando nossa nação dependente de inteligência internacional, o que custaria milhões em pagamento de royalties todos os anos.

Portanto, apesar da razão nobre que permeia a existência do REUNI, este programa utilizaria meios de execução que seriam muito prejudiciais ao ensino superior, na medida em que eleva a quantidade de alunos professor e estabelece uma taxa de aprovação na ordem dos 90% num período de tempo de apenas cinco anos. (LUCENA, 2007).

O site do REUNI propaganda o fato de que o número de “*universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi*”⁵⁸(BRASIL/MEC, 2013). O número de vagas foi ampliado numa proporção maior do que a da construção de novos campi, o que significa uma ampliação da oferta a partir do crescimento das vagas.

Em 2007 seria lançada uma política pública para a fundação do “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia” (IFET). A proposta era promover, através da oferta de cursos superiores em tecnologia, uma nova concepção de educação tecnológica no país. Através de investimentos na ordem de centenas de milhões de reais entre 2008 e 2011, eles teriam como foco a elaboração de centros de referência para o ensino tecnológico, mas também para a formação de professores para a educação básica.

Apesar da proposta e da possibilidade de possuírem uma gestão descentralizada, a exemplo das universidades federais, o programa tem sido questionado e percebido de maneira bastante desconfiada pelos intelectuais em geral.

Outra criação do governo Lula sobre a qual devemos comentar é a “Universidade Aberta do Brasil” (UAB), uma integração entre a Secretaria de Educação à Distância (SEED/MEC) e a Diretoria de Educação à Distância (DED/CAPES), tendo como propósito promover a expansão do ensino superior por meio da educação à distância. Criada em 2005 pelo MEC, sua estrutura fundamenta-se em cinco pilares fundamentais:

- Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;

⁵⁸ Disponível em < <http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em outubro de 2013.

- Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- Estímulo à investigação em educação superior a distância no País;
- Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância. (BRASIL/MEC, 2005)⁵⁹.

O portal da instituição apresenta alguns números impressionantes. Em 2010, 88 instituições integrariam todo o sistema, sendo criadas aproximadamente 190.000 vagas em 557 pólos presenciais de apoio. As promessas de ampliação para os próximos anos previa o crescimento na ordem dos 50%. Esse crescimento aparece como uma necessidade urgente, na medida em que a demanda ainda seria muito grande no país.

Para o ANDES, a UAB não é uma universidade, na medida em que:

[...] não é definida como uma instituição, nem há, e não haverá, pesquisa e extensão sendo executadas por essa entidade, propriamente dita. Desde o início, o próprio discurso oficial sempre salientou que a UAB seria constituída como um “*Sistema*”, consorciando as IES, nos três níveis da federação, com municípios que desejassem contribuir, por meio do estabelecimento de Pólos de apoio, para o avanço do EaD na Educação Superior. Deste modo, a UAB não tem, ao menos, sede definida, não tem funcionários próprios e trabalha intermediando bolsas para professores e tutores, vinculados, ou não, a outras instituições (ANDES, 2007).

O ANDES realizou profundas críticas ao programa e o considerou uma enorme ameaça para a educação superior brasileira, sendo necessário alertar a sociedade sobre algo que, maquiado como política democrática de acesso, seria um grande engodo.

Entretanto, não podemos ignorar a importância da EAD para a expansão do ensino superior no país, nem desconsiderar o fato que o programa não estava completamente

⁵⁹ Disponível em <<http://www.uab.capes.gov.br>>. Acesso em janeiro de 2014).

estabelecido no momento em que o ANDES se manifestou. Portanto, temos clareza de que “*o ensino a distância, nas condições atuais do avanço tecnológico (é) um importante auxiliar do processo educativo que pode ser utilizada com proveito no enriquecimento dos cursos de formação de professores*” (SAVIANI, 2009).

Ainda sobre a criação da UAB, portanto, seria fundamental:

Realizar um acompanhamento constante do MEC para garantia da qualidade dos cursos ofertados, sem perder de foco que a educação a distância pode contribuir para o processo de democratização do saber, especialmente no que diz respeito ao projeto para interiorização do ensino superior brasileiro (...)salientamos a necessidade de uma avaliação constante para verificar se os polos de apoio presencial e os cursos superiores ofertados na modalidade de educação a distância atendem, de fato, os mesmos padrões de qualidade dos cursos regulares. (COSTA, 2012).

Para encerrarmos essa breve apresentação, gostaríamos de comentar alguns pontos interessantes do livro “*10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*”, lançado em 2012. Organizado por Emir Sader, a obra é uma reunião de cerca de vinte pequenos textos, elaborados por membros do governo e intelectuais de renome, tais como Marilena Chauí, Luiz Gonzaga Belluzzo e Pablo Gentili.

Disponível gratuitamente em versão digital, a obra ultrapassou 470 mil downloads em um mês⁶⁰. As afirmações do livro são muitas, mas os questionamentos por ele incitados não são o alvo da nossa pesquisa. No entanto, cabe mantermos um posicionamento crítico em relação a esta obra, e aos diversos pontos por ela revelados, supervalorizados ou até mesmo escamoteados. Logo na apresentação, percebemos o propósito da obra: “*O Brasil mudou – e mudou para melhor – nesses dez anos, e recordar com precisão o que era o país antes de janeiro de 2003 e um exercício necessário*” (SADER, 2013, p.7).

No artigo de Pablo Gentili e Dalila Oliveira intitulado “A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil”, muitas vezes é reforçada a imagem de profunda transformação

⁶⁰ Dados fornecidos pela fundação Lula. Link: <<http://www.institutolula.org/livro-sobre-10-nos-de-governos-pos-neoliberais-ultrapassa-marca-dos-470-mil-downloads/#.Us9IVtI7uSo>>. Acesso em janeiro de 2014.

nas práticas educacionais. Para os autores, *“o governo democrático-popular iniciado por Lula reverteu significativamente o processo de desinvestimento social que tinha caracterizado o governo neoliberal do seu antecessor”* (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p.254). A evidência apresentada é justificada a partir da elevação dos “gastos” públicos com a educação e, em relação específica ao ensino superior, o artigo celebra as supostas vitórias conquistadas através dos programas do governo, responsáveis pelo que chamaram de “democratização do acesso à educação superior”, corrigindo mais um equívoco do governo de FHC, o qual beneficiou as instituições privadas e permitiu seu desenvolvimento, mas não foi capaz de estimular a ocupação de todas as vagas oferecidas por elas.

Na sequência, afirmam que o PROUNI *“não fez outra coisa senão dotar de sentido público e social um segmento do sistema educacional marcado por prebendarismo, especulação, baixa qualidade, interesse de lucro e falta de controle estatal”* (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p.257). Os argumentos giram em torno de números e estatísticas, as quais justificam todo o sucesso do programa.

O REUNI também foi lembrado no livro, sendo igualmente louvado pelos autores. As cotas das universidades públicas foram afirmadas como uma importante ação na promoção da democratização do acesso ao ensino superior. O suposto avanço no setor educacional teria ocorrido também graças à “gestão democrática” empreendida, na medida em que houve um “amplo diálogo entre o governo e a sociedade civil”. E ainda,

Pode-se reconhecer que um dos grandes méritos desses dois governos tem sido reverter as tendências a privatização e a permanente criminalização da educação pública que tinham caracterizado o governo de Fernando Henrique Cardoso. Ainda ha um enorme caminho por percorrer na construção de uma educação pública de qualidade para todos os brasileiros e brasileiras. Nesses dez anos, sem duvida nenhuma, avançamos um longo trecho. (GENTILI . OLIVEIRA, 2013, p.263)

O texto “A construção da hegemonia pós-neoliberal”, de Emir Sader também merece um destaque. Após um breve histórico sobre o neoliberalismo e suas influências sobre a América Latina e o Brasil, o sociólogo conclui que houve uma ruptura no processo de implantação destes ideais a partir da eleição de Lula. Haveria ainda três pilares em comum entre Lula e os governos

Kirchner (Argentina), Chávez (Venezuela), Morales (Bolívia) e Correa (Equador), Segundo Sader, todos eles:

a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado. (SADER, 2013, p.138).

Outra ênfase de sua análise está nas duas grandes crises que o governo Lula teria enfrentado. A primeira, interna ao PT, levaria uma parcela considerada mais radical a se desligar do partido por não concordarem com a postura de Lula em relação à reforma da previdência e também devido às suas medidas econômicas conservadoras. A segunda crise, conhecida popularmente como “mensalão”, envolveria denúncias de compra de votos.

O julgamento foi amplamente coberto pela imprensa brasileira e recebeu, por parte do então ministro do supremo tribunal federal, Ayres Britto, um parecer bastante duro: “[O objetivo do esquema era] um projeto de poder quadrienalmente quadruplicado. Projeto de poder de *continuismo seco, raso. Golpe, portanto*”, afirmou Ayres Britto após condenar oito réus⁶¹.” (BRITTO, 2013). Sader, no entanto, apresentou o evento como algo arquitetado pela oposição, e em nenhum momento assumiu qualquer erro por parte do partido. A definição deste sobre o episódio é bastante superficial, sendo descrita apenas como “*resultado de uma ofensiva opositora, sobredimensionando na mídia, por meio de uma exitosa operação de marketing político, denúncias políticas*” (SADER, 2013, p.140).

Antes de concluir, Sader ainda elencaria dois elementos que seriam fundamentais para a superação do neoliberalismo: a ampliação do “direito à expressão” e o “financiamento público das campanhas”. A democracia não poderia, de acordo com seu raciocínio, se consolidar sem a quebra dos monopólios das comunicações no Brasil, e da liberdade total de expressão; e quanto às eleições, os candidatos deveriam, de uma vez por todas, refletir apenas o desejo dos eleitores, e não de grupos dominados pelos lobbies das mais diversas espécies. Sader não toca no assunto da privatização interna das universidades, ou do desvio de recursos públicos na expansão das

⁶¹ Disponível em < Disponível em <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/10/10/apos-condenar-petistas-ayres-britto-diz-que-projeto-de-poder-do-pt-era-golpe.htm>.> Acesso em janeiro de 2014.

empresas privadas como práticas neoliberais escamoteadas, mas foca nestas duas questões finais, e as destaca como solução para os grandes problemas do país.

Para encerrar esse breve comentário sobre o livro, destacamos o posicionamento de Luiz Gonzaga Belluzzo a respeito da educação. O economista coloca em pauta a necessidade de impedir a formação de especialistas incapazes de perceber o mundo em que vivem, e as transformações pelas quais o país está passando. Uma nova crítica à mídia é estabelecida, a qual seria a responsável por barrar o que chamou de “verdadeiro debate” sobre o Brasil. O problema parece então, residir na mídia, e em nenhum momento é aberta a discussão a sobre a qualidade da educação, dos projetos pedagógicos ou mesmo da remuneração dos docentes.

Sobre a luta social desempenhada pelo ex-presidente Lula, Belluzzo exalta suas habilidades de negociação e percepção de mundo, alfineta os sonhos da esquerda (a qual condenaria as PPPs por estar “presa ao passado”) e da direita (refém de um liberalismo “mítico”), e demonstra que a intenção de Lula na presidência foi de buscar o:

equilíbrio entre a esperança e os princípios (...) entre as ações que buscavam a elevação dos padrões de vida dos mais pobres e as decisões de política econômica que propiciavam os ganhos parrudos aos senhores das finanças (...) Para ele, a política é, sobretudo, mediação entre dois sistemas: as necessidades e aspirações dos cidadãos e os interesses monetários que se realizam através do mercado. (BELLUZZO, 2013, p.108).

A população brasileira, desiludida com as propostas desenvolvimentistas, incapazes de melhorar a condição geral de vida do povo brasileiro, teria inclusive desacreditado da ordem republicana e dos benefícios da democracia. As velhas camadas dominantes ainda estariam no controle do país, e a população manteria o sonho de uma “*vida decente, segura, economicamente amparada*” (idem, 2013, p.109).

Devemos enfatizar ainda que conclusões do livro sobre os programas organizados no governo petista de 2003 a 2010 são muito contrastantes com as conclusões apresentadas em todas as teses e dissertações pesquisadas neste trabalho, as quais serão apresentadas na próxima sessão.

1.4 Classes e frações de classe no Brasil contemporâneo

Acreditamos que compreender a luta entre as classes e frações de classe no Brasil é fundamental para uma melhor avaliação do jogo político que envolveu os governos FHC e Lula. Assim,

assistimos, no Brasil da década de 2000, à ascensão política de uma nova burguesia nacional no interior do bloco no poder vigente do Estado brasileiro. Não se trata da velha burguesia nacional, aquela que, na análise de autores marxistas e de partidos comunistas do século XX, poderia formar uma frente anti-imperialista com a classe operária. Trata-se, na verdade, de uma nova burguesia nacional, uma fração da classe burguesa à qual se aplica, sob medida, o conceito de burguesia interna (...) essa burguesia ocuparia, na análise de Poulantzas, uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países. (BOITO JR, 2012, p.67-68).

Assim, entre a chamada “antiga burguesia nacional”, termo criado para designar uma possível burguesia brasileira, avessa ao imperialismo e capaz de unir-se ao movimento operário e popular, e a “burguesia compradora”, que seria uma extensão do capital externo no país e, portanto desejaria a radicalização das políticas neoliberais, estaria localizada a “nova burguesia nacional”, ou “burguesia interna”.

Os dois governos de FHC beneficiaram essencialmente a “burguesia compradora” e o capital internacional (idem, 2012). O primeiro mandato (1994-1997) teria garantido o aumento das importações através da fórmula que combinava moeda forte com a redução das tarifas aduaneiras. Como consequência, nossa balança comercial passou a apresentar déficits sequenciais a partir de 1995. O que se viu em seguida foi uma política radical de privatizações: bancos, rodovias, ferrovias, telefonia, energia elétrica, serviço de esgoto, serviços, siderúrgicas entre outros setores.

O segundo mandato apresentaria uma posição mais cautelosa e defensiva de FHC, na medida em que suas ações se concentraram na tentativa de recuperação frente à crise cambial de

1999 e ao aumento das críticas da burguesia e dos movimentos populares ao seu governo. A insatisfação dos setores industriais mais afetados pela abertura econômica “*permitiu que a FIESP buscasse uma aproximação com o movimento operário paulista e ganhasse a simpatia das centrais sindicais para o protesto em Brasília*” (idem, 2012, p.79).

Esse momento tenso no governo FHC acabou gerando a demissão de Gustavo Franco da presidência do Banco Central e uma brusca desvalorização do Real. Isso teria representado uma flexibilização do modelo neoliberal, mas não a sua ruptura com o mesmo. É fundamental destacar que algumas medidas inspiradas nessa ideologia, como a construção da ALCA geraram inúmeros protestos, não apenas entre grupos populares e de trabalhadores, mas também entre os membros da grande burguesia nacional brasileira.

A postura de Lula em seus dois mandatos também apresentou grande variação, mas em ambos foi possível perceber uma melhoria na posição da burguesia interna em relação à burguesia compradora e ao capital internacional. No primeiro mandato, Lula teria assumido uma postura muito cautelosa, sem confrontar-se com os grandes grupos financeiros internacionais e, no segundo, teria se utilizado de uma estratégia “neodesenvolvimentista” a fim de beneficiar a burguesia interna.

Esta nova burguesia nacional (ou burguesia interna), portanto, organizaria na sequência uma frente política⁶² que integraria o movimento popular e operário às suas reivindicações. Para beneficiar este setor, Lula passou a organizar uma série de medidas que rompiam com a lógica dos governos de FHC, tais como a desativação da ALCA, a ampliação da influência diplomática e econômica na América do Sul, criação de restrições na sequência de privatizações, as mudanças no papel exercido pelo BNDES⁶³ e o fortalecimento das Estatais.

Devemos levar em consideração, todavia, algumas contradições no seio da burguesia interna no Brasil. A grande indústria e o setor bancário buscam manter a participação de grupos nacionais no país, exigindo do governo uma postura protecionista e que estimule as empresas

⁶² Por frente política devemos compreender as classes e frações de classe que reúnem-se de maneira informal, sem um programa claramente definido e impedindo que grande parte de seus membros conduzam o processo político.(BOITO JR, 2012)

⁶³ O banco atuou, ao longo do governo de FHC, como um mecanismo de financiamento das privatizações. Ao longo dos governos Lula, ele assumiu a postura de um banco estatal em benefício do grande capital nacional. Assim, “*Estaríamos diante de um caso em que o dinheiro público é oferecido a um punhado de empresas de amigos do governo. Ora, o governo FHC fez o mesmo, apenas com outro objetivo: privatizar as empresas estatais*”. (BOITO JR, 2012).

brasileiras. A discordância entre elas estaria na política de juros do Banco Central: enquanto a indústria critica a elevação na taxa de juros, responsável pela redução dos investimentos, os bancos obviamente dela se favorecem. Para compensar a falta de investimentos diante dos altos juros, o BNDES tem aumentado significativamente os empréstimos aos industriais e representantes do agronegócio, conciliando temporariamente interesses antagônicos.

Indústria e agronegócio teriam sua diferença exposta na política de comércio exterior. Enquanto os industriais desejam bloqueios para a entrada de produtos estrangeiros manufaturados, os representantes do agronegócio anseiam ardentemente pela abertura dos mercados da Europa e Estados Unidos.

Outro ponto de ruptura importante na frente estabelecida pelo PT estaria entre os industriais representados pela FIESP e as práticas do governo Lula quanto aos altos salários do funcionalismo público, somados aos gastos pesados com a previdência social, o que ampliaria consideravelmente as contas públicas. Para estes, seria fundamental uma política de redução nos impostos.

Talvez a mais dramática contradição esteja na questão agrária. Como o vínculo com os grandes latifundiários é base do governo petista, a reforma agrária está fora de questão. Para suprir essa necessidade, o governo ampliou significativamente o crédito para a agricultura familiar, sobre a qual se edifica grande parte do movimento sem-terra e outras organizações camponesas. Quanto mais famílias assentadas ficam satisfeitas com o crédito oferecido, menor a força do movimento em favor de uma reforma agrária radical.

Para aqueles que criticaram o governo Lula, seu sucesso nas urnas deveu-se exclusivamente às práticas clientelistas e assistencialistas, capazes de controlar populações carentes. Além disso, havia a crença de que Lula, por ter origem sindical, seria o mais indicado para conter greves e diminuir, desta forma, o risco da radicalização dos movimentos sociais.

Contra estes argumentos, devemos nos lembrar que grande parte da burguesia brasileira não apoia o governo Lula. Para compreender esta situação, precisamos considerar a existência no Brasil, além da chamada “burguesia interna”, de uma “alta burguesia”, conectada com o capital estrangeiro e tradicionalmente denominada de “burguesia compradora”. Para este grupo importa que a política neoliberal seja aplicada de maneira radical, o que esbarra na proteção construída por

Lula

Lula para a “burguesia interna”. Isso explicaria por que a chamada de “burguesia compradora”

insistiria no retorno do PSDB ao poder e, por outro lado, apoiar Lula seria, para a “burguesia interna”, a melhor resposta para combater essa divisão no interior desta classe.

As vitórias de Lula poderiam ser compreendidas, desta forma, a partir da união da burguesia interna com o movimento operário e popular. A relação com as classes pauperizadas se daria através de programas de transferência de renda. As centrais sindicais foram oficializadas e os funcionários públicos tiveram reajustes salariais. No entanto, *“esse desajuste entre a força hegemônica (burguesa) e a força principal (operária e popular) gera conflitos e instabilidades no interior da frente política neodesenvolvimentista.”* (idem, 2012, p.72).

Há que se destacar também as políticas públicas que atendem movimentos específicos, como o programa “Minha Casa, Minha Vida”. A “burguesia interna” teria sua condição especial no bloco do poder e, como grande parte do governo é constituída por líderes sindicais, a oposição ao poder central perderia força.

Nem sempre uma “imagem vale mais do que mil palavras”, mas no caso da cerimônia de posse em 2002, a foto em que Luís Inácio Lula da Silva abraça o então eleito vice-presidente do Brasil, José de Alencar, o provérbio popular tinha razão. O abraço sorridente do ex-metalúrgico petista associado à imagem mansa e igualmente feliz do milionário Alencar era revelador da “fórmula mágica”, capaz de vencer as duas eleições e alcançar índices inéditos de aprovação: um acordo entre grupos populares e a burguesia interna do Brasil. Os oito anos seguintes seriam marcados por uma tentativa de conciliação de interesses entre esses dois grupos.

Diante de todo esse raciocínio, ao lançarmos os olhos sobre o governo FHC ou Lula, estaríamos diante de estratégias políticas que obviamente possuem raízes no neoliberalismo, mas não se submeteriam a ele de uma maneira passiva e absoluta. Assim,

o neoliberalismo da década de 1990 não é o mesmo que o da década de 2000. Tais situações ensejam a questão de saber se estamos diante de uma mudança de modelo ou, simplesmente, de uma mudança no modelo (...) acreditamos ser possível definir o neodesenvolvimentismo: trata-se do desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico. (idem, 2012, p.69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio às disputas políticas que marcaram o início do século XXI, o ensino superior no Brasil passou por grandes transformações. Nossa pretensão inicial foi desvendar como os presidentes e seus governos, nesta virada de século, atuaram em relação a este setor, apontando possíveis rupturas e continuísmos entre estes.

Diante do grande volume de produções referentes à história da educação superior nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), optamos pela realização de um balanço bibliográfico das obras divulgadas pelo portal CAPES entre 1994 e 2012. Nossa busca levou-nos a um montante de aproximadamente trezentos resumos, entre dissertações e teses. Constatamos a ausência de uma padronização na elaboração destes, bem como a inexistência de muitas obras em formato digital, o que impediu-nos conhecer os resultados alcançados por outros pesquisadores quando desejávamos fazer a leitura integral destas pesquisas. Situações como estas inviabilizam o diálogo entre diferentes autores e atrasam a produção científica, na medida em que esta se faz coletivamente, como o resultado de um processo onde os saberes são historicamente acumulados e confrontados entre si.

Os resumos analisados revelaram alguns elementos importantes sobre a pesquisa em história da educação nos últimos anos. Apesar do crescimento do setor privado, o qual representava 88% das instituições de ensino superior em 2012, a produção de conhecimento continua ocorrendo majoritariamente nas instituições públicas. Este elemento é profundamente revelador dos rumos escolhidos para a graduação no país, cuja prioridade são as aulas expositivas e não há espaço para a realização de pesquisas.

Destacamos também o fato de aproximadamente 60% dos resumos encontrados não apresentarem seus referenciais teóricos, o que demonstra, além da ausência de um padrão para a elaboração destes, uma despreocupação dos autores em apresentá-los. Não considerar importante a divulgação do seu referencial poderia representar um descuido por parte do pesquisador, mas acreditamos também que seja a evidência da pós-modernidade e sua influência sobre as pesquisas em educação.

A partir deste primeiro recorte selecionamos vinte e seis obras para leitura integral, a partir de seus objetivos. Foram analisadas as produções que se propuseram a construir um histórico da educação superior no período, desvendando a concepção desenvolvida pelos

governos supracitados, independente de seus recortes ou referenciais teóricos. Esta proposta de análise revelou a existência de muitas obras com perguntas centrais semelhantes, bem como o conjunto de documentos a serem analisados, e as conclusões alcançadas por meio delas. O diálogo entre estas obras, no entanto, era muito escasso, ou não ocorria, levando pesquisadores a realizarem trabalhos muito parecidos, em pouco ou nada contribuindo para o debate acadêmico.

As teses e dissertações analisadas integralmente apresentaram consenso na interpretação do governo Fernando Henrique Cardoso e sua atuação a respeito da educação superior. Foi constatada a enorme expansão do setor privado entre 1995 e 2002, resultado de um processo que teve início na Ditadura Militar, com a lei 5540/68, e consolidou-se durante a “Nova República”. Houve também, no período, grande sintonia entre as propostas apresentadas por organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, e o praticado no governo federal. A lógica privatista e mercadológica ganhou espaço na gestão do PSDB, e as IES federais, classificadas como caras e elitistas, não foram priorizadas pelo governo. Em consonância com valores neoliberais, o Estado alterou sua postura, e gradualmente abandonou o posto de responsável pela educação, assumindo o papel de mero avaliador ou regulador da mesma.

O governo Lula, embora tenha feito duras críticas ao rival, condenando-o inclusive pela “herança maldita” legada ao seu governo, manteve o mesmo rumo das suas políticas e estratégias econômicas. Os compromissos internacionais estabelecidos pelo PSDB foram mantidos, e a influência de organismos internacionais como o FMI e BM continuou exercendo forte influência sobre o país. Não houve rupturas, tampouco, na educação superior, onde Lula manteve a ênfase na avaliação, no estabelecimento de metas quantitativas, e na expansão das Parcerias-Público-Privadas.

O grande diferencial entre os governos estaria na criação de dois programas voltados para a chamada “democratização” do acesso ao ensino superior: o REUNI e o PROUNI. O primeiro visava atender as instituições federais que se dispusessem a estabelecer metas de crescimento e otimização dos serviços, enquanto o segundo ofereceria bolsas de estudo em instituições privadas aos alunos de baixa renda. Como vimos, essa estratégia promoveu inegáveis ampliações no acesso ao ensino superior, direcionou a aplicação de verbas muito superiores às realizadas por FHC para o setor, além de permitir a criação de novas universidades federais. Entretanto, esse conjunto de ações estaria muito aquém de uma “revolução na educação superior”, termo utilizado pelo governo petista a fim de descrever suas ações no setor. A expansão do ensino privado e a

busca pelo cumprimento das metas de produtividade no ensino público seriam reveladoras de uma expansão voltada aos interesses do mercado educacional, propagadora de valores liberais.

Em nossa busca pela concepção de educação destes governos, percebemos elaboradas estratégias a fim de evitar qualquer associação entre suas ações e os princípios neoliberais. Para tanto, valeram-se essencialmente de argumentos quantitativos. Obviamente, FHC e Lula não se submeteram à cartilha neoliberal de maneira plena e cega, conforme elaborada na década de 1970, ignorando assim o cenário político-social do país e suas inerentes contradições. Tampouco podemos negar a existência, em ambos os governos, de princípios neoliberais orientando ações estratégicas. Assim, estaríamos vivenciando um neodesenvolvimentismo, ou seja, o desenvolvimento possível dentro de uma posição periférica do capitalismo neoliberal do século XXI.

Fernando Henrique Cardoso, embora tenha favorecido especialmente o capital internacional, não teria ignorado os anseios da burguesia interna (grandes proprietários rurais e industriais), o que o levou a manter parte das barreiras comerciais. De igual forma manteve-se atento às pressões do movimento operário e popular, e exatamente por isso manteria políticas de assistência social e não concluiria os programas de privatização.

Lula, por sua vez, teria sido influenciado pelo neoliberalismo ao manter o padrão da política econômica existente nos oito anos do governo anterior, a fim de atender a demanda do capital financeiro internacional. Além disso, uma nova face foi dada ao BNDES, gerando benefícios inegáveis à burguesia interna e, revelando seu caráter conciliador, manteve o compromisso com sua base eleitoral, ampliando programas assistencialistas já existentes, e criando outros totalmente inéditos, como o PROUNI e o “Minha Casa Minha Vida”. Estes garantiriam benefícios às populações carentes e, ao mesmo tempo, lucros extraordinários aos empresários.

Todas essas ações demonstrariam a preocupação destes governos em conciliar dos interesses das classes e frações de classe no Brasil do século XXI, impedindo rupturas drásticas. Se quisermos compreender os rumos do ensino superior, no entanto, é preciso aprofundar a discussão. Devemos atentar, por exemplo, ao vocabulário utilizado por estes governos para se expressarem em relação à educação superior. Para além da aparência democrática anunciada pelos discursos e manifestações oficiais, este seria profundamente revelador da privatização do ensino superior, bem como da proximidade existente entre as propostas dos dois partidos para o

setor. O predomínio de expressões utilizadas por gestores e administradores, introduzida no Brasil ainda na década de 1960, teria se fortalecido nas últimas décadas, revelando a forte tendência mercadológica sob a qual o setor se submete.

Neste processo, o papel de resistência estabelecido por estudantes e principalmente pelos professores universitários foi inestimável, e promoveu grande impacto sobre a estrutura da universidade. Verificamos diversos momentos, desde a Ditadura Militar até o governo Lula, em que o posicionamento destes grupos impediu reformas danosas aos que ainda acreditam na construção de uma educação pública, gratuita, de qualidade e acessível a todos.

Assim, os valores propagados pelo iluminismo a respeito da educação, ou a utopia de emancipação humana e socialização dos conhecimentos historicamente acumulados, idealizada pelos comunistas, perderia espaço para as propostas interessadas na acumulação e formação de mão de obra para o mercado. A ideologia burguesa, calcada no individualismo e na competição, consolida-se na virada do século tendo a educação superior como uma arma estratégica. Esta tem contribuído para a formação de sujeitos individualistas, competitivos e prontos a aceitar o próprio fracasso, na medida em que são alimentados por um discurso que coroa os “empreendedores” bem sucedidos, e acusa os perdedores pela falta de criatividade, dedicação ou competência. Nosso modelo educacional tem formado profissionais incapazes de reagir às absurdas taxas de desemprego, à concentração de renda ou à superexploração do trabalho, na medida em que desconhecem o mundo em que vivem, ignoram a luta de classes e negam a contradição entre capital e trabalho.

Enquanto a nossa sociedade caminha a passos largos rumo à barbárie, mantemos o sono tranquilo, satisfeitos com as reformas, e convencidos pelo mito da “revolução na educação superior”.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. “Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional”. In: *Educação e Sociedade*, Campinas: Unicamp, nº 75, agosto de 2001.

ANDES-SN. *Universidade Aberta do Brasil: faz-se necessário denunciar o engodo*. Brasília: 2007. Disponível em < <http://www.anped11.uerj.br/andes.doc> >. Acesso em janeiro de 2014.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. “As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais” In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; IAZBECK, Maria Carmelita. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2 ed. – São Paulo: Cortez; São Luis, MA: FAPEMA, 2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*; Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. *La educación superior en los países en desarrollo: Peligros y promesas*. Washington D.C. BIRD/Banco Mundial, 2000.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington D.C. BIRD/Banco Mundial, 1995.

BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder” IN Galvão, Andréia/ BOITO JR, ARMANDO (orgs). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

BRASIL. *Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997*. Regulamenta para o Sistema Federal de Ensino as disposições contidas nos Arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, Parágrafo Único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, 1997a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm. Acesso em: Janeiro de 2014.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 02.02.2012.

_____. *Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2008*, MEC/Inep/Deaes. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/centso/2008/Censo_Superior_2008_Resumo_Tecnico.pdf> Acesso em: 07 dez. 2009.

_____. *Decreto n.º 6.096*, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 25 mai. 2007.

_____. MEC. *Projeto de Lei Nº 7.200*. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino. Brasília: 2006.

_____. MEC *E.M.I.* Nº 026, Brasília: 2004

_____. Lei 10.861. Brasília: 14 de abril de 2004.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira*. Brasília, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira*. Seminário sobre Reforma Constitucional, patrocinada pela Presidência da República, janeiro de 1995, revisada em abril/95.

BUARQUE, Cristovam. “A universidade na encruzilhada”. In: *Seminário Universidade: por que e como reformar*, 2003, Brasília, DF. *Anais eletrônicos* [2003]. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em dezembro de 2010.

CASTANHO, Sérgio. “Globalização, redefinição do Estado Nacional e seus impactos” IN IN LOMBARDI (Org) *Globalização, Pós-Modernidade e Educação*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2003.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: *Democratização do acesso às Instituições do Ensino Superior?* IN *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 125-140, Editora UFPR, 2006.

CARDOSO, Ciro F.S. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Avança Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos*. Brasil, 1998, 332p. (proposta de governo).

_____. *A Arte da Política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, CRISTINA HELENA ALMEIDA DE. “O Prouni no Governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior”. IN *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. “O ESTUDO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: alguns aportes teóricos” IN *V Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís: UFMA, 2011. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/O_ESTUDO_DA_POLITICA_PUBLICA_DE_EDUCACAO_ALGUNS_APORTES_TEORICOS.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

COLLING, Leandro; RUBIM, A. A. C. *Mídia e Eleições Presidenciais no Brasil Pós-Ditadura*. Dia-Logos de la Comunicación, Lima, v. 1, n.69, 2004.

COSTA, Maria Luisa Furlan. “História e políticas públicas para o ensino superior a distância no Brasil: o programa universidade aberta do Brasil em questão” IN *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.45, p. 281-295, março de 2012. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/45/art18_45.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das ideias e nas lutas políticas no Brasil de hoje. In: FÁVERO, O. & SEMERARO, G. (orgs). *Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza*. São Paulo: Moderna, 1999.

CUNHA, Luiz Antonio. “O Ensino Superior no Octênio FHC” IN *Educação e Sociedade*, Campinas, volume 24, n.82, p.37-61, abril 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em janeiro de 2014.

_____. “Nova Reforma do Ensino Superior: A lógica reconstruída”. IN *Cadernos de Pesquisa*. N.101, p.20-49, julho de 1997. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/254.pdf>>. Acesso em janeiro de 2014.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: Daniel Mato (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAGNINO, Renato. *Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação*. Taubaté: Editora Cabral Universitária, 2002. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm>>. Acesso em janeiro de 2014.

DALAROSA, Adair Ângelo. “Anotações à Questão: Para que Estudar História da Educação?” IN LOMBARDI, José Claudinei (org) – *Pesquisa em Educação – História, Filosofia e Temas Transversais* – Ed. Autores Associados, SP – 2000.

_____. “Ciência, Pesquisa e Metodologia na Universidade” IN LOMBARDI, José Claudinei (Org) *Pesquisa em Educação – História, Filosofia e Temas Transversais*. Editora Autores Associados: SP, 2000.

_____. “Globalização, Neoliberalismo e a Questão da Transversalidade” IN Lombardi (Org). *Globalização, Pós-Modernidade e Educação*. Ed. Autores Associados: Campinas, 2003.

DANTAS, Éder; SOUSA JUNIOR, Luiz de. Na contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior. In: 32ª reunião anual da ANPEd. Caxambu-MG, 2009. *Anais...* Caxambu: ANPEd, 2009. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT11-5581--Res.pdf>. Acesso em 27 mar. 2010.

DAVIES, Nicholas. *O financiamento da educação no governo Lula: o ‘ajuste fiscal’ continua*. Rio de Janeiro: UFF, 2003. Disponível em <http://www.uff.br/facedu>. Acesso em janeiro de 2010.

_____. “O Governo Lula e a Educação: A deserção do Estado continua?” IN *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 245-252, abril 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em janeiro de 2014.

DRUCKER, Peter F. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

DUARTE, Newton – “A Pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação” IN *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, 2006. Disponível em <<http://www.perspectiva.ufsc.br>> Acesso em março de 2013.

DYE, T.R. *The policy analysis*. Alabama: The University of Alabama Press, 1976.

ENGELS, Friedrich - “Prefácio de Friedrich Engels à Terceira Edição Alemã de 1885 do “18 Brumário de Luís Bonaparte” IN *A revolução antes da revolução*. Editora Expressão Popular, SP – 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento – contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991.

FERREIRA, Suely. “Reforma da educação superior no Brasil e na Europa: em debate novos papéis sociais para as universidades”. In: 33ª reunião anual da ANPEd. Caxambu-MG, 2010. *Anais*. Caxambu: ANPEd, 2010

FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS – “A política de educação profissional no governo Lula: um processo histórico controvertido” IN *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005 1087. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em Janeiro de 2014.

FRIGOTTO, CIAVATTA – “Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado” IN *Educação e Sociedade*. Vol.24. nº.82 Campinas, 2003.

GAMBOA, Silvio Sanchez. “O debate da pós-modernidade: as teorias do conhecimento em jogo” IN *Filosofia e Educação (Online)*, ISSN 1984-9605. Revista Digital do Paideia Volume 2, Número 2, Outubro de 2010 – Março de 2011.

GENTILI, Pablo – “Direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina” IN *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 109, set./dez. 2009.

_____. (Org). *Universidades na penumbra – neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001.

GIDDENS, A. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia* / Anthony Giddens; tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. . Rio de Janeiro, RJ: Record, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Caderno 12 (1932)*. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia, jul/dez 1991 (Apresentação, comentários e revisão da Tradução: Paulo Nosella).

_____. *Cadernos do Cárcere*, v.5. *Il Risorgimento – notas sobre a história da Itália*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere*, v.3. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPO ESPECIAL SOBRE EDUCACIÓN SUPERIOR Y SOCIEDAD. *La Educación Superior en los Países en Desarrollo: Peligros y promesas*. 2000. Disponível em <<http://worldbank.org>>. Acesso em janeiro de 2014.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAM, Cristopher; HILL Michael. *The policy process in the modern capitalist state*. Londres, 1993.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IANNI, Octávio – “O Cidadão do Mundo” In Lombardi, Saviani, Sanfelice (Orgs). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

LEHER, Roberto. “Para silenciar os campi” IN *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 867-891, Especial - Out. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. *Reforma Universitária do governo Lula: retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais*. 6 fev., 2004. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/Reforma_universit_governo_LULA.htm. Acesso em Janeiro de 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Progresso/Editora Avante, 1980.

_____. *O Imperialismo, etapa superior do capitalismo*; apresentação: Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza e MARTINS, André Silva. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p.43-67.

LIMA, Kátia Regina de Souza. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

LOJKINE, Jean (2002). *A revolução informacional*. São Paulo: Editora Cortez.

LOMBARDI, José Claudinei. “História e historiografia da educação: atentando para as fontes”. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, história e historiografia da educação* (orgs.). Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, p. 141-176, 2004.

_____. “O público e o privado como categoria de análise da educação? Uma reflexão desde o marxismo”. In: LOMBARDI, José C.; JACOMELI, Mara R. M.; SILVA, Tânia M. T. da Silva. *O público e o privado na história da educação brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. *Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Tese (livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2010.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCENA, Carlos. *HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: possibilidades e perspectivas para a investigação no Histedbr*, 20 jul.2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Carlos_Lucena_artigo.pdf> Acesso em janeiro de 2014.

LUCENA, Pierre. *O que é o Reuni?* Disponível em <<http://acertodecontas.blog.br/atualidades/o-que-o-reuni/>>. Acesso em julho de 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARX K. e ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. (Prólogo de José Paulo Netto). Editora Cortez, São Paulo – 1998.

MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 15. ed. México: Siglo Veintiuno, 1987.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flavio Kothe 3ª. Ed. SP: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

MELLO, Fernando Collor. *O projeto de reconstrução nacional*. Discurso de posse do Presidente da República Federativa do Brasil, em 15 de março de 1990, Brasília, DF. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor/discurso-de-posse/posse-collor.pdf>>. Acesso em janeiro de 2014.

MÉSZÁROS, I. “Ir além do capital”. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *Para além do capital*. Campinas: UNICAMP; Boitempo, 2002.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S.. “A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula” IN *Educar*. Curitiba: Editora UFPR, n. 28, 2006.

MINTO, Lalo Watanabe . *O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90*. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP, Educação, 2005.

_____. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Editora Autores Associados, Campinas – SP, 2006.

_____. “Governo Lula e ‘Reforma Universitária’: Presença e controle do capital no ensino superior”. IN *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1246-1249, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em julho 2013.

NETTO, José Paulo. “Relendo a teoria marxista da história”. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei. SANFELICE, José Luís (orgs.). *História e história da educação*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, p. 50-64, 1998.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. “O Brasil do Século XXI – Propostas Educacionais em Disputa” IN Lombardi e Sanfelice (orgs) - *Liberalismo e Educação em Debate* – Ed. Autores Associados, Campinas-SP, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OTRANTO, Celia Regina. “Desvendando a Política Da Educação Superior do Governo Lula” IN *Revista Universidade e Sociedade*. ANDES-SN, ano XVI, nº 38, jun/2006.

ORSO, Paulino José – “Neoliberalismo: Equívocos e Consequências” IN Lombardi e Sanfelice (Org) - *Liberalismo e Educação em Debate* – Ed. Autores Associados, Campinas-SP, 1997.

_____. “Os desafios do conhecimento e o método da pesquisa científica” IN *Educação Temática Digital*, Campinas, v.5, n.1, p.25-39, dez. 2003.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRONKO, Marcela. “A comparação histórica e a história do que não foi: desafios para a pesquisa histórica em América Latina”. In: *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*, Belo Horizonte: ANPHLAC, FAFICH, UFMG, 2003.

SANFELICE, José Luís. “Pós-Modernidade, Globalização e Educação” IN Lombardi (Org) – *Globalização, Pós-Modernidade e Educação* – Ed. Autores Associados, Campinas – SP, 2003.

_____. “O Modelo Econômico, Educação, Trabalho e Deficiência” IN Lombardi, José Claudinei (Org). *Pesquisa em Educação – História, Filosofia e Temas Transversais* – Ed. Autores Associados, SP – 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. *A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova*. Coimbra (PT): Almedina, 2008. Disponível em <<https://ape.unesp.br/pdi/execucao/artigos/universidade/AUniversidadenoSeculoXXI.pdf>> Acesso em janeiro de 2014.

SANTOS, Milton - *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro, Record, 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

_____. *Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional*. 2ª. Edição, revisada e ampliada Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *A filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação*. Petrópolis – RJ : Vozes, 1997.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1973.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. – *Política Educacional* – 3ª Edição. Editora DpeA, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA C. C. (2005) *Banco Mundial em Foco: Um Ensaio Sobre sua Atuação na Educação Brasileira e nas dos Países que Integram a Iniciativa Via Rápida na América Latina*. Ação Educativa. Julho 2005. Disponível em <www.controlesocial.org.br>. Acesso janeiro 2014.

SILVA, Luís Inácio Lula da Silva. *Carta ao povo brasileiro*. 2002. Disponível em: <http://www.pt.org.br>. Acesso em: dez 2010.

SILVA JÚNIOR, João Reis; SGUISSARDI, Valdemar. “Reforma do Estado e Reforma da Educação Superior no Brasil”. In: SGUISSARDI, Valdemar. (Org). *Avaliação Universitária em Questão: Reformas do Estado e da Educação Superior*. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. *Reconfiguração da educação superior no Brasil e redefinição das esferas pública e privada nos anos 90*. In: 20ª reunião anual da ANPEd. Caxambu-MG, setembro de 1997. Anais... Caxambu: ANPEd, 1997b. P.135.

_____. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil – Reforma do Estado e Mudança na Produção*. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

_____. “Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores à distância: implicações políticas e teóricas”. IN *Revista Brasileira de Educação*, nº 24, Set, Out e Nov, p.78-94, 2003.

SILVA, Sidney Reinaldo. *Gestão da Educação nos anos 90: equidade e conservadorismo*. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (org.) *Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises*. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

SOUSA, José Vieira de. *Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado?* In: 32ª reunião anual da ANPEd. Caxambu-MG, outubro de 2010. *Anais...* Caxambu: ANPEd, 2010.

SOUZA, Paulo Renato. *Enfrentar e vencer desafios*. MEC. SESU. Brasília, DF, 2000.

TRINDADE, Hégio. (Org). *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. 3ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação no Brasil: A Organização Escolar – 15ª Edição*, Ed. Autores Associados, São Paulo, 1998.

UNESCO. *Manifesto de México*, 2005. Disponível em <www.unesco.org>. Acesso em janeiro de 2014.

VALENTE, Ivan e ROMANO, Roberto. PNE: Plano Nacional de Educação ou Carta de Intenção? IN *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002.

WARDE, Miriam Jorge. “O papel da pesquisa na Pós-Graduação em educação.” IN *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (73), maio 1990. P. 67-75.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo a renovação do Materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SITES ACESSADOS

Biblioteca da Presidência da República

Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>

Acesso em 28 de março de 2013.

Domínio Público

Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>.

Acesso em 1 de junho de 2013.

HistedBr

Disponível em <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>>

Acesso em 3 de janeiro de 2014.

Portal da Câmara dos Deputados

Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>>

Acesso em 28 de março de 2013.

Navegando na História da Educação Brasileira

Disponível em <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>

Acesso em 29 de março de 2013

Nações Unidas no Brasil

Disponível em <<http://www.onu.org.br>>

Acesso em 30 de março de 2013.

Bolsa Permanência

Disponível em <http://permanencia.mec.gov.br/>.

Acesso em 15 de julho de 2013.

Plataforma Democrática

Disponível em <<http://www.plataformademocratica.org>>

Acesso em 31 de março de 2013.

Presidência da República

Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/>>

Acesso em 15 de julho de 2013.

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Disponível em <<http://reuni.mec.gov.br/>>

Acesso em 11 de outubro de 2013.

Universidade Aberta do Brasil

Disponível em <<http://www.uab.capes.gov.br/>>

Acesso em 3 de janeiro de 2014.

TESES CONSULTADAS

ALENCAR, Edson Rildo Penha. *Ensino Superior no Brasil: entre o estado e o mercado*. (Tese de Doutorado). São Paulo: PUC-SP, Educação, 2011.

ARANDA, Maria Alice de Miranda. *O Significado do princípio da participação na política educacional brasileira nos anos iniciais do século XXI: O Declarado no PPA “Brasil de Todos (2004-2007)”*. (Dissertação de Mestrado). Campo Grande: UFMS, Educação, 2009.

ARAÚJO, Rhoberta Santana. *A Implantação do REUNI na universidade federal do Pará: um estudo de caso do campus universitário de Altamira*. (Dissertação de Mestrado). Belém: UFPA, Educação, 2011.

AVILA, Sueli Fátima Ourique. *Mercantilização do Ensino Superior: as consequências das mudanças produtivas para os docentes do Ensino Superior*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ, Políticas públicas, 2010.

CARDOSO, Priscilla Gama. *Público e privado na Educação Superior: uma análise da homeopática contrarreforma universitária no Brasil (1995-2010)*. Rio Claro: UNESP, Educação, 2011.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. *A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): Ruptura e/ou Continuidade?* (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, Ciência Econômica, 2011.

CARVALHO, Elaci Costa Ferreira. *A Privatização/mercantilização da educação superior brasileira no contexto do sistema do capital e da sua crise estrutural*. (Dissertação de Mestrado). Maceió: UFAL, Serviço Social, 2010.

CATTANI, Álvaro Cesar. *A Influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais para a educação superior no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Curitiba: PUCPR, Educação, 2006.

COELHO, Sintia Said. *A expansão do ensino superior pós LDBEN: Territórios disputados*. (Dissertação de Mestrado). Petrópolis: UCP, Educação, 2010.

COLLEONI, Cristini. *A Educação superior no contexto do PROUNI*. (Dissertação de Mestrado). Cascavel: UNIOESTE, Educação, 2012.

DIAS, Angélica Karla Marques. *A expansão do Ensino Superior privado no Amazonas, no período de Fernando Henrique Cardoso*. (Dissertação de Mestrado). Manaus: UFAM, Educação, 2006.

FREITAS, Patrícia Lucias Vosgrau. Educação superior brasileira no período de 1998-2007: propostas, metas e diretrizes. Outro olhar sobre os mesmos problemas. Curitiba: UFPR, Educação, 2010.

ILBRANTE, Janete. *A reforma da educação superior nos governos FHC e LULA e a formação para a cidadania*. Curitiba: UTP, Educação, 2008.

LIMA, Kátia Regina de Souza. *Reforma da Educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: UFF, Educação, 2005.

MAIA, Maria Zoreide Britto. Expansão da educação superior a distância no Brasil: o caso da Universidade do Tocantins. (Tese de Doutorado). Goiânia: UFG, Educação, 2011.

MARCONDES FILHO, Cláudio “*O modelo europeu do Centro de Recursos para el Aprendizaje y la Investigación (CRAI) e as bibliotecas universitárias brasileiras: convergências e divergências*”. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, 2008.

MARQUES, Maria Ines Correia. UFBA na Memória: 1946-2006. (Tese de Doutorado). Salvador: UFBA, Educação, 2005.

MEDEIROS, Simone. *Políticas de educação à distância na formação de professores da educação básica no Governo Lula da Silva (2003-2010): embates teóricos e políticos de um campo em disputa*. (Tese de Doutorado). Goiânia: UFG, Educação, 2012.

OLIVEIRA, Cristiane Pereira Melo. *Programa Universidade Para Todos: a percepção dos estudantes de uma universidade de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: UNICID, Educação, 2012.

PERES, Claudio Afonso. *O público e o privado no ensino superior brasileiro: do regime militar (1964-1984) ao governo FHC (1995-2002)*. (Dissertação de Mestrado). Cascavel: UNIOESTE, Educação, 2009.

PIRES, Aparecida Carneiro. *A Relação entre diversificação e diferenciação institucional nas políticas de gestão da educação superior nos anos de 1996 a 2006*. (Dissertação de mestrado). Uberlândia: UFU, Educação, 2007.

RODRIGUES, Viviane de Souza. *O REUNI como estratégia da contra-reforma da educação superior*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFF, Educação, 2011.

SANTOS, Bruno Lima Patrício. Ampliação do Acesso ao Ensino Superior do Governo Lula: tenuidade entre a democratização e a privatização. (Dissertação de Mestrado). Niterói: UFF, Educação, 2010.

SILVEIRA, Zuleide Simas. *Concepções de Educação Tecnológica na Reforma da Educação Superior: finalidades, continuidades e rupturas (1995-2010) – Estudo comparado Brasil e Portugal*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFF, Educação, 2011.

SOUZA, Andrea da Silva Quintanilha. *Autonomia universitária ou liberalização do mercado de ensino superior brasileiro? A Política educacional superior do governo FHC*. Dissertação (Mestrado). Natal: UFRN, Educação, 2004.

VALLE, Marcos José. *Política pública de acesso ao Ensino Superior ou privatização?* (Dissertação de Mestrado). Curitiba: UTP, Educação, 2006.

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
1	POLÍTICAS EDUCACIONAIS, PRIVATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E AÇÃO SINDICAL	ACÁCIA APARECID A BRINGEL	M	2002	GO	UFG	Analisar a relação entre as privatizações e as universidades brasileiras	Não especificado	Ação Sindical, políticas de privatização e as políticas educacionais	Não especificado	A privatização delega ao setor privado responsabilidades públicas, com estratégias de descentralização estatal e reforma cultural, e amplia ainda mais a concentração do poder econômico e do saber.	Educação
2	A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: CRÍTICA MARXISTA AO PROUNI	ADRIANA DE MENDONÇ A COSTA	M	2011	AL	UFAL	Analisar, por meio de pesquisa bibliográfica das obras de Marx, Engels , Mezáros, Ivo Tonet, Vera Lúcia Jacob, dentre outros autores, a influência do capital na criação de políticas públicas destinandas ao ensino superior.	Materialismo Histórico Dialético	PROUNI	Análise dos organismos internacionais, tais como Unesco, Banco Mundial e FMI	A transferência de recurso financeiro do setor público para o privado, apontando o procedimento de sucateamento do setor público da educação superior como uma das consequências.	Educação
3	SISTEMA CONFEF/CREFS: A EXPRESSÃO DO PROJETO DOMINANTE DE FORMAÇÃO HUMANA	ADRIANA MACHADO PENNA	M	2006	RJ	UFF	Analisar a realidade da atual formação do trabalhador de Educação Física no Brasil, tomando por base o avançado processo de mercadorização da EF como um dos elementos que impulsionam as ações do sistema CONFEF/CREFs.	Não especificado	Educação Física e o mercado	Entrevistas semi-estruturadas com diretores e coordenadores responsáveis por quatro instituições de ensino superior no RJ	Conduzida pelas expectativas do mercado, a escola caracteriza-se enquanto local para a produção de consumidores em busca de serviços ligados à promoção da qualidade de vida e prevenção da saúde; serviços estes, cada vez mais, oferecidos exclusivamente pelo mercado.	Educação
4	A NEGAÇÃO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO FEDERAL (2003-2008) E DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2007)	ADRIANO MOREIRA	M	2009	SP	UNESP	Investigar se a política educacional para o ensino superior do Governo Federal conduz a uma perda de autonomia pelas universidades públicas e se a política para o ES do Governo de SP se apresenta em consonância com a política do Governo Federal	Materialismo Histórico Dialético	Leis, decretos, MP's, portarias e editais do PDE, diplomas legais, documentos de órgãos governam., não-governam. e de organismos intern.	Análise documental	As iniciativas do PDE para o ensino superior agredem a autonomia das universidades públicas, a qual subordina universidades públicas aos interesses do setor produtivo. As iniciativas do governo paulista seguem a mesma tendência da política federal.	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
5	O LADO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM MODELO PARA VIABILIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO EDUCATIVO	ADRIANO SAVASTANO DE SANT'ANNA	M	2005	SP	USP	Desenvolver um modelo de fundo de financiamento educativo privado e auto-sustentável para o ES, estruturado em função de três atividades financeiras : captação de recursos, análise de crédito e gestão financeira.	Metodologia hipotético-dedutiva	Fundos de financiamento para a Educação Superior	Pesquisas Qualitativas	Dada a conjuntura financeira nacional de elevadas taxas de juros, são evidenciadas: a necessidade de utilização expressiva de recursos sem custos levantados com doações e a importância do apoio financeiro público aos fundos de financiamento educativo.	Administração
6	A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)	ALCIVAM PAULO DE OLIVEIRA	D	2007	PE	UFPE	Compreender as relações entre o público e o privado	Triangulação de Métodos	Governo Lula	Discussão dos conceitos de público e privado, bem como	Como constatação principal, verificou-se que a relação entre público e o privado se caracteriza pela interpenetração, ambigüidade e contradição dialética entre temas, interesses e setores.	Educação
7	O PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: UM BALANÇO DO PERÍODO 1988-2008	ALDERLANDIA DA SILVA MACIEL	D	2010	SP	UNIMEP	Explicar o percurso do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a partir de sua inclusão no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 até 2008.	Não especificado	Governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva	Dados estatísticos sobre ensino, pesquisa, extensão	A legislação pós-LDB através de decretos criou os polêmicos Centros Universitários e abriu um leque de opções para a organização das IES, sem, contudo, considerar-se a pesquisa e a extensão como funções que aliadas ao ensino cumpriam o dispositivo constitucional.	Educação
8	ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS NO BRASIL	ALDO ROBERTO BOOSE	M	2009	RS	UNISC	Analisar a relação entre o crescimento acelerado das instituições privadas de ensino superior no país e a política educacional do governo federal no período 2001 – 2005	Não especificado	Fernando Henrique Cardoso; Governo Lula	Análise dos documentos pertinentes do governo federal (dados do MEC e INEP), a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação	O crescimento das IES de ES foi resultado de uma política do GF, implantada pelo governo FHC e ampliada pelo Governo Lula, de incentivo e ampliação do crédito educativo, o que ampliou as vagas nas IES privadas. Ao mesmo tempo, as IES públicas, sofreram restrições nos seus orçamentos e dificuldade na reposição e ampliação dos seus quadros docentes e técnicos administrativos, o que provocou um congelamento na expansão de vagas.	Desenvolvimento Regional

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
9	REFORMA (NEOLIBERAL) DA UNIVERSIDADE NO BRASIL: UM DISCURSO (RE)VELADOR	ALEXANDRE FLEMING VASQUES BASTOS	M	2007	AL	UFAL	Demonstrar a relação da atual reforma da universidade, no interior das políticas neoliberais em curso no Brasil a partir da década de 90	Análise do Discurso e Materialismo Histórico Dialético	Analisar os discursos materializados em textos dos ministros da Educação de 2003 a 2006	Proposta de reforma universitária que vem sendo desenvolvido para o conjunto do ensino superior brasileiro	Não especificada	Educação
10	O DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, NO NÍVEL DE GRADUAÇÃO, NO CONTEXTO DO PLANO DE REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO	ALINE CARLA AFONSO PEREIRA	M	2002	BA	UFBA	Compreender o comportamento do setor de educação superior no nível de graduação, no Brasil, no contexto do Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995.	Não especificado	Reforma do Estado da Bahia em 1995	Estudo exploratório descritivo	Destaca-se a retração dos investimentos no setor de educação superior em decorrência do esforço na políticas de ajuste fiscal	Administração
11	AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE HISTÓRIA (1996-2002)	ALIX PINHEIRO SEIXAS DE OLIVEIRA	M	2005	SP	UNES A	Investigar a relação entre as políticas educacionais pautadas nas Diretrizes Curriculares (CNE/CES) e na Avaliação (INEP), desenvolvidas entre 1996 e 2002, e a concepção docente da formação do profissional de História	Deluiz, Gonzalez, Frigotto, Kuenzer, Campos, Zeichner, Schön, Giroux, Alarcão, Tardif, Fonseca,	Documentos originários do MEC e INEP voltados para a graduação em História	Natureza qualitativa	Expressivas divergências entre as posturas dos docentes do Ensino Superior pesquisados e os documentos que regem seu curso de Graduação; exibiram profundas polêmicas quanto ao caminho a seguir em relação à formação de professores	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
12	ENSINO SUPERIOR COMO ATIVIDADE EMPRESARIAL E O CIDADÃO MÍNIMO NO BRASIL: O PESO DA MÃO LIBERAL E A MARCA DE UMA ALIANÇA NÃO VISÍVEL. UMA ANÁLISE DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO A PARTIR DOS DILEMAS QUE ENVOLVEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS	ALLAN ARONI	M	2008	SP	USP	Analisar o essencial das políticas destinadas ao Ensino Superior no Brasil, principalmente as implantadas no século XX e início do XXI, tendo em vista a persistência dos dilemas e desafios que permeiam os comportamentos e as ações sociais no país	Não especificado	Leis, decretos, relatos, e registros	Pesquisas bibliográficas e documentais	Na ausência de uma transformação ampla desse quadro, a lógica que tem pautado as políticas no Brasil continuará respondendo a um projeto de país subordinado, contrário aos interesses da sociedade e, portanto, de nada adiantando tal ou qual política sem a consideração da "força das coisas" na sua totalidade e a sua aceitabilidade interna	Educação
13	A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	ALVARO CESAR CATTANI	M	2006	PR	UFPR	Analisar a influência dos organismos internacionais nas Políticas Educacionais para o ensino superior no Brasil	Não especificado	FHC e LULA	Documentos produzidos pelos organismos intern. e, na sequência, avaliação da bibliografia	Observamos um paralelo entre as condicionalidades sugeridas pelos organismos internacionais e as políticas educacionais atuais	Educação
14	DISCURSOS SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: SOCIEDADE INDUSTRIAL, SOCIEDADE DO CONHECIMENTO OU ECONOMIA DO CONHECIMENTO	ANA MANUELLA TAVEIRA SOARES	M	2011	RJ	UFRJ	Discursos sobre Educação Superior no Brasil: Sociedade Industrial, Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento	Não Especificado	Não Especificado	Não Especificado	Não Especificado	Química Biológica
15	AS INFLUÊNCIAS DO GOVERNO FHC NA CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA HEGEMONIA DO ESTADO E SEUS REFLEXOS NA ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS	ANA MARIA ANDRADE DE OLIVEIRA MELO	D	2004	SP	USP	Estudar, no governo FHC, a construção e disseminação da hegemonia do Estado na concepção, desenvolvimento e avaliação dos Cursos de Comunicação Social no Brasil	Não especificado	Curso de Comunicação Social no Governo FHC	Interpretação documental e entrevistas	A falta de controle das ações gerou corrupção e tráfico de influência nas Comissões de Especialistas.	Ciências da Comunicação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
16	AVALIAÇÃO ACADÊMICA INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE: CONHECENDO E TRANSFORMANDO O ENSINO SUPERIOR	ANA MARIA COELHO PEREIRA MENDES	D	2003	SP	USP	Analisar o impacto das avaliações institucionais e seus efeitos sobre a universidade	Não especificado	Avaliações implementadas pelo MEC	Os modelos de avaliação são analisados com a busca nacional de suas políticas, referenciados nos teóricos que argumentam em defesa ou contra a avaliação.	Os resultados apresentados ancoram-se em uma avaliação participativa no contexto da IES e servem de parâmetro para consubstanciar a hipótese de que toda avaliação participativa promove mudança / transformação na instituição que se propõe a realizá-la.	Serviço Social
17	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E O SISTEMA UNIVERSITÁRIO FEDERAL: A ÉTICA DEFORMADA DO PATRIMÔNIO	ANA MARIA COSTA AMOROSO LIMA	D	2006	RJ	UFRJ	Analisar as metamorfoses restauradoras da Administração Pública brasileira e sua influência na constituição, organização e funcionamento das Universidades Federais	Não especificado	Patrimonialismo na gestão das Universidades Federais	Análise dos setenta últimos anos das universidades brasileiras e as transformações do Estado neste período	Perpetuação de um Estado patrimonial, sem sombra de dúvida, que só serve aqueles para os quais existe	Serviço Social
18	PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: O REUNI EM MATO GROSSO DO SUL	ANA MARIA DA SILVA	M	2011	MS	UFGD	Analisar os Planos Institucionais, elaborados pelas IFES de MS, com vistas a explicitar suas configurações a partir do Programa REUNI no contexto nacional	Não especificado	REUNI no MS	Pesquisa documental, análise estatística, entrevistas	Não especificado	Educação
19	FINANCIAMENTO PÚBLICO ESTUDANTIL DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS CASOS DO BRASIL E DE PORTUGAL	ANA MARIA GONÇALVES DE SOUSA	D	2008	GO	UFG	Analisar as opções de financiamento público da educação superior para estudantes economicamente carentes no Brasil e em Portugal, a partir da década de 1990	Não especificado	Programas assistenciais dos dois países em questão	Programas nos dois países, bem como das agências internacionais e da legislação dos países	Conclui-se que as políticas de financiamento público estudantil no Brasil e em Portugal ainda não alcançaram o objetivo de possibilitar acesso universal dos estudantes economicamente carentes ao ensino superior	Educação
20	DOMINAÇÃO SIMBÓLICA E DESTINO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	ANA PAULA BELEM HEY	D	2004	SP	UFSCar	A presente pesquisa analisa o espaço de produção acadêmica em Educação Superior no Brasil nos últimos 20 anos	Pierre Bourdieu	Produção acadêmica em Educação Superior no Brasil nos últimos 20 anos	Política pública para o sistema de educação superior brasileiro.	A pesquisa aponta a heteronomia desse espaço acadêmico em relação ao campo político brasileiro.	Educação
21	A EDUCAÇÃO NO BRASIL - O SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E AS COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS	ANDRACI LUCAS VELTRONI ANTIQUE	D	2005	SP	PUCSP	Analisar o papel das agências reguladoras e os programas de pós graduação	Não especificado	Legislação e autonomia dos Estados	Análise do texto constitucional (Direito)	A autonomia das universidades, assim como a competência dos sistemas de ensino, constituem-se clara disposição constitucional que deverão institucionalizar-se, através de um regime de colaboração e não mais hierarquização	Direito

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
22	ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO LULA NA F. DE SÃO PAULO	ANDRÉ ARAÚJO DE ANDRADE	M	2008	PE	UFPE	Análise do discurso da reforma da educação superior no Governo Luís Inácio Lula da Silva, na Folha de São Paulo no período 2004-2006	Michel Foucault	Folha de São Paulo	Governo Lula	Não especificado	Sociologia
23	alde	ANDREA ARAUJO DO VALE	D	2011	RJ	UERJ	Apresentar e examinar a expansão da educação superior privada no Brasil a partir da trajetória de uma instituição de ensino superior específica, tomada como caso exemplar: a Estácio de Sá	Não especificado	Universidade Estácio de Sá	O CFE, os Censos da Educação Superior (INEP), documentos oficiais e das associações que representam o empresariado publicados pela Estácio Participações S.A.	O estudo aponta a financeirização, o sequestro do fundo público como pressuposto da acumulação capitalista e a internacionalização da educação superior	Políticas Públicas e Formação Humana
24	A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR: PARA ALÉM DA REMUNERAÇÃO	ANDRÉA CRISTINA BERLATTO	M	2011	SC	UFSC	Identificar na produção acadêmica, diferentes perspectivas de análise, reivindicações e argumentos em torno do tema	Materialismo Histórico Dialético	Lula	Remuneração, planos de carreira e formação	As práticas capitalistas de realização de valor econômico acabam por determinar os valores culturais presentes na atual sociedade, e, por muitas vezes, o caráter humanizador desfalece para emergir como elemento de degradação.	Educação
25	AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA OU LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO? A POLÍTICA EDUCACIONAL SUPERIOR DO GOVERNO FHC	ANDREA DA SILVA QUINTANILHA SOUZA	D	2004	RN	UFRN	Analisa fatos referentes à política educacional do governo de fernando henrique cardoso (1994 - 2002), especificamente no que toca à educação superior brasileira	Materialismo Histórico Dialético	Governo FHC e a autonomia universitária	Paradigma da autonomia universitária	A autonomia universitária, ligada à idéia de formação, reflexão, criação e crítica, sofre uma metamorfose e passa a ser entendida como liberdade para captar recursos no mercado	Educação
26	A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NOS MEANDROS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: 1988 – 1996	ANDREA DA SILVA QUINTANILHA SOUZA	M	2005	DF	UnB	Desvelar a racionalidade subjacente às leis para a EaD no Brasil no período entre 1988 e 1996 pois apesar do ceticismo e desânimo que, no Brasil alimentamos com relação às leis, elas se configuram em uma importante conquista social	Materialismo Histórico Dialético	EAD no Brasil de FHC - Pós LDB	Análise documental das leis brasileiras que regulamentam a EaD	O texto final da LDB que versa sobre a EaD está impregnado pela orientação neoliberal que recebeu no Senado não apresentando preocupação com a questão da cidadania e da qualidade	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
27	ESTADO E INICIATIVA PRIVADA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	ANDRÉA MEDINA COELI	M	2001	SP	UniFran	Estudo do relacionamento que ocorre entre o Estado e as entidades públicas e privadas que ministram ensino superior	Não especificado	Legislações educacionais, Constituição brasileira de 1988 e diretrizes do MEC.	Não especificado	Não especificado	Direito
28	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO AMAZONAS, NO PERÍODO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	ANGÉLICA KARLA MARQUES DIAS	M	2006	AM	UFAM	Analisar a política educacional do ensino superior no período de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e seus reflexos no Amazonas	Histórico Crítico e Análise de conteúdo	O Ensino Privado no Amazonas	Análise documental	Conclui-se a ausência do tripé – ensino, pesquisa e extensão – essencial na formação crítica de um cidadão; da IES e a consolidação de seu objetivo em formar o cidadão para o mercado financeiro e na obtenção da educação em um negócio, rentável.	Educação
29	UNIVERSIDADES CORPORATIVAS: OPORTUNIDADE OU AMEAÇA AO ENSINO SUPERIOR TRADICIONAL?	ÂNGELO JOSÉ PENNA MACHADO	M	2007	DF	UCB	Analisar o modelo de implantação de universidades corporativas ligadas ao governo federal e verificar se estes órgãos enxergam a educação corporativa como uma nova via de ensino superior ou uma ameaça à qualidade desta educação	Abordagem Qualitativa	Banco do Brasil (UNIBB) e a Universidade do Banco Central (UNIBACEN) no DF	Pesquisas bibliográfica e documental, além de entrevistas semi-estruturadas	Nos modelos analisados, as universidades corporativas, até o presente momento, não representam uma opção de substituição ao ensino superior e sim uma oportunidade de parceria com as universidades tradicionais, que é benéfica para ambas	Educação
30	INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL VERSUS MERCANTILIZAÇÃO	ANNA LUIZA DE CASTRO GIANASI	M	2006	MG	PUC MG	Esclarecer o processo de internacionalização do ensino superior foi feito um estudo da doutrina, legislação e documentos oficiais nacionais e internacionais sobre o tema	Não especificado	Evolução do direito à educação no Brasil, e legislação internacional	Legislação	Não especificada	Direito
31	O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI E A PSEUDODEMOCRATIZAÇÃO NA CONTRA-REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	ANTONIA ROZIMAR MACHADO E ROCHA	D	2009	CE	UFC	Examinar os pressupostos que balizam o PROUNI	Materialismo Histórico-Dialético	Programa Universidade para Todos	Compreensão do PROUNI, em sua materialidade e em seus contornos socioeconômico e político, bem como dos organismos internacionais	A análise confirma nossa tese de que o PROUNI é uma política pseudo-democratizante que visa favorecer a iniciativa privada, e reduz as possibilidades da classe trabalhadora a uma concepção ampliada de educação superior, baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
32	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	ANTONIO CARBONARI-NETTO	M	2005	SP	USM	Discutir o papel da universidade na formação superior do administrador e seu papel no contexto organizacional; os objetivos das diretrizes curriculares; os desafios apresentados pelas propostas, seu conceito de conhecimentos, habilidades e competências na visão de vários autores	Não especificado	Diretrizes curriculares elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Administração da SESu/MEC, de 1999 a 2003	Não especificado	Não especificado	Educação, Adm. e Com.
33	O PAIUB E O “PROVÃO” NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	BENJAMIN XAVIER DE PAULA	M	2005	SP	USP	Estudar a avaliação institucional do ensino superior no Brasil	Não especificado	Décadas de 80 e 90	Legislação federal sobre a avaliação do ES, documentos relatórios e publicações acerca do PAIUB e do “provão” produzidos pelos órgãos oficiais	Não especificado	Educação
34	POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO ANALÍTICO SOBRE AS PRÁTICAS DISCURSIVAS NOS GOVERNOS FHC E LULA	BRUNA TARCÍLIA FERRAZ	M	2006	PE	UFPE	Analisar comparativamente as políticas de avaliação para a educação superior dos governos FHC e Lula	Norman Fairclough (Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO))	Governo Lula e FHC	A Avaliação Superior	Existem convergências e diferenças. Assim: transição de modelos, surgimento de uma outra visão de avaliação e educação, a partir do SINAES. Encontra-se presentes ideais que visam romper com as práticas neoliberais e fortalecer discursos contrários às avaliações impostas, à luz de ideais social-democratas de solidariedade, participação no sentido de construção de uma outra proposta para a ed. superior, com vista à inclusão.	Educação
35	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA: TENUIDADE ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO E A PRIVATIZAÇÃO.	BRUNO LIMA PATRÍCIO DOS SANTOS	M	2010	RJ	UFF	Analisar a política de ampliação do acesso ao ensino superior desenvolvida nos dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva.	Materialismo Histórico Dialético	Governo Lula	Análise dos dados e dos programas do governo Lula	Nas considerações finais, constatou-se que o governo federal falhou diante dos compromissos assumidos para com a política de democratização da educação superior, além de aprofundar seu grau de privatização, tanto pelos benefícios concedidos às instituições privadas de ensino superior quanto na privatização interna das universidades públicas.	Política Social

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
36	PERFIL CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ASPECTO HISTÓRICOS E ATUAIS	CAIO SPERANDE O DE MACEDO	M	2005	SP	PUC SP	Elaborar o panorama das Constituições brasileiras enfocando o tema educação	Não especificado	Constituições brasileiras e Autonomia Universitária	Busca pela concepção de educação	Defendendo como política de Estado de bem-estar social, dar efetividade ao nosso arcabouço Constitucional Educacional, promovendo o acesso efetivo da população à Educação e mormente à Educação Superior, esta conjugada com a necessária Autonomia universitária e atributos inerentes, como vital contribuição no projeto de desenvolvimento socioeconômico do país, selando o “pacto social” defendido pelos fundamentos e objetivos da nossa República	Direito
37	O DISCURSO DE INCLUSÃO NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (2003 – 2008).	CARINA ELISABETH MACIEL DE ALMEIDA	D	2009	MS	UFMS	Analisar como o discurso de inclusão é apresentado no conjunto de documentos referentes à educação superior	Não especificado	Governo Lula	Dados estatísticos e os documentos que constituem os programas para a ES no Brasil, bem como leis que orientam a educação nacional, como a Constituição e a LDB/1996	O discurso de inclusão nas políticas de educação superior vem sendo desenvolvido de forma articulada e com coerência entre seus pressupostos, com ressalvas aos limites impostos pelo sistema capitalista	Educação
38	O CONHECIMENTO DIALOGICAMENTE SITUADO: HISTÓRIAS DE VIDA, VALORES HUMANISTAS E CONSCIÊNCIA CRÍTICA DE PROFESSORES DO CENTRO TECNOLÓGICO DA UFSC	CARLA GIOVANA CABRAL	D	2006	SC	UFSC	Entender por que não houve a feminilização dos cursos tecnológicos	Não especificado	Percepções de ciência e de tecnologia e a incorporação de valores humanistas	Análise histórico-social	Não especificado	Educação Científica e Tecnológica
39	POLÍTICA E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: O CASO DOS INSTITUTOS PARAIBANOS DE EDUCAÇÃO - IPE (1971-1997)	CARLOS ALBERTO JALES COSTA	D	2000	RN	UFRN	Recuperar a história da educação paraibana	Não especificado	Institutos Paraibanos de Educação (IPÊ)	Pesquisa qualitativa em que a Instituição de Ensino Superior é analisada à luz das políticas públicas do Estado brasileiro	O objeto de nossa investigação é sem dúvida um conjunto de cursos que configuram uma entidade privada, resultado da ausência e da omissão do Estado na formulação de políticas públicas	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
40	A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA UMA MAIOR INCLUSÃO SOCIAL	CARLOS WALTER KOLB	M	2003	PR	PUC PR	Analisar a questão da exclusão no ensino superior no Brasil, no momento em que vivemos	Não especificado	Candidatos da UFPR	Perfil dos candidatos da UFPR nos dois últimos vestibulares	Não especificado	Educação
41	OS PROJETOS PEDAGÓGICOS NO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O CASO DA UNIOESTE-PR	CARMEM CÉLIA BARRADAS CORREIA BASTOS.	D	2004	SP	UNICA MP	Compreender a intencionalidade das propostas contidas nos projetos pedagógicos de alguns cursos de graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Abordagem qualitativa, baseada nos pressupostos da fenomenologia	Projetos pedagógicos	Projetos pedagógicos de alguns cursos de graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Não especificado	Educação
42	UNIVERSIDADES OU EMPRESAS? A IDENTIDADE DAS UNIVERSIDADES CONFESSIONAIS FRENTE À COMPETITIVIDADE GLOBAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	CARMEM LUCIA CASTRO DA CRUZ	M	2008	RS	PUC RS	Oferecer elementos para uma compreensão crítica das mudanças sofridas pelo ensino superior no Brasil, principalmente no período iniciado no ano de 1990	Não especificado	Análise comparativa entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e a Universidade Estácio de Sá	Análise documental	Não especificada	Ciências Sociais
43	DESAFIOS PRESENTES NA UNIVERSIDADE: DO ESPELHO DO PASSADO À ALTERNATIVA PARA O FUTURO	CARMEN LUCIA BEZERRA MACHADO	D	1997	RS	PUCC RS	Análise da Universidade Brasileira	Não especificado	Universidades gaúchas de 1989 a 1996	Produção teórica a respeito da própria universidade e dos desafios que ela apresenta.	Não especificado	Educação
44	A FLEXIBILIDADE DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A LÓGICA DA SOCIEDADE GLOBALIZADA: UM ESTUDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE PELOTAS/RS	CASSIANE DE FREITAS PAIXÃO	D	2010	RS	UNISINOS	Investigar a diversificação dos cursos de graduação presenciais de instituições de ensino superior no Brasil	Não especificado	Anhanguera Educacional, Universidade Federal de Pelotas e Faculdade Tecnológica SENAC	Dados quantitativos, documentos elaborados por organismos internacionais; decretos, portarias e leis entre 2000 e 2007; identificação e análise de cursos	Proveniente de um contexto que sofre a intervenção de atores globais, de ditames dos organismos internacionais, poder simbólico dos diplomados e o desenvolvimento sócio-econômico da região	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
45	A DINÂMICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE AS UNIVERSIDADE DO RS	CASSIANE FREITAS PAIXÃO	M	2005	SP	UFRS	Objetivo de analisar as transformações que ocorreram na educação superior ao longo dos anos de 1990	Não especificado	Universidades públicas e particulares do Rio Grande do Sul	Conceitos obtidos por instituições e seus cursos de graduação no ENC, realizados pelo ME, bem como os perfis sócio-econômicos dos alunos	As universidades privadas apresentaram-se como principais responsáveis por essa dinâmica de expansão; enquanto que as públicas procuraram "ajustar-se" à nova demanda da sociedade e do mercado	Sociologia
46	A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO: LIBERALIZAÇÃO OU MERCANTILIZAÇÃO?	CÁSSIO MALTA SUCCATO	M	2007	MG	PUC MG	Analisar a liberalização da educação superior no âmbito do GATS – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços	Não especificado	Sistema de Solução de Controvérsias da OMC, o Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias	Não especificado	Não especificado	Direito
47	A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR RUMO À EXPANSÃO DO CAPITAL: INTERFACES COM A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	CATARINA DE ALMEIDA SANTOS	D	2008	SP	USP	Investigar a implantação da educação superior na modalidade a distância no Brasil, sua expansão e planejamento, buscando compreender em que medida esse processo está em consonância com a expansão e reestruturação do setor produtivo capitalista	Materialismo Histórico Dialético	BM, ONU para a Educação Ciência e Cultura e Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico	Análise Documental	A informação e o conhecimento, travestidos de possibilidades democráticas, representam interesses voltados para o comércio internacional e privatização da educação	Educação
48	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: ASPECTOS DA CIDADANIA FRAGMENTADA	CÉLIA REGINA GONÇALVES MARINELLI	D	2010	SP	UNIM EP	Refletir sobre o princípio da igualdade, a extensão/ampliação do direito à educação	Sociologia-histórica comparada de Bendix	Relatório de Auditoria Operacional, elaborado pelo TCU questionando a consistência e efetividade desse Programa como política pública	Contextualização da educação superior brasileira, posteriormente reconstitui-se a trajetória da proteção social	Reflexões sobre o papel da educação superior nas sociedades capitalistas	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
49	A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO E A CONSTRUÇÃO DA SUA AUTONOMIA.	CELIA REGINA OTRANTO	D	2003	RJ	UFRJ	Investigar a construção da autonomia universitária no interior desta Instituição, no período militar (1964 - 1985)	Não especificado	UFRJ	Atas do Conselho Universitário, Estatutos e Regimentos, Legislação pertinente	A autonomia universitária não é obtida exclusivamente por um dispositivo legal e a autonomia universitária é um processo em construção.	Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
50	UNIVERSIDADE NÃO UNIVERSAL: O ENSINO SUPERIOR PRIVADO SOB A LÓGICA DO CAPITAL	CÉLIO DOS SANTOS VIEIRA	M	2003	SP	UniNov e	Analisar a questão do público e do privado, as políticas do ensino superior, sua expansão e a nova configuração desse setor à luz da LDB/ 9.394/96	Não especificado	LDB 1996, Instituições privadas de Ensino Superior	Análise do ensino superior, da LDB e dos modelos produtivos na educação	Não especificado	Educação
51	IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA NO BRASIL: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS	CELZO ZILBOVICI US	D	2007	SP	USP	analisar a tendência de mudanças na educação odontológica no Brasil em face à necessidade de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação em odontologia, aprovadas em 2002	Teoria crítica da educação	Faculdades de Odontologia	Análise quantitativa dos obtidos pelo instrumento de avaliação utilizado durante as oficinas realizadas pela Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO)	A Educação odontológica provém de um projeto político e ideológico desta voltado à uma lógica capitalista, predominantemente voltada a classes dominantes numa perspectiva de tecnicismo direcionado à prática individual e mercantil da profissão	Ciências Odontológicas
52	O IMPACTO DO PENSAMENTO NEOLIBERAL SOBRE A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	CÉSAR CANDIOTTO	M	2000	PR	PUC PR	Estudar os fundamentos político-filosóficos do neoliberalismo e os fundamentos teórico-educacionais da teoria do capital humano que impactaram a institucionalidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)	Não especificado	A Reforma do Estado brasileiro empreendida a partir de 1995, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso	Aspectos do paradigma da Pedagogia da Qualidade Total, medido pelo critério da eficiência/produtividade	A política governamental em relação às IFES caracteriza-se pela descentralização, pela democracia mínima para as políticas educacionais, próprias do pensamento neoliberal; por outro lado, entendendo a universidade pública a partir do valor econômico da educação, o governo identifica o investimento nessas instituições como um gasto que onera o fundo público e aumenta o déficit fiscal.	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
53	SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA DÉCADA DE 1990: O BANCO MUNDIAL E A PRODUÇÃO DO DESEJO IRREALIZÁVEL DE MIDAS	CEZAR LUIZ DE MARI	D	2006	SC	UFSC	Apreender esse processo por meio do estudo da noção “sociedade do conhecimento” e sua relação com as reformas no ensino superior brasileiro na década de 1990	Materialismo Histórico Dialético (Gramsci, Marx)	Documentos do Banco Mundial e dados oficiais dos Ministérios da Educação, Fazenda, Ciência e Tecnologia, que explicitam as políticas científicas	Pesquisa e uma bibliografia que trata do assunto para sua sustentação teórica	A produção de conhecimentos pragmáticos toma corpo por meio dessas políticas, aprofundando uma visão unilateral do sujeito, e a educação recrudescer a função econômica e social. As políticas científicas da década de 1990 consolidam a hegemonia de uma concepção educacional economicista e privatista.	Educação
54	NEOLIBERALISMO E OS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIAS NO BRASIL	CIRO FRANCISCO BURGOS FERNANDES	M	2006	PR	PUC PR	Responder a seguinte questão: qual a relação da proposição dos cursos superiores de tecnologia em termos de caráter, objetivos e formato, com o ideário neoliberal?	Não especificado	Quatro Instituição de Ensino Superior	Coleta de dados o questionário com alunos de Cursos Superiores de Tecnologia, além de estudos documentais e bibliográficos	Cursos em questão têm um perfil de muita afinidade com o ideário neoliberal por se tratar de formação continuada, reprodução do conhecimento para aplicação imediata, aquisição de conhecimento de curta duração, de consumo imediato etc.	Educação
55	A GRADUAÇÃO NOS TRABALHOS DA ANPED (1996-2003).	CLARA BRENER MINDAL	D	2006	SP	PUC SP	Construir um mapa dos principais aspectos abordados nos estudos sobre graduação com base nos textos apresentados nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd),	Não especificado	Textos da Anped sobre graduação	Análise de 163 textos publicados entre 1996 e 2003	A produção que focaliza aspectos da graduação, apesar de aumentar no período, tende a diminuir nos últimos anos, ao contrário dos textos que abordam a formação do professor para o ensino superior que evidenciam crescimento. Encontrou-se maior incidência de estudos sobre licenciaturas e menor sobre cursos de bacharelado, assim como recorrência de estudos sobre alguns cursos como os de Pedagogia e Matemática. O campo de pesquisa sobre os alunos, investigações sobre qualidade e condições de trabalho dos professores, e substitutos são praticamente ignoradas na produção acadêmica.	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
56	PERFIL DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS PROGRAMAS DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO NORDESTE DO PAÍS	CLARA VIRGINIA VIEIRA CARVALHO OLIVEIRA MARQUES	D	2010	SP	UFSCar	Estabelecer o perfil dos cursos de Licenciatura em Química das Instituições Públicas de Ensino Superior da região nordeste do Brasil	Metodologia de redes sistêmicas (Pesquisa qualitativa)	Graduação em Química no Nordeste. Projetos Políticos Pedagógicos e as Matrizes Curriculares de 16 cursos de Licenciatura em Química da região nordeste	Análise documental e análise de conteúdo de entrevistas e questionários semi estruturados.	Portanto, o perfil dos cursos estudados ainda não se apresenta igual ao que é preconizado nos novos paradigmas da educação brasileira para formação de professores.	Química
57	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NO LIMAR DO SÉCULO XXI	CLAUDIA GONÇALVES DE LIMA	D	2010	CE	UFC	Análise da reestruturação da educação superior no Brasil com base na década de 1990	Não especificado	Educação Superior nos Governos FHC e LULA	Não especificada	Transformação do Estado em um Estado forte para o capital e mínimo para ao menos atenuar a profunda crise social que ora se vivencia. Apesar desse quadro, o governo que se inicia a partir de 2003, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva interrompe esse ciclo, e promove uma mudança de rumos que altera à lógica ditada anteriormente e recupera a Universidade como bem público de interesse social e promove a maior expansão das Universidades Federais de toda a historiografia brasileira.	Educação
58	REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E A RESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS DO GRANDE CAPITAL PARA OS PAÍSES DE CAPITALISMO PERIFÉRICO E O IDEÁRIO DA DEMOCRATIZAÇÃO DOS DIREITOS	CLAÚDIA GONÇALVES DE LIMA	M	2006	CE	UFC	Compreender a reforma da educação superior no contexto do governo FHC	Não especificado	Educação superior no Brasil definida e organizada pelo BM para os países de capitalismo periférico	Análise documental	A reestruturação da educação superior e a mudança na produção da ciência brasileira, como uma intervenção consentida e realizada pelas autoridades educacionais orientadas pelas agências multilaterais, no contexto da universalização do capitalismo, direcionadas por uma razão instrumental, que se constitui no epicentro de um processo de mercantilização do trabalho	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
59	AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ENFERMAGEM SOB A ÓTICA DIALÓGICA DE FREIRE	CLAUDINIE TE MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA VASCONCELOS	D	2011	SC	UFSC	Compreender qual o significado da avaliação do pro-cesso ensino e aprendizagem para discentes e docentes de um curso de graduação em enfermagem	Teórico-metodológico de Paulo Freire e adaptadas ao objeto dessa pesquisa como “Rodas de Cultura	Graduação em enfermagem	Onze Rodas de Cultura, sendo seis rodas com os discentes e cinco com os docentes	É essencial que haja comunicação mediada pelo processo dialógico, pois estes vão possibilitar uma via de expressão de suas necessidades, dado a subjetividade e subjetivação da avaliação	Enfermagem
60	O PÚBLICO E O PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: DO REGIME MILITAR (1964-1984) AO GOVERNO FHC (1995-2002)	CLAUDIO AFONSO PERES	M	2009	PR	UNIOESTE	Identificar o papel histórico do Estado brasileiro com relação ao financiamento e à manutenção do ensino superior, considerando a conjuntura política e econômica nos dois momentos em apreço	Materialismo Histórico-Dialético	Reformas da ditadura ao governo FHC	Reformas, da legislação, autores clássicos e contemporâneos, documentos oficiais	Considera-se como um grande problema para a classe trabalhadora do país o fato de que o percentual de instituições privadas de ensino superior tenha chegado ao índice de 89% no ano de 2006. Com efeito, já no final do Regime Militar, em 1985, esse índice já era de 73%.	Educação
61	FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO EM PROSPECTIVA: A GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL NO QUARTO DE SÉCULO	CLAUDIO ANTONIO TORDINO	D	2009	SP	USP	Análise da formação profissional em Administração	Abordagem Qualitativa	Cursos de Administração	Pesquisa bibliográfica, ao recorrer à produção intelectual	Não especificado	Educação
62	O ENSINO SUPERIOR: QUESTÕES, DILEMAS E TENDÊNCIAS	CLAUDIO DE SALVO OLIVEIRA	M	2004	MG	UFMG	Interpretar as mudanças que ocorrem na organização das atividades acadêmicas e o impacto destas sobre os perfis de orientações profissionais	Não especificado	Não especificado	Valores burocráticos, acadêmicos e de mercado, e da coexistência destes valores nas universidades e os tipos de compromissos ou vocações associados a ele	Não especificado	Sociologia
63	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI: ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E QUALIFICAÇÃO. PARA QUE?	CLEVERSON MOLINARI MELLO	M	2007	PR	UTP	Analisar o Programa Universidade Para Todos – PROUNI, enquanto política pública de acesso ao ensino superior	Não especificado	PROUNI	Estado na sociedade capitalista, a influência da globalização, do neoliberalismo e dos organismos internacionais, nas políticas públicas educacionais	Não resolver o problema da democratização do acesso, acabou por gerar mais problemas, pois, ao privilegiar o setor privado, o Estado retrata sua preocupação com os interesses imediatos dos agentes do mercado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
64	EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NA BAHIA PÓS-LDB/96: EXPANSÃO E FINANCIAMENTO 1995/2009	CRISPINIAN O CARNEIRO DE OLIVEIRA	D	2011	BA	UFBA	Estudo da economia da educação com foco nas políticas educacionais, tendo em vista a expansão e o financiamento da educação superior no Brasil	Não especificado	Educação superior na Bahia	As teorias do capital humano e capital social, objetos da economia da educação, foram tomadas como embasamento teórico	As conclusões do estudo sobre a expansão e financiamento da educação superior no estado da Bahia indicam que o que ocorreu neste estado é um reflexo do que aconteceu nos cenários nacional e internacional, ou seja, o que ocorreu na Bahia não foi um fato isolado, mas sincrônico com os eventos nas áreas nacional e internacional	Educação
65	NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O REUNI COMO ESTRATÉGIA DO GOVERNO LULA E DA BURGUESIA BRASILEIRA PARA SUBORDINAR A UNIVERSIDADE FEDERAL À LÓGICA DO ATUAL ESTÁGIO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL.	CRISTIANA MARIA DE PAULA	M	2009	RJ	UFF	Identificar os interesses particulares ou específicos da burguesia nacional e dos organismos interacionais, bem como suas possíveis inter-relações e materializações no REUNI.	Materialismo Histórico Dialético	Propostas de educação superior das frações da burguesia brasileira e dos organismos internacionais ou capital financeiro (Banco Mundial e UNESCO)	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	Frações da burguesia brasileira, presentes no cenário da reforma, se alinham com os organismos internacionais em torno de um modelo flexível de educação superior, sendo que os principais interesses que se convergem se materializam no REUNI	Educação
66	AS DIRETRIZES DO BANCO MUNDIAL PARA O ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	CRISTIANE GUERREIRO AGUIAR	M	1998	RJ	UFRJ	Demonstrar a íntima ligação entre a ideologia neoliberal de desregulamentação do estado e orientação das políticas sociais públicas as demandas do mercado e as diretrizes propostas pelo BM	Materialismo Histórico-Dialético e Orlandi	La Enseñanza Superior - as lecciones derivadas de la experiencia (Banco Mundial, 1995)	Análise de um documento específico	A conclusão a que chegamos é a possibilidade de construção de um projeto contra - hegemônico, na sociedade e na instituição escola, que resgate valores como a ética, a democracia, a solidariedade.	Educação
67	PENSAMENTO PÓS-MODERNO E EDUCAÇÃO NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL	CRISTIANE MARIA MARINHO	D	2008	CE	UFC	Elaborar uma crítica ao pensamento pós-moderno e a sua categoria central da diferença apresentando-os como expressões ideológicas da produção material dessa crise, demonstrando criticamente suas reflexões e seu impacto ideológico na Educação	Materialismo Histórico Dialético	Pensamento pós-moderno e a educação em Lyotard e Vattimo	Análise documental	O resultado da pesquisa demonstra que o pensamento pós-moderno e sua influência sobre a educação expressam o movimento e os interesses do capital contemporâneo na sua crise estrutural, mas também contribuiu com avanços e possibilidades emancipatórias.	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
68	A POLÍTICA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (1995-2008): RUPTURA E/OU CONTINUIDADE?	CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO	D	2011	SP	UNICAMP	Compreender a relação complexa e dinâmica da política pública para a educação superior, entre 1995 e 2008	Análise tridimensional da política (polity, politics e policy) - ECONOMIA	Governo FHC e LULA	Autonomia, centralização do poder decisório, avaliação, formação de professores, flexibilização curricular, expansão e financiamento,	O PROUNI evidencia o processo de realimentação promovido pela dependência das trajetórias percorridas (path dependence). O traço de ruptura e mudança institucional na gestão de Lula consubstanciou-se na lógica da retomada do protagonismo da União na educação superior em curso traduzida no crescimento intensivo e extensivo das IFES. Mais do que isso, sobreveio a mudança, sobretudo no 2º mandato, do padrão de financiamento que combina o acréscimo de recursos às IFES para pessoal, custeio e investimento às verbas destinadas ao alunado do segmento federal	Economia
69	PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A QUALIDADE	CRISTINA ZANETTINI RIBEIRO	M	2010	RS	UFRS	Objetivo encontrar projeções para a Educação Superior nas próximas décadas, levando em consideração a importância da qualidade	Materialismo Histórico Dialético (David Harvey)	UNESCO E OECD	Análise de conteúdo de documentos selecionados, das organizações UNESCO e OECD	Não especificado	Educação
70	O CURSO DE TURISMO DA PUCRS: A TRAJETÓRIA DOS SEUS 38 ANOS DE EXISTÊNCIA - DO BACHARELADO (1972) AO TECNÓLOGO (2010)	DALILA ROSA HALLAL	D	2010	RS	PUCRS	Compreender o percurso institucional do curso de graduação em Turismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), ao longo dos seus 38 anos (1972 – 2010)	História Oral	Curso de turismo da PUCRS	Sentidos e significados atribuídos pelos narradores as suas vivências nesse espaço, nas lembranças e nos esquecimentos.	A história do curso de Turismo da PUCRS representa a história da educação superior em Turismo no Brasil.	História

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
71	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA PARA A NOVA SOCIABILIDADE: ANÁLISE DO “PROJETO VEREDAS” DE MINAS GERAIS	DANIELA MOTTA DE OLIVEIRA	D	2008	RJ	UFF	Analisar as políticas públicas de formação de professores	Materialismo Histórico-Dialético	Formação de professores a distância	Estudo dos seguintes eixos: a) concepção de formação profissional para o trabalho pedagógico; b) conteúdos curriculares propostos; c) articulação entre teoria e prática pedagógica; d) competências atribuídas ao professor das séries iniciais do ensino fundamental.	O projeto pretende formar os novos organizadores da cultura, de acordo com as demandas técnicas, éticas e políticas do capitalismo mundializado; e preparar as novas gerações para ser, pensar e agir de acordo com as exigências do capitalismo contemporâneo, além de prepará-las para a sobrevivência material e para a convivência social. Assumiu-se a pedagogia das competências como diretriz curricular e a transformação social, nos limites do capitalismo: o caminho seria apenas humanizá-lo, ainda que se mantenham intactas a exploração e a dominação que o engendram.	Educação
72	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFRJ: ARGUMENTOS PELA SUA CONSTITUIÇÃO COMO DE TERRITÓRIO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DOS LICENCIANDOS	DANIELA PATTI DO AMARAL	D	2008	RJ	UFRJ	Problematizar, ao longo dos últimos setenta anos, as alterações sofridas na legislação e nos programas de formação de professores através das licenciaturas tanto em instituições públicas como privadas, bem como as políticas internacionais e nacionais para formação docente	Não especificado	Formação de professores nos últimos 70 anos na UFRJ	Analisamos o discurso dos licenciandos ao qual chegamos por meio de um questionário respondido por 126 graduandos	A análise dos discursos revelou que os argumentos pela defesa dos cursos de origem como território de formação não se constituíram suficientemente fortes para que o primado da formação docente ficasse a cargo das escolas e institutos de origem, o que permite concluir que a Faculdade de Educação se configura como território legitimado de formação de professores no âmbito da UFRJ	Educação
73	A EXPANSÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	DANIELE DO SOCORRO REIS CALDAS	M	2009	PA	UFPA	Analisar a política de expansão do ensino superior público por meio de cursos de graduação a distância e como vem ocorrendo sua materialização na Universidade Federal do Pará	Pesquisa quanti-qualitativa	Universidade Federal do Pará	Análise documental	Conclui-se que diante da crise da educação superior, o governo utiliza o ensino a distância com um caminho viável e necessário pra aumentar o acesso e a formação de professores para a educação básica	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
74	FINANCIAMENTO PÚBLICO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	DANILO DE MELO COSTA	M	2010	SC	UFSC	Apresenta e analisa as ações de financiamento da expansão do ensino superior público federal no Brasil	Abordagem Qualitativa	Pró-Reitoria de Graduação, Diretoria de Planejamento e Secretaria Especial de Obras na UFFS; e Pró-Reitoria de Graduação, Secretaria de Planejamento e Pró-Reitoria de Infra-Estrutura na UFSC	Pesquisa documental, bibliográfica, questionários e entrevistas semi-estruturadas	Os gestores de ambas as instituições reconheceram a importância e a grandeza de tais investimentos que tem contribuído para o desenvolvimento não só das universidades como de todo o país.	Administração
75	OS "SENTIDOS" DA CIÊNCIA NO CENÁRIO INDUSTRIAL: A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	DARLAN MARCELO DELGADO	D	2010	SP	UNESP	Compreende o ponto de vista da Confederação Nacional da Indústria sobre as demandas de produção do conhecimento que são consideradas essenciais para as empresas alcançarem a inovação e, especialmente, a superação do hiato tecnológico diagnosticado no país, quando comparado aos países desenvolvidos e às economias emergentes, como as dos países conhecidos como "tigres asiáticos"	Max Weber	Abordar a Educação Superior no cenário pós-implantação do Plano Real no Brasil, mais precisamente, a partir do início da primeira década do século XXI	Foco em dois pontos: I) uma seleção de publicações da Confederação Nacional da Indústria; e (II) uma publicação do Ministério da Ciência e Tecnologia.	Constatou-se a transformação da Universidade no locus privilegiado das demandas empresariais, cumprindo duas funções em relação ao progresso tecnológico: a produção de conhecimento aplicado e a formação de recursos humanos para o cenário da inovação, deslocando sua ênfase tradicional de produção científica crítica para o tópos da cultura empreendedora	Educação
76	AS EXCEÇÕES E SUAS REGRAS: ESTUDANTES DAS CAMADAS POPULARES EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	DÉBORA CRISTINA PIOTTO	D	2007	SP	USP	Analisar a trajetória escolar e a experiência universitária de estudantes de cursos superiores de alta seletividade provenientes das camadas populares	Não especificado.	Alunos da USP	Discutir os sentidos, atribuídos por eles próprios, do ingresso e da permanência no Ensino Superior Público. Entrevistas.	A entrada na universidade pública traz possibilidades que transformam inteiramente suas perspectivas de vida, não sendo o sofrimento a tônica de seus discursos. Além disso, destaca-se a forte presença do trabalho em suas trajetórias de vida, bem como suas percepções sobre a contribuição da escola para seus percursos.	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
77	A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO LULA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO REUNI NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO	DÉBORA SPOTORNO MOREIRA MACHADO FERREIRA	M	2011	MG	UFJF	Análise contextual da contrarreforma da educação superior do governo Lula, a presente pesquisa visa abordar os rebatimentos do REUNI na formação profissional em Serviço Social.	Análise crítico-reflexiva	Curso de Serviço Social e o REUNI	Documental e de campo, empregando-se como coleta de dados entrevistas semiestruturadas com os(as) coordenadores(as) dos cursos de Serviço Social das universidades federais	Não especificada	Serviço Social
78	A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: O TENSIONAMENTO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	DELOIZE LORENZET	M	2011	RS	UPF	Analisar o tensionamento entre o público e o privado nesse processo de expansão da Educação Superior	Não especificado	Plano Diretor da Reforma do Estado (MARE), a LDB/1996, o PNE/2001, PROUNI, REUNI e a Conferência Nacional de Educação de 2010	Mapeamento das características de desigualdade e a necessidade de ampliar a democratização, como também uma releitura do investimento do Produto Interno Bruto (PIB) aplicado à Educação	Não especificado	Educação
79	A GÊNESE E OS MOVIMENTOS DA UNIVERSIDADE: DA CONSTRUÇÃO DA INTELIGÊNCIA DA SOCIEDADE À REPRODUÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O MERCADO	DENISE DE ÁVILA XAVIER	M	2006	MS	UFMS	Compreender, ao longo do processo histórico, entre os termos supra-estruturais da sociedade burguesa, a origem da Universidade e das corporações universitárias, para que melhor se possa entender o significado e a função da Universidade atual	Abordagem qualitativa de caráter bibliográfico	Universidade Brasileira, das origens aos tempos atuais	Análise documental	As transformações que acontecem de forma cada vez mais rápida e acelerada, em todas as dimensões, política, econômica, social e científica, provocam repercussões nas organizações, sobretudo na Universidade	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
80	A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS ANOS 90	DOMINGOS LEITE LIMA FILHO	D	2002	SC	UFSC	Reforma da Educação Profissional no Brasil nos anos noventa e sua implementação nas instituições educacionais públicas	Não especificado	Federal do Paraná	Análise da reforma do Estado e dos efeitos da globalização no Brasil	A reforma da educação profissional se constitui em uma estratégia de utilização de recursos públicos para a desestruturação e empresariamento da instituição pública e para a promoção do mercado privado de educação profissional	Educação
81	A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL E A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO NO PERÍODO 1995-2002: O CASO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DUSCELINO PEREIRA BORGES	M	2005	DF	UnB	Examinar como se equacionou a questão da expansão de cursos de graduação e do orçamento na universidade	Não especificado	UnB	Percepção dos agentes da UnB sobre os caminhos percorridos pela instituição no período 1995-2002	Constatou-se que a Universidade de Brasília, e as IFES de modo geral, conseguiu ampliar seus índices de desempenho no nível de graduação, mesmo diante de um quadro de restrição orçamentária	Sociologia
82	CRISE DA UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	EDINEIDE JEZINE MESQUITA	D	2002	PE	UFPE	Apreender as condições materiais e ideológicas da formação discursiva educacional	Análise do discurso	UnB: políticas governamentais, diretrizes políticas do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e nas práticas extensionistas desenvolvidas nas UFES	Análise documental	A manifestação atual da crise da universidade brasileira tem suas raízes nas relações hegemônicas históricas, não sendo, portanto, somente produto das políticas atualmente implementadas. Sua manifestação concreta se faz, hoje, na prática extensionista de prestação de serviços como venda, impulsionando redefinições no papel social da universidade como instância produtora e socializadora de conhecimentos	Sociologia
83	PERFIL DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS BOLSISTAS DO PROUNI: UM ESTUDO DE CASO NA UNISINOS	EDNALDO DA SILVA PEREIRA FILHO	D	2011	RS	UNISINOS	Descrever, analisar, interpretar e discutir o perfil dos jovens universitários bolsistas do ProUni	Não especificado	Unisinos	Elaboração de um perfil destes bolsistas, onde é destacada a distribuição geográfica dos bolsistas ProUni	Não especificado	Ciências Sociais

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
84	ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE O ESTADO E O MERCADO	EDSON RILDO PENHA DE ALENCAR	D	2011	SP	PUC SP	Busca na trajetória de sua análise histórico-político entender como a educação um “bem público” se tornou uma “commodity” com argumento de “democratização do acesso” por via do setor privado de ensino superior no Brasil	Não especificado	FHC	Não especificada	Estado recusou seu papel de fomentador, controlador, disciplinador e regulador do sistema educacional do ensino superior socialmente aceito em uma verdadeira democracia, em nome de uma modernização do sistema conduzida pelo empresariado do setor	Ciências Sociais
85	FINANCIAMENTO DE BOLSAS DE ESTUDOS PARA O ENSINO SUPERIOR: O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) EM MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 2005 A 2010	EDUARDO HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	M	2011	RS	UFMS	Analisar o PROUNI no Estado de Mato Grosso do Sul entre 2005 e 2010	Materialismo Histórico e Dialético	PROUNI no RS	Legislações ; Dados do Censo da Educação Superior no Brasil e no Estado de MS; Programas de bolsas de estudos, apresentar e analisar Dados e Estatística, disponibilizados pelo MEC	Constatou-se que com a promulgação da LDBEN e posteriormente com a aprovação do PNE, o processo da política expansionista da educação superior se tornou mais acentuada, sobretudo nas IES privadas	Educação
86	A PRIVATIZAÇÃO/ MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO CONTEXTO DO SISTEMA DO CAPITAL E DA SUA CRISE ESTRUTURAL	ELACI COSTA FERREIRA DE CARVALHO	M	2010	AL	UFAL	Estudo do processo de privatização/mercantilização da educação superior brasileira, no contexto do sistema do capital e de sua crise estrutural	Materialismo Histórico Dialético	Reformas no Ensino Superior da Ditadura Militar até Lula	Pesquisa bibliográfica	A superação dessa situação, da crise estrutural que atinge todas as esferas da vida social, só acontecerá com a instauração de outra forma histórica de produção e reprodução social, o que requer a extinção do capital, do Estado e do trabalho alienado.	Serviço Social
87	A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM UBERLÂNDIA, A PARTIR DOS ANOS 90: RACIONALIDADES INTUICIONAIS E MOTIVAÇÕES DISCENTES	ELANE LUIS ROCHA	M	2005	MG	UFU	Trata da expansão do sub-campo da educação superior privada em Uberlândia, a partir da década de 1990	Pierre Bourdieu	Uberlândia na Década de 1990	Entrevistas e documentos produzidos pelas universidades	O negócio da expansão da educação superior privada local mantém a diferenciação institucional, que impulsiona o comércio da ilusão pela empregabilidade e mobilidade social, pela via da aquisição do capital cultural e traz impactos para a cultura local criando novos contornos e regras para a relação entre educação e trabalho na cidade	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
88	DEMOCRATIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA UFSCAR – CAMPUS SOROCABA	ELENITA FERREIRA MEIRA CAMARGO	M	2011	SP	UNISO	Reflexão sobre o processo de democratização do acesso à Educação Superior Brasileira	Não especificado	Análise da década de 1960 até o Governo Lula	Estudo de caso, o da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, implantado no contexto de uma política de expansão formulada pelo Ministério da Educação (MEC).	Avanços na democratização, mas também demonstram que há muito a ser feito e que merece novos acompanhamentos e novos estudos	Educação
89	INVESTIGAÇÃO SOBRE UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE QUALIDADE (GESPÚBLICA) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	ELIANE D'MARTIN FOWLER	M	2008	MG	UNIFE I	Buscou pesquisar o uso de Programas de Qualidade pelas Universidades Federais, com foco no GESPÚBLICA, bem como investigar as motivações e inibições para adesão ao mesmo.	Não especificado	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização GESPÚBLICA	Pesquisar o uso de Programas de Qualidade pelas Universidades Federais, com foco no GESPÚBLICA, bem como investigar as motivações e inibições para adesão ao mesmo.	Cabe ressaltar a posição do Ministério da Educação (MEC), órgão máximo do ensino do país, ao não adotar e também não promover formalmente o uso de um Modelo de Excelência em Gestão de Classe Mundial nas Instituições de Ensino.	Engenharia de Produção
90	CAPITALISMO DEPENDENTE E A DESCONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL	ELISABETH ORLETTI	D	2009	RJ	UFRJ	O trabalho enfocou as políticas de reformulação da educação superior no Brasil	Materialismo Histórico-Dialético	1990-2009	Políticas de reformulação da educação superior no Brasil, no nível de graduação e pós-graduação como também as conexas políticas públicas de Ciência e de	Os países centrais do capitalismo, estrategicamente, procuram interferir nas políticas educacionais dos países de capitalismo dependente para que as políticas de ciência e tecnologia não priorizem pesquisas de ponta, utilizando tecnologias de fora e não o desenvolvimento de tecnologia própria.	Educação
91	EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL - 1979-2001	ELOISA BITTENCOURT FERNANDES	M	2003	MS	UCDB	Verificar e analisar o processo de expansão da educação superior em Mato Grosso do Sul, nas quatro universidades existentes no estado: duas públicas, UFMS e UEMS, e duas privadas, UCDB e UNIDERP	Não especificado	Faculdades de MS	Análise documental e fontes estatísticas do INEP/MEC e do IBGE	A reforma incentivou o crescimento da educação superior privada como forma de atender as exigências do Consenso de Washington, descentralizando as ações do Estado e repassando para a iniciativa privada os serviços considerados não-exclusivos, como as universidades, hospitais, centros de ensino e outros.	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
92	O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: FIOS HISTÓRICOS E DESAFIOS DOCENTES (1999 A 2002)	ELVIRA LOPES PIO PEREIRA	M	2005	RJ	UNES A	Investigar o processo de construção e implementação do PPP do Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (CNS/ISERJ), iniciado na década de 90, bem como as diretrizes de formação de professores que orientaram o projeto do referido curso e, ainda, quais concepções foram apreendidas pelos sujeitos partícipes dessa construção	Saviani, Freire, Deluiz, Zeichner.	Instituto Nacional de Educação entre 1998 e 2002	11 entrevistas semi-estruturadas com professores implementadores do projeto e 18 alunos egressos da 1ª turma formada em dezembro de 2002, constando, também, de análise de fontes documentais e observações de campo	Conclui-se que são inovadores: a licenciatura plena de 4 anos, abrangendo, em nível de graduação, as ênfases em educação especial e educação de jovens e adultos e, fundamentalmente, a prática docente interdisciplinar e investigativa constituindo o elo de integração da educação superior com a escola básica no ISERJ. No entanto, são notórios a descontinuidade de políticas educacionais e seus retrocessos no cotidiano investigado: interrupção de projetos de pesquisa, dissolução da gestão colegiada e o desmonte da prática docente interdisciplinar. Paradoxalmente, o reconhecimento legal do curso (Parecer 200/CEE/RJ) fundamentou-se nos princípios norteadores destas atividades, hoje, interrompidas.	Educação
93	A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO RELACIONADOS À PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA E À QUALIDADE DO ENSINO, 1990-2006	EMIR GUIMARÃES ANDRICH	M	2006	PR	UFPR	Analisar as transformações ocorridas no sistema de educação superior brasileiro no período de 1990 a 2006.	Não especificado	Documentos elaborados pelos organismos multilaterais (Banco Mundial e UNESCO) e um paralelo com as medidas implementadas no Brasil	Constituição de 1988, LDB e Decretos Regulamentadores, dados do Censo da Educação Superior do Estado do Paraná, Decreto 5773 (Decreto-ponte) e o Projeto de Lei da Reforma Universitária	Nos últimos quinze anos o sistema superior de ensino brasileiro caminhou no sentido de um aprofundamento do processo de diversificação institucional, acentuando a distância das várias formas de organização acadêmica em termos de qualidade, produção de novos conhecimentos e compromisso social.	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
94	A ATUAÇÃO DO LEGISLATIVO NO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO GOVERNO LULA: UM ESTUDO DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSTAS QUE RESULTARAM NAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 53/06 E 59/09	ERICA MACHADO	D	2011	RJ	UFF	Analisar a atuação do Poder Legislativo na proposição e na tramitação da legislação da educação, durante a 52ª e a 53ª legislaturas, tendo como objeto de estudo as propostas que resultaram nas Emendas Constitucionais 53/06 e 59/09, promulgadas durante o governo Lula	Não especificado	Governo Lula	Legislação do Governo Lula	Forte ingerência do Executivo e a tentativa de se transformar conflitos em consensos. Porém, não podem ser negligenciados os avanços das Emendas Constitucionais 53/06 e 59/09, a despeito de suas grandes limitações	Educação
95	AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: POLÍTICA DE INCLUSÃO À LÓGICA DO CAPITAL	ERIKA SURUAGY ASSIS DE FIGUEIREDO	M	2008	RJ	UFF	Responder à pergunta: as políticas afirmativas estão contribuindo para a democratização do acesso e permanência dos estudantes na educação superior no Brasil?	Materialismo Histórico Dialético	Documentos do governo federal e da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Documentos dos organismos internacionais, documentos do governo federal e da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Hoje se abre uma aparente possibilidade de ampliação da escolaridade para os trabalhadores, como é caso das reserva de vagas/cotas. Mas, para que isso aconteça, é necessário realizar uma inclusão-excludente, que aparentemente incorpora as reivindicações históricas dos negros, trabalhadores. Essa “inclusão” legitima a transformação da educação superior numa terceira etapa da educação básica, contribui para privatização e destruição da universidade pública enquanto locus privilegiado de produção (ensino-pesquisa-extensão).	Educação
96	A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO EXAME NACIONAL DE CURSOS	ERIVANIO DA SILVA CARVALHO	M	2001	SP	PUC SP	Avaliar os cursos de graduação, procurando a ênfase e sentido que se pretende para a educação superior no que se refere à formação geral, entendida no sentido amplo, em conformidade com o que expressa o Art. 205 da Constituição Federal	Não especificado	Exame Nacional de Cursos	Exame Nacional de Cursos foram analisadas as provas que foram aplicadas aos estudantes em comparação ao discurso a elas aplicado	Os resultados evidenciaram uma determinada concepção de educação profissional que se expressa no Exame Nacional de Cursos, passamos a contrastar os resultados, em relação aos temas que expressam proposições e concepções teóricas mais amplas sobre a educação superior	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
97	O SISTEMA EDUCACIONAL NOS ANOS 90 E O CURSO DE ECONOMIA NO CONTEXTO DA POLÍTICA NEOLIBERAL	ESTELA MARESTIVAL	M	2002	MG	UFU	Analisar o sistema educacional nos anos 90 e o curso de economia, no contexto das políticas neoliberais implementadas no Brasil	Não especificado	Faculdades de Economia criadas e estabelecidas em Goiânia, capital do Estado de Goiás.	Fontes orais e escritas, na perspectiva de contextualização sócio-histórica, analisando os seus determinantes macroestruturais	O estudo identifica nos cursos oferecidos mudanças em relação ao número de vagas e aos projetos acadêmicos e pedagógicos, as quais se explicam pelo novo cenário, em nível nacional, oriundo das novas políticas para educação, que passam a estar referidas às orientações do Banco Mundial	Desenvolvimento Econômico
98	O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS E A INSERÇÃO DE NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR : A EXPERIÊNCIA DE DUAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE MATO GROSSO DO SUL - 2005 - 2008	EUGÊNIA PORTELA DE SIQUEIRA MARQUES	D	2010	SP	UFSCar	O ProUni é uma das conquistas dos Movimentos Sociais Negros pela implementação de políticas de ação afirmativa ou apenas uma estratégia para transferir recursos públicos para o setor privado via isenção fiscal?	Não especificado	PROUNI	Prouni e o movimento negro	Os problemas relativos às desigualdades raciais e ao acesso dos jovens negros à educação superior no Brasil certamente não serão solucionados por intermédio do ProUni e pelas políticas focalizadas	Educação
99	MODELOS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	EVANDRO JOSE BIFFI	M	2010	SP	UFSCar	Entender o contexto histórico que levou à criação dos primeiros cursos de ensino superior do Brasil	Não especificado	Avaliação no governo FHC e LULA	Entrevistas com profissionais que participam há vários anos dos processos de avaliação interna ou externa de IES	Concluimos que a avaliação é necessária devido às condições precárias de muitas IES e cursos que não atingem sequer o "padrão mínimo de qualidade" definido pelo MEC.	Educação
100	ESTUDO DA EXPANSÃO DO MERCADO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E EM SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 1995 A 2002	EVERALDO DA SILVA	D	2010	SC	UFSC	Compreender a expansão do mercado de educação superior no Brasil e em Santa Catarina, no período de 1995 a 2002	Pierre Bourdieu e Neil Fligstein	Educação em SC	De natureza qualitativa, analisar a função de Presidente da República, de Ministro da Educação e de Secretária de Política Educacional do Ministério da Educação (MEC)	O período foi marcado por objetivos e ações políticas nacionais que contribuíram para a expansão do mercado de educação superior no país e no estado catarinense	Sociologia Política

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
101	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: UM OLHAR DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS NA PUC-SP	FABIANA DE SOUZA COSTA	M	2008	SP	PUC SP	Estudar o Programa Universidade para Todos (PROUNI)	Abordagem qualitativa, no intuito de identificar questões objetivas e subjetivas dos alunos	PUC SP	Opinião dos alunos sobre o Prouni	A partir do olhar dos alunos beneficiários do PROUNI na PUCSP, identificamos que estes reconhecem o PROUNI como uma excelente oportunidade de acesso à universidade	Educação
102	UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA	FABIANO CUNHA DOS SANTOS	M	2011	BA	UNEB	Discutir o processo de democratização do ensino superior no Estado da Bahia através da Universidade Aberta do Brasil (UAB)	Não especificado	Histórico, sua legislação e suas potencialidades, bem como a implantação e situação desta modalidade no território baiano	O caso da UAB no território baiano	A experiência da UAB no Estado da Bahia não tem obtido o sucesso esperado pelos governos em relação a democratização do ensino superior, apresentando problemas na sua implementação, na infra-estrutura tecnológica, na gestão administrativa e acadêmica entre outras dificuldades	Educação
103	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS: MUDANÇAS NO ENSINO SUPERIOR?	FABIOLA LUCY FRONZA	M	2009	SC	UNIVALI	Analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Direito, Medicina e Psicologia, pretendidos pela mudança pós-LDB (9.394/1996)	Não especificado	Legislação de 1961 e de 1996	Análises documental e de conteúdo de diversos documentos referentes ao assunto, tais como leis, decretos, resoluções, pareceres, entre outros.	Pode-se inferir que são fracos os indícios de mudanças na política educacional para o ensino superior, sendo que tanto em um modelo quanto em outro, é perceptível o papel do Estado na regulação dos processos, e a concepção de um currículo como prescrição.	Educação
104	A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1995 A 2002: RECONFIGURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E SEUS REFLEXOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	FATIMA DOS REIS	M	2011	GO	PUC GO	Compreender o processo da reorganização da administração pública no Brasil na lógica da reforma do Estado implantada no período	Não especificado	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Reforma administrativa, a reforma da previdência do setor público e o contingenciamento de recursos se expressaram na Universidade Federal de Goiás	A implantação da reforma neoliberal do Estado brasileiro refletiu-se de maneira significativa na administração da Universidade Federal de Goiás, na medida em que tanto a reforma da previdência dos servidores públicos e a reforma administrativa quanto o contingenciamento dos recursos financeiros a ela destinados geraram um déficit de pessoal e de recursos financeiros	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
105	A FRAGMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: MINIMIZAÇÃO DA FORMAÇÃO SOB A ORDEM DO CAPITAL	FERNANDA BRAGA MAGALHÃES DIAS	M	2011	SC	UFSC	Compreender as contradições da fragmentação da formação de professores de educação física.	Materialismo Histórico-Dialético	Formação de professores de educação física	Contexto histórico, produção científica e análise dos cursos	Verificou-se o aumento do setor privado, aceleração da formação, sujeição a baixos salários.	Educação
106	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. POLÍTICAS PÚBLICAS, REGULAÇÃO E GRUPOS DE INTERESSE	FERNANDA JOFFILY FRANÇA	M	2005	RJ	IUPERJ	Analisar possíveis entraves, sejam institucionais ou de interesses, que não permitem que as políticas públicas para a educação superior sejam implementadas da maneira como são previstas em outras normas ou planejadas	Não especificado	Crescimento do Ensino Superior no Brasil: análise da autonomia universitária	Processo de regulamentação e implementação de uma política importante na educação superior – a autonomia universitária	A pesquisa concluiu que duas são as questões que interferem o exercício da autonomia, a microregulação do setor e a fragmentação de interesses dos atores envolvidos.	Sociologia e Ciência Política
107	NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: O IMPACTO DA FILOSOFIA NEOLIBERAL SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA, NO PERÍODO DE 1993 A 2000	FERNANDO JORGE CORREIA DE FREITAS	M	2002	PR	PUCPR	Analisar a transformação da educação a partir do neoliberalismo	Não especificado	Educação superior pública no Brasil neoliberal	Não especificado	A educação perde a sua característica histórica como sinônimo de integração e inclusão social, passando a ser percebida pelo sistema neoliberal como "serviço não exclusivo do Estado", ou seja, como mais uma mercadoria que, sob embalagens diferentes, não discute questões inerentes à cidadania, democracia e justiça social, passando a existir para a satisfação das necessidades e vicissitudes do mercado.	Educação
108	LIMITES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO – ESTRATIFICAÇÃO, MOBILIDADE SOCIAL E ENSINO SUPERIOR	FERNANDO TAVARES JUNIOR	D	2007	RJ	IUPERJ	Compreender como a expansão do ensino superior refletiu no dados sociais	Pierre Bourdieu	Educação superior no Brasil de 1977 a 2007	Não especificada	Ao contrário das premissas liberais, em especial da Teoria do Capital Humano, a expansão educacional não se refletiu em crescimento econômico, diminuição das desigualdades e aumento da fluidez social. Confirmaram-se as hipóteses de outros autores como Hirsch, Boudon, Jencks e Bourdieu, que destacam os riscos de "efeito social zero" das mudanças apenas educacionais	Sociologia

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
109	O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E REALIDADE INSTITUCIONAL: A EXPERIÊNCIA DA PUC-RIO	FLAVIA CASTELLAIN	M	2008	RJ	UCP	Descrever e analisar criticamente os conceitos e as idéias contidas no Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2005	Não especificado	O PROUNI e o seu processo de implantação em uma instituição de ensino superior, foi realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio),	Estudo da legislação pertinente ao Programa, analisados os meandros de funcionamento do ProUni, além da consulta a documentos institucionais e entrevistas.	O ProUni ampliou o acesso de estudantes das escolas públicas a instituições e cursos que, de outra forma, não conseguiriam fazer seus estudos. Isto não significa, entretanto, que este acesso seja igualitário no que se refere à qualidade das instituições integrantes do Programa, na própria diferenciação entre bolsa integral e parcial e, mais grave ainda, na falta de comprometimento com a garantia de continuidade da bolsa permanência	Educação
110	A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NOS ANOS 90 E CONTEXTO DE DEBATES ACERCA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	FLÁVIA DE FREITAS ALVES	M	2010	MG	UFJF	Conhecer as concepções de autonomia universitária dos atores sociais envolvidos em seu processo, e como estas influenciaram na implementação de políticas para o ensino superior ao longo dos anos 90	Abordagem qualitativa	Pesquisa bibliográfica sobre os dois governos de FHC: NUPES, ANDES-SN, FASUBRA, ANDIFES e UNE	Análise documental	Não especificada	Educação
111	O CRESCENTE PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: MODIFICAÇÃO DOS FINS ACADÊMICOS PARA MAJORAÇÃO DOS LUCROS	FLAVIA OLIVEIRA DE ALMEIDA	M	2011	RJ	UFF	O objetivo geral é fazer um resgate das mudanças que vem ocorrendo na educação superior desde a sua criação no Brasil, principalmente no setor privado, com o intuito de identificar como as políticas educacionais beneficiaram o crescimento destas instituições	Materialismo Histórico-Dialético	UNESA no contexto da política educacional da educação superior brasileira	Análise documental	Vivenciamos um momento de profunda mercantilização da Educação Superior com a entrada de algumas universidades particulares no mercado de capital e a associação com grupos internacionais	Educação
112	AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE UNIVERSIDADES	FRANCISCO ANTONIO DE ARAUJO E SOUZA	D	2010	CE	UFC	Elaborar o conceito de desenvolvimento institucional para a universidade brasileira contemporânea	Não especificado	Programa de Pós Graduação da UFC	Analisar as propostas de avaliação, Planejamento e Sinaes	Não especificado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
113	CO-RESPONSABILIDADE ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA: GESTÃO DA ORDEM E DA DESORDEM NA UNIVERSIDADE	FRANCISCO DE PAULA MARQUES RODRIGUES	D	2003	RS	UFRS	Apresenta a hipótese da co-responsabilidade como uma proposta capaz de suscitar a integração das dimensões pedagógicas e econômico-financeiras que se configuram, normalmente, dissociadas no interior das Instituições de Ensino Superior (IES)	Teoria da complexidade e (de Edgar Morin)	Experiência vivenciada na Universidade Católica de Pelotas	Construir um modelo prático na Universidade de Pelotas	Admite-se a possibilidade do êxito da gestão administrativa, ou seja, a manutenção e o acréscimo das receitas destinadas à melhoria das condições de oferta dos cursos (bibliotecas, laboratórios, incentivo à dedicação e capacitação docente, pesquisa, extensão etc) como atrelada ao êxito da gestão pedagógica, ou seja, do aprimoramento do ensino e da qualidade das aprendizagens e vice-versa.	Educação
114	UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA DOS ANOS 90: PROJETOS EM DISPUTA!	FRANCISCO JACOB PAIVA DA SILVA	M	1995	SC	UFSC	Contextualizar as mudanças que vem ocorrendo nas instituições federais de ensino superior brasileiras nos anos 90, sistematizando o pensamento crítico sobre a política e a reforma universitária brasileira dos anos 90	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Educação
115	A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E TRABALHO NA LÓGICA DO CAPITAL: OS CURSOS SUPERIORES EM TECNOLOGIA NO BRASIL EM DEBATE	FREDERICO DOURADO RODRIGUES DE MORAIS	M	2011	GO	UFG	Apreender a relação entre escola e trabalho na fase de acumulação flexível do capital, tendo como objeto de análise e estudo os Cursos Superiores de Tecnologia	Materialismo Histórico Dialético	Cursos Superiores de Tecnologia	Pesquisa bibliográfica e análise de documentos e dados do censo do ensino superior disponibilizado pelo INEP do período de 1999 a 2008	O crescimento do desemprego estrutural, cuja formação dos indivíduos é delimitada pelo estreitamento entre o tempo e o espaço, a qualificação tende a ser mais um instrumento de dominação do capitalismo frente aos sujeitos e um elemento crucial na justificação do desemprego	Educação
116	PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E PROFISSÃO DOCENTE	FREDIANA VEZZARO MEDEIROS	M	2011	SP	UNISO	Contribuir para a discussão de algumas determinantes relacionadas aos desafios dos docentes no ensino superior e a questões da privatização do ensino superior bem como da profissão docente	Não especificado	Análise do campo da Educação Superior no Brasil com destaque para a profissão docente nas IES privadas com fins lucrativos	Pesquisa bibliográfica	Não especificado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
117	EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO DOCENTE DOS PROFESSORES (AS) DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA A PARTIR DE SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.	GALDINO TOSCANO DE BRITO FILHO	D	2007	PA	UFPB	Um estudo sobre a ação docente dos professores (as) do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, a partir de suas representações sociais	Não especificado	17 professores	Pesquisa qualitativa, a partir da análise e discussão de dados obtidos em questionários	Como os (as) investigados (as) se vêem como professores	Educação
118	EDUCAÇÃO-MERCADORIA: EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO PIAUÍ (1990 A 2005)	GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO	M	2008	PI	UFPI	Analisar o processo de expansão e mercantilização do ensino superior privado no Piauí, no período compreendido entre os anos de 1990 a 2005	Materialismo Histórico Dialético	Ensino Superior Privado no Piauí	Criteriosa revisão da literatura e pesquisa empírica	Observou-se que a reforma do Estado e da educação superior no Brasil, que resultou na grande expansão/mercantilização desse campo na década de noventa e início da década seguinte, atende a orientações de organismos multilaterais, como parte da ofensiva dos países centrais de economia capitalista	Educação
119	ANÁLISE INSTITUCIONAL DE UM ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADO: ESTUDO DO COTIDIANO, DOS DOCUMENTOS E DA PERSPECTIVA DE DIRIGENTES E DOCENTES	GERALDO VIEIRA DA COSTA	D	2009	SP	USP	Análise institucional de um estabelecimento de educação superior privado: estudo do cotidiano, dos documentos e da perspectiva de dirigentes e docentes	Esquizaanálise (Deleuze e Guattari) e da analítica do poder (Foucault), ambas com base na filosofia de Nietzsche	USP - RIB	Estudo do cotidiano, dos documentos e da perspectiva de dirigentes e docentes	Educação superior no Brasil é assolada por um excesso de regulamentação que cerceia a ação criativa e a autonomia institucional. Presas às normas molares instituídas, restam às faculdades e universidades submeterem-se ao domínio das leis, ainda que estas lhes pareçam tão distantes de suas realidades.	Psicologia
120	ASPECTOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	GILDETE DUTRA EMERICK	M	2006	DF	UnB	Analisar as principais características do ensino superior brasileiro no período compreendido entre 1995 e 2002 e sua relação com a formação profissional	Não especificado	Curso de Direito no Brasil	Condicionantes legais definidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96	Não especificada	Ciência Política

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
121	PROFISSIONAIS LIBERAIS E/OU PROFESSORES? COMPREENDENDO CAMINHOS, REPRESENTAÇÕES E AVALIAÇÃO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	GILDO VOLPATO	D	2004	RS	UNISINOS	Identificar os possíveis interferentes e impactos que ocorrem nesse processo, decorrentes da história pessoal dos docentes, dos sistemas de avaliação institucional, dos valores próprios do campo profissional e do contexto mais amplo da sociedade	Sousa Santos, Bourdieu, Tardif, Lucarelli, e Cunha	Perfil dos professores e suas trajetórias de Direito, Engenharia Civil e Medicina	Entrevistas. Pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, análise documental, questionários.	Os saberes e habilidades reveladas da profissão de origem definem o esteio das práticas de ensinar e aprender que vivem com seus alunos.	Educação
122	POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: AS INFLUÊNCIAS DO NEOPRAGMATISMO DA AGENDA PÓS-MODERNA	GISELE MASSON	D	2009	SC	UFSC	desvelar as políticas de formação de professores na perspectiva da totalidade	Materialismo Histórico-Dialético	PDE-2007, UAB-2005, na “nova” CAPES-2007, Sistema Nacional Público de Formação dos Profissionais do Magistério (2008) e Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (2009).	Pesquisa bibliográfica e documental	O estudo identificou traços da agenda pós-moderna nas políticas de formação de professores. O neopragmatismo é a categoria síntese que apreende as determinações da realidade das políticas de formação de professores	Educação
123	A QUALIDADE REVELADA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: IMPACTOS DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO NO BRASIL.	GISELLE CRISTINA MARTINS REAL.	D	2007	SP	USP	Apreender os impactos que a política de avaliação da educação superior adotada no período de 1995 a 2002	Teoria neo-institucionalista	Brasil entre 1995 e 2002	As estatísticas oficiais, os resultados obtidos pelas instituições nas avaliações de pares e no ENC, e, particularmente, os pareceres das comissões de especialistas do MEC elaborados nos momentos das avaliações in loco	Apesar do impacto positivo da avaliação, observado no contexto institucional, as evidências encontradas permitem apontar para um esgotamento do poder indutor da avaliação na melhoria da qualidade do ensino, na medida em que as instituições vêm procurando atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC em seus aspectos formais sem, contudo alterar a essência da qualidade do ensino superior.	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
124	RECONFIGURAÇÃO DOS MODELOS DE UNIVERSIDADE PELOS FORMATOS DE AVALIAÇÃO: EFEITOS NO BRASIL E PORTUGAL	GLADES TEREZA FÉLIX	D	2008	RS	UFRS	Investigar os efeitos e as mudanças promovidas pelos processos de avaliação institucional externa nos modelos de universidade.	Não Especificada	Externas de dois cursos de graduação, um Curso de Medicina de universidade confessional do Brasil e um Curso de Microbiologia de universidade confessional de Portugal.	Concepções clássicas e contemporâneas de universidade, formatos e modelos de IES, BM e UNESCO	Constatou-se que foram introduzidas melhorias nos cursos decorrentes das recomendações dos processos avaliativos externos.	Educação
125	POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: O PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA E A PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA SUA IMPLEMENTAÇÃO	GLADYS BEATRIZ BARREYRO	D	2005	SP	USP	Estudo sobre o Programa Alfabetização Solidária - que, embora trate de uma temática educacional, foi gestada no âmbito da política social-assistencial do Governo	Não especificado	Programa de Alfabetização	Levantamento de bibliografia e de documentos produzidos sobre e pelo Programa	O Programa proporcionou o desenvolvimento de atividades como extensão e estágios, e valiosas experiências de pesquisa, produção de materiais e envolvimento com a problemática da Educação de Jovens e Adultos	Educação
126	GARANTIA DE QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR	GLAUCO BAUAB BOSCHI	D	2007	SP	PUC SP	Usar a legislação para ampliar a qualidade e atuação da educação	Não especificado	Legislação da antiguidade à atualidade	Estudo da legislação e das recomendações da ONU	O trabalho procura determinar o sentido e alcance do termo garantia na norma constitucional educacional e <u>infraconstitucional</u>	Direito
127	A GLOBALIZAÇÃO E A HOMOGENEIZAÇÃO DO CURRÍCULO NO BRASIL	GLÓRIA DAS NEVES DUTRA ESCARIÃO	D	2006	PB	UFPB	Analisa os efeitos da globalização na homogeneização do currículo da educação superior no Brasil: 1996 – 2001	Boaventura de Sousa Santos	Currículo na Universidade Federal da Paraíba	Análise do currículo e da complexidade da globalização sobre este	O currículo da educação superior no Brasil é homogeneizado em razão dos efeitos do fenômeno da globalização no campo do currículo	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
128	A LIBERALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ACORDO GERAL SOBRE O COMÉRCIO DE SERVIÇOS (GATS): DA INTERPRETAÇÃO COMO SERVIÇO À INTERPRETAÇÃO COMO DIREITO	GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO	M	2004	SC	UFSC	Analisar a liberalização da educação superior no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC)	Não especificado	OMC, GAT's, Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e a Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI (1998)	Análise dos documentos e suas propostas	São apresentadas as contradições e as possibilidades de interpretação no âmbito da OMC	Direito
129	PRÁTICA DE ENSINO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-ESCOLA EM CURSOS DE LICENCIATURA	HAMILTON DE GODOY WIELEWICKI	D	2010	RS	UFRS	explorar concepções desses profissionais sobre a relação entre universidade e escola em cursos de licenciatura	Não especificado	12 cursos de licenciatura	análise documental e de entrevistas com 34 profissionais envolvidos	São apontadas algumas possibilidades teóricas e metodológicas para a problematização da relação entre universidade e escola no âmbito do espaço de transição representado pelas atividades de prática de ensino, com o fito de nortear ações formativas mais democráticas	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
130	AJUSTE ESTRUTURAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: PRINCÍPIOS NEGADOS	HIRAN FRANCISCO OLIVEIRA L. DA SILVA	D	2007	PB	UFPB	Compreender as relações entre o discurso e a prática de FHC	Não especificado	FHC	Emendas Constitucionais, Leis, Decretos, Decretos-leis e Portarias	O estudo apontou que, nos países capitalistas, sobretudo os considerados subdesenvolvidos, as reformas aconteceram de forma brutal, provocando sérios transtornos, com o crescimento dos índices de exclusão de um número expressivo da população. O estudo destaca, ainda, a opção do Estado pelo abandono do ensino superior público e gratuito, em prol de um modelo privatizante e de exclusão, descumprindo o que estabelecem os Artigos 6, 205 e 206 da Constituição de 1988. Portanto, o resultado da investigação demonstra o descompasso entre o discurso oficial e a ausência de condições objetivas para manter e ampliar o ensino público e gratuito.	Educação
131	REPRESANDO E DISTRIBUINDO DISTINÇÃO: A BARRAGEM DO ENSINO SUPERIOR	HUSTANA MARIA VARGAS	D	2008	RJ	PUC RIO	Propõe uma hipótese de construção de um indicador de democratização do ensino superior com vistas a contribuir para o balizamento da política educacional	Não especificado	Ensino superior de 2000 a 2003	Provão (2000, 2001, 2002 e 2003), sobre seis cursos superiores no Estado do Rio de Janeiro: Biologia, Direito, Letras, Engenharia, Matemática e Medicina	O estudo revelou o caráter desigual da sociedade brasileira, traduzida neste caso por uma forte correlação entre a carreira escolhida pelos estudantes e sua origem social, no quadro de uma quase impermeável hierarquia de carreiras e de prestígio das instituições	Educação
132	NA TRILHA DO PROUNI: IMPLANTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E PERSPECTIVAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA CATARINA	ILISABET PRADI KRAMES	D	2010	SP	PUC SP	Analisar a implantação e as repercussões do PROUNI numa Instituição de Ensino Superior (IES) de Santa Catarina	Análise de Conteúdo	Uma instituição superior de SC	Processo de implantação do Prouni em uma instituição	A análise dos dados assinalaram que as políticas públicas e as ações do Estado voltadas à inclusão e ao bem-estar social podem, efetivamente, alcançar os resultados que potencialmente objetivam, desde que haja um envolvimento coletivo das IES que aderirem ao PROUNI	Educação
133	CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR DA REDE PRIVADA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	INAJARA DE SALLES VIANA NEVES	D	2011	MG	UFMG	Analisar as condições de trabalho docente do ensino superior da rede privada de ensino na EaD em Minas Gerais	Não especificado	Foram selecionadas três instituições de BH	Pesquisa de campo foi realizada em três instituições particulares de Belo Horizonte com 27 profissionais	Não especificado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
134	POLÍTICA EDUCACIONAL E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS: UM ESTUDO SOBRE OS CURSOS SEQUENCIAIS	IRENE DOMENES ZAPPAROLI	D	2007	SP	PUC SP	Analisar a legislação e os documentos produzidos pelas universidades sobre os cursos sequenciais	Pierre Bourdieu	Legislação e documentação produzida pelas universidades	Estudo documental, durante os anos de 2004 a 2006, resgatando 762 documentos incluindo a legislação ampla com toda a seqüência do ordenamento geral, assim como os documentos disponibilizados por duas universidades	Há diferentes elementos ordenadores da criação dos cursos , a diversidade e complexidade da vida atual; interferência de modelos historicamente constituídos em âmbito internacional; necessidade de atendimento às prioridades do BM e ampliação da lógica mercantil no ensino superior, sobretudo pelo imenso percentual de instituições privadas que implantam os cursos sequenciais; necessidade de manter, pela desigual escolaridade, as desigualdades sociais também no âmbito superior e não apenas nos graus anteriores. As instituições não ficam passivas.	Educação
135	FORMAÇÃO SUPERIOR DE PROFESSORES EM SERVIÇO: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL	ISABEL MELERO BELLO	D	2008	SP	USP	Analisar as iniciativas empreendidas no Brasil para certificar em nível superior grandes contingentes de professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	Pierre Bourdieu, Lahire e Michel de Certeau	Alunos-professores do PEC Formação Universitária Municípios/São Paulo (2003-2004)	Pesquisa empírica acompanhou a execução de um programa, sobretudo, para tentar compreender as apropriações que os docentes fizeram	Elaboração de propostas que visam a contribuir com projetos futuros que venham a repensar a organização e execução de programas dessa natureza e porte	Educação
136	LÓGICA SUBJACENTE À POLÍTICA DE FORMAÇÃO SUPERIOR DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA ESTADUAL DO CEARÁ	ISAIAS BATISTA DE LIMA	M	2002	CE	UFC	Estudo sobre a política de formação de professores da educação básica no brasil, na década de 1990	Materialismo Histórico-Dialético	Universidades públicas estaduais do ceará	Resgate histórico de cunho descritivo-analítico a partir da categoria das mediações, elegendo a análise documental como método de construção de dados	A lógica a permear a definição das políticas de educação básica e de formação de professores no brasil e no ceará respondem a critérios determinados de fora e impostos da partir de acordos e compromissos assumidos pelo brasil no plano internacional particularmente oriundos da conferência mundial de educação para todos (1990), realizada em Jomtien	Educação
137	REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO LULA: DEBATE SOBRE AMPLIAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO	JAANA FLÁVIA FERNANDES MOREIRA	M	2008	DF	UnB	Discutir aspectos do processo de elaboração das sucessivas versões do referido projeto, bem como analisa como evoluiu a questão na ampliação e democratização do acesso a esse nível de ensino nos debates e nestas versões	Não especificado	Colaboradores e dirigentes do MEC	Entrevistas	A pesquisa não pretendeu chegar a resultados passíveis de generalizações, mas, antes, compreender alguns aspectos das questões mencionadas	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
138	A AVALIAÇÃO COMO EIXO DAS REFORMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DA ARGENTINA, BRASIL, CHILE E MÉXICO	JACQUELINE DE BLAS	D	2005	SP	UNICAMP	Investigar o papel dos processos de avaliação dos sistemas de educação superior na Argentina, no Brasil, no México e no Chile, nas reformas educacionais, ocorridas no período entre 1980/1990	Não especificado	BM e UNESCO sobre países subdesenvolvidos	Dados quantitativos e qualitativos sobre o crescimento privado e público, a ampliação da diversificação institucional e as novas características do financiamento deste setor	Não especificado	Educação
139	A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO DO FINANCIAMENTO ESTATAL (1995-2004)	JACQUELINE DE OLIVEIRA LAMEZA	M	2006	SP	PUC SP	Delinear a importância do papel do Estado na Educação, analisar a expansão do Ensino Superior Privado no Brasil e o financiamento público nesse setor do ensino	Não especificado	Ensino Superior Privado no Brasil no período de 1995 a 2004	Papel do Estado na Educação, o ES privado no Brasil, as atuais políticas educacionais, dados do INEP/MEC, IPEA e IBGE, gastos com a educação superior em relação ao PIB.	Crescimento significativo do ensino superior privado, sendo as políticas públicas educacionais indutoras importantes desse processo e o financiamento ao estudante, que amplia as oportunidades de acesso e permanência nesse sistema de ensino.	Economia
140	O SIGNIFICADO DO CRESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO CASO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1994-2002)	JANAÍNA BILATE MARTINS	M	2003	RJ	UFRJ	Compreender o significado do crescimento das Instituições Privadas de Ensino Superior na contemporaneidade brasileira	Não especificado	1994 a 2002 no Rio de Janeiro	Significação da esfera pública e da esfera privada e análise e as implicações disto na educação brasileira e o financiamento do Ensino Superior no Brasil	Não especificado	Serviço Social
141	A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS FHC E LULA E A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA	JANETE ILIBRANTE	M	2008	PR	UTP	A formação para a cidadania examinando-a em cotejo com a reforma da educação superior promovida no país nos anos de 1995 a 2007	Materialismo Histórico Dialético (Gramsci)	Constituição e governos entre 1995 e 2006	Análise do discurso e análise documental	Constatou-se que a cidadania promovida nos discursos governamentais está assentada na idéia de mercado, tratando-se de uma cidadania "liberal" que se apóia na coisificação humana	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
142	AS LICENCIATURAS NO BRASIL: UM BALANÇO DAS TESES E DISSERTAÇÕES DOS ANOS 90. 01/04/2002	JOANA PAULIN ROMANOWSKI	D	2002	SP	USP	A pesquisa realiza um balanço das teses e dissertações sobre licenciaturas defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil no período de 1990 a 1998. Outro objetivo foi situar os cursos de licenciatura no quadro da expansão do ensino superior no Brasil procurando perceber as problemáticas e implicações decorrentes.	Carl Rogers	Foram consultadas 39 teses e dissertações e 107 resumos	Relação entre o pesquisador e o curso de licenciatura; as relações entre a pesquisa e a prática pedagógica; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica; a formação do professor/pesquisador	As pesquisas apontam que na relação teoria e prática não ocorreu a superação das dicotomias existentes	Educação
143	O ENSINO SUPERIOR NO PNE: OS IDEAIS ESTABELECIDOS PARA A “DÉCADA DA EDUCAÇÃO” E OS COMPROMISSOS RENOVADOS PARA O PERÍODO 2011 A 2020	JOÃO CARLOS WIZIACK	M	2010	SP	UNIM EP	Analisar as propostas para o ensino superior, constantes do PNE 2001-2010 cotejando-as com as da CONAE 2010 que, espera-se, serão consideradas pelo MEC na formulação do PNE 2011-2020	Não especificado	PNE -2011	Análise documental das fontes geradoras do PNE materializado pela Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2011	Embora o PNE se constitua em instrumento constitucional aprovado pelo Congresso Nacional, mostrou-se pouco utilizado e em parte ignorado	Educação
144	A REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O PROCESSO DE METAMORFOSE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA	D	2000	SP	USP	Classificar o papel da UFG dentro das novas determinações para as universidades federais no Brasil	Marx, Bourdieau	Aspectos qualitativos da universidade Federal de Goiás	Estudo sobre as mutações dentro da UFG	A pesquisa alerta para o aumento da concorrência entre as universidades federais e o risco de que a postura de colaboração deixe de existir	Educação
145	ANÁLISE DO PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO FEDERAL - O CASO DA UCPEL	JOÃO NEUTZLING JUNIOR	M	2004	RS	UFPEL	Fazer uma análise qualitativa e quantitativa do crédito educativo federal/ CREDUC como mecanismo que permite o acesso do estudante de baixa renda à universidade	Não especificado	Análise do CREDUC e de uma universidade particular	Questionários e dados estatísticos	Não especificado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
146	A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA: A CRISE DO ESTADO BRASILEIRO E O IMPACTO DO MODELO NEOLIBERAL NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.	JOSE ANTÔNIO F. MAGALHÃES	M	1999	RS	UFRS	Examinar a política educacional incidente sobre a questão da seleção universitária brasileira nas décadas de 1980 e 1990	Não especificado	INEP, IBGE, IPEA	Análise Documental	Evidencia-se uma crise de hegemonia no Estado Brasileiro, culminante na segunda metade da década de 1980, respondida com a adoção do paradigma neoliberal como modelo para produção de políticas públicas a partir da década de 1990	Ciência Política
147	ASPECTOS DA GÊNESE DO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO NORTE DO CEARÁ: LUZES E SOMBRAS, ENIGMAS E DESVELAMENTOS	JOSE EDVAR COSTA DE ARAUJO	D	2009	CE	UFC	Explicitar os fatores socioeconômicos, político-culturais e educacionais que favoreceram a criação das primeiras instituições de ensino superior na Região Norte do Ceará	José Honório Rodrigues, Rui Martinho Rodrigues e de Jacques Le Goff; de Peter Burke, Franco Cambi e Antonio Nóvoa	Região Norte do Ceará	Documentos gerados no período da criação das instituições; os depoimentos prestados pelas pessoas que viveram e assistiram as iniciativas; as notícias veiculadas pelos jornais da época	Na confluência destas indagações ganha sentido a afirmação de que a aparente uniformidade dos discursos justificadores da criação das duas instituições oculta a existência de horizontes diferentes e diferentes interesses das forças sociais; dissimula ou revela – depende do ângulo do observador - tensões existentes entre diversas concepções, objetivos, estratégias e metas políticas e educacionais	Educação
148	NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: O EXAME DE CURSOS COMO ESTRATÉGIA NEOLIBERAL DE CONTROLE E LEGITIMAÇÃO DAS REFORMAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	JOSÉ LUIZ RIBEIRO DA SILVA	M	2002	PR	UFPR	Investigar se os alunos do 11 Semestre de 2000, do Curso de Nutrição da PUCPR, formam conceitos próprios a respeito da atuação do profissional nutricionista, quando entram em contato com a prática profissional já no Início do curso, e como a metodologia do ensino com pesquisa colabora na formação de um profissional agente de transformação social	Não especificado	60 alunos do curso de nutrição da UFPR	pesquisa-ação, com abordagem qualitativa	A metodologia inovadora proporciona resultados inesperados, que a maioria dos alunos incorpora os conhecimentos através da pesquisa, através de uma curiosidade natural que a metodologia faz brotar de suas personalidades	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
149	POLÍTICA DE PESSOAL DOCENTE NO GOVERNO LULA: UMA ANÁLISE DO REUNI NA UFF E SEUS DESDOBRAMENTOS	JOSE RENATO BEZ DE GREGORIO	M	2011	RJ	UFF	Objetivo desconstruir o argumento sustentado pelo Estado, de que o REUNI é um instrumento de democratização do acesso à educação superior pública e gratuita, ressaltando o caráter precário e ineficiente desta ampliação e como essa precarização reflete num trabalho docente intensificado	Não especificado	A UFF e o REUNI	Análise das práticas governamentais sobre a universidade	Apontamos para a necessidade de observarmos este movimento não como fato isolado, mas como parte de uma estratégia burguesa de obtenção de consenso ao seu projeto de sociabilidade e de conformação da classe trabalhadora, a fim de que esta se adeque às novas necessidades do capitalismo contemporâneo, através de políticas disseminadas pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial	Educação
150	O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DE SUA RECENTE EXPANSÃO (1995/2001)	JOSÉ VIEIRA DE SOUSA	D	2003	DF	UnB	Análise da constituição do ensino superior privado do Distrito Federal	Não especificado	Distrito Federal, de 1995 a 2001	Todas as instituições de ensino superior do DF criadas até o ano de 2001	A tendência histórica de incentivo à ampliação de vagas na educação superior por meio do segmento privado não foi revertida, mas, ao contrário, reforçada	Sociologia
151	AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: DEMOCRATIZAÇÃO OU MERCANTILIZAÇÃO?	JOSENEIDE SOUZA PESSOA DOS SANTOS	D	2011	RN	UFRN	Analisar a dinâmica da expansão do ensino superior no Brasil, investigando como se configura a imbricação entre o público e o privado neste processo.	Perspectiva Histórico-Crítica	Análise entre o público e o privado no que tange a expansão do ensino superior no Brasil	Pesquisa bibliográfica, documental e, também, buscou-se dados secundários fornecidos pelo INEP, SISPROUNI, INEP, PNUD; IBGE	Conclui-se que esse processo de expansão não pode ser considerado como dimensão da democratização porque ocorre mediante mecanismos que se afastam da educação como direito para situar-se no âmbito do mercado, transfigurando o direito em um serviço que é apropriado por relações mercantis	Educação
152	O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: EDUCAÇÃO COMO BEM PÚBLICO OU MERCADORIA?	JOYCE ARIADNE CERQUEIRA	M	2008	SP	UNESP	Analisa os antecedentes e o alcance da internacionalização do ensino superior brasileiro, tendo por objetivo principal discutir se neste processo a educação superior tem sido tratada como um bem público ou como uma mercadoria	Materialismo Histórico Dialético	AGCS, documento "La enseñanza superior - Las lecciones derivadas de la experiencia" (BM) e o projeto da Reforma da Educação Superior Brasileira no governo Lula da Silva	Pesquisa de campo documental	As instituições internacionais presentes no Brasil tem interesse lucrativo no ensino superior, gerenciando suas faculdades como grandes empresas e de acordo com a demanda do mercado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
153	RECOMPOSIÇÃO NEOCONSERVADORA : UNIVERSIDADE E INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL - ARGENTINA E BRASIL NA DÉCADA 1990	JUAN CARLOS BERCHANS KY	M	2002	SP	UNIM EP	Considerar a recomposição neoconservadora que afetara os Estados da região, o processo de integração no MERCOSUL e suas universidades, com especial foco na Argentina e no Brasil na década de 1990	Não especificado	Reformas educativas implementadas a partir das categorias de financiamento; avaliação institucional; avaliação, salário e status legal docente; diferenciação institucional e autonomia	Análise histórica comparativa	O processo de integração que se desenvolve no MERCOSUL e suas universidades pode estar a serviço de um projeto hegemônico funcional às empresas multinacionais, que reforça as desigualdades históricas dentro da região, que aceita, por conveniência ou por resignação, a visão fundamentalista da globalização, ou do estar a serviço de um projeto político que busque uma maior justiça social	Educação
154	SÉCULO XXI: NOVO IMPERIALISMO E EDUCAÇÃO. BRASIL- ARGENTINA NOS GOVERNOS LULA E KIRCHNER. EDUCAÇÃO SUPERIOR E A REFORMA DA REFORMA	JUAN CARLOS BERCHANS KY	D	2008	SP	UNICA MP	Estudo comparativo entre Brasil e Argentina nos governos de Lula e Kirchner, e também das metamorfoses locais em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem	Não especificado	Governo Lula e Governo Kirchner	Estudo comparativo	Detectou-se a pura mercantilização da educação superior	Educação
155	CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA: SURGIMENTO, LEGISLAÇÃO E EXPANSÃO NO PERÍODO PÓS-LDB	JULIANA FAVRETTO	M	2010	MG	UPF	Analisar a expansão e o comportamento da oferta dos cursos superiores de tecnologia no âmbito do sistema de educação brasileiro no período posterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96).	Não especificado	Legislações e dados estatísticos produzidos pelo Inep	Análise documental	Houve uma expansão substancial dos cursos superiores de tecnologia no período de 2000 a 2007, quando comparados com os demais cursos de graduação. Tal crescimento se dá num contexto de flexibilidade e de emergência de interesses da iniciativa privada, cuja rede de ensino foi a que mais se mobilizou e se expandiu para oferecer tais cursos.	Educação
156	ANÁLISE DO REUNI: UMA NOVA EXPRESSÃO DA CONTRA-REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA	JULIANA FIÚZA CISLAGHI	M	2010	RJ	UFRJ	Analisar o REUNI e seu impacto na universidade brasileira	Não especificado	REUNI	Não especificado	REUNI propõe, na prática é uma redução proporcional do número de docentes nas universidades federais bem como uma redução proporcional dos recursos de custeio, levando à redução da qualidade e da autonomia, conforme inscritas na Constituição brasileira.	Serviço Social

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
157	O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL REPUBLICANO DA REPUBLICA VELHA A ERA FHC A REAFIRMAÇÃO DA DEPENDENCIA EM UM NOVO DISCURSO	JULIANO DE MELO COSTA	M	2008	AL	UFAL	Analisa os fundamentos ideológicos e as influências externas que nortearam as transformações no ensino superior, durante a administração do presidente Fernando Henrique Cardoso	Materialismo Histórico Dialético	Não especificada	Não especificada	Não especificado	Educação
158	ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (1994-2006): POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA	JULIO CESAR LUCHMAN N	M	2007	PR	PUC PR	Identificar políticas públicas destinadas a tratar principalmente de corrigir as deficiências de acesso ao ensino superior, bem como a garantir a permanência dos alunos que estão naquele nível de ensino	Não especificada	Governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (1994 – 2006)	Pesquisa documental e análise comparativa de dados	FHC implementa o receituário neoliberal com base no consenso de Washington, com apoio do FMI e BM, influenciando, dessa forma, as políticas públicas e diminuindo os deveres do Estado, assim a educação perde ainda mais seu papel de integradora social e passa a ter uma conotação de mercadológica. O governo de Lula tem dado ênfase à continuidade das políticas neoliberais, no entanto, as políticas públicas implementadas no governo Lula preocupam-se mais com as condições de acesso ao nível superior e permanência nele do que a expansão das IES como ocorreu com o governo anterior	Educação
159	A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E SEUS REFLEXOS NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PERÍODO 1990-2010	JUSSARA MARQUES DE MACEDO	D	2011	RJ	UFF	Compreender os desdobramentos da formação, em nível superior, do professor da Educação Básica, no Brasil, conforme previsto na Lei 9.394/1996, e de que forma tem se dado a formação destes profissionais neste grau de ensino.	Materialismo Histórico-Dialético	Formação de professores no Brasil durante o governo Lula	As políticas de formação do professor, em nível superior, no governo Lula da Silva	As políticas de formação do professor da Educação Básica, em nível superior, no Brasil, estão diretamente ligadas aos interesses do capital, representados pelos organismos internacionais, cujo objetivo principal é manter o Brasil em sua condição de país de capitalismo periférico heteronômico.	Educação
160	OS CAMINHOS DO PROUNI: TRAJETÓRIAS DE BOLSISTAS	KARIN TERRELL FERREIRA	D	2011	SP	UFSCar	Estudar a história destes alunos durante sua formação e buscar entender as transformações nas demandas e nas práticas cotidianas da escola e do mercado de trabalho	Pierre Bourdieu	Pedagogia em uma IES de Limeira/SP	Trejetória de estudantes	Não especificado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
161	A TRANSFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO DE CASOS	KARINA APARECIDA PERSUHN GONÇALVES	M	2002	PR	UFPR	Entender a universidade relacionando-se com uma sociedade que passa por transformações de extraordinária rapidez influenciada cada vez mais pelo processo da globalização	Não especificado	Três instituições de ensino superior	Não especificado	A universidade tem-se colocado ao ensejo da globalização, pois a renovação do conhecimento científico e artístico que segue ritmo acelerado, próprio da inovação da tecnológica, é muito dinâmica	Administração
162	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXOS DO AGCS NA REGULAÇÃO NORMATIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	KARLA DA SILVA COSTA	M	2009	MG	UFMG	Analisar os termos do Acordo Geral de Comércio e Serviços, ratificado pelo país em 1994.	Não especificado	Vinte maiores instituições privadas quanto à matrícula com o intuito de conhecer sua organização operacional.	Análise documental	A configuração do sistema de educação superior contribuiria para ampliar a internacionalização mercantil desses serviços no país e do país	Educação
163	REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS ANOS DE CONTRA-REVOLUÇÃO NEOLIBERAL: DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO A LUIS INÁCIO LULA DA SILVA	KATIA REGINA DE SOUZA LIMA	D	2005	SP	UFF	Analisar a reformulação da educação superior realizada no Brasil nos anos de contra-revolução neoliberal	Não especificado	Governos FHC e LULA	Não especificada	aprofundamento da inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e para intensificação do processo de conversão neocolonial	Educação
164	ESTADO CAPITALISTA E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS: O PROUNI COMO POLÍTICA SOCIAL E COMO ASSEGURAMENTO DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	KÁTIA REGINA HOPFER	D	2011	PR	UFPR	Investigar o processo de renúncia fiscal direcionado às Instituições de Ensino Superior Privadas (IESP) quando da sua adesão ao PROUNI	Não especificado	Três instituições de ensino superior	Pesquisa bibliográfica, a documental, a observação participante e as entrevistas	O PROUNI possui elementos do sistema capitalista e que sua operacionalização garante a acumulação ampliada do capital inserido no modo de produção dominante. O PROUNI se apresenta como um programa de cunho social, recheado de elementos que garantem de forma eficaz o asseguramento da acumulação ampliada do capital	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
165	A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO MUNDO DO TRABALHO E O IMPACTO NAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O ENSINO SUPERIOR A SERVIÇO DO MERCADO DE TRABALHO.	LAISA MIRELE SOARES NASCIMENTO	M	2009	MG	UFU	Analisar as políticas da educação superior no Brasil	Não especificado	Documentos, leis e projetos	Análise documental	A pesquisa indica que o discurso oficial associa a idéia da escolaridade com a aquisição de um posto de trabalho, sendo assim, o ensino superior privado ganha força. Essas mudanças , visam única e exclusivamente a reprodução do capital, provocando ainda mais exploração dos trabalhadores	Educação
166	A EDUCAÇÃO DA "MISÉRIA": PARTICULARIDADE CAPITALISTA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	LALO WATANABE MINTO	D	2011	SP	UNICAMP	Examinar a relação entre as transformações da educação superior e o desenvolvimento capitalista no Brasil	Materialismo Histórico-Dialético	Educação superior brasileira de 1964 a 2011	Análise histórica	Os Interesses de classes dominantes nas condições da particularidade brasileira não tornaram imprescindíveis formas autônomas de educação superior	Educação
167	O PÚBLICO E O PRIVADO NAS REFORMAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: DO GOLPE DE 1964 AOS ANOS 90.	LALO WATANABE MINTO	M	2005	SP	UNICAMP	Discutir as políticas para o ensino superior brasileiro no período que vai do golpe de 1964 aos anos 90, à luz da relação entre o público e o privado	Materialismo Histórico-Dialético	A educação brasileira, da Ditadura Militar às reformas dos anos 90	Análise das reformas educacionais	Nas transformações contemporâneas do capitalismo encontra-se a chave para a compreensão do significado histórico da educação superior atual à luz do público e privado.	Educação
168	CONTRA-REFORMA DO ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: CRÍTICA EM SERVIÇO SOCIAL: OS REBATIMENTOS E RESISTÊNCIAS NA DIREÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DA PROFISSÃO	LARISSA DE OLIVEIRA RODRIGUES	M	2011	PE	UFPE	Analisar as formas de resistência à contra-reforma universitária, formas essas empreendidas pelas entidades representativas da categoria profissional dos/as assistentes sociais	Abordagem Qualitativa (Materialismo Histórico Dialético)	A resistência à Contra Reforma da Educação no Governo Lula	Produção da ABEPSS que enfoca o debate sobre a Formação Profissional, no período de 2003 a 2010, assim como a análise de documentos produzidos pelo CFESS	Nas últimas décadas constata-se um posicionamento hegemônico de recusa ao conservadorismo que teve um papel fundamental para a articulação da profissão com as lutas da classe trabalhadora, e, por conseguinte contrário aos princípios da contra reforma do ensino superior que tanto se adequam a lógica do capital	Serviço Social
169	A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E A REFORMA UNIVERSITÁRIA NO GOVERNO LULA: A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM DEBATE	LAURA KARINE MAIA DOS SANTOS	M	2007	CE	UFC	Conhecer o posicionamento da União Nacional dos Estudantes frente ao projeto de reforma universitária ora vigente, levando-se em consideração o posicionamento da mesma entidade no processo de reforma implementado pela ditadura militar	Não especificado	Reforma Universitária do governo Lula	Comparação das visões a respeito da Reforma Universitária dentro do contexto global	Análise crítica da atual reforma universitária é que desenvolvemos nossa pesquisa, salientando que não nos é descabido concluir que o sucateamento enfrentado hoje é o anúncio de destruição do ensino superior público e gratuito	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
170	O PÚBLICO, O PRIVADO E O ESTADO SOB A LÓGICA DO CAPITAL: A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO SUDOESTE DO PARANÁ	LEANDRO TURMENA	M	2009	PR	UEPG	Investigar a expansão do ensino superior no Sudoeste do Estado do Paraná no período de 1967 a 2009	Materialismo Histórico Dialético	A origem da primeira IES (década de 1960) e a proliferação de novos cursos a partir da Lei 9394/96 na região	Análise documental	O ensino superior que se expande na lógica do mercado é fruto do “mercado do conhecimento”, aplicado à formação do trabalho complexo para atender a lógica do “conhecimento para o mercado” sob o discurso ideológico do desenvolvimento e da empregabilidade, o que tem atraído a burguesia de serviços educacionais. Ainda, a formação em nível superior tem pouco a contribuir para a formação de cidadãos críticos e capazes de exercer o controle político do Estado burguês	Educação
171	UMA UNIVERSIDADE CRÍTICA OU FUNCIONAL. AS PROPOSTAS E A POLÍTICA ATUAL PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	LEO VINICIUS MAIA LIBERATO	M	2000	SC	UFSC	Analisar as propostas para a universidade brasileira e a política destas	Não especificado	Propostas, posições e projetos vindos do movimento estudantil, do sindicato dos docentes, do sindicato dos funcionários técnico-administrativos e das mantenedoras de universidades privadas	Análise documental	Embora haja uma vontade de se contrapor às propostas do Banco Mundial e da política do governo federal, não há uma coerência interna das propostas em favor de uma universidade essencialmente crítica e não funcional	Sociologia Política
172	AS PARCERIAS ENTRE SETOR EMPRESARIAL E UNIVERSIDADE: AMPLIAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES MERCANTIL-CORPORATIVAS NO ESPAÇO PÚBLICO ACADÊMICO	LEONARDO CHAGAS DE BRITO	M	2007	RJ	UFRJ	Identificar como as parcerias público-privadas entre universidade e agentes empresariais contribuem para a ampliação das territorialidades mercantil-corporativas no interior do espaço público acadêmico	Não especificado	Transformações em curso nas universidades brasileiras	Não especificado	O processo de globalização econômica capitalista e o projeto neoliberal constituem-se em macro referências que inter-relacionadas possibilitam a compreensão das transformações em curso	Políticas Públicas e Formação Humana

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
173	FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL - UMA CONTRIBUIÇÃO COM BASE NA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP	LEONARDO VELASCO RONDON	M	2002	SP	UNICAMP	Apresentar o atual estágio do debate acerca do financiamento do Ensino Superior no Brasil	Não especificado	Documentos do BID e Banco Mundial	Análise documental	A Unesco também tem se dedicado à problemática da expansão do Ensino Superior nos países em desenvolvimento, mas seus textos, não possuem foco específico na realidade brasileira	Ciência Econômica
174	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO LULA E IMPACTOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS: ENFOQUE NA EXPANSÃO DOS NOVOS CAMPI	LEYVIJANE SOUZA ALBURQUE RQUE	M	2007	AM	UFAM	O presente trabalho buscou mostrar, de forma geral, quais são as políticas públicas para a educação superior no governo Lula	Não especificado	Reformas do Governo Lula	Plano Nacional de Educação Brasileiro, aprovado no governo Fernando Henrique Cardoso por meio da Lei nº. 10.172/2001, e o Anteprojeto de Lei da Reforma Universitária	Ficou claro que, ao mesmo tempo em que o governo atual remonta uma estrutura política da oferta e expansão desse nível de ensino, intensificam-se as continuidades das políticas neoliberais de subordinação aos interesses internacionais e a não-ruptura do jogo de interesses dos dominadores sobre os dominados	Educação
175	REFORMA DO ESTADO E MUDANÇAS NA POLÍTICA EDUCACIONAL: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NOS	LOURIVAL BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR	M	2003	MG	UFJF	Discutir as mudanças na política educacional do terceiro grau a partir dos movimentos reformistas internacionais e das reformas internas, particularmente as reformas educacionais e a do aparelho do Estado brasileiro	Martin Carnoy	LDB, Governo FHC e contexto internacional	Análise das políticas governamentais	Não especificado	Educação
176	O PAPEL DO BANCO MUNDIAL NA FORMAÇÃO DA AGENDA DE REFORMAS EM C&T E ENSINO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DA ARGENTINA E BRASIL COM COMUNIDADES EPISTÊMICAS	LOURRENE DE CÁSSIA ALEXANDR E MAFFRA	M	2011	SP	USP	Compreender o papel do Banco Mundial como consolidador e articulador de comunidades epistêmicas em dois projetos elaborados conjuntamente com Brasil e Argentina na década de 1990	Não especificado	Documentos oficiais dos projetos no Brasil e Argentina	Análise documental	Não especificado	Integração da América Latina

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
177	UM ESTUDO SOBRE MODELOS DE FORMAÇÃO DE TECNÓLOGOS EM DESENVOLVIMENTO NO BRASIL; CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE, AVALIAÇÃO E POSICIONAMENTO NO ÂMBITO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	LÚCIA EMÍLIA LETRA RIBEIRO	M	2002	MG	CEFET MG	Identificar, analisar e descrever as características de modelos de formação de tecnólogos em desenvolvimento no Brasil	Teoria Crítica da Sociedade	Legislação e modelos pedagógicos em uso no período determinado	Análise documental, estudo de campo	Evidenciou que a concepção de tecnólogo adotada no Brasil é aquela que o identifica como um profissional de nível intermediário, usuário e difusor de novas tecnologias	Tecnologia
178	O PÚBLICO E O PRIVADO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: ANÁLISE DA FUNDAÇÃO DE APOIO PRIVADA FADESP NO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS PARA A UFPA (2004 A 2008)	LUCIANA RODRIGUES FERREIRA	M	2010	PR	UFPR	Analisar a parceria entre o público e o privado, estabelecida entre as universidades federais e as fundações de apoio privadas (FAP), no gerenciamento de recursos para a instituição apoiada	Não especificada	Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), no período de 2004 a 2008	FADESP; Decreto nº 5.204; Prestação de contas anual estabelecida pelo marco regulatório das FAP e o regimento da UFPA; Relatórios de Atividades	Apesar da introdução da lógica de mercado e da naturalização da parceria com o privado no interior das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a relação entre público e privado é sustentada, essencialmente, com recursos públicos	Educação
179	POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PROJETO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA NO CURSO DE ENGENHARIA	LUCIANA SILVA DE GOUVEA	M	2004	MG	UFU	Investigar e analisar o processo de construção do Projeto Pedagógico no curso de Engenharia Elétrica da UFU	Não especificado	Curso de engenharia elétrica da UFU	Pesquisa documental como técnica de coleta de dados, entrevistas	Evidencia-se como o processo de diversificação e diferenciação institucional se articula com o princípio da flexibilização, o qual se faz presente na educação superior desde a reforma universitária de 1968 e que o Curso de Engenharia Elétrica da UFU vem passando por importantes mudanças.	Educação
180	A CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES TECNOLÓGICAS NO BRASIL: UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	LUCIENE LIMA DE ASSIS PIRES	D	2005	GO	UFG	Analisar a criação de universidades tecnológicas no Brasil, como resultante das políticas de diversificação e diferenciação institucional	Gramsci	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná	Transformações entre 1997 e 2002	Conclui-se que as políticas, para educação superior e profissional, desencadeiam um modelo de formação mais flexível em atendimento à demanda de profissionais definida pelo mercado. E as instituições de ensino superior aderem-se a este novo filão construindo uma nova institucionalidade, minimizando a oferta de uma formação, fundada no tripé ensino-pesquisa-extensão	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
181	A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: DE PRINCÍPIO FUNDANTE ÀS ORIENTAÇÕES DO BANCO MUNDIAL E A SUA RELAÇÃO COM AS REFORMAS ATUAIS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ	LUIZ FERNANDO REIS	M	2002	PR	UEM	Apreender, brevemente, o que caracteriza a autonomia universitária em diversos momentos da história dessa instituição, no mundo e no Brasil; analisar as recomendações do Banco Mundial para os "países em desenvolvimento" no que tange à reforma dos seus sistemas de ensino superior	Não especificado	Políticas do Banco Mundial	Análise das políticas implementadas, a partir de sua relação com o atual reordenamento do capitalismo que tem nos organismos internacionais seus princípios artificiais	Para o BM a "concessão" da autonomia às universidades se constitui no instrumento para reformar os sistemas de educação superior, possibilitando que a universidade pública possa buscar fontes alternativas de recursos, com vistas a sua auto-sustentação financeira. Essa concepção de autonomia de opções frontalmente à autonomia universitária consagrada na Constituição Federal brasileira, em 1988.	Educação
182	REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NA VISÃO DE DIRIGENTES DA UEMA	LUIZ GUSTAVO ALVES BATISTA	M	2006	SC	UFSC	No momento em que a universidade brasileira é convocada aos debates sobre seu futuro, é o objeto da presente pesquisa que buscou analisar o tema na visão de dirigentes da Universidade Estadual do Maranhão	Não especificado	Dirigentes da UEMA	Realizadas entrevistas semi-estruturadas para obtenção dos dados	A grande maioria dos entrevistados concorda com o processo e esperam que mesmo aprovando-se o anteprojeto de lei da educação superior os debates devam continuar como forma de estimular as universidades a se repensarem de maneira coesa com a evolução do mundo. Destacou-se ainda que a participação de diversos segmentos sociais nesse processo promove a democracia e o desenvolvimento da nação	Administração
183	A AUTONOMIA NAS IES/PÚBLICAS ESTADUAIS PARANAENSES: VISÕES E PERSPECTIVA DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS DO PARANÁ, SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA	LUIZ LAERTES DE FREITAS	M	2000	SC	UFSC	Identificar a visão e as perspectivas dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior Estaduais Paranaenses sobre o processo de autonomia implementado através do termo de autonomia do governo do Estado	Não especificado	Características qualitativas a uma perspectiva de corte transversal no período compreendido entre 1999/2000	Roteiro de perguntas e análise de documentos	Os dirigentes das Universidades parecem mais receptivos quanto a implementação da autonomia para que estas Instituições cumpram suas finalidades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Por outro lado, os dirigentes das Instituições Isoladas, parecem mais reticentes quanto a autonomia pelas dificuldades vivenciadas nas faculdades	Administração

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
184	PROGRAMAS DA QUALIDADE TOTAL E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SEUS PRINCÍPIOS NO ENSINO DE ENGENHARIA	LUIZ ROBERTO DE CAMARGO RIBEIRO	M	2000	SP	USP	Analisar os programas de Gestão de Qualidade Total	Não especificado	Não especificada	Não especificada	Os programas de Gestão da Qualidade Total podem contribuir com princípios norteadores e ferramentas úteis às universidades para se adaptarem mais eficazmente a este rápido processo de mudanças e satisfazerem as necessidades de seus clientes, alunos, empregadores, contribuintes, entre outros.	Engenharia de Produção
185	"O PAROXISMO DA QUALIDADE: AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL"	LUIZ ROBERTO LIZA CURI	D	2011	SP	UNICAMP	O trabalho trata da avaliação como principal forma de gestão da política de ensino superior no Brasil	Não especificada	Não especificada	Políticas educacionais brasileiras de 1996 a 2011	A regulação, divulgada como proteção da sociedade em relação à má qualidade no ensino superior, é, na verdade, disposição legal para o efetivo processo de expansão.	Economia
186	A TENSÃO ENTRE O PÚBLICO PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	MANOEL JOAQUIM FERNANDES DE BARROS	D	2003	BA	UFBA	Como se explica a tensão entre o público e o privado na educação superior brasileira, especialmente a partir da LDB/96	Método Popperiano e Teoria do Capital Humano	Brasil pós 1996	entrevista e obras/documentos	A tensão entre o público e o privado na educação superior brasileira é estrutural não foi totalmente falseada, deixando lacunas que poderão ser preenchidas por novas hipóteses falseáveis, mais universais, porém específicas e plausíveis, conforme orienta o próprio Karl Popper.	Educação
187	EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL	MARA LUCY CASTILHO	D	2003	MG	UFV	Analisar o processo de crescimento econômico brasileiro nas duas últimas décadas, sobretudo no que tange à contribuição da acumulação de capital humano para este processo.	Não especificado (Robert Lucas)	Brasil 1983-2003	Análise de dados gerais	Mais educação não implicou em maior crescimento do país, o que pode significar que o Brasil está acumulando capital humano, porém não fazendo uso adequado deste fator. Ou simplesmente a qualidade da educação oferecida não é suficiente para gerar acúmulo de capital humano; o país pode estar apenas obtendo quantidade e não qualidade educacional.	Economia
188	O RELATÓRIO JACQUES DE LORS, A LDB 9394/96 E A PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL	MÁRCIA ADRIANA ARAÚJO	M	2002	PR	UEM	Compreender qual a vinculação conceitual de orientação filosófica entre as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, de 08 de novembro de 1996, a nova LDB, lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e as diretrizes internacionais de educação expressas no Relatório Jacques Delors	Não especificado	Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, de 08 de novembro de 1996, a nova LDB e o relatório Jacques Delors	Análise documental	O conteúdo histórico de 80/90 tem indicado para uma nova cidadania, a ser consolidada com a contribuição de áreas como a educação e assistência social	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
189	A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO INTELLECTUAL: MERCANTILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	MÁRCIA DO ROCIO SANTOS	D	2011	SP	PUC SP	Ensino superior no Brasil, sob a forma da proletarização do trabalho intelectual	Materialismo Histórico-Dialético (Michael Löwy)	Educação Superior Brasileira	Análise da ausência de contratos e outros elementos	A realidade educacional revela elementos da relação econômico-filosófica e da dialética material e imaterial destas contradições	Serviço Social
190	A ATUAL LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ORIGENS, INFLUÊNCIAS E IMPLICAÇÕES NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	MÁRCIO ANTONIO DA SILVA	M	2004	SP	PUC SP	Investigar a formação de professores de Matemática no Brasil, analisando as propostas apresentadas e interpretações que estão sendo feitas pelos coordenadores de cursos de Licenciatura em Matemática a respeito da atual legislação oficial	Philippe Perrenoud	Coordenadores de Insituições de Ensino Superior	Quatro entrevistas com coordenadores de instituições de ensino superior	As propostas governamentais não foram totalmente colocadas em prática nos cursos, o que deveria ter ocorrido em fevereiro de 2004. Por outro lado, os coordenadores propuseram alternativas para superar as contradições existentes na elaboração das diretrizes oficiais	Educação Matemática
191	CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	MARCO ANTÔNIO SAMPAIO	M	2005	SP	UBC	Procuramos entender os rumos do Ensino Superior no Brasil, iniciando com a discussão, sobre o vestibular, suas conseqüências, a pós-graduação e suas conseqüências, até chegarmos a nova Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, hoje vigente no país.	Não especificado	Histórico das transformações na educação humana ao longo do tempo	Análise da educação, dos primórdios à LDB de 96	Concluindo, fazemos uma reflexão, sobre a história do ensino superior brasileiro, no sentido de levantar pontos de discussão, objetivando o aprimoramento e a modernidade que a educação necessita para não termos mais a dualidade no ensino, mas sim a união do conhecimento, ensino e pesquisa.	Semiótica, Tecnologias de informação e educação
192	REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL E SEUS REFLEXÕES NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENQUANTO UM ESTUDO DE CASO	MARCOS CORTESÃO BARNSELY SCHVERST UHL	M	1999	RJ	UFRJ	Analisar os reflexos das políticas neoliberais no campo educacional	Não especificado	Políticas de reestruturação dos sistemas de ensino superior	Análise das diretrizes da UFRJ	Não especificado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
193	PROUNI: POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR OU PRIVATIZAÇÃO?	MARCOS JOSÉ VALLE	M	2009	PR	UTP	Analisar o Prouni	Não especificado	Pesquisa bibliográfica e análise de dados oficiais	Análise bibliográfica e de dados oficiais	A influência de interesses particulares externos e internos, resulta em alterações que em longo prazo podem tornar-se fontes de novos problemas devido à forma de subsídio, implicando diretamente na arrecadação de recursos do governo, principalmente quanto à ampliação da oferta pública e da qualidade do ensino, pesquisa e extensão	Educação
194	TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA ESTRUTURA, ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA: O CASO DE TRÊS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS	MARCUS VINICIUS DAVID	D	2009	MG	UFLA	Delinear as articulações e as interfaces das universidades públicas brasileiras, considerando a tríade Estado, oligarquia acadêmica e mercado, na busca de conhecer e aprofundar os conflitos e interesses envolvidos, bem como avaliar os impactos na estrutura, na estratégia e na governança	Clark (1983), Drêze & Debelle (1983) e Kerr (2005)	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e na Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Três faculdades de MG	Em suma, se o Estado estabelecer macropolíticas que permitam que as universidades interajam com a sociedade e o mercado, a oligarquia acadêmica liberta e liberada das amarras conservadoras e o mercado demandando os saberes e poderes da universidade, criam-se, assim, as condições para um novo agir das universidades, fundados em novas concepções de estrutura, estratégia e governança.	Administração
195	REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E GESTÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS : O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA/MG	MARIA ALBA PEREIRA DE DEUS	D	2008	RJ	UFF	As políticas de reformulação da educação superior no Brasil, no contexto do processo de ajuste estrutural e das reformas empreendidas desde o final da década de 1980 sob os auspícios dos organismos internacionais do capital e das elites governantes	Não especificado	Universidade Federal de Viçosa	Análise da construção do PDI na Universidade Federal de Viçosa – MG e seus planos de gestão de 2001 e 2005	O REUNI demonstra ser um eficaz substituto do PDI como instrumento hegemônico de obtenção do consenso das IFES para uma expansão quantitativa, contratada com aporte limitado e provisório de recursos, ainda que isto leve à intensificação e deterioração da qualidade do trabalho e da formação acadêmica, referenciadas no ensino e na pesquisa	Educação
196	O SIGNIFICADO DO PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XXI: O DECLARADO NO PPA “BRASIL DE TODOS (2004-2007)”	MARIA ALICE DE MIRANDA ARANDA	D	2009	MS	UFMS	Significado do princípio da participação, empiricamente buscado no Plano Plurianual (PPA) “Brasil de Todos: inclusão e participação (2004-2007)”, documento que legalmente norteia a primeira gestão governamental (2003-2006) de Luiz Inácio Lula da Silva	Materialismo Histórico Dialético	Governo Lula - Primeiro Mandato	Participação democrática no governo Lula	O princípio da participação na política educacional brasileira no limiar do século XXI está fundamentado nos pressupostos da cidadania ampliada projetada pelos ideais liberais que visam ao bem-estar material ao nível da civilização vigente na sociedade capitalista e não como proposta alternativa no que concerne à superação da relação capital/trabalho	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
197	A EXPANSÃO E RECONFIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NOS ANOS 90: O CASO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA	MARIA ANTONIA GOMES	M	2002	GO	UFG	Analisar, no contexto das políticas educacionais no Brasil, a expansão e reconfiguração do ensino superior privado com fins lucrativos	Não especificado	Instituições de ensino superior (ies) privadas com fins lucrativos criadas e as estabelecidas em goiânia	Pesquisa documental no sentido lato (fontes orais e escritas),	Percebe-se que as ies redirecionaram antigas formas de disputa, envolvendo em seu conjunto recentes demandas que passam a apontar outros significados do ensino superior privado com fins lucrativos no município	Educação
198	ARTICULAÇÃO ENTRE DISCURSOS GLOBAIS E LOCAIS NA DEFINIÇÃO DA INTERPRETAÇÃO LEGÍTIMA DE UNIVERSIDADE NAS PROPOSTAS DE REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	MARIA CREUSA DE ARAÚJO BORGES	D	2007	PE	UFPE	Construção social de discursos sobre a universidade por parte de organismos e instituições internacionais e entidades nacionais no contexto de reforma da educação superior em curso no Brasil	Pierre Bourdieu	Anteprojeto de lei e no PL 7.200/2006 do MEC, referências discursivas globais, representadas pelo BIRD, UNESCO, OMC e agentes e instituições do Processo de Bolonha nas estratégias de luta dos interlocutores nacionais	Relação entre as temáticas e seus interlocutores; as concepções de educação superior, as orientações/recomendações indicadas e as posições, no campo em referência, equivalentes e divergentes quanto à matéria.	Configura-se, pois, uma articulação entre discursos globais e locais nas diferentes propostas de reforma nacionais, no processo de luta em torno da concepção de universidade, onde, somente, algumas instituições detêm as condições materiais e simbólicas, necessárias à definição social legítima de instituição universitária.	Sociologia

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
199	POLÍTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA	MARIA DAS DORES PIMENTEL NOGUEIRA GONÇALVES	M	1999	MG	UFMG	Sistematização e análise de algumas questões básicas da extensão universitária	Jürgen Habermas	Análise das três políticas de extensão formuladas no país, buscando compreender o processo de formulação das mesmas a partir dos atores sociais que as elaboraram. do início do século	Análise das concepções das instituições, do MEC e dos estudantes	Não especificado	Educação
200	OS RUMOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O ENSINO DE GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: QUE UNIVERSIDADE É POSSÍVEL?	MARIA DAS GRAÇAS BRAGA BOTELHO	M	2004	RJ	UFRJ	Suscitar debates entre os segmentos envolvidos na dinâmica da Universidade, levando à reflexão sobre os rumos traçados para o ensino de graduação e os mecanismos que possam fortalecer e legitimar o seu caráter público e sua função essencial de promover o progresso da ciência e da tecnologia	Não especificado	UFRJ	Pesquisa empírica realizada com alunos e professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Não especificado	Serviço Social
201	POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO. OS RECURSOS PÚBLICOS NO ENSINO PRIVADO: O CASO DE UMA UNIVERSIDADE CATÓLICA	MARIA DAS GRAÇAS GOMES MONTEIRO	M	1997	DF	UnB	Analisar uma universidade privada e católica, no que se refere à apropriação dos recursos públicos e seu compromisso social	Não especificado	Universidade Católica de Goiás	Análise dos recursos públicos ao setor privado	Os recursos públicos não são volumosos como explicitam os publicistas e nem são diminutos como alardeiam os privatistas, e por outra, a prática acadêmica não está sustentada no lucro e se dirige para atender as necessidades da região e setores sociais pouco privilegiados, melhor dizendo, esta universidade parece subordinar os interesses privados aos interesses gerais da sociedade na qual está inserida	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
202	POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DOS ANOS 90: O PROBLEMA DA DIVERSIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	MARIA DAS GRAÇAS MARCELO RIBEIRO	D	2000	SP	PUC SP	Procura-se mostrar as dimensões políticas dessa crise e seus impactos sobre a educação superior, chamando atenção para a proposta de "Reforma do Estado" e, no seu bojo, a de transformação das universidades públicas em "Organização Sociais".	Não especificado	Reformas do Estado	Estudos sobre a edição do decreto n.2207/97 e outros documentos	Apreensões quanto ao risco de aprofundamento do elitismo da Universidade brasileira e da dependência científica e tecnológica do país, em decorrência do estímulo à diversificação do sistema	Educação
203	O RASTRO DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO NOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO	MARIA DO CARMO SANTOS NETA	D	2007	RJ	UFRJ	Analisar o impacto da transposição dos conceitos mercadológicos para a administração educacional, sobretudo nos serviços administrativos do ensino superior	Max Weber	Depoimento e de análise de conteúdo	Governo FHC	Construiu-se um panorama dos entraves e percepções dos servidores envolvidos no processo de implantação do Programa de Qualidade no Serviço Público, sobretudo no início da década de 1990, no Governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC	Educação
204	INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PARÁ E NO BANCO MUNDIAL: OLHAR SOBRE AS APROXIMAÇÕES DESTAS PROPOSTAS	MARIA DO SOCORRO DA COSTA COELHO	M	1998	SP	UNIM EP	Demonstrar como ocorreu o processo de interiorização da Universidade Federal do Pará-UFPA, tendo como objeto o "Projeto de Consolidação e Expansão das Licenciaturas Plenas no Interior do Estado"	Não especificado	Investigar a influência das diretrizes propostas pelo BM ao Ministério da Educação	Projeto de interiorização da Amazônia	O trabalho demonstra por intermédio das fontes primárias a articulação da UFPA com o Congresso Nacional, o MEC e a Agência Internacional, revelando o caráter privatista das propostas	Educação
205	REFORMA DO ESTADO, REFORMA DA UNIVERSIDADE E MOVIMENTO DOCENTE: RESISTÊNCIA E EMBATE DE PROJETOS	MARIA DO SOCORRO XAVIER BATISTA	D	2000	PE	UFPE	Analisar a reforma do Estado e da universidade, no Brasil, especialmente aquela dirigida às Instituições Federais de Ensino Superior	Não especificado	Reforma do Estado e da Universidade nos anos 1990	Análise documental	O trabalho buscou destacar os determinantes estruturais, políticos, econômicos, sociais da reforma, de ordem interna e externa, e identificar alguns dos seus impactos nas instituições públicas	Sociologia

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
206	A METAMORFOSE DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: ENTRE O PÚBLICO E O MERCANTIL	MARIA EMILIA PEREIRA DA SILVA	D	2009	RJ	UFRJ	Trabalho docente no Ensino Superior no Brasil, face ao atual contexto das relações sociais de produção sob a égide do capital financeiro	Materialismo Histórico-Dialético	Empírica realizada nas licenciaturas de duas universidades, uma pública e uma privada	Instituições públicas e privadas	A flexibilização dos regimes e contratos de trabalho se impôs nas IES públicas e privadas. A redução de gastos com a força de trabalho docente, aliada a um produtivismo e especialização exacerbada, tende a reduzir as atividades de pesquisa na universidade pública e a sobrecarregar o professor, precarizando suas condições de trabalho e salário. No setor privado, o professor é submetido a uma carga horária fragmentada em diversas instituições, a flexibilização curricular e da sua área de especialização. O valor-trabalho é a categoria central de análise e explicação	Políticas Públicas e Formação Humana
207	POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERÍODO DE 1995 A 2006: A (RE) CONFIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO NORTE	MARIA GORETTI CABRAL BARBALHO	D	2011	RN	UFRN	Analisar o delineamento do ensino superior, no período de 1995-2006, no Brasil como resultado da implementação das políticas de expansão	Não especificado	Dados estatísticos	Ensino Superior no Rio Grande do Norte	A ampliação do domínio privado e, por conseguinte, diminuição do público impulsionadas pela implementação das reformas do Estado e da educação significa a defesa do mercado como princípio regulador da sociedade, passando a orientar as mudanças globais, com graves implicações	Educação
208	HEGEMONIA, AJUSTE NEOLIBERAL E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	MARIA HELENA RIBEIRO MACIEL	D	2008	PB	UFPB	Analisa a política educacional no Brasil direcionada para o ensino superior, num contexto de ajuste neoliberal	Gramsci	Análise das reformas do Ensino Superior, principalmente no período denominado de “Década da Educação” (1996/2006)	Verificação da subordinação do ensino às demandas do mercado, análise dos documentos	Os mecanismos hegemônicos do ajuste neoliberal definiram as diretrizes para o Ensino Superior no Brasil, visando a hegemonia do capitalismo mundial	Educação
209	O FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (FIES): O DESEMPENHO DO PROGRAMA FEDERAL NO ATENDIMENTO À DEMANDA PELO ENSINO SUPERIOR	MARIA HIDALGO SANCHEZ	M	2004	SP	USM	Analisar o programa do governo federal brasileiro FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior	Nina Beatriz Ranieri	FIES e a LDB/96	Fontes documentais, instrumentos legais, dados estatísticos e investigação bibliográfica	Não especificado	Educação, Adm. e Com.

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
210	NOVOS MODOS DE REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E O ENSINO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA NO BRASIL (1995-2008): ESPAÇOS, SUJEITOS E AÇÕES	MARIA INÊS BARREIROS SENNA	D	2010	MG	UFMG	Analisar os novos modos de regulação das políticas de educação superior no Brasil no contexto dos cursos de graduação em Odontologia	Não especificado	FHC (1995-2002) e Lula (2003-2008)	Censo da Educação Superior (1995-2008), Questionário do ENADE 2004 e 2007 e das súmulas dos pareceres da CES/CNE (1997-2007) sobre os processos de autorização e reconhecimento dos cursos, entrevistas	A grande ampliação da oferta de formação ocorreu principalmente no setor privado; e foi acompanhada pela busca de novos mercados educacionais para além das Regiões Sudeste e Sul; tendência de diversificação da oferta de formação, principalmente com a criação de novos cursos de graduação em centros universitários e faculdades de odontologia; diminuição da competitividade dos processos seletivos para a área de Odontologia, tendo em vista a grande redução da relação candidato/vaga (51%).	Educação
211	UFBA NA MEMÓRIA: 1946 - 2006	MARIA INES CORREIA MARQUES	D	2005	BA	UFBA	Reconhecer a configuração atual da universidade brasileira através do rastreamento histórico, para analisar os processos reformistas do ensino superior	Walter Benjamin	UFBA	Narrativas de três reitores da UFBA: Roberto Santos (1967-1971); Rogério Vargens (1988-1991) e Felipe Serpa (1993-1998)	A autora percebeu a história conforme sua subjetividade, e suas circunstâncias historicamente. As narrativas dos reitores, não são apêndices, estão no cerne do trabalho.	Educação
212	A RECONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE ENFERMAGEM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: 1996 - 2006	MARIA LELITA XAVIER	D	2010	RJ	UFRJ	Descrever as circunstâncias que favoreceram a promulgação da LDB; analisar as estratégias de luta empreendidas pelos agentes da educação superior de enfermagem; discutir a reconfiguração do campo da educação superior em enfermagem no estado do RJ	Pierre Bourdieu	UFRJ	LDB e Plano Nacional de Educação e seus impactos sobre a UFRJ	Na década de 1990, sob os auspícios do neoliberalismo foi realizada a reforma educacional no Brasil, a qual se baseou nos aspectos de flexibilidade, competitividade, avaliação, focando especialmente o princípio da expansão. Para tanto, o MEC providenciou a elaboração de vários instrumentos legais como: a Lei nº 9.131/1995, a LDB nº 9.394/1996 e o Plano Nacional de Educação	Enfermagem
213	EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DO RECIFE	MARIA LETÍCIA LEOCÁDIO SILVA CAVALCAN TI	M	2008	PE	UFPE	Analisar as estratégias, iniciativas ou políticas institucionais formuladas e empregadas pelas IES, correlacionando-as com as políticas para educação superior correspondentes aos governos de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2006)	Análise de Conteúdo	Governo FHC e LULA	Documentos governamentais, o marco legal, entrevistas semi-estruturadas	A formação, consolidação e sofisticação de um mercado de serviços educacionais na Cidade do Recife, que teve seu início com as políticas implementadas no governo FHC	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
214	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA E A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NO ESTADO DO PARANÁ	MARIA LUISA FURLAN COSTA	D	2010	SP	UNESP	O objetivo geral deste estudo é analisar os procedimentos adotados para viabilizar a implementação de cursos superiores ofertados em uma modalidade distinta do ensino presencial, no âmbito do Sistema UAB	Não especificado	Paraná	UAB no Paraná	Pesquisa vem reforçar a premissa básica de que a expansão da oferta de cursos superiores a distância por meio da modalidade a distância é um fato inconteste	Educação
215	PDI - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, PPI - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL E PPC - PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, ENTRE O DITO E O FEITO, UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO EM TRÊS IES/RS/BRASIL	MARIA MAIRA PICAWY	D	2008	RS	PUC RS	O trabalho traz reflexões sobre: o Ensino Superior Brasileiro e sua expansão, competitividade e avaliação; Base Legal da Avaliação do Ensino Superior – SINAES - PDI, PPI, PPCPed; o Curso de Pedagogia – Formação Docente; a Metodologia de Pesquisa de “Estudos de Casos Múltiplos”	Não especificado	Institutos de Educação Superior do RS	Análise das orientações legais do MEC/INEP/SINAES/D CNs	Não especificado	Educação
216	MOBILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO: A DUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR	MARIA NELI RIBEIRO CUNHA	M	1998	MG	UFV	Analisar as desigualdades educacionais a partir de sua interação com as desigualdades sociais e econômicas	Não especificado	Universidade Federal de Viçosa	Analisar os dados dos candidatos ao vestibular de 1993 a 1997	O sistema educacional brasileiro, e mais especificamente a universidade pública, reflete as estruturas sociais e econômicas da sociedade brasileira, ao reservar de forma geral, aos mais carentes as profissões e as carreiras de mais baixo status e menores salários.	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
217	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ: PROGRAMAS EXPANDIR E REUNIR E A COMPOSIÇÃO DOS QUADROS DOCENTE DOS CAMPI DA UFPA	MARIA PÁSCOA SARMENTO SOUSA	M	2011	PA	UFPA	Cenário da política de educação superior entre 1980 e 2010 no Brasil	Santos (2010), Trigueiro (2003), Dourado (2002) Fialho (2005), Freitas (2005), Yu e Façanha (2011), Lima (2011) Souza e Shibata (2011)	UFPA e as políticas públicas	Processos internos de gestão e decisão nesta organização universitária complexa e estruturada como burocracia profissional, macro políticas do MEC	Identifica uma iniquidade na distribuição das vagas para docentes efetivos entre os campi da UFPA, fruto de uma estratégia organizacional, de decisões e escolhas - filosofia de expansão baseada nas vocações econômicas regionais - que optou por investir prioritariamente em alguns campi em detrimento de outros	Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
218	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL: O CASO DA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	MARIA ZOREIDE BRITTO MAIA	D	2011	GO	UFG	Analisar o processo de expansão da educação superior no Brasil, por meio da Educação à Distância (EaD), nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	Exame de documentos	Universidade do Tocantins (Unitins)	Governos FHC e LULA	O governo federal elegeu a EaD como um dos mecanismos para promover a expansão desse nível de ensino, e evidenciou a necessidade de maior avaliação, regulação e supervisão das instituições e dos cursos, tendo em vista assegurar padrões aceitáveis de qualidade acadêmica na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação nessa modalidade de educação	Educação
219	QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROUNI: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO	MARIALVA LINDA MOOG PINTO	D	2010	RS	UNISINOS	O estudo propôs a investigar o Programa Universidade para Todos – PROUNI, enquanto uma política de inclusão na Educação Superior, com o intuito de averiguar se a presença dos bolsistas deste Programa impacta a qualidade de ensino nas Instituições que os acolhem	Readings(2003), Sobrinho (2005), Paim (1982), Morosini (2007), Chauí (2001), Cunha (2006, 1998), Oliven(2007), Freire(1980), Szymanski (2002) e Silveira(2002)	Região Sul e o PROUNI	Entrevistas semiestruturadas com professores e gestores da IES e aplicados questionários com os estudantes beneficiados pelo Prouni	Existe a necessidade de repensar as políticas governamentais e institucionais, no sentido de prever maior apoio aos bolsistas durante o percurso de formação e aprofundar as causas da evasão	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
220	A UNIVERSIDADE PÚBLICA EM CRISE: DILEMAS E DESAFIOS FRENTE 'A GLOBALIZAÇÃO E AO MERCOSUL	MARILISE LUIZA MARTINS DOS REIS	M	2001	SC	UFSC	Analisar e discutir determinadas contradições pelas quais vem passando a instituição universidade pública no decorrer da sua história	Não especificado	Reforma do Ensino Superior na América Latina diante do avanço da globalização	Reforma do ensino superior na América Latina, através do BM, na Argentina, Brasil e Chile, propostas que apresenta o MERCOSUL para o sistema, através do seu Plano Trienal	Todas as reformas propostas tanto pelos países, quanto pelo MERCOSUL, convergem para a proposta do Banco Mundial, que propõe um modelo de ensino superior e de universidade nos parâmetros da doutrina neoliberal e do mercado internacional	Sociologia
221	AS RELAÇÕES ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	MARILISE MONTEIRO DE SOUZA ZOCCOLI	M	2005	PR	PUC PR	Analisar as relações entre as transformações do mundo do trabalho, as políticas educacionais e a formação de professores, constituindo-se em preocupação, o modo como se formulam as políticas educacionais, seus determinantes e condicionamentos.	Não especificado	Pesquisa qualitativa, mediante entrevista semi-estruturada junto a coordenadores de Curso Normal Superiores e nove coordenadores pedagógicos de escolas de educação básica	As relações entre as transformações do mundo do trabalho, as políticas educacionais e a formação de professores	As transformações que vem ocorrendo na sociedade, assentadas na reestruturação produtiva, economia e na política se refletem e forma significativa nas políticas educacionais de formação de professores. Tais políticas refletem um descompasso com uma formação que propicie ao professor as condições para fazer a leitura da realidade e contribuir com a sua transformação.	Educação
222	Neoliberalismo e Educação: novo conflito entre o público e o privado	MARIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO	M	1995	SP	UFSCar	Analisar o neoliberalismo relacionado com a educação, anexando a este a diade publico-privado referenciado na dialética	Materialismo Histórico-Dialético	Teóricos liberais e socialistas	Análise das propostas educacionais dos liberais clássicos aos neoliberais	Relização de considerações sobre a Teoria do Capital Humano	Educação
223	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: ESTUDO DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)	MARTA MARIA BRACKMANN	M	2010	RS	UFRS	Analisar a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) - situada em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai	Abordagem qualitativa, de caráter exploratório, que envolve fontes primárias e secundárias	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)	Análise documental	Concluir que a Unila é um modelo inovador de Universidade e que a internacionalização da educação superior, via sua criação, tem potencial para contribuir para o alcance dos objetivos da política externa brasileira referente à integração regional, embora, por si só, ela não garanta o sucesso da integração	Ciências Sociais

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
224	A EDUCAÇÃO SOB A ÉGIDE DO MERCADO: OS NOVOS RUMOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.	MILTON BATISTA NIZATO	M	2000	SP	PUC SP	Discutir as transformações ocorridas no ensino superior brasileiro nos últimos anos, levando-se em consideração que a política do Estado para esse setor tem sido de diminuição da presença	Não especificado	Não especificada	Não especificada	Não especificada	Serviço Social
225	A AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO - A DISPUTA ENTRE DISCURSOS E DADOS	MÍRIAN ELIZABETH HAHMEYER COLLARES	M	2002	SC	UFSC	Analisar e avaliar os principais discursos sobre o processo avaliativo, bem como os resultados obtidos a partir dos dados publicados pelo Ministério desde a implementação dos mecanismos avaliativos (de 1997 a 2000)	Não especificado	Questões centrais das políticas de ensino superior brasileiras, discursos dos principais atores envolvidos	Análise documental	Os discursos utilizados pelo Ministério, ou melhor, pelos seus representantes, não se correspondem, havendo entre eles estão desconexos e fora da realidade social brasileira.	Sociologia Política
226	A INSTITUCIONALIZAÇ ÃO DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE COMPARADA DO BRASIL E DO MÉXICO.	MÔNICA APARECID A DA ROCHA SILVA	D	2007	DF	UnB	Descrever o processo de institucionalização desse instrumento de políticas públicas e averiguar os principais fatores que levaram os governantes desses países a adotá-lo	Não especificado	Brasil e México	Análise de documentos, a principal técnica adotada foi a realização de entrevistas individuais semi-estruturadas	Apesar dos principais fatores relacionados à introdução da AES no Brasil e no México serem semelhantes, os processos de institucionalização se deram de forma diferenciada nos países em estudo, possivelmente em virtude das relações de poder e consensos estabelecidos	Ciências Sociais
227	REFORMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA: ESTUDO DE DOIS CASOS (BRASIL E CHILE)	MÔNICA APARECID A DA ROCHA SILVA	M	1999	SP	USP	Objetivo realizar uma análise comparativa das mudanças introduzidas na educação superior do Brasil (década de 90) e do Chile (décadas de 80 e 90), com base nas reformas do Estado	Não especificado	Políticas Públicas dos dois países e suas trajetórias na década de 80 e 90	Não especificado	A reforma ocorrida na educação superior privilegia a expansão institucional, como a diferenciação e diversificação de fontes de financiamento, avaliação institucional e flexibilização do acesso ao ensino de nível superior. Há uma nova concepção de Estado, cujo ponto central é concentrar-se na formulação e avaliação das políticas públicas. As atividades ficam a cargo de entidades descentralizadas, empresas privadas ou organizações não-governamentais	Inegração da América Latina

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
228	EXPANSÃO DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL APÓS A APROVAÇÃO DA LDB DE 1996 – UM ESTUDO DE CASO DO UNIVAG - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE	MYRIAN TEREZA MACIEL DE ARRUDA E SÁ	M	2007	MS	UCDB	Analisar, por meio de um estudo de caso, o processo de criação do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG e sua relação com o movimento de expansão de Centros Universitários no Brasil e com as políticas públicas para a educação superior, pós LDB (Lei nº. 9.394/1996)	Não especificado	Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG	Entrevistas e Análise Documental	Observou-se, ainda, que a justificativa da expansão da educação superior está vinculada a interesses das políticas neoliberais que defendem a minimização do Estado nesse nível de ensino, deixando para a iniciativa privada, especialmente a empresarial, esse espaço educacional	Educação
229	ESTADO E FINANCIAMENTO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL: O FUNDO PÚBLICO FEDERAL E AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (1989-2001)	NELSON CARDOSO DO AMARAL	D	2002	SP	UNIM EP	O estudo analisa sob a ótica do financiamento as mudanças ocorridas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), entre 1989 e 2001	Não especificada	IFES	Instituições federais entre 1989 e 2001	Uma verdadeira reforma universitária, que utiliza o financiamento como um dos instrumentos essenciais para a sua implantação, que estaria levando as IFES a se afastarem de suas funções de elaboração de cultura, tornando-se, cada vez mais, organizações utilitaristas a serviço do "quase-mercado" educacional	Educação
230	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A EXPANSÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS (1996 a 2009)	NEUSA OVIEDO RAMIRES	M	2011	MS	UCDB	Analisar a expansão do curso de graduação presencial em Ciências Contábeis no Brasil, na Região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul, em função das políticas públicas de cunho neoliberal	Não especificado	Censos da Educação Superior do INEP focando a relação entre políticas públicas neoliberais e a educação superior	Análise documental	A expansão do curso de graduação presencial em Ciências Contábeis no Brasil segue a tendência nacional da educação superior, com características específicas em função do perfil profissional de seus egressos, da necessidade do mercado e do próprio curso	Educação
231	EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DO DIREITO E DO ESTADO - REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO ESTADO, A PARTIR DA LEI N. 9.394	NINA BEATRIZ STOCO RANIERI	D	1999	SP	USP	Estudar a intervenção do Estado brasileiro na educação superior, a partir da análise crítica da Lei n. 9.394/96 e das diversas manifestações do poder regulamentar federal	Não especificado	Relações que se estabelecem entre a União e os Estados federados, e entre a União e as instituições de ensino superior, públicas e privadas	Análise Documental	As conclusões apontam para a restrição das condições de eficácia da lei; para a ampliação da interferência pública na esfera privada; e para o descompasso entre a legalidade formal e a prática regulamentar federal.	Direito

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
232	EDUCAÇÃO E INSERÇÃO DO AFRO-DESCENDENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA: COTAS NAS UNIVERSIDADES COMO FATOR DE JUSTIFICAÇÃO DA ORDEM LIBERAL	ODAIR DA COSTA MOREIRA	M	2004	SP	UTP	Investigar a situação do afro-descendente na sociedade brasileira através da análise das políticas públicas liberais	Histórico Crítica	Ações afirmativas no Brasil e o Liberalismo	Políticas de ação afirmativa, sua consolidação nos EUA, perante a chamada era dos direitos das minorias e a forma como esse discurso passou a ser adotado no Brasil	O processo de implementação das políticas de cotas em universidades brasileiras são articulados no âmbito da concepção de justiça liberal, no sentido de se tentar promover igualdade de oportunidades de acesso à universidade pública numa sociedade cujo histórico de desigualdade e discriminação étnica não pode ser corrido sem profundas transformações estruturais	Educação
233	PRODUTIVIDADE ACADÊMICA E POLÍTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO E DESCARACTERIZAÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	OKÇANA BATTINI	D	2011	PR	UFPR	Impacto das políticas avaliativas centradas na produtividade acadêmica –habitualmente chamadas de “produtivismo”	Pablo Gentili e Codo	UEL - Pedagogia	Política avaliativa no país, formulada pelo MEC, através do INEP e da CAPES para avaliar o impacto das normativas do SINAES e da avaliação dos programas de pós-graduação	A polarização do corpo docente entre professores da pesquisa e professores do ensino, entre os de graduação e de pós-graduação e, até entre os do mesmo nível, trazem alguns indicativos para pensarmos que está ocorrendo um processo de transformação da identidade docente	Educação
234	A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES DO SISTEMA FUNDACIONAL CATARINENSE	OLMAR LUIS HAWERROTH	M	1999	SC	UFSC	Identificar quais fatores foram preponderantes e proporcionar o entendimento de como influenciaram a expansão do ensino superior em Santa Catarina	Não especificado	Universidades de Santa Catarina	Entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos	Apesar da preponderância dos fatores mencionados acima, projetos dificilmente teriam sua implantação aprovada se não existissem uma demanda reprimida que garantisse uma durabilidade mínima, um mercado de trabalho promissor que pudesse absorver seus concluintes e que o investimento e o custo operacional envolvidos estivessem dentro da realidade financeira da instituição	Educação
235	ENSINO SUPERIOR E MODERNIDADE: A EXPERIÊNCIA DE IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	OSINEIDA MARIA GOMES MASCARENHAS	M	1995	DF	UnB	Detectar e analisar a presença e a articulação do discurso da modernidade na universidade do Tocantins - unitins	Não Especificado	Documentos oficiais e funcionários	Análise de documentos e entrevistas semi estruturadas	Não especificado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
236	A UNIVERSIDADE E O MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO NEOLIBERAL: REFLETINDO ACERCA DA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E DO PROFISSIONAL SOCIÓLOGO	PAOLA LUCIANA RODRIGUEZ PECIAR	M	2009	RS	UFSM	Elucidar os desafios do atual contexto socioeconômico para a educação superior universitária de forma geral e, no âmbito da área de ciências sociais e humanas de forma particular	Análise de Conteúdo	Coleta de dados, entrevistas individuais e semi-estruturadas no curso de graduação em Ciências Sociais, debate com alunos e professores	Estudos de Caso	A universidade vem sendo pressionada a reger suas atividades sob a lógica da produtividade e da competitividade, condizentes à economia de mercado, e convocada a uma participação mais ativa no sentido de incrementar a concentração na investigação na área tecnológica relegando a importância dos conhecimentos da área de ciências sociais e humanas a um segundo plano	Educação
237	A EXPANSÃO DAS LICENCIATURAS E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS: privatização, interiorização e estadualização (1997 - 2006).	PATRÍCIA DA SILVA FERNANDES ADORNO	M	2008	GO	UFG	Compreender, no contexto das políticas educacionais no Brasil pós-aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), a expansão da Educação Superior, especialmente das licenciaturas, em Goiás	Medina, Silva Jr. e Sguissardi, Catani, Dourado, Oliveira, Chauí	Licenciaturas em Goiás	Pesquisa documental associada a reflexões acerca das políticas públicas para a educação superior no Brasil	Em Goiás, diferentemente de outras regiões do Brasil, a expansão da formação de professores para a educação básica ocorreu por meio dos movimentos de interiorização e estadualização da oferta e da intermediação de uma instituição pública, a Universidade Estadual de Goiás (UEG), criada em 1999	Educação
238	EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1998 - 2007: PROPOSTAS, METAS E DIRETRIZES. OUTRO OLHAR SOBRE OS MESMOS PROBLEMAS	PATRICIA LUCIA VOSGRAU DE FREITAS	M	2010	PR	UFPR	A expansão da Educação Superior brasileira no setor público é uma direção expressa	Catani (2006), Cunha(2003), Dias Sobrinho (2003), Gisi (2003), Michelotto (2003), Minto (2006), Otranto (2006), Sguissardi(1997), Trindade (2004), Zaínko (2008)	PROUNI, SINAES; Lei de Inovação Tecnológica; Parcerias Públicas Privadas; Educação a Distância – UAB; Educação Profissional - IFETs; REUNI	Documento de campanha eleitoral de Lula da Silva: Uma Escola do Tamanho do Brasil e as práticas governamentais de Lula	Esta análise identifica que a expansão de acesso, a elevação da qualidade e a efetivação do compromisso social estão sendo desafios reincidentes em todas as discussões, é necessário romper o discurso e balizar as políticas públicas para a Educação Superior por demandas sociais.	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
239	DEMOCRACIA E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO LULA	PAULO ROBERTO DE SOUZA GERMAN	M	2011	PR	UTP	Revelar, por meio de pesquisa bibliográfica, as políticas públicas educacionais no Brasil, durante o governo Lula perante o que se divulgou ser uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade rumo à promoção de uma democracia mais participativa	Jean-Jacques Rousseau, Carlos Coutinho, Wanderlei dos Santos, Dermeval Saviani, Luiz Cunha, Luiz Dourado e Jamil Cury	Governo Lula	Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) entre outros textos de referência das políticas educacionais no período em questão.	Mostrou-se que as políticas educacionais do Governo Lula estiveram mais afinadas com o discurso comunitarista da democracia, aproximando também da concepção liberal da mesma.	Educação
240	CULTURA DE MERCADO NO ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E MARKETING	PAULO ROBERTO LOPES PIMENTEL	M	2011	RS	UPF	Listar as políticas determinantes para a mercantilização e expansão do ensino superior no Brasil a partir de 1990; realizar uma reconstrução temporal, descrever em que consiste a mercantilização do ensino superior, examinar estratégias de um dos 4P's do marketing (promoção)	Não especificado	Foco em Curitiba/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Florianópolis/SC, Joinville/SC, Blumenau/SC, Porto Alegre/RS, Caxias do Sul/RS e Pelotas/RS	Fontes documentais e bibliográficas, dados estatísticos do INEP e IBGE	Aponta-se para duas características peculiares no processo de mercantilização da educação superior na região sul do Brasil: há um predomínio de IES de origem endógena, isto é, que surgem e consolidam-se no próprio Estado; e nota-se que a maior parte dessas instituições foi criada no período posterior a 1990	Educação
241	QUALIDADE TOTAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES	PAULO ROBERTO TREVIZAN	M	2003	SP	UNOESTE	Analisar as condições em que o processo de qualidade total pode ser aplicado nas IES	Não especificado	Um caso prático de uma instituição particular do ensino superior (IES), obras, publicações técnicas, artigos.	Análise documental	Existência de limitações de implantação da qualidade total do mesmo modo como foi implementada nas empresas brasileiras, entre os anos noventa, até os dias de hoje	Educação
242	A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL	PEDRO LUIZ STIELER	M	2009	RS	UNIJUÍ	Desvelar quais idéias, concepções e interesses estão em jogo na expansão do ensino superior no Brasil, num contexto da educação como um mercado em rápida ascensão	Não especificada (Análise Documental e Reflexiva)	Documentos e publicações	Visão de empresários, professores e sindicatos sobre a expansão do ensino superior privado	Evidenciaram a existência de pontos frágeis na expansão do ensino, tais como a formação dos professores, o controle e fiscalização, tanto por parte do Governo como dos Sindicatos	Educação nas Ciências

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
243	A SOCIEDADE DO APRENDIZADO E AS TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO. DE 1997 A 2002 - UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA	PEDRO VIEIRA DE ANDRADE	M	2004	RJ	UFF	Investigar o impacto que a revolução da informação e do conhecimento vêm provocando no cenário social como um todo - a chamada era da informação - e como essa nova realidade se reflete no sistema educacional superior brasileiro em particular	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Ciências da Informação
244	PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA HOMEOPÁTICA CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL (1995-2010).	PRISCILLA GAMA CARDOSO	M	2011	SP	UNESP	Analisar as políticas do governo Lula para a educação superior, tendo como fio condutor os conceitos de público e privado	Não especificada	Governo FHC e LULA	Análise bibliográfica e documental, identificação e análise de documentos oficiais, legislações referentes à educação superior, estatísticas.	Governo Lula, foram realizadas e orientadas para atender à racionalidade econômica crivada pela lógica mercantil	Educação
245	O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM MATO GROSSO	QUELEN GIANEZINI	M	2009	RS	UFRS	Investigar o processo de expansão do ensino superior e suas peculiares iniciativas	Não especificada	Estudo sócio-histórico do estado de Mato Grosso (MT).	Projetos de criação e de desenvolvimento das Instituições de Educação Superior (IES) - UFMT e da UNEMAT, bem como realização de entrevistas semiestruturadas	As reações às pressões econômicas, políticas e sociais, impostas respectivamente pela globalização, pela manutenção do poder no campo político e pelas necessidades da sociedade do conhecimento, vão fazer com que a expansão do ensino superior e dessas universidades, bem como seu fortalecimento	Sociologia
246	PROUNI: UMA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR?	RAISA MARIA DE ARRUDA MARTINS	M	2011	MG	UFV	Analisar o PROUNI enquanto Programa que pretende promover a democratização do ensino superior e a justiça social	Não especificado	Quatro instituições privadas de ensino superior da cidade de Belo Horizonte	Entrevista dos dirigentes das instituições e de alunos bolsistas do PROUNI, dados documentais	O PROUNI constitui Programa que beneficia e contribui para a expansão do setor privado de ensino superior. Pensa-se que, o ideal de democratização não se efetiva através do PROUNI, a não ser em caráter quantitativo, caracterizando-se, então, como oportunidade de acesso, e não de permanência	Educação
247	CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE CULTURAL - UM DESAFIO PARA O PAÍS.	REGINA MARIA ENÉAS	D	2010	SP	PUC SP	O trabalho tem o objetivo de esmiuçar as relações que envolvem a formação do tecnólogo brasileiro, tratando-a em três eixos: econômico, social e político.	Não especificado	Cursos Superiores de Tecnologia	A pesquisa qualitativa e vivência profissional enquanto docente e coordenadora de curso desta modalidade	Os CST foram transformados em objeto de manobra e sustentação da política neoliberal que conduz nosso país desde 1990	Ciências Sociais

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
248	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: O CASO DA FACULDADE CAMBURY DE GOIÂNIA- GÓIAS	REGINA MARIA JORDÃO C. DE CASTRO	M	2004	GO	PUC GO	Compreender o processo de expansão e privatização da educação superior que ocorreu no Brasil	Não especificado	Estudo de caso: o da Faculdade Cambury de Goiânia-GO	Estudos teóricos relacionados à temática, de pesquisa documental e de entrevistas	A criação da Faculdade Cambury e as atividades que esta organização vem desenvolvendo foram guiadas pela política educacional vigente no país e pelas exigências do mercado associadas aos interesses empresariais de seus gestores	Educação
249	A ESCOLHA DO MAGNÍFICO: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE ESCOLHA DOS DIRIGENTES DA UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS	REINALDO CARLOS DE OLIVEIRA	M	2002	RJ	UFF	Desvelar a forma pela qual se dá a distribuição dos níveis de autoridade e a participação dos segmentos universitários no processo decisório no âmbito da universidade	Não especificado	UFF	Reuniões do conselho universitário no período de outubro de 2001 a maio de 2002 e dos debates entre os candidatos a reitor	Observou-se que os colegiados deliberativos universitários são compostos majoritariamente por membros indicados indiretamente. O dirigente universitário nomeado pelo reitor para ocupar um determinado cargo executivo atua também em órgão colegiado deliberativo, sem passar por nenhum processo específico de escolha democrática	Ciência Política
250	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E MOMENTO ATUAL	RENATA CARBONE	M	2006	SP	UNIM EP	A pesquisa trata do sistema nacional de educação superior, sua história desde a primeira República	Não especificado	Sistema nacional de educação superior	Histórico desde a década de 1960 até LDB/1996 e a estrutura do ensino superior na atualidade	Não especificado	Educação
251	REFORMAS NO ENSINO SUPERIOR LATINO-AMERICANO: BRASIL E ARGENTINA NOS ANOS 90	REYNALDO ZORZI NETO	M	2002	SP	USP	Analisar as políticas relativas ao ensino superior implementadas nesses dois países na década de 90, durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem	Não especificado	Governo Menem, FHC e o Banco Mundial	Não especificado	O aumento da ingerência do BM na formulação de políticas públicas nos dois países tem levado a um processo gradativo de descompromisso do Estado em relação à educação superior.	Inegração da América Latina
252	A IMPLANTAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: UM ESTUDO DE CASO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA	RHOBERTA SANTANA DE ARAÚJO	M	2011	PA	UFPA	Repercussões do Programa nos aspectos relacionados ao acesso à educação superior, ao financiamento e a gestão universitária	Não especificado	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas - REUNI	Pesquisa bibliográfica, análise de documentos e estudo de caso, realizado no referido Campus de Altamira	O marco da atual conformação atribuída às universidades públicas está na ressignificação dos conceitos de público e privado e na progressiva diminuição da autonomia universitária, apontando, também, uma forma de expansão sem os correspondentes aportes financeiros e sem a garantia dos padrões de excelência acadêmica, historicamente atribuídos às universidades públicas	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
253	OS SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM EXPANSÃO (1990 A 2010).	RICARDO SPINDOLA MARIZ	D	2010	DF	UnB	Estudar a dinâmica de construção dos sentidos do trabalho docente na educação superior privada do Brasil	Não especificado	IES privados e seu corpo docente	Mudanças na organização do trabalho das IES, a ampliação de oferta de vagas para os estudantes nas últimas duas décadas e uma IES	Não se encontrou, a partir da pesquisa, uma relação de causalidade linear entre os sentidos do trabalho docente e elementos como trajetória profissional dos professores, organização do trabalho e outros elementos que poderiam ser considerados inicialmente como variáveis para o entendimento da questão.	Sociologia
254	ENSINO SUPERIOR: A QUALIDADE TOTAL EM QUESTÃO	ROSEMAR DELPINO	M	2005	SP	PUCCamp	Analisar os efeitos da Gestão da Qualidade Total na Educação	Não especificado	Discursos sobre a aplicação da qualidade total na educação	Análise documental	As consequências desse modelo foram absorvidas, as instituições formam seus alunos para permanecerem no mercado, dentro da lógica da concorrência. A educação é oferecida como bem de consumo e fonte de lucro.	Educação
255	AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO: 1995-2002	RÚBIA HELENA NASPOLINI COELHO	M	2005	PR	UFPR	Analisar o sistema nacional de avaliação do ensino superior, com ênfase no Exame Nacional de Cursos, no interior do contexto da reforma do Estado brasileiro no decorrer dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	Não especificado	Governo FHC e propostas da UNESCO quanto à avaliação	Análise documental	Não especificado	Educação
256	A COMUNICAÇÃO MIEDATIZADA NA EAD: UM DISCURSO PEDAGÓGICO DIFERENCIADO	SAMIRA FAYEZ KFOURI	D	2010	SP	UNIMEP	Analisar e avaliar como e com quais características a comunicação pedagógica apresenta o discurso educativo nesta modalidade, enquanto categoria educacional e comunicativa, caracterizada pelo uso de TIC dentro da perspectiva social	Pesquisa participante e documental, de natureza qualitativa.	EAD	Regulamentação específica e dos debates que envolvem o MEC e a SEED, a ABED e os profissionais da área	Existem muitas iniciativas, mas o discurso predominante ainda é o da democratização da expansão, o que prejudica sensivelmente o avanço da valorização humana em detrimento do uso da tecnologia, e isso impede avanços na construção dos espaços possíveis e essenciais na modalidade EAD	Comunicação Social
257	MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA PRIVATIZANTE EM FACE DA CONSTITUIÇÃO DE	SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO	M	2010	MG	PUCMG	Análise do processo de privatização do ensino superior brasileiro, desencadeado desde meados dos anos 1990, para confrontá-lo com a Constituição de 1988, sob a ótica do Direito Econômico	Não especificado	Constituição de 1988 e dados dos anos 1990 sobre o Ensino	Análise Documental	Até 1997, não se cogitava a exploração lucrativa da educação no Brasil, mas, seguindo os preceitos orientadores de política econômica formulados pela OMC, o Estado brasileiro criou o ambiente jurídico necessário para que os empresários pudessem prestar o serviço de ensino superior sob regime de livre concorrência	Direito

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
258	O AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: O PROUNI COMO UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O SETOR PRIVADO	SERGIO CAMPOS DE ALMEIDA	M	2006	RJ	UFF	Análise da criação do Programa Universidade para Todos – ProUni como uma nova forma de transferência de recursos públicos para as instituições de educação superior de caráter privado	Não especificado	Diretrizes de organismos internacionais, em especial do Banco Mundial e a Reforma Universitária do governo Lula	Análise das políticas públicas	O governo Lula deixa claramente especificado duas estratégias: desobrigar o Estado no financiamento das universidades públicas criando mecanismos para que estas captem recursos junto ao “mercado” e criar mecanismos que permitam a transferência de recursos públicos direta ou indiretamente para as instituições de ensino superior privadas	Educação
259	O ESTADO MÍNIMO E O TRABALHO DOCENTE: INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS DE CUNHO NEOLIBERAL EM DUAS UNIVERSIDADES DE MATO GROSSO DO SUL - 1996 a 2006	SILVIA PEIXOTO DE LIMA	M	2009	MS	UCDB	Analisar as mudanças ocorridas no trabalho e na formação docente em duas instituições de Educação Superior (IES) do estado de Mato Grosso do Sul, sediadas em Campo Grande	Não especificado	Universidades do MS	Fontes documentais (leis, decretos, resoluções, portarias) entre 1996 e 2006. Entrevistas com 16 professores.	As políticas neoliberais atingem a classe trabalhadora como um todo, acarretando aos professores o aumento do número de alunos por sala, a exigência de formação continuada como garantia de empregabilidade, a flexibilização dos direitos e o acúmulo de atividades	Educação
260	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: FLEXIBILIZAÇÃO, QUALIDADE E COMPETÊNCIA	SIMONE DE MAGALHÃES VIEIRA BARCELOS	M	2004	GO	UFG	Discutir a formação docente delineada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena, com o objetivo de apreender sua contribuição	Não especificado	Foram estudadas as categorias flexibilização, qualidade e competência como eixo articulador das DCN.	Pesquisa teórico-documental	Inferimos que a proposta oficial para formação docente revela a consonância deste dispositivo legal com orientações de organismos internacionais, cujos pressupostos concebem a formação docente na perspectiva das demandas do trabalho na sociedade contemporânea	Educação
261	A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÓS LDBEN: TERRITÓRIOS DISPUTADOS	SINTIA SAID COELHO	M	2010	RJ	UCP	A pesquisa teve como objetivos analisar o processo de expansão da educação superior no país, apresentando alguns aspectos da situação atual.	Abordagem Qualitativa	Petrópolis	Fontes documentais e bibliográficas, além de entrevistas	Não especificado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
262	MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO	SOLANGE NONNENM ACHER	M	2008	RS	UFSM	Analisar a visão que possuem professores de instituições de ensino superior privado sobre os processos de docência que vivenciam, para estabelecer relações entre as práticas relatadas por eles, os contextos globais e com as referências teórico-práticas sobre o tema	Não especificado	Instituições privadas de Ensino Superior	Entrevista com professores atuantes em três instituições de ensino superior privado	Não especificada	Educação
263	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: QUANDO A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO E A PRECARIZAÇÃO DA DOCÊNCIA ALCANÇAM UM NOVO ÁPICE?	SOLONILDO ALMEIDA DA SILVA	D	2011	CE	UFC	Analisamos a reestruturação da produção e do trabalho, bem como a condição mercadológica que a educação passou a assumir nessa nova ordem do capital	Materialismo Histórico Dialético (Mészáros)	UFC, IFCE, UECE e FDR	Análise do processo de consolidação da Educação a Distância (EaD)	A educação no cenário da crise estrutural do capital torna-se um mecanismo necessário à administração dessa situação de crise	Educação
264	AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	SONIA MARIA DE PINHO GODOY	D	1997	SP	PUC SP	Pesquisa sobre o artigo 207 da constituição federal de 1988	Não especificado	Estudo da legislação	Constituição de 1988 e a LDB/96	Apesar de estar garantida a autonomia em nível constitucional, houve a promulgação da lei 9394/96 que veio desrespeitar o mandamus, possibilitando que o poder executivo a regulamentasse, resultando na quebra da autonomia, impôs à universidade normas para criação de cursos que deram poderes a órgãos que não ligados ao sistema de educação e, mesmo que o fossem, a constituição não permitiria	Direito
265	A CRISE DA UNIVERSIDADE MODERNA NO BRASIL	STELA MARIA MENEGHEL	D	2001	SP	UNICAMP	Este estudo busca compreender as causas do esgotamento do modelo moderno e a origem das diretrizes da nova proposta, relacionando-a com a crise do modelo de Universidade moderna e com o papel reservado à política educacional	Não especificado	LDB 1996	Transformações a partir da LDB de 1996	Não especificado	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
266	MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS PRODUTIVAS PARA OS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR	SUELI DE FATIMA OURIQUE DE AVILA	D	2010	RJ	UFRJ	Análise da privatização do ensino superior no Brasil. Apresenta um breve histórico sobre a educação superior no Brasil, dando ênfase às medidas legais que impulsionaram a expansão do setor privado / mercantil	Análise do Discurso e Análise do Conteúdo	Governo Lula	Reuniões Anuais da ANPED, entre 1996 e 2008	O processo necessário para a valorização e manutenção do capital na seara educacional só é possível através da divisão, do aniquilamento dos vínculos, da competitividade, do isolamento, e como consequências, do adoecimento psíquico e da alienação dos trabalhadores	Políticas Públicas e Formação Humana
267	A UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI: CONCEPÇÕES, FINALIDADES E CONTRADIÇÕES	SUELY FERREIRA	D	2009	GO	UFG	Discutir a construção das novas concepções e papéis sociais que estão sendo requeridos para a universidade pública tendo em vista a reforma da educação superior no Brasil (1995-2008) e o Processo de Bolonha na União Europeia (1999-2008).	Materialismo Histórico-Dialético (David Harvey, Chesnais, Santos, Lojkine)	Documentos produzidos pelos governos brasileiros e no âmbito da União Europeia	Pesquisa essencialmente bibliográfica	O estudo percebeu significativas mudanças na identidade, na concepção, nos critérios de relevância e de pertinência social, o que tem possibilitado certa naturalização das novas finalidades sociais e das novas formas de conceber as universidades mais afinadas com as demandas da globalização produtiva e dos interesses competitivos dos estados nacionais.	Educação
268	POLÍTICAS DE EXPANSÃO E ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÂNIA NOS ANOS 90: O CASO DA FACULDADE ANHANGUERA DE CIÊNCIAS HUMANAS	SUELY FERREIRA	M	2002	GO	UFG	Compreender as políticas de expansão e estruturação da educação superior em Goiânia-Go	Materialismo Histórico-Dialético	Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas de Goiânia	Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas	A partir da aplicação do Exame Nacional de Curso (ENC) e a avaliação das condições de ensino, a faculdade estudada iniciou um significativo processo de mudança, para readaptar-se a essa nova realidade	Educação
269	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NOS GOVERNOS FHC E LULA (1995-2006).	SUSANA PITOL GUASTI	M	2009	PR	UFT	Identificar as diferenças e/ou continuidades das políticas públicas em relação à educação a distância (EAD) no Brasil, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva	Escola de Frankfurt	EAD nos governos Lula e FHC	Dados do INEP, a educação superior brasileira e a inserção da EAD no processo de expansão do ensino superior	FHC buscou a massificação do ensino superior, enquanto Lula levou estas políticas do ensino privado para o público, como ferramenta de “democratização” deste ensino, e construiu um processo avaliativo no ensino a distância nos moldes daquele implantado pelo governo anterior para o ensino presencial	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
270	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA DÉCADA DE 90: EFEITOS DA AVALIAÇÃO PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO	SUZANA SALUM RANGEL	M	2007	DF	UnB	Analisar o sistema de avaliação implantado no Brasil no período 1995/2002, enquanto principal política pública para a educação superior; e identifica os seus efeitos para o ensino superior	Não especificado	Propostas de superação desenvolvidas pela CEJ/OAB e pela CEED/SESu/MEC e os dados da expansão dos cursos de Direito no Brasil	Apresentação da situação do ensino de Direito no Brasil a partir do seu paradigma de crise e análise dos resultados das avaliações dos cursos de graduação em Direito	Não especificado	Direito
271	O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) NAS IES COMUNITÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (2005 – 2008)	SUZANIR FERNANDA MAIA	M	2009	MS	UCDB	Analisar as mudanças ocorridas nas Universidades Comunitárias com a implantação do ProUni, no período de 2005 a 2008.	Não especificado	PROUNI	Documentos e legislação do Ministério da Educação sobre o ProUni no período de 2004 a 2008, categorização dos documentos e questionários	Conclui-se que o ProUni é um Programa necessário, que deve ser modificado em alguns aspectos, como por exemplo no que se refere à fiscalização, para que realmente atenda a população	Educação
272	A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ALAGOAS: UM PANORAMA PÓS-LDB	TATIANA MAGALHÃES FLORÊNCIO	M	2007	AL	UFAL	Proposta investigar o processo de expansão do ensino superior em Alagoas a partir da promulgação da Lei 9.394/96 até os dias atuais	Materialismo Histórico-Dialético	Políticas educacionais no estado neoliberal brasileiro e seu desdobramento em Alagoas	Censo de Ensino Superior e do discurso nacional e local, entrevistas do ex-ministro da educação Paulo Renato Souza, e dirigentes e donos de cinco IES	O mercado de ensino superior existente em Alagoas hoje apresenta um conflito cultural no que se refere ao gerenciamento das instituições, ao mesmo tempo em que segue as tendências atuais de mercantilização do ensino superior	Educação
273	A ASCENSÃO DA DIVERSIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	TATIANE COSENTIN O RODRIGUES	D	2011	SP	UFSCar	Analisar as condições teóricas, as práticas e as políticas que possibilitaram a ascensão do conceito de “diversidade” nas políticas públicas de educação entre os anos de 2003 a 2006	Não especificado	Governo Lula - Primeiro Mandato	Entrevistas, discursos e documentos oficiais, como o Balanço de Governo, o Plano Plurianual, as Leis Orçamentárias, informativos e relatórios de gestão	Na primeira gestão do governo Lula, houve um processo de institucionalização das políticas de diversidade, mas que as apropriações da diversidade são díspares e restritas a poucas Secretarias no Ministério da Educação	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
274	CONFIGURAÇÕES DA AÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR – PROCESSOS DE REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO BRASIL (1853 – 2004).	TATTIANA TESSYE FREITAS DA SILVA	D	2007	RS	UFRS	Este estudo tem por objetivo apresentar e analisar a atuação do Estado junto às instituições de educação superior ao longo dos quase duzentos anos de sua existência no Brasil	Não especificado	Análise de Legislação relacionada aos processos de inspeção científica das faculdades, equiparação, autorização, reconhecimento e avaliação de instituições de educação superior	Atores, das arenas e dos números que envolveram cada uma dessas ações, estando todas essas informações precedidas por uma breve apresentação do contexto histórico no qual cada processo se desenvolveu	Esta tese alia-se ao Direito Educacional defendendo a idéia de que este é um campo específico do direito, cujas determinações, mesmo com o forte controle do Estado, saíram da exclusiva esfera do Poder Executivo para fazer parte dos despachos do Poder Judiciário. Ainda assim, o controle do Estado representado pelo Executivo permanece e, com o SINAES, abre-se a possibilidade de ao menos na avaliação institucional, as IES poderem folgar mais o laço dado pelo Estado, construindo perspectivas mais autônomas	Educação
275	UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: IMPLEMENTAÇÃO E PREVISÕES	TELMA MARIA DA CRUZ	M	2007	DF	UnB	Mostrar as facetas da implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB	Dedutiva-popperiana	As ações pró-implementação do Sistema UAB, ou seja, o Edital 001/2005-SEED/MEC e o Projeto Piloto do Curso de Administração de Empresas são demonstradas, bem como os reflexos na cultura institucional universitária	Aplicação das entrevistas semi-estruturadas	A interiorização e inclusão social ou incentivo aos Estados mais pobres da Federação, das regiões Norte e Nordeste não puderam, maciçamente, ser verificados dentre os participantes do Projeto Piloto ou como resultado Edital nº 01. As regiões sul e sudeste ficaram com mais de 50% das vagas propostas em resposta ao primeiro Edital. A UAB depender economicamente de empresas estatais e não de previsão orçamentária do MEC para sua subsistência, um risco	Educação
276	A EXPANSÃO DAS IES PRIVADAS NO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 1991 - 2004 UNIVERCIDADE – UM ESTUDO DE CASO	TERESA CRISTINA FREITAS MOURA	M	2006	RJ	UCP	Analisar a expansão das instituições de ensino superior no Rio de Janeiro, no período de 1991 a 2004, por meio de estudo de caso do Centro Universitário da Cidade	Não especificado	Universidade	Pesquisa documental, bibliográfica e de entrevista semi-estruturada como estratégias complementares de coleta de dados	A expansão das instituições de ensino se deu preferencialmente pelo setor privado e que a mesma se deu de forma desordenada e sem planejamento, trazendo sérios riscos financeiros para a instituição e para a qualidade dos cursos que ministra	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
277	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO EXTREMO SUL PIAUIENSE (1986-2005): HISTÓRIA E MEMÓRIA	TERESINHA DE JESUS ARAÚJO MAGALHÃES NOGUEIRA	M	2006	PI	UFPI	Reconstituir a história da Educação Superior no extremo sul do Piauí, particularmente na cidade de Corrente	Nova História Cultural	Processo histórico da Educação Superior na cidade de Corrente-PI, desde 1986 até 2005	Documentos (atas, manuais, editais, etc.) e na história oral	A história da Educação Superior nesta região apresenta características próprias, iniciando por uma tentativa de universidade comunitária, passando logo depois por situações de convênio com a Universidade Federal do Piauí e, finalmente, se firmando como campi da Universidade Estadual	Educação
278	O ENSINO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS: EXPANSÃO, PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO NO PERÍODO DE 1995-2006	TEREZA CRISTINA MEDEIROS PINHEIRO DE LIMA	D	2007	GO	UFG	Examinar a expansão do Ensino Superior de Administração, no Brasil e em Goiás, no período de 1995-2006	Não especificado	Goiás	Cursos de Administração em Goiás	Apresenta a expansão do curso de Administração, com suas múltiplas habilitações como estratégia mercadológica para atender ao mercado de trabalho, gerar lucratividade aos empresários da educação, desconfigurando o curso de Administração	Educação
279	A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO IMPLANTADA PELO MEC: as respostas das instituições particulares de ensino superior de Caruaru	TEREZINHA DE JESUS PONTES LUCAS	M	2003	PE	UFPE	Análise a política de avaliação implantada pelo Ministério da Educação (MEC), no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	Não especificado	Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) de Caruaru	Entrevistas semi-estruturadas com os gestores e com uma amostra dos professores e análise documental nas IPES	Verificaram-se diferenças significativas de políticas e ações institucionais passaram a ocorrer em função da implementação da política de avaliação do ensino superior	Educação
280	OS ESPECIALISTAS DA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E CULTURA FRENTE À GESTÃO DEMOCRÁTICA	TEREZINHA SCHIRMER SCHRAMM	M	2003	RS	UFSM	Estudo sobre as funções dos "especialistas da educação", quais sejam, a Administração Escolar, a Supervisão Escolar e a Orientação Educacional, que se traduzem como frutos de um modelo empresarial, tendo por base a divisão social do trabalho, especialmente no período compreendido entre os anos 60 a 90 no Brasil	Materialismo Histórico Dialético	Décadas de 60 a 90 no Brasil	Interior da prática educativa e, nela, a divisão do trabalho, onde se situam as especializações, como parte da estrutura organizacional da instituição escolar	A educação, cuja função seria a promoção da qualidade de vida humana, exerce um papel inverso quando reproduz os meios para a produção, preparando o trabalhador para a subserviência e dissimulando as contradições existentes na sociedade, a qual serve de mediadora entre a classe dominante, detentora do poder, e os subalternos que, sem opção, se submetem às arbitrariedades do capital	Educação
281	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MATO GROSSO DO SUL E A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO NOTURNO – 1990 A 2006	VALQUIRIA ALLIS NANTES	M	2010	MS	UCDB	Análise da expansão da educação superior em Mato Grosso do Sul e ampliação do acesso à educação superior no período de 1990 a 2006	Não especificado	Ensino superior no MS	Documentos e bibliografia relacionadas ao tema, matérias jornalísticas, dados do Censo da Educação Superior do MEC/INEP e do IBGE	Mesmo com os avanços ocorridos entre 1990 e 2006 na ampliação do acesso à educação superior, ainda há a necessidade de maior investimento por parte do Estado para que em todo o país a educação superior seja democrática, pública e gratuita e possa se transformar em políticas públicas de fato	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
282	IMPRESA E NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1995-1998): O POSICIONAMENTO DA REVISTA VEJA NO PRIMEIRO GOVERNO FHC	VANDERLEI SOUZA CARVALHO	M	2004	SP	UNICAMP	Posição política e ideológica da revista Veja no período de 1995 a 1998, primeiro governo FHC	Materialismo Histórico-Dialético (Gramsci)	Imprensa e Política	Reportagens produzidas pela revista "Veja"	Diagnosticou a falência dos serviços públicos e a queda da capacidade de investimento do Estado, defendeu as privatizações e as reformas da previdência e da legislação trabalhista, ocultou o desemprego ou o apresentou como um fenômeno inevitável, e elogiou a estabilidade e o crescimento econômico conquistados com o Plano Real	Ciência Política
283	POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: O SIGNIFICADO DA GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	VÂNIA AMARAL DA ROCHA	M	2005	MG	UFU	Apreender o significado da implantação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) na Universidade Federal de Uberlândia	Análise de Conteúdo	UFU	Condicionantes sócio-históricas que permearam o desenvolvimento da educação superior no Brasil, no final do século XX, e utilizando-se da técnica de análise de conteúdo dos documentos produzidos no período de (1998-2003) na UFU	Contribuiu no processo de padronização flexível do trabalho acadêmico nas IFES, na medida em que propicia a diferenciação salarial, estimula a competitividade entre os docentes e, desse modo, nega o modelo de universidade pública que associa o ensino, a pesquisa e a extensão como princípio norteador da qualidade do ensino.	Educação
284	EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: UMA PROPOSTA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA A FORMAÇÃO CAPITALISTA DO HOMEM DO SÉCULO XXI NOS PAÍSES PERIFÉRICOS	VANJA DA ROCHA MONTEIRO	M	2011	RJ	UFF	Esta dissertação apresenta as análises das estratégias da burguesia, através das ações do Banco Mundial, da UNESCO, bem como dos demais Organismos Internacionais, num consórcio de ações, para a formação do homem coletivo nos países da periferia do capitalismo, para os próximos anos, a partir do estudo sobre as reformulações em curso na política de educação superior brasileira	Materialismo Histórico Dialético (Gramsci, Lênin)	Ações do Banco Mundial, da UNESCO, bem como dos demais Organismos Internacionais, num consórcio de ações, para a formação do homem coletivo nos países da periferia do capitalismo	Análise da política de educação superior a distância, implementada no governo Lula, através das influências externas	As novas tecnologias da informação e comunicação têm um papel preponderante, pois são fundamentais para a valorização do capital, portanto, é preciso, sob a ótica do capital, introduzir o Brasil nessa lógica e, portanto torna-se necessário o desenvolvimento de um ambiente psico-físico-social correspondente	Educação

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
285	AS FEIÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: O CASO DA UFPA	VERA LUCIA JACOB CHAVES	D	2005	MG	UFMG	Analisar como o processo de privatização vai sendo naturalizado no interior da universidade e promovendo alterações substantivas na organização da instituição	Não especificado	Universidade Federal do Pará	Análise documental	A pesquisa evidenciou a intensificação de um movimento de “naturalização” das reformas que tem sido materializado pela diversidade de ações que vêm sendo adotadas pelas reitorias e acatadas por grupos de docentes que passaram a aceitar a idéia de “modernização racionalizadora”, via privatização e terceirização	Educação
286	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO: ILHA DE SABER OU MAR DE INCERTEZAS?	VERA LUCIA MARQUES MARGULHAO	M	2003	SP	USP	Pesquisa etnográfica e de estudo de caso sobre o impacto, efetividade e desdobramentos da Reforma da Educação Profissional no Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo	Não especificado	CFET	Análise do impacto promovido pelo Decreto no 2.208 e subsidiada pelo Programa de Expansão da Educação Profissional	A Reforma Educacional desenvolveu-se sob o discurso da autonomia do Projeto Pedagógico, da valorização da Educação Profissional visando à qualidade, flexibilidade, atualização e alinhamento em relação às tendências mundiais, mas foi limitada às restrições orçamentárias, às imposição do modelo de competências e modularização e desencadeada, na instituição, de forma arbitrária, truncada, incompleta e mal planejada.	Educação
287	O PAPEL DA EDUCAÇÃO EM TRÊS MOMENTOS DA EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO ECONÔMICO: CONSOLIDAÇÃO, ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA E FLEXIBILIZAÇÃO	VICENTE MARQUES DE CASTRO NETO	M	2008	MA	UFMA	Analisar a influência do capitalismo econômico na educação	Não especificado	Capitalismo e Educação	Revisão histórica da evolução do capitalismo e da trajetória da evolução da educação no Brasil	Panorama geral da educação	Educação
288	A DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL 1987-1994	VICENTE RODRIGUEZ	D	1999	SP	UNICAMP	Discutir o processo de descentralização das políticas educacionais no período de 1987 a 1994.	Não especificado	Políticas educacionais no período de 1987 a 1994	Dinâmica entre os setores federal e estadual	O processo de descentralização da educação realizou-se em condições de descoordenação nacional e local, com uma dinâmica geral de irracionalidade administrativa e financeira, assentada na competitividade política entre as esferas de governo, levando a resultados administrativos contrastantes com a descentralização desejada	Ciências Sociais

ANEXO A

nº	Título	Autor	N	Ano	Loc.	Inst.	Objetivo	Metod.	Objeto	Procedimentos	Conclusões	Área
289	O REUNI COMO ESTRATÉGIA DA CONTRA-REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	VIVIANE DE SOUZA RODRIGUES	M	2011	RJ	UFF	Analisar a contra-reforma da educação superior no governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)	Não especificado	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	Política de expansão e reestruturação operada pelo REUNI está sendo realizada nas unidades do interior da UFF, no Pólo Universitário de Rio das Ostras e de Nova Friburgo	Este processo está indicando a precarização/intensificação do trabalho docente, desqualificação da formação profissional e uma profunda reconfiguração da universidade pública brasileira	Educação
290	"UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: IMPLICAÇÃO EM SERGIPE	WAGNER BARRETO SOARES	M	2009	SE	UFS	Descrever a distribuição da educação na população brasileira (particularmente Sergipe), mostrar sua evolução ao longo do tempo e contribuir para o entendimento de sua importância para o desempenho do trabalhador brasileiro no mercado de trabalho.	Não especificado	Política educacional nos governos de Collor, Itamar, Fernando Henrique e Lula, procurando compreender a relação complexa e dinâmica da política pública para o ensino superior neste último governo	Análise documental	Conclui-se sobre a recuperação da capacidade de crescimento do ensino brasileiro cuja expansão verificada nas últimas décadas foi, em grande parte, atendida e patrocinada pelo segmento privado e que a agenda de reformas do ensino superior nos períodos analisados é permeável às políticas macroeconômicas no que tange à reestruturação da produção e à reforma do Estado	Desenvolvimento regional e gestão de empreendimentos locais
291	"VARGAS E FHC: A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE UMA NOVUS ORDO SECLORUM"	WAGNER MARQUES PEREIRA	M	1999	RJ	UFRJ	Buscando as linhas de continuidade existentes entre as políticas educacionais de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso	Cornelius Castoriadis e Hannah Arendt	Vargas e FHC	perspectiva dos dois governantes em redefinirem as práticas sociais através da educação	não possui a pretensão de responder a totalidade das variáveis presentes na sociedade brasileira	Educação
292	CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NA REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: FINALIDADES, CONTINUIDADES E RUPTURAS (1995-2010) – ESTUDO COMPARADO BRASIL E PORTUGAL.	ZULEIDE SIMAS DA SILVEIRA	D	2011	RJ	UFF	Analisar a reforma da educação superior, em curso, no Brasil desde os anos de 1990, com foco no desenvolvimento das políticas de ciência e tecnologia, nos períodos de governo de FHC a Lula da Silva (1995-2010), comparada com a reforma do Ensino Superior, em Portugal, que tem por mediação o Processo de Bolonha	Não especificado	Brasil e Portugal	Estudar a subordinação das políticas educacionais às políticas científico-tecnológicas e de inovação	A política de ciência, tecnologia e inovação subsume a política de educação, particularmente a educação superior de modo a responder aos processos de internacionalização da economia e de tecnologia	Educação